



Francisco Seixas da Costa

A Cidade Imaginária

**A CIDADE IMAGINÁRIA
DUAS OU TRÊS COISAS SOBRE VILA REAL**

FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

A CIDADE IMAGINÁRIA
DUAS OU TRÊS COISAS SOBRE VILA REAL

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL
2021

Título: *A Cidade Imaginária – Duas ou três coisas sobre Vila Real*

Autor: Francisco Seixas da Costa

© Francisco Seixas da Costa, 2021

Todos os direitos para a publicação desta obra em língua portuguesa
reservados por Francisco Seixas da Costa

Edição e Revisão: António José Massano

Design da capa: Adelaide Serra

Pré-impressão: EuropressLab

Execução gráfica: Europress - Indústria Gráfica

1.ª edição: Julho de 2021

Depósito legal: 485688/21

ISBN: 978-989-33-2066-2

Para a Gina, claro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13	Uma Sé desportiva.....	94
PREFÁCIO	15	Sexta-Feira Santa	98
A ABRIR	21	Azul, senhor Branco!	100
		“Desassa!”	102
O frio	25	Memória	103
As eleições	27	Carta da Turquia	105
Conhecimentos	30	A lição de Lisboa	108
Saudades do Meireles.....	34	Os Santos	110
O abraço	37	Os meus livros.....	112
Boaventura.....	40	A cidade inexistente.....	115
Independência.....	42	Confissão tardia.....	116
Vidas	44	Globos	118
Marão	45	“Preparemo-nos! Ide!”	121
Cumplicidades	46	Vitória.....	123
O comício	48	Os encontros da vida	125
A República.....	51	O bicarbonato	127
Acolhimento	52	Candidato	130
O outro défice.....	53	O meu voto.....	133
O recoveiro	54	O empate	136
Délio Machado	55	Lusofonias	138
Figuras	57	Os ponteiros do Zé	
Prestígio	61	Foquita.....	139
O 5 de Outubro	62	O sino do Viròmundo.....	142
Pingue-pongue	64	O baile do Zé Macário	146
Nóbrega	66	Vila Real irónica.....	149
Dormir na Régua	68	A Pompeia do Neves.....	151
A Gomes e a sua esquina	72	A história do Elísio	153
Este Natal.....	79	O pelo	155
Agenda Doméstica	82	MCDXLIV	156
Protesto	85	Caseirinho	157
A revelação	86	Tribunal	159
O bispo e as Felicianas.....	87	O governador	160
O Bertelo e as Finanças	90	O frio da esquina.....	162

A lista	164	RTP	248
A pressa da vida	166	Alvo manto	250
A outra cidade	169	Morrer na cama	252
Voo doméstico.....	171	Carta ao Alvarito	255
Abastecimento.....	173	O arroz do padre	258
A queda dos eletrôes	175	Namoro em Braga	260
Adeus, Chico.....	178	Diplomacia familiar.....	262
De um Arco, em Paris	182	O sprint	265
O Dr. Ladislau e a bela russa.....	184	Às voltas com um nome	267
A Consoada da mulher só.....	186	O Club e o senhor Fernando.....	269
O telefone de outrora	187	... e o padre mudou de freguesia	272
Diplomata de carreira.....	190	Um futuro negro	275
Olívio.....	193	As botas do bombeiro.....	278
Para grandes males...	196	<i>Verão quente</i>	280
A Caixa	200	Dez anos depois	283
Uma rainha em Vila Real	206	Um homem não canta a Nordeste	284
O túnel	209	O solo do Coriolano.....	287
O local e o poder.....	211	O <i>lorgnon</i> do senhor Lito.....	290
As voltas ao circuito.....	214	A cor do Filipe.....	293
Ramalheda	215	A cicatriz	296
Férias grandes.....	217	Voltando à aletria	300
Pierre Clostermann	219	O Alto de Espinho	302
O <i>Mini</i> , o Zé e o verão	221	O lóbi das mangas soltas.....	304
Os livros e as férias	223	O bacalhau das eleições	306
Memória pouco militar	227	Noites da rádio.....	308
Foi ali!	229	O Honório e “nós”	311
1968.....	231	A asa do Letra.....	313
O senhor professor	233	O Bragança	316
O desvio das penosas.....	235	Primos em dia de Aleluia	319
A aletria.....	237	As Pedras, sempre!	322
Minerva.....	239	La Lys.....	324
O Tião	241	Lamas de Olo	326
Outro país.....	243	Toca da Raposa	328
Os protestantes.....	245		
Mais luz	247		

O carro do Guerra.....	331	As Seveiros	402
Lentes.....	334	Alma de ateu	404
A Rosa das Castanhas	336	“Angola é nossa!”	408
João Ladislau.....	338	O passado ficou lá	412
O tempo passa para todos..	340	Uma varanda	414
O Norte e a diplomacia.....	342	Duas pessoas	415
O chá do doutor Andrade .	343	Fim do dia.....	417
Mistérios de Vila Real.....	345	Onde anda a trovoada?	418
A guinada.....	347	O <i>Avante!</i> e Trás-os-	
A prima de olhos verdes....	348	-Montes	420
Aqui havia uma curva.....	350	Eu e o infinito	422
Eça e Vila Real	352	As meninas da rampa	424
O Carvalho da drogaria....	354	A cidade e a alcatifa	425
As flores e o Mondrões	356	O Sousa.....	428
Cinquenta anos	359	Memória do Álvaro	431
A terra como meta.....	361	Vidas	437
O <i>Malho</i>	365	Foi-se o Zé Aguilar	439
O papel selado.....	368	A vacina	442
O Chico Pança.....	371	A outra cidade	444
O Choco e a escada	373	Mesas perdidas	446
Trauma ferroviário.....	375	O Excelsior e o café de	
A preto e branco	378	Timor.....	449
O arbóreo.....	380	Palmas a Tomaz	452
Hipocondríaco, me		Um homem solidário	455
confesso.....	382	Autorretrato das minhas	
Grande Corgo	385	estantes e também o do	
A bica da Consoada.....	386	Rui Knopfli.....	461
Um peso na consciência	388	Mãe.....	465
A Maria.....	390	O silêncio dos Borges	468
Ter garrafa.....	391	O mundo é muito	
O Sport Clube.....	393	pequeno	470
A tia Benedita.....	396	Saudades nossas	474
O caminho de Moss	398		
A aspirina do Jorge	400		

INTRODUÇÃO

Creio que já tinha passado por quase todos os textos que dão corpo a este livro no blogue onde originalmente foram sendo publicados. Há alguns meses, no meio deste desgosto que nos trouxe a pandemia, tive o privilégio de me ser dado a ler o conjunto, agora em função da unidade que esses textos, nascidos dispersamente, estabeleciam entre si. E a leitura do conjunto funciona, é mais do que a soma das partes. E fica também a dever-se ao modo como, de jorro, esses textos, um a um, notoriamente surgiram. Na verdade, o livro é tão interessante que, logo me pareceu, a Biblioteca de Vila Real prestaria um bom serviço à comunidade associando-se à edição da obra, assim o Autor estivesse para aí virado.

Localmente, *A Cidade Imaginária* vem reanimar a tradição de uma certa literatura desempoeirada que se encontra, por exemplo, em *Naquele Tempo*, de Lotelim (isto é, Joaquim de Azevedo), 1940, e em *Crónicas da Vila*, de Chico Costa, reunidas em 1987. Mas as características do livro não o destinam exclusivamente a um público local. Porque o texto parte muitas vezes do local para o universal, e muitas outras do universal para o local. Acresce que nem Joaquim de Azevedo nem Chico Costa eram figuras públicas à escala do País, tão-pouco tinham uma legião de seguidores nas redes sociais (de resto, como lhes explicaríamos este conceito, se acaso cá voltassem?).

E assim aparece este livro sob a chancela da Biblioteca Municipal de Vila Real, velha instituição onde já Camilo

Castelo Branco (ele próprio o diz na *Boémia do Espírito*) fixara o seu “gabinete de leitura e de escrita”, nos anos de 1846 a 1848, ao lado das “ratazanas seculares do extinto Convento de São Francisco”. Sim, é a mesma instituição, livre de ratazanas, agora com casa nova, onde, por sinal, têm vindo a ser gradualmente incorporados os livros que constituem a biblioteca particular do Embaixador Seixas da Costa.

Vítor Nogueira

PREFÁCIO

Há uns cem anos, a já cidade de Vila Real era considerada como a porta principal de entrada para um mundo quase desconhecido dos demais portugueses, apesar de ser um reino maravilhoso, como Adolfo Rocha [Miguel Torga] apelidaria as terras de Trás-os-Montes, ou um santuário de xisto e de granito onde o homem comum sofre desde tempos imemoriais os horrores da todas as injustiças, como escreveu o Dr. Otílio Figueiredo, in *Pórtico – Roteiro Sentimental da Minha Terra – Vila Real e o Seu Termo*. A sinuosa e tantas vezes intransitável estrada do Marão dissuadia muitos visitantes, e a cidade, aliás como toda a província, virava-se para si mesma, assumindo um estilo de vida muito seu e ímpar.

Os seus habitantes eram gente simples, trabalhadora de sol a sol, franca, confiante e de portas abertas a quem quer, nesses tempos do agora já saudoso “Entre, quem é?”.

Praticava-se um bairrismo, então dito de “acrisolado”, e era uma constante serem os vila-realenses extremamente orgulhosos e ciosos do seu poder e da sua identidade.

E com razão, já que se dizia “Para cá do Marão mandam os que cá estão. Para lá do Marão, mandam os que de cá para lá vão”, fazendo jus a uma vasta série de transmontanos que, na distante capital, eram ministros, figuras de relevo e pessoas influentes na vida nacional.

Vivia-se à sombra de muitos heróis locais e nacionais ou de já reconhecidos escritores, artistas e pintores transmon-

tanos. Ou aguardando a procissão do Senhor do Calvário, com o seu belo andor acompanhado por dezenas de penitentes descalços.

Ou a grande feira do casamenteiro Santo António, com tendas e tendinhas, animadas corridas de cavalos e com presença de numerosas devotas solteironas, fazendo vir à baila uma quadra de autor desconhecido:

*Santo António, o teu altar
Já não serve p'ra quem ama.
Hoje, quem quer casar
Vai direitinho p'rà cama...*

E também a feira de São Pedro, com painéis de barro preto de Bisalhães para comprar ou partir em animados jogos de roda dos jovens e não só, com os linhos de Agarez...

Que me recorde, o São João passava quase despercebido.

Tudo isto sem descurar os “éxitos” do seu Sport Clube de Vila Real que, claro, era o melhor do mundo...

Ou, desde 1931, para viver o renomado Circuito (Internacional, a partir de 1936) de Automóveis e Motas, para cuja realização toda a população se cotizava, solidária, ao longo do ano, com saudosos pilotos nacionais, estrangeiros e até os vila-realenses António Camilo Fernandes, o seu filho Carlos e o seu sobrinho Manuel Fernandes, Délio Machado, o engenheiro Taveira, etc.

Das verbenas e noites no Jardim da Carreira, com discos dedicados às meninas casadoiras...

Terra de eventos únicos, assentes no amor à cidade, como era cantado e está bem registado no *Cancioneiro Popular de Vila Real*, de Augusto Pires de Lima:

*Oh Vila Real alegre,
Rainha de Trás os Montes.
No dia que te não veja,
Meus olhos são duas fontes... (popular).*

De recordar, os célebres festejos de Carnaval, com os exclusivos Bailes da Carolina, precedidos de marcha pela cidade com tochas em chama e banda de música, a arrebanhar clientela e a cantar:

*Quando o comboio apita, está a chegar à estação.
Ora vai-te embora, vai-te embora se queres ir.
Ora vai-te embora, vai-te embora que o comboio está a partir.*

Eram três noites de bailes até ao amanhecer, no Teatro Circo, em que todas as damas se apresentavam sob o incógnito de máscaras invioláveis (as máscaras, creio eu), organizados e policiados pelos Bombeiros da Cruz Verde.

E, que se saiba, também caso único no País, o período de abstenção de festejos pagãos durante a Quaresma era quebrado a meio com mais um baile de máscaras... denominado o Baile da *Micarême*.

A massa estudantil do Liceu Camilo Castelo Branco sempre contribuía, e muito, para valorizar a cidade, trajando capa e batina por concessão de alvará régio de janeiro de 1889, com os seus “regadinhos”, arruadas, cortejo académico, ceias com as galinhas honestamente “pilhadas”, Baile de Gala e o sempre presente Sarau do Primeiro de Dezembro, que toda a cidade aguardava e acarinhava.

Combatia-se o isolamento com pequenas tertúlias de índole cultural – teatral, literária e musical – ou, num outro nível menos erudito, com pequenos grupos de convívio diário (ou nocturno...) mais ligados por laços gastronómicos e saudável confraternização.

Como Vila Real era carinhosamente conhecida por “Bila”, alcunhavam os seus componentes de “garotos da Bila”..., na maioria da freguesia de S. Pedro, onde o prefaciador e o autor nasceram e de que muito se ufanam...

Como tal, o autor – Francisco Seixas da Costa –, que eu precedi quase numa geração na Bila, a par da seriedade das honrosas funções que desempenhou, desde sempre manteve e praticou esse salutar convívio e cultivou um fino humor, não acintoso e não movido por invejas, assim como um criterioso apetite, de tudo tirando partido para uma boa gargalhada.

Na sua actividade bloguista, que diz iniciada no Brasil sobre as relações Portugal-Brasil, e tornada diária a partir da colocação em Paris, com o “Duas ou Três Coisas”, para criar um espaço de diálogo com aquilo que seriam a segunda e a terceira gerações de portugueses em França, não esqueceu as origens e esse ambiente e dedicou à Bila, aos seus colegas e amigos inúmeros artigos, que agora compilou sob o título *A Cidade Imaginária – Duas ou três coisas sobre Vila Real*.

Desde logo, cumpriu uma antiga intenção pois que, para além de muitas obras e diversas publicações, já em 2012 (no *Boletim da Ordem dos Advogados*, Agosto-Setembro) admitia virem estes textos diários a dar origem a um livro – o presente –, com que nos brinda.

São histórias da Bila, por si vividos ou ouvidos, numa escrita simples e gostosa, que se lêem como se o estivéssemos a ouvir em amena cavaqueira na Gomes ou num dos muitos restaurantes que, como assumido “gastrófilo”, nos aconselha. Neste particular, impõe-se ler o complemento *Ponto Come* do seu blogue.

Eu, como leitor diário e seguidor de seu blogue quase desde o início, permito-me intercalar a sugestão de não deixarem

por ler o complemento *Ou Quatro Coisas*, onde insere inúmeros artigos, intervenções e textos públicos.

A presente obra, que vos apresento, é fruto de enorme trabalho, de dedicação, de persistência com o compromisso pessoal de lhe dar continuidade diária.

Nela encontramos quase-crónicas, episódios e histórias da Bila, onde os de cá recordarão, e os de fora ficarão a conhecer, muitas personagens típicas e inúmeros relatos de agradáveis convívios plenos de jocosas intervenções, estreitando sãs amizades, que hoje perduram.

E termina oferecendo-nos carinhosas recordações de muito queridas cenas familiares em Vila Real, Pedras Salgadas, Bornes, evocação que com saudade também acompanho, porquanto relembro muitas das personagens referidas.

Em suma, estamos perante uma obra que se lê com imenso agrado, justificadamente acarinhada pela Biblioteca Municipal de Vila Real, e que ficará como mais um valioso marco da história de Vila Real e dos garotos da Bila, complementando as anteriores de, entre outros autores locais, Lotelim, Dicando, professor Manuel Cardona (pai), coronel Chico Costa, professor Edgar Ferreira...

Parabéns e aquele abraço amigo do

Manuel Cardona

*Cada cidade que recordamos
trai a nossa memória dela, ao ser outra
a cada dia.*

*Só nos são fiéis as cidades desconhecidas
com que não chegámos a sonhar.*

Luís Filipe Castro Mendes

A ABRIR

Cheguei a Vila Real em 1948, nascido no primeiro mês desse ano. Algures nos anos 30, a minha família materna, oriunda de Bornes de Aguiar, perto das Pedras Salgadas, tinha ido viver para a cidade. Com o resto da família, a minha mãe havia acompanhado, nessa curta migração, o meu avô, o qual, depois de uns anos pelas errâncias da magistratura, por ali se fixou como conservador do Registo Predial.

O meu pai, originário de Viana do Castelo, foi colocado em Vila Real, em 1946, como funcionário da Caixa Geral de Depósitos, de cuja filial local, mais tarde, viria a ser gerente por quase três décadas. Casou com a minha mãe em abril de 1947. Ambos já se foram desta vida há um tempo que, estranhamente, dia a dia me parece menos longínquo.

Vivi em Vila Real até 1966, ano em que saí para frequentar a universidade, primeiro no Porto, depois em Lisboa. Mais tarde, andei em itinerância profissional pelo mundo, só tendo regressado definitivamente a Portugal em 2013.

No entanto, fui sempre um visitante regular da cidade, onde tenho amigos e vivem muitas pessoas da minha família

– quer do lado da minha mãe, quer da minha mulher, Maria Virgínia, tão vila-realense como eu e que é parte indissociável da minha vida e da aventura, muito agradável e feliz, que ela tem sido.

Deixo esta brevíssima nótula para que melhor se entenda o que este volume representa.

Em fevereiro de 2009, quando assumi funções como embaixador em França, naquele que sabia ser o último posto de uma carreira profissional que veio a ter cerca de quatro décadas, iniciei a escrita de um blogue, a que dei o título de “Duas ou Três Coisas”, lembrando o nome de um filme de Jean-Luc Godard. À época, não tinha a intenção de o alimentar a um ritmo diário, mas, curiosamente, isso acabaria por suceder, e já lá vão mais de 12 anos.

Neste volume, reúno alguns textos, dentre milhares entre tanto publicados naquele espaço, em que abordei temáticas que, direta ou mediatamente, se ligam a Vila Real e às pessoas com que por lá me cruzei.

Os textos surgem na exata ordem cronológica por que foram publicados, não obstante se referirem a factos e circunstâncias dispersos erraticamente no tempo. Por vezes, ocorre neles a repetição de algumas referências, porquanto foram escritos para serem lidos isoladamente, sempre com a preocupação de contextualizar as situações descritas. Isso facilitará agora a sua leitura autónoma. Para esta edição, algumas das peças foram ligeiramente retocadas, face à versão original publicada.

As minhas recordações da cidade somam o período em que nela vivi, na infância e adolescência, até ir para a universidade, com histórias que fui ouvindo, muitas vezes marcadas por

alguma dependência da tradição oral, nem sempre a melhor conselheira para o rigor factual. A isso junto, também, impressões recolhidas nas constantes visitas que fiz, e continuo a fazer, à cidade.

Este, porém, não é um livro de História, nem sequer, exclusivamente, um livro com histórias. É apenas uma desprevenida memória afetiva, assumidamente impressionista.

Vila Real é um local onde, há bem mais de meio século, não habito em permanência. Talvez por isso, a cidade que aqui fica refletida, sob o olhar de tempos muito diversos, acaba por ser uma cidade algo imaginária. Até porque Vila Real, para ser honesto, é muitas vezes um pretexto para esta viagem sentimental por algumas lembranças do meu passado.

Este livro não tem a menor pretensão de ser uma obra literária, nem eu próprio, alguma vez, pensei enveredar por esses caminhos. Quase todos os textos foram escritos ao correr da tecla, em minutos apressados, geralmente entre afazeres, sem grande preocupação estilística. Em geral, foram peças suscitadas por um qualquer estímulo de oportunidade ou lampejo de memória. É essa a lógica de um blogue, pelo menos como eu o entendo.

O eventual leitor ajuizará da valia do que tem pela frente, como justificação para o dispêndio do seu tempo. Convido-o a saltitar pelos textos, sem atender à sua ordem, porque eles não são nunca sequenciais.

No que me toca, devo confessar que tive muito gosto em escrever o que aqui agora registo em livro.

Agradeço a Vítor Nogueira, diretor da Biblioteca Municipal de Vila Real, a amabilidade de ter dado a esta edição o selo prestigiante da instituição que dirige.

O meu reconhecimento a Manuel Cardona, amigo antigo, pessoal e de família, figura prestigiada da minha cidade natal, que me deu o gosto de prefaciar este volume.

A Adelaide Serra, a minha gratidão pela criativa elegância do grafismo da capa, que evoca portas por onde se abriu muito do nosso comum imaginário da cidade.

Deixo a António José Massano, o meu mais antigo amigo em Lisboa, um forte abraço, pelo insuperável cuidado posto na leitura e correção destes textos.

Francisco Seixas da Costa

Vila Real, 10 de junho de 2021

O FRIO

Há dias, ao passar pela Place da la Nation, aqui em Paris, veio-me à memória um episódio, no mesmo local, sobre o qual já lá vão, quase dia por dia, 38 anos.

Foi num dia de março de 1971. Tinha aportado a Paris por uns dias, num turismo baratucho que conseguia fazer nesse tempo. Dei de caras com um antigo colega de Vila Real, que sabia ter saído “a salto” de Portugal e a quem tinha perdido, por completo, o rastro. Era um tipo alto, com raízes em Bragança e com quem, curiosamente, me cruzara também em algumas férias em Viana do Castelo. Não éramos íntimos, mas éramos amigos.

Fizemos aquela festa tradicional, típica de dois transmontanos que se prezam. Generoso, convidou-me a ir beber uma cerveja à sua casa, ali perto.

Foi-me contando que tinha um emprego em que lavava janelas a partir das seis da manhã (“*não é nada mal pago, sabes?, mas é muito chato ter de sair de casa às quatro!*”). Em fins de tarde, aproveitava para assistir a uns cursos livres na Universidade de Vincennes. “*A vida há-de mudar!*”

Sem dizer expressamente, deu-me a entender que era militante de um partido político português (na clandestinidade, claro, porque todos o estavam), o que conteve a minha curiosidade inquisitiva sobre mais aspetos da sua vida em Paris. Anos mais tarde, encontrei-o numa bancada de vendas, numa Festa do *Avante!*.

Subimos ao apartamento onde vivia, uma sala e um quarto, num 4.º andar sem elevador, com uma cozinha a meias com

um argelino, de onde chegava um cheiro menos convidativo a comida, que se espalhava por toda a parte.

“O problema é o frio. A casa não tem aquecimento. Temos de pôr aquecedores, mas a eletricidade é cara. Às vezes, vou para a cama mais cedo, só para me aquecer.”

E, num tom mais triste, com aquela saudade que a minha presença lhe trazia, acrescentou: *“Queres saber uma coisa? Lá em Vila Real, parece que o nosso frio era diferente.”*

Pois era. O frio da terra portuguesa, para quem sofria a distância e a tragédia da emigração e do exílio, tinha outro calor.

(13.2.2009)

AS ELEIÇÕES

O ano de 1969 dava ares de poder ser decisivo na vida política portuguesa. Salazar fora substituído no ano anterior. Em outubro, teriam lugar eleições para a Assembleia Nacional, as primeiras do “marcelismo”. A ideia de que, pela primeira vez, desde 1926, havia uma real possibilidade de vozes dissonantes poderem entrar no Parlamento da ditadura atravessou alguns espíritos mais crédulos.

Eu tinha 21 anos, mas não comungava dessa ingenuidade. No ano anterior, tinha tido um interessante banho de experiência, ao integrar uma lista associativa universitária cuja livre eleição fora “não-homologada” pelo Governo. Depois, vira a minha escola invadida pela polícia que, regularmente, também ia encontrando em manifestações políticas de rua, de natureza variada, em que me via envolvido, embora sem nenhum tipo de militância partidária. Experimentara emoções fortes nas ruas agitadas de Aveiro, durante o Congresso da Oposição Democrática. Ainda em Lisboa, tinha andado envolvido em algumas movimentações preliminares da Oposição, como a célebre reunião no Palácio Fronteira, onde as águas políticas se separaram fortemente, pela primeira vez, na história do combate ao Regime.

À esquerda, ficou a maioritária CDE (Comissão Democrática Eleitoral), onde predominava o PCP, aliado a “católicos progressistas” e a algumas outras franjas radicais. Constatada a impossibilidade de acordo, Mário Soares e os seus amigos da ASP (Acção Socialista Portuguesa) haviam criado a CEUD

(Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), que concorreu isolada, mas apenas em Lisboa, Porto e Braga.

No resto do País, a escassez de recursos oposicionistas forçava à necessária unidade. Nesses distritos, a sigla CDE tinha um sentido mais abrangente e unitário, no modelo oposicionista tradicional. Foi esse o caso de Vila Real. De férias na capital transmontana, fui contactado pelo meu amigo António Leite (foi num baixo da casa da sua avó que teve lugar a primeira reunião oposicionista desse ano) para integrar a estrutura local da CDE.

Foi um período intenso de reuniões, redação de artigos e manifestos, agitação dos meios mais jovens, mas sempre com alguma tensão ideológica intergeracional.

Esse mês de agosto, em Vila Real, acabou por ser inesquecível. Sob a hábil e paternal liderança política de Otílio Figueiredo, prestigiado médico e figura intelectual local, a Oposição estruturava-se, como referi, num leque bem pluralista. As clivagens políticas lisboetas, não nos sendo indiferentes, eram atenuadas pela necessidade de arrebanharmos todas as vozes locais contestatárias do Regime, que iam desde elementos que sabíamos ligados ao PCP até ao “reviralhismo” republicano tradicional, passando por figuras da esquerda moderada, que imaginávamos próximos da ASP de Mário Soares. E, naturalmente, por lá andava algum radicalismo “esquerdalho”, a maioria sem partido, mas com muito sangue na guerla. Neste, recordo em especial o entusiasmo quase “anarca” do João “Bé Bouquet”, a grande alma da logística da CDE de Vila Real, e algumas outras figuras (sejamos honestos, não éramos muitos...) que não cabe aqui elencar.

Esse mês e o período que se lhe seguiu tiveram de tudo um pouco: reuniões clandestinas ou, inconscientemente, feitas à vista de todos, incontáveis viagens pelo distrito, contactos com

outros núcleos oposicionistas pelo País, discussões épicas na Gomes, o principal café da cidade, algumas chamadas à polícia por incidentes de percurso, regular censura de artigos e textos programáticos nossos na imprensa, dificuldades crescentes surgidas nas tipografias, ameaças profissionais a muitos aderentes, criação e colagem noturna de cartazes anónimos (fui o criador de um que apenas tinha escrita a palavra “MEDO”, impressa a preto forte, cortada por duas pinceladas de tinta vermelha), pides encartados e “bufos” locais a vigiarem a nossa sede, caravanas de propaganda ameaçadas fisicamente, frequentes insultos pelas ruas, por parte de turiferários do Regime, a necessidade de mandar fotografar os cadernos eleitorais (não havia cópias distribuídas nem existiam ainda fotocópias, pelo que tivemos de fazer fotografias de todas as páginas das listas de eleitores, no Governo Civil, com um imenso custo financeiro), a impressão e distribuição individualizada dos nossos boletins de voto (para quem não saiba, cada lista eleitoral mandava imprimir então os seus próprios boletins de voto, aqueles que iriam ingressar nas urnas, e tinha de os entregar porta a porta, nos dias que antecediam as eleições, pessoalmente, a cada eleitor, porque os correios eram caros e não fiáveis!), etc.

Depois, foi o resultado previsível. Em quase todos os distritos, a Oposição, sem acesso mínimo à televisão, com a sua promoção mediática muito limitada, sob um ambiente de forte coação, com listas eleitorais onde predominavam os adeptos da “Situação”, teve uma derrota estrondosa. A “prima-vera marcelista”, em cerca de um ano, desmascarara-se por completo. Para nós, para quantos se haviam empenhado politicamente, aqueles meses haviam sido muito estimulantes. Eu, pelo menos, estava muito diferente, depois deles.

(10.8.2009)

CONHECIMENTOS

Estávamos nos últimos dias de agosto de 1974 e os agentes da polícia política PIDE/DGS, para simplificar, os pides, presos desde o 25 de Abril na cadeia penitenciária de Lisboa, haviam iniciado um motim. Era um movimento em tudo idêntico ao que tinham desencadeado no início do mês e que provocara a nomeação de uma comissão de inquérito, composta por um representante de cada um dos três ramos das Forças Armadas. Único oficial miliciano do grupo, eu representava o Exército e era o relator da dita comissão.

Tinha assumido essas funções na qualidade de assessor do general Galvão de Melo, um dos dois membros da Força Aérea que integravam a Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general António de Spínola, que assumira o poder político na noite de 25 de Abril.

Cabia-me, no seu gabinete, fazer a ligação com a Comissão de Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa. Galvão de Melo era, seguramente, a figura mais à direita dentro da Junta. Por uma singular ironia, competia-lhe a tutela da Comissão de Extinção da polícia política do anterior Regime, tarefa que o não entusiasmava por aí além. E, por outra não menos singular ironia, fruto de diversas circunstâncias, veio a caber-me a tarefa de ser seu assessor.

Os pides consideravam então estar a ser vítimas de uma imensa injustiça: seriam totalmente “infundadas” as inúmeras acusações de torturas e atentados aos Direitos Humanos que

sobre eles impendiam, a esmagadora maioria jurava nunca ter feito outra coisa que não fosse estar nas fronteiras a pôr carimbos nos passaportes. Uns “anjos”, em suma! Quase se poderia perguntar quem é que, afinal, espiara, perseguiara, torturara e até matara os inimigos políticos do Regime. Poder-se-á dizer que a sua posterior não-indiciação, quase coletiva, pela Justiça provou que, afinal, eram os pides quem tinha razão? Ironias da História.

Descontentes com o prolongamento da sua detenção e respetivas condições, mobilizados por um qualquer pretexto conjuntural, os pides tomaram alguns guardas da Penitenciária como reféns, abriram o “gradão”, a porta de ferro que lhes permitiu invadir a parte central da prisão, e anunciaram que se colocavam “à disposição” do general Galvão de Melo – o qual, dias antes, fizera uma polémica e ultraconservadora proclamação televisiva, que lhes terá ressuscitado a esperança de uma libertação rápida.

No auge desta nova crise, o chefe da Comissão de Extinção, o comandante Conceição e Silva, foi de helicóptero ao Algarve, com o seu adjunto Alfredo Caldeira, para tentar obter orientações de Galvão de Melo. Na conversa, o general, enfadado por ver interrompido o concurso hípico da Penina a que assistia, terá deixado os seus interlocutores de mãos a abanar. Estávamos assim, num domingo à tarde, reunidos no gabinete do diretor da Penitenciária, a discutir o que fazer a seguir, em face do prosseguimento do motim.

Esgotadas algumas hipóteses de solução, o José Manuel Costa Neves, então major (hoje general), chefe de gabinete de Galvão de Melo, decidiu tomar o assunto em mãos: “Eu vou lá dentro falar com os pides. Quem é que quer vir comigo?” A idade tem destas coisas e a precipitação é uma delas. Por isso, disse de imediato: “Eu vou contigo.” Arrependi-me no

segundo seguinte, mas já era tarde: cinco minutos depois, estava a seguir a figura alta e corajosa de Costa Neves e a entrar no meio de uma chusma de pides, que sabíamos que tinham armas retiradas aos guardas e que, naturalmente, desconhecíamos se tinham a intenção de ficar connosco como reféns.

Enquanto o mar de pides se abria como as águas do mar Vermelho, para ambos podermos chegar ao centro da prisão, comigo numa taquicardia de tardio bom senso, recebi um leve toque num ombro e voltei-me, sobressaltado.

Dei então de caras com o “Navalhas”*, um colega de escola primária em Vila Real, que não via há muito e que desconhecia ter feito tão distinta opção profissional.

“Estás porreiro? Então por aqui?”, saiu-me, num registo social, como se o estivesse a encontrar no Rossio, à porta da Suíça. Apertei-lhe a mão, quase caloroso, para me dar ares de confiança bem à vista do grupo, que tinha já cem olhos sobre mim, com o “Navalhas”* a retorquir-me: “É verdade! Quem também cá está é o “Bilrau”*, mas não aderiu.”

O “Bilrau” era um antigo colega de liceu que, do mesmo modo, eu desconhecia ter enveredado pela prestigiante carreira de pide. E o meu convívio social-pidesco estendeu-se então, com a maior naturalidade, ao ausente “Bilrau”: “Ó ‘Navalhas’, dá um abraço meu ao ‘Bilrau’... e tive imenso prazer em ver-te, pá!”

Esta rápida sequência de vénias de cordialidade passou-se, aparentemente, sem que o Costa Neves nada notasse, entretido que estava já a lidar com os cabecilhas do motim e a transmitir ao seletº auditório as presumidas orientações de Galvão de Melo. Dez minutos depois, para meu imenso alívio, estávamos cá fora, sãos e salvos.

Os pides acabaram por não se render na sequência da nossa esforçada diligência e só foram “convencidos”, horas mais tarde,

pelo “argumento” da chegada de um pelotão de “fuzos”, os fuzileiros navais que Conceição e Silva mandou vir do Alfeite.

Desde esse inesquecível mês de agosto de 1974, nunca mais vi o “Navalhas” ou o “Bilrau”. Coitados, com o acordo de Schengen, até ficaram sem fronteiras para praticarem a sua nobre profissão. Eles que, claro, tenho a certeza de que só punham carimbos em passaportes...

** Nome alterado.*

(12.8.2009)

SAUDADES DO MEIRELES

Um incidente ocorrido agora na eleição autárquica em Mondim de Basto fez-me recordar que, em outubro de 1969, precisamente 40 anos antes, fui por lá fazer campanha eleitoral pela Oposição Democrática contra o Estado Novo.

Como já aqui foi referido, as listas eleitorais, ao contrário do que hoje sucede, eram então impressas sob responsabilidade das forças políticas promotoras (aliás, só havia duas: a “Situação” e a Oposição...) e entregues pelo correio ou diretamente aos eleitores, neste caso num porta a porta mais seguro, mas nem sempre fácil.

Numa reunião da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Vila Real, dirigida por Otílio Figueiredo, e que congregava o escasso número de quantos, no distrito, abertamente se dispunham aos riscos de enfrentar o Regime, demo-nos conta de que o concelho de Mondim de Basto era o único onde não dispúnhamos de nenhum contacto.

Na discussão sobre o assunto, ao ser constatada esta lacuna, o Carvalho Araújo protestou: “Ora essa! Temos lá o Meireles! Já fez connosco o Norton e o Delgado. O Meireles é fixíssimo.” (Um parêntesis para dizer que o nome Meireles me ficou na memória, mas posso estar enganado. Porém, para o que aqui importa, é irrelevante).

Convém esclarecer que o Carvalho Araújo era um homem já entrado na idade, feroz republicano, que havia sido demitido da função pública nos anos 30, por atividades anti-

-Regime. Tinha sempre um semblante grave e fechado, tratando-nos a nós, aos mais novos que andávamos envolvidos na ação política da Oposição, com visível distância e até alguma desconfiança. Na verdade, não tínhamos andado com “o Norton” ou com “o Delgado”: as eleições em que Norton de Matos havia sido candidato presidencial tinham tido lugar em 1949 (eu tinha nascido no ano anterior, o que, como se compreenderá, condicionou muito a minha participação na respetiva campanha...) e a idêntica aventura de Humberto Delgado fora em 1958 (altura em que as minhas prioridades se centravam na admissão ao liceu...). Porém, se o Carvalho Araújo, democrata experimentado, assegurava o apoio do tal Meireles, era uma oportunidade que havia que aproveitar.

Assim, no dia seguinte, com a mala de um carro (creio que era o NSU do Délio Machado) cheia de envelopes já endereçados, com boletins de voto oposicionista dentro, lá avançámos nós para Mondim. Aí chegados, com o Carvalho Araújo no comando das operações, fomos à procura do Meireles, tarefa que se revelou menos viável, porque o Meireles havia falecido... creio que há já sete anos!

Quando pensávamos que o Carvalho Araújo se ia deixar abater pela dura realidade, ele renasceu: “Não há problema! Vamos à farmácia!” Olhámo-nos, intrigados: “À farmácia? Para quê?” Com um esgar de superioridade, o Carvalho Araújo lançou-nos, condescendente, a sociológica revelação: “Meus amigos, os farmacêuticos são sempre gente com espírito liberal, as farmácias são espaços de tertúlia, confiem em mim!” Verdade seja que as alternativas eram poucas e tínhamos necessidade de despachar as centenas de boletins de voto (os inscritos de então não eram muitos) que levávamos connosco.

O nosso homem tomou conta das operações, foi falar com o responsável da única farmácia local e, impante, regressou,

minutos depois, com o anúncio: “Eu não lhes dizia?! É um democrata, fica com os boletins de voto e encarrega-se de distribuí-los.” Ficámos banzados! E a admiração pelo sentido estratégico do Carvalho Araújo cresceu de modo exponencial.

Semanas mais tarde, quando o nosso saldo eleitoral em Mondim de Basto se computou no magérrimo resultado de escassas dezenas de votos, o pior em todo o distrito de Vila Real, creio que tivemos a piedade de não comentar com o Carvalho Araújo a eficácia da sua “operação farmácia”. E, mesmo sem o termos conhecido, sentimos fortes saudades do Meireles.

(21.10.2009)

O ABRAÇO

Achei que tinha mesmo de ajudá-lo. Aquele colega de liceu, que já não via há anos, sabendo que eu estava colocado na embaixada em Luanda, nesses idos de 80, procurou-me, nas férias de Natal, para me pedir para tentar encontrar o pai, que há algumas décadas migrara para Angola, antes da independência do país, e que, desde há cerca de cinco anos, deixara de dar notícias.

A sua mãe tinha-se desligado afetivamente do antigo marido e não queria saber dele. Mas ele, como filho, não. A última localidade onde sabia que o pai vivera era a milhares de quilómetros da capital angolana, só acessível por estrada, a partir de uma outra cidade, esta com ligação aérea a Luanda. Teria morrido? Estaria em dificuldades? Desde essas férias de Natal, impus a mim mesmo a obrigação de procurar o paradeiro do senhor Matias*, de Vila Real.

Convém lembrar que esse era um tempo de guerra civil em Angola, com muitas localidades isoladas e, frequentemente, sob ação militar. A zona onde o senhor Matias vivia (vivia?) situava-se em áreas onde os conflitos eram mais intensos. Mas sabia-se que, em Angola, havia sempre portugueses em todo o lado, por mais inóspitas que fossem as paragens.

Regressado a Luanda, fui ao Consulado e lá estava a ficha do senhor Orlando Matias. Tinha nascido há 74 anos. O último ato consular praticado datava de há já quase seis anos. Falei com os funcionários e pedi-lhes que, se e quando apare-

cesse alguém da cidade onde se supunha que o sr. Matias vivia, lhe pedissem para ir falar comigo, dois andares acima, naquele imenso e desagradável prédio onde eu trabalhava e vivia, na Rua Karl Marx, antiga Rua Vasco da Gama, hoje, pelos ventos da toponímia, Avenida de Portugal.

Semanas depois, apareceu alguém da referida localidade. Chamei-o e confirmei – boa notícia! – que o senhor Matias estava de boa saúde e ainda trabalhava. Quando referi à pessoa a razão pela qual queria encontrar o senhor Matias, pedindo-lhe para passar a minha mensagem, retorquiu-me: “Está bem, mas, por ora, não diga ainda nada à família dele. Vou tentar que ele fale consigo.” Estranhei um pouco, mas as vidas em África têm razões que a lógica desconhece. E respeitei o que o homem me pediu.

Os meses passaram. Até que um dia, da portaria, me chegou o recado que um tal Orlando Matias estava ali, para me ver. Rejubilei. Mandei-o subir e recebi no meu gabinete um homem tisnado, pequeno, magro, mas com ar saudável, olho vivo e cara seca, sem grandes sorrisos.

Expliquei-lhe o encontro tido com o filho, meu antigo colega, tentei aligeirar a conversa, que, contudo, sentia não fluir, num esforço para suscitar memórias comuns de Vila Real. Mas rapidamente comecei a perceber que, para ele, o passado era mesmo o passado.

A certo passo, disse-me: “Sabe, senhor doutor, se calhar é melhor não dizer ao meu filho que me encontrou.” Fiquei perplexo e, de certo modo, desiludido. Depois de meses de espera, quando eu pensava ter resolvido o mistério e me preparava para dar a boa-nova ao meu antigo colega, tudo se desvanecia. Porquê?

“Eu não vou regressar nunca a Vila Real. A minha vida é em Angola. Esta, agora, é a minha terra. Tenho aqui mulher e

já cinco filhos, tenho um negócio que vai bem, mesmo com a guerra. A mulher e o filho que deixei em Portugal já não esperam ver-me, se calhar acham que eu morri. É melhor assim. Nem eu tenho dinheiro para lhes mandar, nem era capaz de abandonar a família que fiz por aqui. Diga ao meu filho que não me encontrou, faça-me esse favor.”

Num segundo, percebi o drama do homem. Dei-lhe todos os meus contactos para o caso de precisar da minha ajuda e levei-o ao elevador. À despedida, de dentro daquela secura que os trópicos e as dificuldades da vida haviam incutido no seu caráter transmontano, disse-me uma coisa bonita: “Quando encontrar o meu filho, dê-lhe um abraço forte, por mim. Mas não lhe diga nada, está bem?” Nunca disse.

* *Nome alterado.*

(17.11.2009)

BOAVENTURA

Hoje, apetece-me contar uma historieta da minha terra, Vila Real, que ouvia ao meu pai, que nem sequer era de Vila Real, mas que, nunca o confessando, sentia já aquela terra como sua.

Na minha adolescência, vivia na cidade uma figura de porte imponente, sempre bem-vestida e com um chapéu cinzento, que parecia apenas pousado no alto da sua cabeça, que dava pelo nome de Boaventura. Ao que se sabia, o senhor Boaventura vivia dos rendimentos de anteriores atividades comerciais no Brasil, que lhe garantiam a prosperidade que transparecia no seu quotidiano. Homem sociável, bem-disposto e de trato agradável, parava pelos finais de tarde na Relojoaria Salgueiro, na Rua Central, local para conversas soltas, sem agenda, entre amigos e conhecidos.

Estava-se nos anos 60, algumas crises sacudiam então o País, tentativas de golpes políticos tinham sido abafadas, “ideias avançadas” (como à época se qualificavam as ideias radicais de esquerda) iam fazendo o seu clandestino caminho, Portugal dava ares de estar já cansado de “viver habitualmente”, como o doutor Salazar desejava.

Num desses fins de tarde de charlas, um dos amigos do senhor Boaventura não resistiu e lançou-lhe, irónico e ousado: “Ó Boaventura, você tem de se ‘pôr a pau’, homem! Isto está a aquecer, um destes dias o comunismo vem ‘por aí acima’ e o meu amigo, que não faz nada na vida, vai ter de começar a trabalhar.”

O Boaventura não se desmanchou e respondeu: “Pode ser que sim. Mas uma coisa é certa: quarenta anos de boa-vida já ninguém me tira!”

Contei hoje esta historieta a Lídia Jorge, à hora do almoço, aqui em Paris. O comentário dela foi que não era por acaso que o nosso homem se chamava Boaventura...

(19.11.2009)

INDEPENDÊNCIA

O Primeiro de Dezembro, data que marca a recuperação da independência de Portugal face a Espanha, em 1640, parece ter hoje um significado residual para a maioria dos portugueses. Já muito poucos recordam a história da revolta aristocrática que, aproveitando habilmente a fragilidade conjuntural de Madrid, repôs a coroa numa personalidade portuguesa, na figura de um titular da família Bragança. Pergunte-se, pelas ruas do nosso País, a razão de ser deste feriado e – garanto! – as respostas serão as mais díspares e disparatadas.

A ditadura do Estado Novo procurou aproveitar, de forma oportunista, as grandes datas da nossa nacionalidade. Ao politizar esses momentos, contribuiu decisivamente para a diluição da sua importância no imaginário coletivo e, por uma reação *a contrario*, fez delas afastar os cidadãos, o que resultou na quebra da herança histórica intergeracional com que se define um país. Sei, porém, que há muita gente que não concorda com esta minha perspetiva.

Confesso que sinto alguma nostalgia quando vejo o modo respeitoso como os franceses ou os britânicos comemoram as suas datas fundacionais, ao mesmo tempo que observo a displicência com que, em Portugal, se olham tempos similares nossos. E isto é tanto mais estranho quanto a nossa História, por ser muito antiga e rica, justificaria que as novas gerações olhassem para ela com bastante orgulho.

Na minha juventude, o Primeiro de Dezembro era uma data cheia de comemorações oficiais. Por todo o País, o dia era prenhe de desfiles e romagens esforçadamente patrióticos. Nos meus primeiros anos do liceu, em Vila Real, para a marcha militarista obrigatória que fazíamos pelas gélidas ruas da cidade, de calção castanho e camisa verde, com o cinto com um críptico S metálico (que todos sabiam querer significar Salazar, mas alguns tolos acreditavam ser Serviço), a minha mãe “acolchoava-me” com camisolas interiores sobrepostas, para evitar as gripes que, à época, não tinham siglas cosmopolitanas como as de agora.

Mais crescido, passei a ir a outro importante evento ligado à data: as ceias do Primeiro de Dezembro. E registei a minha colaboração nas récitas do Cineteatro Avenida, onde a proverbial injustiça da crítica impediu que ficassem gravadas em glória algumas das minhas imorredouras prestações. Alguns, de capa e batina, coisa que nunca tive, iam cantar pela cidade o hino da Restauração, com uma letra “estado-novista” que era uma espécie de segundo hino da Mocidade Portuguesa. Eu, confesso, ainda sei de cor a letra. (Como sei a do “Angola é nossa!”, aliás).

Hoje, a bela data do Primeiro de Dezembro está transformada num dia caricatural, comemorada por grupos minoritários, em busca de um reconhecimento que o público lhes nega e que só alguns blogues de seita acolhem. Neles sobrevive um antiespanholismo primário – essa doença infantil do portuguesismo – que, em verdade, acaba por obscurecer os verdadeiros novos perigos que o país corre no plano externo.

(30.11.2009)

VIDAS

Ele há cada conversa!

Ontem, à porta de uma funerária de Vila Real, o respetivo proprietário, com quem trocava cumprimentos rituais de Boas-Festas, disse-me, a certo passo: “Ainda hoje falei do senhor embaixador a um colega de Portalegre. Ele foi a França buscar um cadáver e queixou-se-me das demoras consulares por lá.”

Defensivo e burocrático, reagi logo: “Ele que me contacte se, no futuro, tiver problemas.” E fui andando.

Entramos para a carreira diplomática com o sonho de fazer parte de grandes negociações internacionais, para acabarmos a ser lembrados como úteis no agilizar dos negócios da morte. Ou melhor, é a vida, como costumava dizer um certo engenheiro.

(29.12.2009)

MARÃO

Atravessar o Marão, nas minhas infância e adolescência, era uma programada aventura. A serra era uma imensa barreira entre o nosso mundo e o mundo, centenas de curvas que davam direito a enjoos, que se iam atenuar com um copo de *Pedras* na Lai Lai ou no Zé da Calçada, logo que chegados a Amarante.

Mais tarde, as idas para a universidade, no Porto, na camionete do Cabanelas, representavam mais de três horas de viagem, sempre com paragem obrigatória em Amarante, desta vez no Largo do Arquinho, para um “reforço” no Príncipe.

Nos eternos regressos a Vila Real, recordo o conforto psicológico que era descortinar, lá ao alto, as luzes da Pousada de S. Gonçalo, uma espécie de posto avançado da cidade, a qual se iria vislumbrar, quilómetros depois, numa certa curva de Arrabães.

Graças ao IP4, o Marão é hoje um “tigre de papel”. Há dias, de Vila Real, fui jantar a Amarante e regressei em cerca de meia hora. Há quem vá, a meio da manhã, de Vila Real ao Porto e volte para almoçar. Com o futuro prolongamento da A4 a Trás-os-Montes, tudo vai ser ainda mais fácil.

Portugal está bem mais pequeno. Não tenho a mais leve saudade daquele passado. Ou melhor: apenas me faz falta a Pousada de S. Gonçalo, ali perto do Alto de Espinho, hoje ingloriamente “terceirizada”, como dizem os nossos amigos brasileiros, com ares de pensão.

(1.1.2010)

CUMPLICIDADES

Cada vez mais me convenço de que comprar livros começa a ser um mero gesto de esperança de que vamos conseguir arranjar tempo para os ler. Com todos os que tenho atrasados, nem duas vidas de ócio pleno me dariam para os milhares que já me enchem as estantes. E, contudo, continuo a comprar mais livros...

Há dois dias, em Orense, retraí-me de adquirir umas memórias da filha de Franco e outras de Mario Conde, uma biografia de Buñuel e uns textos de Cortázar que me faltavam, pela quase certeza de que não iria ter tempo para ler aquilo tudo. Há uns anos, isso não me teria acontecido: compraria e, depois, logo se veria! Confesso que me entristeceu esta minha decisão... A idade começa a rimar com um excessivo bom senso.

Na minha conversa com o livreiro galego, falámos, com alguma emoção, de publicações que ele me havia vendido, em diversas visitas anteriores, vai para quatro décadas, nas anteriores instalações da sua Librería Tanco. Eram coisas então proibidas em Portugal, que o franquismo, no entanto, deixava publicar. Relembrámos as idas discretas às estantes nas traseiras da sua loja, de onde saíam textos anarco-sindicalistas, o *Diário do “Che”* na Bolívia e publicações da linha rosa-luxemburgista ou do Internacional Situacionismo. O que eu lia (ou tencionava ler) por essa altura...

Num certo momento, o meu amigo livreiro fez-me uma surpreendente revelação: “*Sepa usted que yo tenía como*

muy buenos clientes algunos curas portugueses, de Chaves y Vila Real. Venían por cosas muy de izquierdas..." Nunca me havia dito isso! Será que, com o 25 de Abril, alguns terão chegado a bispos ou arcebispos? Acho melhor nem tentar saber...

(2.1.2010)

O comício

Numa conversa recente com Délio Machado, uma figura importante da luta pela democracia durante o Estado Novo, em Vila Real, lembrámos a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, em 1969.

As dificuldades criadas pelo Regime à atividade da Oposição sucederam-se, ao longo das semanas seguintes, com intimidações e obstáculos. Verdade seja que não facilitávamos nada. Em plena campanha, fizemos um requerimento em “meia folha de papel selado”, alegando ilegalidades formais na propaganda da União Nacional, o que levou a que o “partido único” tivesse de pagar uma humilhante coima. E ainda hoje me surpreende a coragem que tivemos, dois ou três comparsas, ao sentarmo-nos na terceira fila do comício da União Nacional, ovacionando ruidosamente quando palavras como “liberdade”, “democracia” ou “paz” surgiam no meio de um qualquer discurso dos candidatos da “Situação”, silenciando-nos ostensivamente durante todo o resto das intervenções. Claro, fomos insultados várias vezes.

Imagine-se agora o que significava organizar um comício da Oposição Democrática, nessas condições. Conseguiu-se alugar o Cineteatro Avenida, de Vila Real, para a “sessão de esclarecimento” de encerramento da nossa campanha. Papeladas e mais papeladas, diligências durante as quais éramos tratados com uma sobranceria oficial, só atenuada pelo facto de algumas das pessoas nos conhecerem de há muito, bem

como às nossas famílias. Isso não evitava provocações, bocas acusatórias (“comunas!”, “anarquistas!”) e irritantes chamadas à polícia e ao Governo Civil, por tudo e por nada. Mas, se bem me lembro, vivíamos isso como uma bela “festa”.

O nosso objetivo naquela derradeira noite era ter a sala cheia e mobilizada, pelo que contávamos com o reforço de oposicionistas vindos de todo o distrito. A sessão convocara também muitos “bufos”, servidores do Regime que iam “ver quem estava”, para poderem avisar o seu “patronato”. Como reforço, umas caras novas andavam pela terra, com ar de “quem-não-quer-a-coisa”, isto é, com ar de pides ou informadores de pides.

A noite começou com uma imensa “gaffe” política. Alguém tinha instruído o Manuel “Pataquinhas”, assalariado para algumas tarefas logísticas, para “pôr discos” com marchas mobilizadoras, do tipo “John Philip Sousa”. A certo momento, começou a ouvir-se o “Angola é nossa！”, talvez o mais emblemático expoente da propaganda musical do colonialismo. Foi preciso um de nós saltar para o palco, atrás de cuja cortina estava o gira-discos, quase despedaçando o aparelho, com fúria, aos berros ao “Pataquinhas”. Lá se compôs tudo, com ordens rigorosas sobre as músicas que poderiam ser tocadas.

E o comício começou, com os nossos candidatos em palco. Depois de tocado o hino, todos sentimos, contudo, que o ambiente não “arrancava”. Havia uma nítida falta de entusiasmo, apenas umas escassas palmas a sublinharem as frases mais sonantes dos oradores. Alguma coisa não estava a ir bem. Não percebíamos a razão.

Foi então que, num segundo, se entendeu o que estava a falhar: as luzes da sala, que iluminavam o público, que deviam desaparecer após o hino, permaneciam acesas. Alguém “voou” para os bastidores, a sala enegreceu-se e a “coragem” do audi-

tório explodiu. A partir daí, foi um fartote de “Viva a liberdade”, “Abaixo o fascismo”, “Abaixo o Caetano”, “Abaixo a ditadura” e coisas similares. Até que enfim! E a noite acabou em glória!

Porém, o comício só não havia sido um sucesso completo pelo facto de um dos nossos candidatos, revelando abertamente uma orientação política própria, que já vinha a ser clara há uns tempos, ter afirmado, a certa altura, que “o Ultramar é português” (teria sido ele a encomendar o “Angola é nossa!”? Quatro décadas depois, ele, hoje um bom amigo, garante-me que não...). Alguns de nós ficámos furibundos com essa declaração.

Como a Oposição, em Vila Real, era de natureza unitária e comportava uma multiplicidade de tendências, havíamos tentado iludir as profundas divergências que entre nós existiam, face à questão colonial. Mas, neste caso, a procurada ambiguidade fora quebrada. A reunião da direção de campanha, que teve lugar após o comício, não consensualizou uma rejeição formal da tomada de posição do candidato (o que, aliás, teria sido um imenso erro). Num gesto de radicalismo pateta, recusei-me a integrar uma delegação dos oposicionistas vila-realenses que deveriam, no dia seguinte, ir a uma reunião da Oposição Democrática à escala nacional. Coisas de quem tinha, então, 21 anos!

(12.08.2010)

A REPÚBLICA

Durante o mês de agosto, recebi do presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Manuel Martins, um simpático convite para participar nas comemorações da implantação da República.

Pediam-me que, na noite de 3 de outubro, fizesse uma intervenção pública, por ocasião do descerramento de uma lápide junto de uma casa onde, nos tempos que antecederam a Revolução de 1910, decorreram reuniões da conspiração republicana. O último desses encontros fora em 3 de outubro de 1910, quando os conjurados aí então se reuniram, pela última vez, antes do assalto ao poder.

Perguntei onde se situava, na cidade, essa casa. Fui informado que era na Rua Avelino Patena, a conhecida “Rua da Travessa”, no centro da cidade. Inquiri sobre o número da porta. O meu interlocutor não sabia. Uns dias depois, esclareceu-me: era o n.º 44. Tomei nota.

Ontem à noite, sob a intempérie que massacrou o Norte, lá estive a falar da República, em frente ao 44 da Rua Avelino Patena.

Pude então revelar que aquela havia sido, precisamente, a casa onde eu nasci... Quem me convidou não fazia a menor ideia dessa feliz coincidência.

(3.10.2010)

ACOLHIMENTO

A noite de sábado estava feroz, lá por Vila Real. Decidimos, mesmo assim, ir jantar, em grupo familiar, a um restaurante. Sob chuva e vento, saímos dos carros. Perguntámos ao empregado que nos abriu a porta:

– Há lugares?

A resposta foi um *must* de promoção comercial:

– Montes deles! Com uma noite destas, só os malucos saem de casa...

Para a história: comeu-se bem.

(11.11.2010)

O OUTRO DÉFICE

O cenário era o balcão do “Tosta Fina”, hoje o lugar geométrico dos grandes pequenos-almoços em Vila Real. Ontem, os interlocutores eram dois recém-trintões, bem na vida, seguramente com muitas cilindradas à porta.

“Eh pá!, já viste o pessoal que marou em desastres?” – disse um deles, mostrando uma notícia do *JN* sobre as vítimas de acidentes de tráfego desde o Natal.

“É, há muito gajo que não devia guiar. São uns nabos!”

“Bom, estes já não vão guiar mais...” (*risos alarves duplos*).

Pausa para o *croissant* com fiambre e o sumo de laranja. A bica final reabre a conversa:

“Onde é que foste no fim de ano?”

“À Corunha.”

“Como é que fizeste? Vieste por Chaves?”

“Não, pá! Vim por dentro. Em Espanha é uma chatice, não se pode andar, têm bófia à toca por todo o lado, nas estradas. E aquilo é a doer. Só quando se chega à fronteira é que o pessoal pode largar. De Valença cá, foi um tirinho. E, tu, onde foste?”

“Fui à Estrela. Agora é fácil, com a A24. Consegue-se colar aos 200, muitas vezes. É sempre a bombar. E aqui não há chuis, é porreiro.”

Quando me dizem que o principal problema português é o défice orçamental, dá-me vontade de rir. Pouco.

(2.1.2011)

O RECOVEIRO

“Podias fazer de recoveiro e trazer-me isso aí de Paris”, pediu-me há pouco, pelo telefone, um amigo que sabe que, hoje, vou a Lisboa.

Só alguém com uma certa idade, e da província, se lembraria do conceito de “recoveiro”, uma figura da minha infância, que se deslocava de terra em terra, normalmente de comboio, e que, na sua mala, trazia e levava “coisas”, por um módico custo, num tempo em que o transporte de encomendas pelo correio não era ainda muito vulgar.

O meu pai contava-me que era o recoveiro que trazia, do Porto, no final dos anos 40, a então muito rara penicilina, que permitiu “safar-me” de uma doença grave, que me ia levando desta para melhor. Desde então, tenho uma gratidão eterna para com os desaparecidos recoveiros.

Por isso, hoje, farei, com gosto, o papel de recoveiro aéreo para esse meu amigo.

(30.4.2011)

DÉLIO MACHADO

Chegou-me a notícia: morreu, em Vila Real, Délio Machado. Imagino que a esmagadora maioria dos leitores não faça a menor ideia de quem ele era. Tratava-se de um homem simpático, na casa dos 80 anos, com um permanente sorriso, uma figura cuja imagem fazia parte do meu cenário da cidade, desde a infância. De uma família visceralmente “republicana” (vocabulo para significar “democrata”), foi um cílico ativista nas escassas aberturas “eleitorais” do Estado Novo.

No pequeno mundo que era Vila Real, no final dos anos 60, aproximei-me dele por via da política. Era um moderado, num tempo em que eu era um radical. Recordo-me, por exemplo, de discordarmos fortemente sobre o modo de abordar o tema da política colonial. Trabalhámos juntos e conhecemo-nos melhor na montagem da máquina da Comissão Democrática Eleitoral que, em Vila Real, concorreu às eleições de 1969.

Délio Machado era um eficaz operacional político. No seu rápido NSU – ele que foi sempre um homem dos automóveis –, corremos Ceca e Meca a tentar mobilizar figuras tidas como “gente fixe”, em diversas localidades, pessoas que tinham estado “connosco” (não comigo, claro) nos tempos “do Norton e do Delgado”. Tivemos então algumas boas surpresas, muitas outras desilusões e, numa tarde, escapámos por uma unha negra a uma sova de varapau em Abaças, ameaçados por gente da “Situação”. No final dessa bela aventura política, levámos

uma já esperada “abada”, sob a criativa aritmética de resultados da ditadura. Mas divertimo-nos imenso. E ficámos, para sempre, com uma relação de amizade e solidariedade.

Passaram, entretanto, quatro décadas. A vida fazia com que nos encontrássemos apenas a espaços, nas minhas passagens por Vila Real. Falávamos da política de hoje e recordávamo-nos, por vezes, episódios dessa intensa jornada de outrora. Chegámos mesmo a planear organizar algo para fixar a memória desses tempos. Tal, porém, nunca se proporcionou.

Há poucos anos, teve a amabilidade de me oferecer a sua documentação política, que ainda não tive oportunidade de tratar. Agradeci-lhe o gesto, numa visita que lhe fiz, no lar onde estava alojado, no último dia de 2009, a desejar-lhe um bom ano. Não tive possibilidade de lhe ir dar um novo abraço, como era minha intenção, no final do ano passado. E, agora, já não o posso fazer.

(17.5.2011)

FIGURAS

Sou de um tempo em que se “emigrava”, cedo na vida, da província para Lisboa ou para o Porto, às vezes para estudar, muitas outras simplesmente para aproveitar a macrocefalia económica das grandes cidades.

Porque tínhamos saído adolescentes da terra de origem, era-nos necessário, nos tempos das visitas em férias, começar a adquirir localmente um estatuto de adultos, em cidades ou vilas que, à partida, nos não reconheciam como tal, porque, no imaginário local, não passávamos do “filho de” fulano.

Mais no caso da minha geração, durante esses regressos episódicos à cidade, pelas festas ou pelas férias, um dos ritos iniciáticos de reconhecimento dessa mudança de estatuto passava pela partilha das mesas nos cafés mais tradicionais, com pessoas mais velhas – sempre homens, claro! Levavam-nos amigos que nos ajudavam a fazer essa transição e, a pouco e pouco, íamos tendo direito de assento nesses grupos de pessoas.

Alguns eram homens de personalidade marcante, verdadeiros fazedores de opinião, quase sempre com ideias bem definidas, respeitados, por vezes temidos, acolitados por amigos que se apagavam sob o seu brilho e davam deixas para as suas saídas. Muitos eram incontestáveis chefes de tertúlias, que contavam histórias deliciosas sobre gente local desaparecida.

(Não resisto a contar uma das mais clássicas, a imorredoura frase do médico Dr. Sampaio e Melo, o qual, do alto da sua

bigodaça e voz forte, uma tarde dos anos 50, entrou no Café A Brasileira e anunciou, perante uma dúzia de amigos: “Tenho a comunicar-vos que acabo de dormir com a mulher de um dos presentes!” O embarracoso silêncio que se abateu sobre o grupo, por penosos segundos, só se diluiu com o esclarecimento subsequente: “Com a minha, claro!”

Nesses encontros de gerações, que, com o decorrer dos anos, atenuam décadas de diferenças de idade e colocam todos numa espécie de camaradagem atemporal, os mais novos iam criando lentamente o seu estatuto, sendo-lhes dada uma atenção progressiva, à medida da própria maturidade que iam demonstrando. Mas o papel das grandes figuras, desses marcos humanos que fazem a identidade das pequenas cidades, esse mantinha-se intocado e intocável. Eram advogados, médicos, engenheiros ou empresários que, com o prestígio e os cabedais ganhos, a que muitas vezes se somava um tecido familiar conhecido e reconhecido, se haviam alcandorado ao pequeno grupo de “grandes senhores” locais – e uso a expressão com todo o sincero respeito que o conceito me merece.

Uma tarde, no final dos anos 60, numa dessas mesas a que eu tivera acesso numas férias da universidade, a discussão derivou para a caça e para a pesca. Como estes eram temas que nada me diziam, fiquei calado, a ouvir os “especialistas”. A certo passo, vieram à baila as imperativas alvoradas a que aquelas atividades obrigam. Nesse particular, o meu silêncio já traduzia algo de embarracado: nessas férias escolares, os meus pequenos-almoços raramente tinham lugar antes do meio-dia, em obediência ao sacrossanto princípio de que, “se esta vida são dois dias, há que aproveitar bem as noites...”.

Liderava tal conversa o Dr. Manuel Vaz de Carvalho. Tratava-se de um advogado literato, poeta de mérito, muito culto,

de qualidade intelectual reconhecida desde os tempos de Coimbra, figura prestigiada da barra da Justiça, cujo verbo argumentativo se dizia ser temido por magistrados e colegas, muito para além dos limites da comarca.

Vivia numa moradia na Timpeira, então um arrabalde da cidade, com um rancho de filhos, educados com rigor, onde a minha e as subsequentes gerações ancoraram sólidas amizades. Com uns cabelos revoltos, tinha voz forte e um fáceis grave, que escondia uma finíssima ironia e uma imensa capacidade de ser amigo do seu amigo.

O Dr. Vaz de Carvalho, num dos momentos da conversa, sentenciou para a mesa: “Eu nunca percebi como pode haver por aí uns maduros que não sabem apreciar um nascer-do-sol, a clareza de uma manhã de primavera na saída para uma pescaria, o fresco desafiante das primeiras horas de um dia de outono, para partir por esses montes à caça! Há por aí uma malta que se levanta sempre tarde, que perde as noites e que não sabe apreciar o sol das manhãs.” E a diatribe prosseguiu, com o fuzilamento verbal desses madraços.

Embora a tirada me não fosse dirigida, eu sentia-me potencialmente esmagado, porque a “carapuça” servia-me à perfeição. Em busca de apoio solidário, olhava para dois ou três camaradas de noitada sentados em volta, que miravam os espelhos da Pompeia, disfarçando, brincando com as colheres do café, num tempo em que não havia ainda telemóveis para fingir ocupação. E, sei lá!, para dar-me ares de à-vontade, devo ter pedido ao Neves mais um “fino”...

E lembro-me de ter tido a tentação de dizer que também eu gostava imenso do nascer-do-sol e do fresco do início da manhã. Só que, imediatamente a seguir, costumava ir deitar-me... A prudência aconselhou-me, e bem, a não lançar essa graçola para a mesa, pela impertinência que o meu esta-

tuto ainda não permitia. Nem quero imaginar o que o Dr. Vaz de Carvalho me teria respondido!

Poucas vezes havia contado esta historieta. Na semana passada, ri-me, com ela, com o Paulo, o genial guitarrista e professor universitário, filho do Dr. Vaz de Carvalho, num simpático almoço a dois, no sossego do Lameirão.

Ao princípio desta tarde, soube que o Dr. Manuel Vaz de Carvalho tinha falecido, precisamente ontem. Ainda fui a tempo de dar um abraço sentido à sua família. E de aqui deixar esta despretensiosa historieta, em memória de uma das grandes figuras que marcou a Vila Real do meu tempo.

(14.8.2011)

PRESTÍGIO

Tratava-se de um cavalheiro “bem-apessoado”, como à época se dizia, figura de elevado nível na administração pública de Vila Real, o qual, por razões funcionais, era obrigado a deslocar-se “lá baixo”, a Lisboa, com alguma regularidade. Nesses tempos dos anos 60, essas viagens eram longas, obrigando a estadas de mais do que uma noite.

Um dia, uma amiga da mulher desse oficioso viajante perguntou-lhe:

“Ouve lá! Tu não achas que o teu marido, com todas essas viagens a Lisboa, não pode ser tentado a ter por lá algum ‘caso’?”

A senhora, pessoa serena e muito educada, respondeu-lhe:

“Sabes? Se calhar, tens razão. Mas, se há coisa que eu não posso controlar, é isso. Ele fica lá por Lisboa no Suíço-Atlântico e tudo pode acontecer. Mas, olha!, se alguma coisa ocorrer, ao menos tenho a esperança de que ele não faça ‘fracas figuras’...”

Estou certo de que mesmo as mais empedernidas feministas não deixarão de achar tocante esta preocupação com o prestígio familiar.

(18.8.2011)

O 5 DE OUTUBRO

Em Portugal, no tempo da ditadura, o 5 de Outubro, dia de implantação da nossa República, era uma data regularmente aproveitada pelos oposicionistas para celebrar a memória da democracia perdida.

O curioso é que, ao tempo, alguém dizer-se “republicano”, num Regime que não tinha coragem de se afastar terminologicamente do conceito, era quase um ato de bravura, porque afirmava uma explícita rejeição do Regime instaurado em 28 de Maio de 1926. Ou, muito simplesmente, significava uma implícita colocação no campo da Oposição ao Estado Novo, cujos defensores eram então designados, até pelos próprios, como a gente da “Situação”.

Nesses tempos, antes da Revolução de Abril, recordo-me de ter participado em algumas iniciativas oposicionistas por ocasião do 5 de Outubro. Eram, vulgarmente, romagens a cemitérios lisboetas onde estavam sepultadas figuras republicanas. Um dos momentos altos, nessa data, quase sempre alvo da repressão policial, consistia numa (muitas vezes apenas tentativa de) concentração junto ao monumento a António José de Almeida, ao Arco do Cego. Nunca esquecerei a figura magra, alta e esquálida de um homem que sempre aparecia nessas manifestações em Lisboa, com uma grande bandeira portuguesa, que a polícia, mesmo nos momentos de perseguição aos ajuntamentos, se via obrigada a respeitar. Não sei se a esse homem, cujo nome nunca soube,

chegou a ser atribuída a Ordem da Liberdade. Bem a mereceria.

No ano de 1969, passei a data de 5 de Outubro em Vila Real. Ao tempo, preparávamos no distrito o movimento da Oposição democrática (a Comissão Democrática Eleitoral, CDE) que haveria de defrontar a lista local da União Nacional.

Organizado por um grupo liderado por essa grande figura de democrata que era o médico Otílio Figueiredo, teve lugar, na noite de 4 de outubro de 1969, no recém-inaugurado restaurante Espadeiro, um jantar “oposicionista”, que comemorava o “5 de Outubro”. Nele tomavam parte as figuras mais proeminentes da Oposição do distrito, tendo à frente, além do próprio Otílio Figueiredo, José Alberto Rodrigues, Júlio Montalvão Machado e Camilo de Sousa Botelho.

Eu e um grupo de jovens que fazíamos parte das estruturas organizativas da CDE de Vila Real decidimos dissociar-nos desse ato, por termo-lo considerado uma manifestação “burguesa” e saudosista. Só aparecemos para o café...

No meu caso, fui mais longe: publiquei, na véspera, um artigo algo provocatório, no jornal local *A Voz de Trás-os-Montes*, onde afirmava (e cito de cor) que, “a nós, não nos interessa nada o 5 de Outubro de 1910, mas apenas o 5 de Outubro de 1969”. Os respeitáveis democratas vila-realenses devem ter olhado com displicente magnanimidade para essa nossa descabida ousadia. Só assim se comprehende que tenham continuado a aceitar a nossa colaboração, nessa bela aventura que foi a campanha para as chamadas “eleições” para a Assembleia Nacional de 1969.

(4.10.2011)

PINGUE-PONGUE

No primeiro piso do edifício onde está instalada a Pastelaria Gomes, há uma série de janelas, que pertencem agora aos escritórios da uma seguradora. Nem sempre foi assim: nesse andar, por muitos anos, situava-se a “Urbanização”, um serviço chefiado pelo engenheiro Barreto, pai do sociólogo António Barreto, um dos membros de um avantajado rancho de filhos, com alguns dos quais me cruzei nos tempos de liceu.

Com um deles, o também sociólogo José Barreto, fui coautor de uma bem-sucedida patranha (numa cidade que sempre teve uma história de grandes “partidas”), algures em meados dos anos 60.

Sabedores que o Sport Clube de Vila Real tinha organizado, ao longo do dia, um torneio de pingue-pongue (agora diz-se ténis de mesa, eu sei), instalámo-nos os dois na “Urbanização” (o Zé Barreto deve ter subtraído a chave ao pai), ao final da tarde, e, em nome d’*O Norte Desportivo*, um jornal “azul” de referência nortenha, contactámos telefonicamente a organização do torneio. Explicámos que, lamentavelmente, não havia sido possível ao jornal enviar um repórter, pelo que pedimos que nos fossem transmitidos os resultados do torneio pelo telefone.

“Todos?”, perguntou o nosso interlocutor, abismado, lá da sede do Sport Clube, na Rua Direita. “Todos, claro! Queremos dedicar uma página completa ao torneio.” E foi assim que, durante aí uns 20 minutos, o pobre do homem (que sabíamos bem quem era, esperando que o contrário não fosse verdade!)

lá ilustrou, com abundantes números, a “reportagem” a “sair” no dia seguinte: “José Fraga/Claudino Areias: 21-12; 19-21; ganhou José Fraga “à melhor”, com 23-21. E por aí adiante, com dezenas de outros jogos.

O Zé Barreto tinha, entretanto, uma função vital: como a chamada era supostamente “interurbana”, havia que fazer *bip* a cada três minutos, o que se tornava progressivamente difícil, com a “barrigada de riso” que íamos tendo. Quanto tudo acabou, para além de um sentimento de pena pelo nosso esforçado interlocutor, perpassou-nos algum temor sobre o que se iria passar no dia seguinte. Mas logo se veria!

Na tarde desse dia, colocámo-nos estrategicamente numa mesa da Pompeia, o café em frente à tabacaria do Bragança, onde o Fernando “Choco” traria, na sua motorizada, o rolo dos jornais, chegados no comboio da tarde. Por essa hora, notava-se uma pequena multidão na rua, pelos passeios entre a loja do Chico “Americano” e a funerária do Zezé. Imagina-se que, derrotados ou campeões, muitos participantes do torneio da véspera estariam ansiosos em ver o seu nome em letra de forma. Arribado o “Choco”, vimos os escassos *O Norte Desportivo* disputados com ânsia, com aquelas folhas enormes, cuja tinta sujava as mãos, a serem percorridas... em vão!

Lembro-me de me ter safado pela porta que a Pompeia tem para a avenida, temente aos impactos da desilusão. Nunca percebi quantos, com o tempo, nos identificaram como autores da “partida”. De uma coisa tenho a certeza: o meu interlocutor dessa noite ainda hoje, mais de quatro décadas passadas, se cruza comigo com cara de poucos amigos. Ó Sr. Mário*, deixe lá, já foi há tanto tempo!

* Soube, entretanto, que o Sr. Mário já faleceu.

(26.12.2011)

NÓBREGA

Acabo de ler, num jornal, que morreu o Nóbrega, com 70 anos. Na minha juventude vila-realense, o Nóbrega era um ídolo da cidade, em particular depois de ter saído do nosso Sport Clube, onde o vi jogar várias vezes. Um dia, um qualquer “olheiro” assinalou-o ao FC do Porto, onde viria a ganhar o lugar de “ponta-esquerda”. Por lá ficou uma dúzia de anos, nas décadas de 60 e 70, seguindo depois a habitual peregrinação que o destino aponta aos ex-jogadores, como treinador de pequenos clubes de província.

O Nóbrega era um futebolista muito rápido, com um excelente pé esquerdo, na época em que os “pontas” (esquerda ou direita) corriam colados à linha, avançando, tão longe quanto possível, para centrarem “adiantados”, evitando os fora de jogo (habituei-me, com o meu pai, até hoje, a dizer “off-side”) com cruzamentos sobre a área, onde os “pontas-de-lança” aproveitavam as suas jogadas. Julgo que o Nóbrega ganhou as suas quatro internacionalizações, de que a cidade muito se orgulhava, tirando o lugar ao Fernando Peres ou ao Oliveira Baptista, já não sei bem. Sei apenas que ambos eram do meu Sporting...

Lembro-me muito bem do pai do Nóbrega, para nós o senhor Nóbrega, homem grande e com forte vozeirão, morador na Fontinha (ruela em que eu seguia para a minha primária escola do Trem), logo à saída do “Cabo da Bila” (é assim, lê-se com “b”), famoso columbófilo e com fama de homem de forte

esquerda, que tinha como profissão ser artesão de pintura (ainda me recordo de ver, lá por casa, um tabuleiro metálico, com as armas da cidade, pintado pelo senhor Nóbrega, embora um objeto de beleza mais do que discutível).

Quando o Nóbrega, o jogador, ao tempo em que era vedeta, se passeava pela cidade, esta olhava-o com evidente admiração. Recordo-me muito bem de o ver, de visita à cidade, um pouco curvado para a frente (ou talvez seja sugestão minha, pela forma como me habituei a vê-lo jogar), caminhando pela Rua Direita (a maioria dos leitores não conhecerá a Rua Direita, mas basta que saibam que é o “eixo” essencial da cidade), com o fáceis grave e fechado que muitos adultos de Vila Real sempre exibem, creio que como forma de serem levados a sério. Nesses regressos, o Nóbrega, acolitado por alguns orgulhosos amigos locais, saudava, generoso, os conhecidos com quem se cruzava, que logo ficavam reconhecidos pela confiança recebida de um personagem famoso.

Era assim a minha cidade, a cidade do Nóbrega.

(24.4.2012)

DORMIR NA RÉGUA

“T’ás maluco? Vais dormir à Régua? Ninguém dorme na Régua!” Foi esta a reação quase insomníaca, de ontem à tarde, assumida por um vila-realense empedernido, quando lhe anunciei que, por uns dias, ia ficar num hotel da Régua, para acompanhar uma missão da UNESCO que vai avaliar da compatibilidade da construção de uma barragem na foz do Tua com o estatuto de “património mundial” do Alto Douro Vinhateiro.

Por natureza identitária, um vila-realense que se preze não gosta da Régua, melhor, “ignora” a Régua, da mesma forma que se “irrita” com essa irrelevância regional que é Chaves. Para um cidadão de Vila Real, a sua cidade é um fenómeno isolado, porque entende que Trás-os-Montes (e o Alto Douro) apenas pode, e deve ser, representado pela sua ímpar urbe. E isto não se discute, por mais modesto que um vila-realense possa e queira ser. Há Vila Real e, depois, só há, para lá do Marão, o Porto. E é tudo! É claro que, um pouco mais “lá para cima”, há, mas já bem depois, uma “coisa” a que se chama Bragança (e, de caminho, Mirandela e Macedo, além de umas adjacências onde “não se vai”, a não ser a caminho de Espanha). Mas tudo isso já é muito “diferente”.

A Régua esteve situada a 29 km de Vila Real (hoje já é bem menos), pela “estrada velha”, que passava por Santa Marta e cujas curvas nos causavam enjoos infantis. Em alternativa, fazia-se quase uma hora de viagem, pela velha linha férrea

do Corgo, para ir aí apanhar, até aos anos 60 (quando a camionagem do Cabanelas nos passou a fazer enjoar pelo Marão), o comboio para o Porto. Mais tarde, a Régua ficou um pouco mais próxima, quando se ia pela encosta contrária, por Nogueira. Mas vamos ser justos: por que diabo um vila-realense ia à Régua? Para nada, a menos que fosse para passar para Viseu, ou para ir à Senhora dos Remédios a Lamego, num assomo de romaria. Ou, como experiência etnológica, se decidisse passar por lá para comprar rebuçados às mulheres aeventaladas à porta da estação e fotografar a mais pequena barbearia do mundo. Às vezes, em fins de semana invernosos, também se passava pela Régua para “ver” as cheias, quando o Douro, antes das barragens, alagava todos os anos a Marginal.

Nós, em Vila Real, o que é que conhecíamos da Régua? Praticamente, só as “pequenas”. Por um excedente de produção de qualidade que nunca ninguém soube explicar, a Régua enviava para Vila Real, para estudar, algumas das mais bonitas garotas que o liceu Camilo Castelo Branco alguma vez teve (e que olhos, senhores!). Os irmãos ou os primos desse “pequenamé”, assumindo uma espécie de “template” automobilístico, vinham sempre à “Bila” de *NSU*, que traziam aos ralis, às gincanas ou apenas, como dizíamos, para “armar aos cágados”, à porta da Gomes, em dias de circuito, a aquecer ruidosamente os escapes. Por essas e por outras é que eu, durante anos, quase me convenci que, na Régua, não era “gente” quem não andasse de *NSU*, como se por aí estivesse estabelecido o principal consumo mundial dessas viaturas.

“For the record”, convém dizer que essas simpáticas colegas vinham cuidadosamente “policadas” por uma austera (mas muito competente) professora de matemática reguense, a dona Raquel.

Ah!, e por falar em policiamento, é também muito importante recordar aqui os “polícias da Régua”, tidos como dos mais rigorosos da região, sempre de farta bigodaça e pança proeminente, os quais, dizia-se, eram ferozes a dirimir questões pesadas na zona do Peso (a Régua chamava-se, ou chama-se ainda, nunca percebi bem onde o debate toponímico ficou, Peso da Régua), onde, dizia-se, os ciganos imperavam. “É pior que um polícia da Régua!” era uma frase que, por décadas, se ouvia em Vila Real, para designar alguém com mau feitio.

E da Régua chegava, pela voz melodiosa de Carlos Ruela, a “Rádio Alto Douro”, para despeito vila-realense, onde imperava um deserto radiofónico.

Muito mais tarde, fomos “descobrindo” que a Régua também tinha, além do vinho do Porto (ninguém, nessa altura, bebia vinho do Porto, confessemos!, salvo no Natal, casamentos e batizados), o Douro e a sua beleza natural, a qual, lamento ter de dizê-lo, nunca contribuiu muito para melhorar a imagem da (agora) cidade, que é um eterno objeto arquitetónico sem grande interesse, com pontes e viadutos a mais. Da Régua vamos ouvindo ainda, nas televisões, os protestos dos produtores de vinho da região, sempre filmados em frente ao “estado-novense” edifício da Casa do Douro, com lavradores a falarem do “benefício” (o conceito demoraria algum tempo a explicar aqui).

Mas, atenção!, na Régua, ou perto dela, comeu-se quase sempre bastante bem (e quem aqui escreve não é indiferente ao tema, como é sabido). Mais recentemente, ia-se ao “Douro In”, agora vai-se ao “Castas e Pratos” (fui lá ontem e foi um jantar soberbo!), sito nos velhos armazéns da estação ferroviária. Mais longe, lá para a Folgosa, o Rui Paula continua a dar cartas no “DOC” (depois de as ter dado no “Cêpa Torta”,

em Alijó, e no “DOP”, junto à Bolsa do Porto). Para uma experiência um pouco mais “radical”, porque terá de se defrontar inevitavelmente com o mau feitio do dono da casa, e sempre avisando com antecedência, vá-se pelo cabrito à “Repentina”, já fora de portas. E, para melhor discutir a barragem que por aqui nos traz, poder-se-ia acabar a tarde no “Calça Curta”, bem junto à velha estação do Tua.

Eu sou um vila-realense atípico: sempre achei alguma graça à Régua. E hoje vou cá dormir, pensando (sem nostalgias, garanto!) no que será feito das belas reguenses do meu tempo. Boa-noite!

(30.6.2012)

A GOMES E A SUA ESQUINA

Sabem o que é a Gomes? É provável que a maioria dos leitores deste espaço não saiba. Tal como acontece em quase todas as cidades, Vila Real tem um café de culto. No nosso caso, é a Pastelaria Gomes.

Porquê a Gomes? Porque sim. Historicamente, distinguiu-se sempre da antiga Pompeia, do meu desaparecido amigo Neves, por ser um pouco mais cosmopolita; da Rosas, do senhor Rosas, por ser mais intimista e dispensar as bizarrias do Toninho; do Excelsior, por ser mais elitista, por esconder os bilhares e não ter dominó; do Clube, por não ser habitual ver por lá comerciantes de gado de samarra e cajado; do Imperial, do senhor Lima, por ali não ser hábito ver o patrão a bater nos clientes; da Brasileira, logo em frente, porque, c'os diabos!, o Plácido já não estranhava ver a gente atravessar a rua.

A Gomes começou na vizinha Gomes “velha”, nos anos 30 do século passado, onde tenho na memória (embora sem certeza absoluta) ver, à porta, o senhor Gomes e em que hoje ainda estaciona essa figura de bem que é o seu filho e meu amigo, Tito Gomes. Por lá se vai pelo bolo-rei e pela bola de carne (leia-se *bôla*), pelas “cristas-de-galo”, pelos “éclairs” ou, sazonalmente, no S. Brás, pelas “ganchas” e pelos “pitos” (que ideia foi essa de agora lhes mudarem o recheio?!) de Santa Luzia, embora a concorrência doceira do Lapão seja cada vez mais feroz.

Foi depois construído, nos anos 50, o novo edifício, que teve a imensa novidade de possuir um elevador... que, durante

décadas, ninguém viu funcionar. No alto da nova Gomes, ainda hoje existe um mastro, que em tempos tinha uma lâmpada que se mantinha acesa enquanto a casa estivesse aberta, pela noite dentro, sinal de que podiam ser servidos, se se apressassem, os *connaisseurs* que viessem do Porto, pela estrada velha, logo que chegados à “curva do espanto”, em Arrabães, primeiro lugar de onde, no Marão, se vislumbravam as luzes da cidade.

Se a memória me não falha, a Gomes foi o primeiro café de Vila Real onde as mulheres podiam, com naturalidade, sentar-se sozinhas. Dizia-se, nesses anos, que receber um convite para tomar chá na Gomes (“em cima”, sempre em cima) com a dona Irene Viana (mulher do dentista e meu professor de ginástica) era o passaporte para a entrada de qualquer senhora na sociedade local. E, glória das glórias!, embora poucos se lembrem disso, a parte “social” da Gomes foi talvez o único lugar público do género onde, que me lembre, nunca entrou uma infernal televisão.

Na Gomes, sempre houve zonas geográficas mais ou menos consagradas, que não revelo em detalhe para não identificar alguns dos seus regulares ocupantes. Entre eles, há os que afivelam sempre um ar grave, tipo “polícia da Régua”, que parece fazer parte da condição necessária para serem levados a sério. Outros falam alto, para serem ouvidos nas mesas ao lado, num dispensável, por ineficaz, esforço de proselitismo das suas ideias. Os mais discretos, mas, nem por isso, os menos atentos, ficam-se pela mesa mais misteriosa de todo o café, com dois lugares, que está perto da porta interior, o único poiso onde se consegue ter uma conversa *tête-à-tête*, sem risco de penduras.

A disposição física do espaço torna a Gomes uma espécie de plateia de um antigo teatro francês, com o “côté court” e o

“côté jardin” a ser dado pelas entradas – seja pela antiga máquina do fiambre (sede clássica de pouso do meu desaparecido amigo Zé “Foquita” Araújo, de samarra pelos ombros), seja pelo antigo balcão dos “furinhos” dos chocolates, que foi lugar dos jornais com estaca de madeira e onde, durante muito tempo, esteve situado o telefone preto (“chamam ao telefone o senhor...”). Por muito tempo, essas duas entradas do proscénio (o Achiles explicaria o que isso é, mas quem não for doutro tempo de Vila Real sabe lá quem foi o Achiles!) induziam timidez nos visitantes ocasionais, atarantados pelo infalível escrutínio do pessoal sentado no “balcão” ou de costas para as “grades”.

No verão, tirado o vetusto estrado, a saída para a avenida muda o cenário, que em tempos se prolongava pela esplanada que aí havia, mas com esta agora misteriosamente reduzida ao Largo do Pelourinho. Obter por aí um café, em dias de enchente, é um privilégio que obriga a meter cunhas ao Afonso – a alma atenta e sempre simpática do serviço, um pilar da casa cuja dedicação e importância espero que sejam bem entendidas pela gerência.

Foi pela Gomes que comecei a parar, ainda nos meus tempos de liceu, com mesa marcada “em cima”, ao canto esquerdo de quem entra, com o *brandy* L34 a acompanhar o café, erro que sinto, para sempre, na memória do meu fígado. Por aí passei muitas horas a discutir coisas fúteis da vida e, cada vez mais, da política.

Para as caves da Gomes fui cooptado, ritual de iniciação a que atribuí grande importância, para a visualização de alguns filmes heterodoxos, trazidos da estranha por ousados viajantes locais, sobre cujo conteúdo a moral deste espaço me não deixa elaborar. Foi na Gomes que, com alguns outros, fui, em 1969, interpelado pelo comandante da GNR, por

comentários entendidos como “subversivos”, que, sem consequências de maior, nos conduziram por algum tempo ao Governo Civil.

A Pastelaria Gomes, honra lhe seja feita!, foi sempre um espaço plural, nunca foi de grandes políticas sectárias: por lá pararam, serenamente, todas as tendências, da “Situação” ou da Oposição – e eu estive, ao longo dos tempos, em ambas, e não necessariamente por esta ordem.

Em várias décadas, nunca deixei de “ir à Gomes”, nas minhas estadas aperiódicas por Vila Real. Por lá passo, com gosto, em férias, sempre que posso, para rever amigos e conhecidos. E, claro, para comer um covilhete ou uma fatia de bola de carne.

A Gomes dos dias de hoje está diferente da dos velhos tempos. Às vezes, vejo-a um pouco desleixada. O pessoal, embora sempre simpático e educado, tem em alguns casos um estilo profissional “pela rama”, de recrutamento aparentemente errático e excessivamente rotativo, com exceção de algumas jovens simpáticas e do pilar que é o Afonso.

A Gomes é já uma instituição, e as instituições têm rituais sem os quais a sua identidade de esvai. Não se lhe pedem grandes mudanças (até se agradece que as não façam), requer-se apenas constância e perseverança na atitude profissional de uma casa que, tendo hoje uma nova frequência e diferente clientela, tem obrigação de conservar as características que a qualificaram como a sala de visitas da cidade. Atenção a isto, ó gente da Gomes! Talvez o defeito seja meu, que venho dos tempos clássicos do João, do “Sapo”, do Gonçalo, do Fernando ou do José.

Ontem, dia de Natal, não foi “dia de Gomes”. Mas há um lugar que nunca “fecha” e à volta do qual é a própria cidade que gira. Esse lugar é a esquina da Gomes, um marco geográf-

fico, charneira entre a Avenida Carvalho Araújo e o Largo do Pelourinho. É que uma coisa é a Gomes, outra coisa é a esquina da Gomes, consagrada como tal por uma placa da confraria dos Pyjamantes, um prestigiada tertúlia vila-realense.

Por essa esquina nos encostávamos, na adolescência, para ver sair o “pequename” da missa da Sé, logo em frente. Nos invernos, essa é a sede de ventanias sem par, onde confluem grupos que atiram uns aos outros um indizível “méxiôres!” (que no vila-realês apressado se transcreve como a saudação “Meus senhores!”, enviada de um grupo de passeantes a outro), o que, nesta época natalícia, é logo seguido do clássico “Continuação!”, expressão utilizada até aos Reis.

Por ali se passeiam, no dia 25 de Dezembro e seguintes, com sol ou sem ele, as camisolas-de-losangos e os cachecóis que “saíram” nas prendas de véspera, vestindo amigos e conhecidos, mais ou menos “graves”, que, do percurso do liceu ao “Cabo da Bila” (desistam aqui os não-vila-realenses), calcorriam, devagar, uma memória sedimentada desde a infância ou aprendida por adesão voluntária ao espírito do Marão.

A Gomes e a sua esquina continuam, contra ventos e marés, a ser o lugar geométrico afetivo de Vila Real. Alguns dirão: a Gomes já não é o que era! Eu digo: deixem estar a Gomes como está, conservem-na com carinho e prestarão um inestimável serviço à identidade de Vila Real. Mai’nada!

(21.12.2012)

Post-scriptum, só para vila-realenses:

O meu amigo Francisco Agarez insinuou que uma fotografia que eu reproduzira no blogue (e que, de facto, era dos Campos Elsios), não parecia ser da Avenida Carvalho Araújo, em Vila Real. Mandei-lhe a seguinte mensagem: “Caro Francisco Agarez: mude de óculos, homem! A foto já tem uns anos, mas então não se vê logo que é a avenida? O vulto a subir é o Bertelo, saído da Sé, junto ao Pátio das Cantigas. A seguir, dos Correios, espreita o Setas e, logo adiante, passados os Quinchosos, junto ao portão do Seminário, lá está a batina do padre Sarmento. Os carros de praça que passam são do Falei e do Bragança. Na reentrância da pensão do Camposana está bem à vista a figura do Honório (não, não é o Fernando Pessoa!), com o saco de plástico na mão. Na vitrine da Pompeia, nota-se que o Neves está a correr os estores. Logo depois, o padre Henrique (então não vê?) está à porta d'A Voz de Trás-os-Montes, tendo ao lado o Alvelos, que acaba de fechar o Turismo (lá estão as bilhas de segredo de Bisalhães na montra!). Com algum cuidado, vê-se o Dr. Zezé a sair do Club pela escada para a avenida. E, um pouco acima, o Sarreiro encerra a sua loja e o Zé Araújo fecha a porta da Galeria d'Artes, ao lado do barbeiro. Não sei bem quem é o miúdo que está a sair da porta do edifício da Caixa mas, bem mais ao fundo, à direita, embora um pouco mais difícil de descortinar, podem ver-se garrafões a sair do Alcino para a carrinha do António da Toca da Raposa, bem como a barriga proeminente do Furriel, de chapéu na cabeça, a falar com o Chico Costa, de boina basca. Logo depois, bem visível, lá está a bela varanda dos Mota e Costa, com o João Albardeiro encostado à parede a falar com o Quim Rato. Finalmente, só por distração é que você não viu o Pincha e o Chico Cereja a discutir nas escadas do Tribunal. Caramba, homem, vá ao Frederico ver esses olhos! E já que anda

ali pelo Pelourinho, compre-me um bolo-rei. Mas na Gomes velha, está bem?”

O Francisco Agarez respondeu-me: “Tem toda a razão, meu caro Francisco, mas que quer? Ainda uso as cangalhas que o pai do Frederico me receitou em 1959 e que aviei no Ferreira oculista. Eu bem andava a estranhar ver tudo desfocado à minha volta e já me tinha convencido de que tinha mesmo de mudar de lentes. Mas, quando me preparava para passar das intenções aos atos, levei com o OE 2013 e encolhi-me todo. Tenho o azar de ter graduações diferentes nos dois olhos (defeito de fabrico de que já não tenho junto de quem reclamar), o que me impede de comprar os óculos novos numa loja das Three Gorges. E também, para lhe dizer quanto é franco, acho que o melhor é mesmo continuar assim, que o que está para vir não é bonito de se ver e já não tenho pernas para ir à caça de lebres e aparentados. Um Bom Natal para si e para a sua mulher.”

ESTE NATAL

Este ano, não passarei o Natal em Vila Real. Na vida, isso aconteceu-me apenas duas vezes: quando vivia em Londres, já nem sei bem porquê, e, no ano passado, porque fiquei por aqui, por Paris, na ressaca de uma questão de saúde.

Devo dizer que não sinto falta deste Natal, em Vila Real. Seria um Natal triste, depois de um tempo recente em que, por lá, perdi pessoas com cuja ausência me não reconciliei. Aliás, nos últimos anos, pelas leis da vida ou da morte, chamem-lhe como quiserem, os Natais têm vindo a tornar-se momentos um pouco mais sofridos do que agradáveis.

Nem sempre foi assim. Até à minha adolescência, os meus Natais dividiam-se entre Viana do Castelo e Vila Real. E eram muito, mesmo muito agradáveis e alegres.

“Exilado” em Vila Real desde os anos 40, o meu pai rumava a Viana com a família, poucos dias antes do Natal, do mesmo modo que fazia nas “férias grandes” e na Páscoa. Invariavelmente, ano após ano. Não tínhamos carro. Íamos de comboio, em três etapas épicas. Primeiro, de Vila Real à Régua, na velha linha do Corgo, bancos de “sumapau”, com as faúlhas da fumarada das máquinas a entrarem-nos pelos olhos, se acaso espreitávamos pelas janelas. Da Régua ao Porto, o comboio era melhor, embora mais monótono. Por um tempo, o Douro ia ali ao lado, mas nós, nessa época, nem olhávamos para ele. (Era uma viagem em que, no verão, em algumas estações, mulheres vendiam regueifas

e água em recipientes de barro: “Água e bilha, 15 tostões!», apregoavam).

A aproximação do Porto, anunciada por túneis sucessivos cuja travessia nunca, até hoje, me sossegou, induzia-me uma recorrente inquietação. É que via o meu pai, com a sua organização meticolosa, preocupado em conferir ao minuto os atrasos, que nessas alturas eram frequentes, por forma a tentar perceber se “dava tempo” para chegar a Campanhã ou mesmo a S. Bento ou se, pelo aperto dos horários, tínhamos de mudar para a linha do Minho em Ermesinde, num rebuliço de bagagens e gentes, com a certeza de ter de ir de pé até Viana, nesses períodos de inevitável enchente dos comboios. É curioso que, até hoje, o nome Ermesinde provoca em mim um *frisson* subliminar, ligado a essa angústia de infância.

Passávamos quatro ou cinco dias em Viana, com a ceia da Consoada no casarão da minha avó materna, no Largo Vasco da Gama, um ambiente que, para a vida, me ficou como sinónimo de férias. Lembro-me bem do presépio que, em cada ano, saía de um armário, do musgo que íamos buscar ao quintal, para colocar sobre um papel forte manchado, e de uma famosa “vaca” que o não era (mas esta é uma *private joke* familiar...). Com os meus primos, jogava pinhões ao rapa e inventávamos algumas maldades inocentes, para enchermos as noites em que os adultos se entretinham em conversas que só com os anos fomos conseguindo acompanhar. Eram serões muito agradáveis, com todos à volta da minha avó, e nós, os mais novos, a traquinar pela imensa casa.

Na tarde de 25 de Dezembro, depois da “roupa velha”, comida impreterivelmente ao meio-dia e meia (a minha avó era de horários sagrados), partíamos para o Porto, comigo já contentado com algumas prendas recebidas, parte das quais, contudo, para meu silencioso desconsolo, eram sempre pacotes

de meias (isso mesmo, meias!), uma oferta regular de duas tias, compradas no Eugénio Pinheiro, ali na Picota. Desse regresso de comboio, tenho para sempre na memória a imagem do meu pai a ler *O Comércio do Porto*, nesse dia sempre com as páginas muito ilustradas, com coloridos motivos natalícios. E da minha mãe entretida com a então famosa *Eva* do Natal, uma revista que eu só via surgir nessa altura, com numeração para sorteio de uma moradia. Nunca nos “saiu”, diga-se, porque toda a sorte que tivemos deu sempre muito trabalho.

A chegada à estação de S. Bento, com fumarada, apitos e uma barulheira que eu achava o máximo do cosmopolitismo, que depois me lembrava alguns filmes, era um momento desejado. Aguardavam-nos familiares muito próximos, com os quais, após uma ritual passagem para abraços em casa de outros, avançávamos para Vila Real. Ia-se por Santa Catarina, pelo Marquês e por Costa Cabral adiante, passando próximo de Ermesinde (outra vez!), rumo às temíveis curvas do Marão. A elas nos abalançávamos depois de um “reforço” em Amarante, no Zé da Calçada, com aquisição da doçaria na Lai-Lai, ao lado. Passados a Pousada e o ansiado Alto de Espinho, onde a curvaria amainava, as luzes de Vila Real, avistadas de Arrabães, prenunciavam já a outra noite de Natal que aí vinha, desta vez em casa dos meus avós maternos, numa bela e alegre noitada, com outros tios e outros primos. E com novas prendas, claro!

Eram dias felizes. Foram-se os avós, foram-se os pais, foram-se quase todos os tios. Restam os primos, “primos-irmãos”, uma rede renovada em gerações, assente num tecido de muito forte amizade. Mesmo assim, este ano, não tenho vontade de passar o Natal em Vila Real.

(22.12.2012)

AGENDA DOMÉSTICA

Anteontem, em Lisboa, vi à venda a *Agenda Doméstica*, referente a 2013. E lá estava a descrição do seu conteúdo: “decoração do lar, conselhos de beleza, elegância feminina, culinária, etiqueta, contos, curiosidades, anedotas, jogos, passatempos e prémios”. Não abri, sequer. Mas sorri intimamente.

A *Agenda Doméstica*, nos anos 50, 60, e creio que até aos anos 70, era uma presença anual obrigatória em nossa casa. Teoricamente, era adquirida para a minha mãe, por via da culinária e de conselhos domésticos práticos que carreava (impressionava-me sempre a plêiade de soluções simples para tirar nódoas, que creio que ninguém depois seguia).

A *Agenda Doméstica* era (e é) editada pela Porto Editora, razão por que tinha grande divulgação no Norte do País. Nunca fomos tentados pela concorrência, a *Agenda do Lar*, editada por *O Século*, que se via mais em casas de Lisboa. Ah! e a “Agenda” era e continua a ser assinada por “Maria Raquel”, um nome que sempre me pareceu mais fictício e mais próximo da histórica “Marta Neves” (que por muitos anos nos bombardeou com ofertas “imperdíveis” das *Seleções do Reader's Digest*).

Manifestamente contra a vontade da minha mãe, suposta destinatária primeira da *Agenda* (como familiarmente era designada), e que por isso sempre protestava levemente, o volume brochado era acaparado, imediatamente após a

compra, pelo meu pai e pelo meu avô materno, durante vários dias, com uma única finalidade: resolver os 12 problemas de palavras-cruzadas que a *Agenda* trazia. Mas o que é que de tão particular essas palavras cruzadas tinham? É que elas eram, de muito longe, das mais difíceis dentre todas quantas se podiam encontrar em jornais ou mesmo em revistas de cruzadismo. Como especial aliciante, ligada à resolução com êxito desses problemas, estavam prémios dados pela Porto Editora.

Recordo-me da imensidão de horas que, de lápis e borracha na mão (“as palavras-cruzadas nunca se fazem a tinta”, aprendi para a vida), o meu pai e o meu avô dedicavam à descoberta das soluções (que só seriam publicadas na edição do ano seguinte!), comigo a servir, à medida que crescia, de cada vez mais dedicado e entusiasmado ajudante, com uma imensidão de idas ao dicionário – a dúzia de volumes do clássico “*Moralis Silva*”, entre nós conhecido pelo “malho”, imbatível no género, de que para sempre decorei as palavras que abriam e fechavam cada volume (“A – armada”, “arma de – cestina”, “cesto – desvalor”, etc.).

Estabilizada a solução, ao final de algum tempo, enviava-se esta pelo correio e ficava-se a aguardar. Se acertávamos – e não me recordo de termos falhado algum ano –, lá vinham, tempos depois, para nosso gáudio, livros de culinária, dicionários ou outras edições da Porto Editora, a título de prémios. E, na edição do ano seguinte, surgia publicada a lista de quantos tinham acertado. Nessa lista, e por muitos anos, figuravam, referenciadas como hábeis cruzadistas que tinham, com êxito, resolvido todos os problemas, algumas dezenas de senhoras de Vila Real (quem lesse a *Agenda* devia ficar com a impressão de que Vila Real era uma “potência” do cruzadismo feminino português), fruto da popular distribuição que o meu pai levava a cabo, pelas pessoas amigas, do resultado do

“trabalho” que fazíamos na nossa família. Sempre suspeitei que, na Porto Editora, Vila Real devia estar sob constante suspeita...

Memórias de um Portugal simples ou, como dizia O’Neill, “incrível país da minha tia, trémulo de bondade e de aletria”.

(9.1.2013)

PROTESTO

Olhei para a cara das pessoas que hoje estavam na manifestação que, em Vila Real, se associou ao protesto nacional – contra a “Troika”, o Governo e algumas entidades mais. Pareceu-me haver algum desânimo pelo facto de o cansaço, e talvez de o sentimento da eventual inutilidade do gesto – porque ninguém de bom senso pensará que há hoje mais conquistados para as políticas praticadas –, terem afastado muita gente e transformado este evento numa sombra do protesto de setembro de 2012. Parece-me, porém, que laboram num equívoco. Esse protesto de então foi único, porque foi o primeiro momento em que aquele Portugal que não era parte do setor público (jornalistas e comentadores incluídos) sentiu que lhe estavam a “ir ao bolso”. Fez toda a diferença!

O humor faz também parte destes exercícios e, pelo menos em Vila Real, ele ainda persistiu em alguns cartazes. Um deles rezava, de forma muito transmontana e numa bela transcrição fonética, dirigido ao poder: “Num baleides um tchabelho.” Sorrir, mesmo de forma amarela, ainda não paga imposto.

(2.3.2013)

A REVELAÇÃO

O cenário da curta conversa era clássico: um velório. Ontem, em Vila Real.

Chegou sozinho. Conhecia a cara de qualquer sítio, mas, de inicio, não percebi quem era. Foi simpático. Mas, quase de imediato, tentou “confessar-me” sobre a atual situação política no País. Procurava, claramente, “tirar nabos da púcaro”. Como eu não o conhecia e, pelos vistos, ele também me não conhecia muito melhor a mim, a conversa andou um pouco às voltas, comigo a dizer umas coisas redondas e óbvias, para perceber onde é que ele queria chegar. De certo modo, o diálogo divertia-me, embora o “outing” político me parecesse um exercício pouco adequado para aquele momento.

A certa altura, olhou para ambos os lados, aproximou-se um pouco e deixou, em voz baixa, a informação: “Sabe? Eu apoio este Governo e estou de acordo com quase tudo o que ele tem feito.” E voltou a olhar em volta, claramente à espera de que ninguém tivesse ouvido esta sua revelação.

O que é que eu lhe disse? Apenas o procurei sossegar, dizendo-lhe: “Tem todo o direito a ter essa opinião.” Sorriu-me, creio que grato, embora disso não tenha uma absoluta certeza. Minutos depois, vi-o afastar-se. Sempre sozinho.

Tempos difíceis, estes. Para todos, como se vê.

(9.3.2013)

O BISPO E AS FELICIANAS

O jornal da diocese, *A Voz de Trás-os-Montes*, estimável folha informativa em que este escriba deu à estampa os seus primeiros artigos (que hoje estão “fora do mercado”, para evitar chantagens), tinha destacado, com grande fotografia de primeira página, a deslocação a Roma do bispo de Vila Real, dom António Valente da Fonseca. Estava-se em meados dos anos 60, período do Vaticano II.

Como administrador apostólico, ficou encarregado da diocese monsenhor Libânio, uma figura alta que ainda hoje justifica o nome dado a um cadeirão comprido que tenho lá por casa, herdado do meu avô, a que sempre chamamos a “cadeira do padre Libânio”, não obstante o próprio, com certeza absoluta, nunca a ter experimentado.

Valente da Fonseca tinha tanto de anafado quanto Libânio tinha de esguio, óculos à Gramsci, andar desengonçado e um ar de intelectual. No que me toca, via-os sempre à distância e nunca falei com qualquer deles.

Nas ociosas noites do verão vila-realense, havia muito pouco que fazer. Por isso, num grupo de amigos, alguém se lembrou de inventar uma chamada telefónica “feita” pelo bispo, desde há semanas em Roma, destinada ao monsenhor Libânio, que então vivia no seminário de Vila Real.

O local do “crime” foi a casa do celebrado fotógrafo da cidade, Mário Silva, “Marius”, pela mão do seu filho, António Manuel. O autor material da chamada telefónica foi um primo

deste, Dionísio Rodrigues da Silva, o “Nizo”, um bom amigo já desaparecido, o elemento mais velho desse pequeno grupo que se juntou para a organização da “partida”. Ainda tenho a visão da cena, connosco à volta de uma mesa.

Desconhecedores do que era uma chamada internacional, ao tempo obrigatoriamente feita através de telefonista, inventámos um conjunto de ruídos que supostamente credibilizariam a verosimilhança da comunicação. Ligámos para o número do seminário, pouco depois da hora de jantar. Atendeu-nos uma voz a quem, num italiano de má opereta, demos a indicação de que *“don António, di Roma, voglio parlare con il signor don Libânio”*. As palavras “António”, “Roma” e “Libânio” deveriam ser suficientes para garantir a atenção eficaz do fâmulo. A chamada era entrecruzada por arbitrários silvos e apitos, sons secos e uma profusão de sinais que, no nosso entender, deveriam fazer parte de uma ligação telefónica internacional. A nossa preocupação era perfeitamente escusada: no seminário, o porteiro ou guarda da noite devia saber de italiano e de comunicações internacionais bem menos do que nós...

Após alguns minutos, ouviram-se passos apressados no lajedo de mármore da sala de entrada do seminário, onde se situava então o único aparelho telefónico daquela casa. Um ofegante dom Libânio surgiu então na linha.

Do outro lado, “de Roma”, o senhor “dom António” interpelou-o, com o ritmo pausado, aquele conhecido tom eclesiástico “de Braga”, abrindo as vogais, esse “template” vocal da hierarquia religiosa lusitana, de que Cerejeira foi o intérprete mais consagrado.

“Olá, Libânio, como vai você? E a diocese?”

Extasiado com a oportunidade proporcionada pela maravilha das comunicações, Libânio respondeu, com natural

nervosismo de atender uma chamada internacional do seu chefe:

“Muito obrigado, senhor bispo. Vai tudo muito bem, graças a Deus. E como passa Vossa Excelência Reverendíssima?”

“Estou bem, Libânio, estou bem. Mas diga-me uma coisa, ó Libânio: e como é que vão as nossas Felicianas?*”

Dom Libânio presumiu ter ouvido mal, tanto mais que as comunicações, à época, eram más e o lenço que utilizávamos para tentar disfarçar o som, com uma folha de papel no meio para baralhar o tom de voz do “Nizo”, criava uma distância que afetava a audibilidade das mensagens.

“Como? Não estou a ouvir bem... Como disse, Excelência Reverendíssima?”

“As Felicianas, Libânio, aquelas pequenas de São Mamede que às vezes chamamos, para nos alegrarem as noites por aí...”

O pobre do administrador apostólico deve ter ficado à beira de uma apoplexia. As Felicianas era um plural, embora pouco majestático, para designar umas raparigas, todas da mesma família, que, na cidade, facilitavam alguns prazeres físicos tarifados e que eram bem conhecidas de toda a gente. Embora não houvesse nota de deslocações de “room service” ao seminário...

“Não consigo ouvir, senhor bispo! Não ouço quase nada! Vou ter de desligar...”

E assim fez. Ainda bem! É que nós estávamos já no limite da gargalhada coletiva. Mas tínhamos ganho uma excelente noite.

* *O nome coletivo pelo qual as raparigas eram conhecidas talvez não fosse exatamente esse...*

(11.3.2013)

O BERTELO E AS FINANÇAS

Há dois tipos de gerações em Vila Real. As que conheceram o Bertelo e as que existem depois dele. É para as primeiras que eu aqui escrevo esta memória, tentando que as posteriores possam perceber o que perderam ao já não fazerem parte da cidade do Bertelo.

Sempre me lembro de mim conhecendo o António Bertelo. Não me recordo da cidade antiga sem ele. Era uma figura de feições algo disformes, com um evidente atraso psicológico, que, por muitos anos, serviu de “moço de recados” de muita gente, que lhe pagava a execução de tarefas simples, de levar e trazer coisas.

A minha geração tratava-o por “tu” e, com naturalidade, ele procedia da mesma maneira. Um dia dos anos 80, à entrada para a redação de *A Voz de Trás-os-Montes*, ao cumprimentá-lo, notei que o Bertelo me tratou por “senhor doutor”. Reagi de pronto: “Estás parvo ou quê, António? Então não me tratas por tu?” O Bertelo fez um sorriso que caía estranho naquela cara atípica, mas não creio que, desde então, tivesse optado por mudar essa forma de tratamento, o que, para minha genuína tristeza, quebrou uma ligação simples que vinha desde a minha infância.

Durante muito tempo, o Bertelo – o nome vem da aldeia dos contrafortes do Marão de onde era originário – apareceu ligado a tarefas de uma peixaria que havia na Rua Direita, o que fez com que ficasse associado odorificamente a essa tarefa,

bem notória à distância. Depois, sem que nunca tivesse havido um sensível *improvement* em matéria de odores, o Bertelo teve outras atividades, desde auxiliar nas entregas do jornal da cidade, de refeições ao domicílio e, por um longo período, ao serviço da Sé catedral, neste caso sob a tutela do respetivo pároco, o padre Henrique, que muito o protegeu. Nos últimos anos de vida, creio, o Bertelo preponderava no controlo do portão do seminário.

Quando coadjuvava o pároco da Sé, o Bertelo foi protagonista, num Domingo de Páscoa, de um episódio memorável. Ia ele pela Avenida Carvalho Araújo acima, à frente do padre, com a cruz na mão, quando uma gandulagem decidiu chamá-lo, à distância, por um nome que, à época, ele abominava, “Manaca”. O Manaca era um jogador que provocara um contencioso sério entre o Sporting e o Benfica, com um desfecho favorável ao primeiro. Chamar “Manaca” ao Bertelo, indefectível benfiquista, era o suprassumo do insulto. Daí que, em reação à provocação, esquecendo as vestes litúrgicas que trazia, tivesse decidido “plantar” a cruz, bem vertical, no relvado do canteiro junto à estátua de Carvalho Araújo e perseguir em corrida quem o provocara. Sob o olhar divertido de toda a gente, o padre Henrique ficou a gritar pelo Bertelo, que demorou minutos a acalmar e a retomar o auxílio à visita pascal.

O Benfica era a “perdição” do Bertelo. Um dia de 1966, de Vila Real, havia-se deslocado a Lisboa um grupo de fanáticos “lampiões” para ver uma partida entre o Benfica e o Manchester United. Decidiram levar com eles, oferecendo-lhe o bilhete, o António Bertelo.

Desde o início do jogo, as coisas correram mal ao Benfica. A tribo de Vila Real foi então surpreendida com o facto do Bertelo parecer entusiasmado com os primeiros avanços

do Manchester United, incitando a equipa com berros da bancada. E logo saltou um cachaço para a cabeça do Bertelo, da parte de um furioso vila-realense que não estava a perceber aquela traição, em forma de aplauso ao “inimigo”.

A explicação ficou para sempre no anedotário da “Bila”. O Bertelo via bastante mal. O Benfica, nessa noite, como era então hábito quando as equipas visitantes tinham um equipamento da mesma cor do anfitrião (e, nesse tempo, as camisolas não variavam, de jogo para jogo, como hoje acontece, para potenciar o *merchandising*), jogava com um equipamento branco. Os “Red Devils” mantinham-se assim de vermelho (na imprensa escrevia-se “encarnado”, porque a censura não deixava “passar” a palavra vermelho, temente de conotações políticas). Ora, para o Bertelo, os vermelhos sempre tinham sido os do Benfica e, por isso, durante algum tempo, entusiasmou-se com os que assim equipavam. Até que o tal cachaço o fez entrar na ordem e, seguramente, na tristeza pela abada histórica que ficou para os anais da Luz.

O Bertelo foi, muito provavelmente, por muitos anos, a figura mais popular de Vila Real. Respeitador, era extremamente simpático para quem bem o tratava. Sempre com a sua típica boina basca, metia o braço a muitos conhecidos que se passeavam pela Rua Direita ou pela Rua Central, fosse essa pessoa o governador civil ou o presidente da Câmara, um advogado, um estudante ou um empresário. Ninguém de bem se afastava do Bertelo, um homem honestíssimo, que não bebia uma gota de álcool, cuja pobreza o levava a aceitar ajudas de quantos com ele simpatizavam. Com gosto, fui das pessoas que, até ao seu desaparecimento, lhe iam dando algum apoio, sempre que com ele me cruzava, nas minhas subidas à “Bila”, como nós chamamos à nossa cidade.

Por que razão trago hoje aqui o Bertelo? Porque me lembrei de uma frase que o meu pai, com simpatia, sempre recordava do Bertelo, quando um dia este lhe pretendeu transmitir que passara a fazer alguns recados para a Repartição de Finanças de Vila Real. Na sua simples e permanente disponibilidade, de quem se esforçou sempre por ser útil, aproximou-se do meu pai e disse: “Desde a semana passada, estou a trabalhar nas Finanças. Se precisar alguma coisa de lá, é só dizer!”

Tenho saudades do Bertelo. É que, hoje mais do que nunca, nestes tempos de “Troika”, é que dava jeito ter um amigo nas Finanças...

(22.3.2013)

UMA SÉ DESPORTIVA

Há poucas horas, ao passar pela Sé catedral de Vila Real, neste tempo pascal, lembrei-me de uma historieta passada no “Verão Quente” de 1975.

Eu tinha vindo por uns dias à cidade, nesse tempo militar em que misturava o meu radicalismo político com as provas do concurso para a diplomacia. Numa reunião de manhã, no Regimento de Infantaria 13, tivera uma conversa menos fácil com o tenente-coronel Adão, comandante em exercício, junto de quem tentara garantir proteção militar para as sedes de alguns partidos de esquerda, que a voz corrente dizia que poderiam ser ameaçadas pela manifestação católica (que hoje se sabe muito mobilizada pelo MDLP) que teria lugar no dia seguinte. Usava as credenciais político-militares que advinhava da minha pertença ativa ao MFA, mas cedo vi que o ambiente “no 13” estava mais com os manifestantes do que com a nossa ala “progressista”. Por essa razão, o simples alferes que eu era pouco podia fazer, não obstante alguma desproporcionada influência de que, tal como outros milicianos, desfrutava então em certos meios militares de Lisboa.

Nessa tarde, na Pastelaria Gomes, sentava-me com um amigo que partilhava as mesmas preocupações e cumplicidades, conversando em voz baixa sobre os acontecimentos que aí vinham. Lá fora, vimos aproximar, histriónica, uma das figuras da “reacção” local. É preciso conhecer bem a Vila Real dessa época para se entender o facto de, na cidade, conviverem,

sem dificuldade, pessoas com diferentes e até antagónicas ideias. Eu sabia que essa figura, entrada que fosse na Gomes, se sentaria inevitavelmente à nossa mesa, até pela certeza de poder encetar connosco uma estimulante disputa verbal. Por essa razão, num segundo, combinei um estratagema com o amigo que tinha a meu lado.

Como expectável, o recém-chegado juntou-se-nos para um “covilhete” (se o leitor não sabe o que isso é, visite Vila Real) ou uma fatia de bola de carne. Olhando para a mesa, viu esquissado numa página branca um desenho do que parecia um edifício, em forma de cruz.

“O que é que vocês estão a tramar?”, perguntou, curioso, ciente de que, com dois “esquerdalhos” como nós, esse desenho tinha, com toda a certeza, um objetivo não inocente.

“Nada que te interesse”, disse-lhe eu, num tom que só aumentou a sua curiosidade.

“Uma cruz?! Quase parece a planta da Sé...”

“Pronto, está bem, é a Sé. E depois?”

“Mas por que diabo vocês estão a desenhar a Sé?”, alarmou-se.

“Ó homem! Isto é só uma ideia, mas, se prometeres segredo, podemos revelar-te que há uma séria hipótese de o espaço da Sé poder vir a ser transformado numa área desportiva, de apoio aos tempos livres. Isto ainda não se sabe, mas a Sé deve passar para a tutela do INATEL.”

O visitante estava boquiaberto. E escandalizado. As suas piores suspeitas sobre as ideias dos “comunas” (para a direita, à época, esse espetro insultuoso era muito alargado) confirmavam-se em pleno. A Sé catedral?! A velha igreja de S. Domingos transformada em recinto ginnodesportivo (não me recordo se o conceito já então se usava).

Generoso, entendi dever ser um pouco mais detalhado:

“A ver se nos entendemos! Tens de concordar que há, na cidade, um défice evidente em matéria de equipamentos para lazer. A União Artística não chega, a ‘Católica’ não tem espaço e a ‘Bufa’ (nome depreciativo que dávamos à Mocidade Portuguesa) ‘já era’. Ora, a Sé está desocupada a maior parte do tempo e situa-se num lugar central ideal, bem fresco no verão. Quem goste de rezar ou de missas tem imensas igrejas. A ‘Capela Nova’ está aqui a dois passos, tal como a Misericórdia. E S. Pedro é logo ali acima. A nossa ideia seria procurar adaptar a área dos altares laterais para dois bilhares livres e o altar principal para um ‘snooker’. A questão da nave central é mais complicada, porque as seis colunas criam problemas à proposta de aí fazer uma zona para voleibol. Se assim não for, teremos de ir para a alternativa de mesas de pingue-pongue. Há quem pense num bilhar grande às três tabelas, que nem o Excelsior nem a Pompeia têm, mas resta saber se haverá clientela para isso.”

O “reaça” esbugalhava os olhos. “Tomarem” a Sé catedral, o centro religioso da cidade?! Sossegámo-lo, com modéstia temporal de intenções:

“Ó pá, isto ainda está apenas em planos. Estamos também a estudar a questão das balizas para futebol para pôr no adro. Por isso, só daqui a uns tempos é que se iniciará o desmantelamento da Sé. Mas atenção!: é nossa preocupação preservar bem o recheio. O projeto é mandar muitas coisas para a Senhora de Lourdes.”

A menção da capela da Senhora de Lourdes, uma igreja desativada, lá para os lados da estação ferroviária, em acentuado estado de degradação, aumentou a ira do já desestabilizado conservador.

Sempre tive uma excepcional capacidade de sustentar estas historietas sem me desconcertar. Mas o meu comparsa estava, pouco a pouco, a deixar-se rir. Por isso, levantou-se e fez menção de sair pelas portas de guarda-vento. Mas, nesse

movimento, teve ainda ânimo para estacar junto ao embasbacado reacionário e dizer-lhe, convicto:

“Não eras tu que gostavas muito de jogar matraquilhos? Pois é nossa intenção encher a sacristia de mesas de ‘matrecos’. E de graça, porque isto agora passa a ser tudo do povo, pá!...”

A patranha esclareceu-se nos minutos seguintes. Mas senti que o nosso amigo (porque era nosso amigo) “reaça” não ficou de todo sossegado.

Para a história, registe-se que a manifestação do dia seguinte não provocou violência. O PCP, acantonado na Rua da Misericórdia (ironia toponímica...), não precisou de usar as caçadeiras que me disse ter para defesa da sede, e o MDP-CDE, sobre a “Mabor”, lá se aguentou às provocações lançadas da avenida, comigo encostado ao Tocaio, a ver a onda católica passar. Já o PS nada tinha a temer, porque o padre Sarmento, eixo da máquina clandestina da “Maria da Fonte”, tinha-os, e bem justamente, por “compagnons de route” anticomunistas, nesse verão complicado e muito “quente”.

E a Sé, a magnífica igreja de S. Domingos, lá continua intocada, agora com uns belos (mas, para alguns, controversos) vitrais de João Vieira, que, vivamente, recomendo que sejam vistos.

(29.3.2013)

SEXTA-FEIRA SANTA

Isto já não é o que era! Ontem, em Vila Real, chegado ao restaurante, ouvi: “Vai umas tripinhas aos molhos?” e “O rancho está magnífico”. Em alternativa: “Está a sair um entrecosto de truz”.

Sexta-Feira Santa, quem a viu e quem a vê!

No Portugal de outros tempos, muitas lojas fechavam na tarde de quinta-feira, para só abrirem depois do Domingo de Páscoa. A rádio oficial deixava de emitir por essa altura, para só reaparecer na alvorada do Sábado de Aleluia, com os sinos em uníssono a repicar nas capelas da cidade. Recordo-me de ouvir dizer que, nesse período, não se estendia roupa para secar. Era feio, perante a vizinhança.

Tenho ideia do dia em que acordei para a “abertura dos costumes”. Foi em S. Bento da Porta Aberta, ali ao pé do Gerês, no anos 80. Era Sexta-Feira Santa e, entre dois casais, em frente ao santuário, discutia-se que tipo de bacalhau iríamos comer, ou se se optaria pelo polvo, na antecipada certeza de que, naquele dia, não haveria quaisquer carnes no horizonte culinário do piedoso local.

Subimos ao primeiro andar da estalagem, do outro lado do santuário, e entrámos na sala de refeições. Ele estava sentado sozinho à mesa, na mão direita empunhava um facalhão de serra, com o qual operava uma imensa e espessa bifalhada, regada a tinto servido de um jarro anexo. Da travessa, porque

não cabiam no prato, ressendiam à distância, como diria o
Eça, batatas assadas, com magnífico aspeto.

Ele estava tão concentrado nas vitualhas que nem notou a curiosidade risonha com que o observávamos. Porque assim o exigia o esforço, que se notava no rosto rosado, tinha desaper- tado o cabeção. Seguramente beneficiando de uma qualquer bula libertadora, o senhor padre, qual Bob Dylan, provava que “the times they are a-changin”.

Nem olhei a lista. Pedi o mesmo.

(30.3.2013)

AZUL, SENHOR BRANCO!

Alguns amigos são de opinião que tenho aqui publicado histórias em demasia sobre Vila Real, cidade que poucos leitores conhecem e para cujas idiossincrasias a curiosidade do mundo estará escassamente mobilizada. Talvez assim seja. Eu, porém, tenho a sensação, porventura errada, de que muito desse pequeno universo de província pode acabar por ser uma espécie de amostragem de todo um País que, com mais ou menos *nuances*, também se revia, um pouco por toda a parte, em muitas figuras e historietas simples, mais ou menos caricaturais, que eram o retrato quase ingênuo de um outro tempo. E que, também por isso, tem graça fixar por escrito.

Recordo-me do senhor Branco já como uma figura idosa, à porta da centenária livraria e papelaria que leva o seu nome e que constitui um dos marcos da vida comercial de Vila Real, na sua Rua Direita. A seu respeito, toda a cidade do meu tempo contava um episódio, que se crê verdadeiro, e que deu origem a uma expressão que passou para a posteridade local.

Ao que se sabe, o senhor Branco teria um fraco especial por uma “criada” (era assim que se dizia, claro) lá de casa. O namorado da rapariga era por esta acolhido discretamente, com regularidade, no vão da íngreme escada que dava acesso do primeiro andar para a rua. Numa dessas ocasiões, ao dar-se conta de que o senhor Branco vinha a entrar, a rapariga foi ter com ele e aproveitou para lhe pedir, quiçá como legítima compensação pela sua complacência face aos seus avanços, se

ele lhe poderia comprar uma gabardina de que o “seu irmão” muito necessitava – na realidade, correspondia apenas a um desejo do namorado, o qual, pelos vistos, tinha bastante bom “feitio” e não se importava por aí além de partilhar os favores da rapariga.

O senhor Branco, enlevado como andava pela jovem, terá dado mostras de poder aceder ao pedido e, passando à parte prática do assunto, perguntou que cor de gabardina quereria “o irmão”. A criada hesitou por um instante. Foi então que, do vão da escada, talvez inquieto pela possibilidade da opção escolhida poder vir a não ser do seu agrado, se ouviu, a medo, a voz do rapaz:

“Azul! Azul!, senhor Branco!”

A história pode não ter sido bem assim. Mas pouco importa. Julgo que, na minha geração, nenhum vila-realense deixava de conhecer este episódio e esta frase, que aqui recordo, com um abraço amigo ao Alfredo, neto do senhor Branco.

(14.4.2013)

“DESASSA!”

Lá pela minha terra, por Vila Real, havia em tempos um homem bastante forreta, que era conhecido por aproveitar todas as “borlas” que se lhe ofereciam. Um dia, estava à porta de casa, esperando a hora do jantar. A mulher tinha acabado de ir para a cozinha, dizendo que ia assar uma carne. Entretanto, um amigo passou pela rua e convidou o nosso homem para ir comer uns petiscos lá a casa. Entusiasmado, gritou para a mulher uma frase que ficou famosa:

“Ermelinda! Desassa!”

(22.7.2013)

MEMÓRIA

O comentário que o cavalheiro inglês fez para a sua mulher, ontem, numa loja do aeroporto de Málaga, fez-me sorrir: “Este cheiro lembra-me qualquer coisa!” O curioso é que eu estava a pensar precisamente o mesmo, embora, no meu caso, não tivesse a menor dúvida: era o de uma loja, em Greenwich Village, no fundo da 7.^a Avenida, em Nova Iorque, em dezembro de 1972. Era um odor perfumado, com algo de oriental, que ia bem com algum ambiente da época. Não faço ideia do que é, mas tenho a certeza absoluta de me não enganar.

Uma vez, trocando impressões com António Pinto da França, um grande amigo que há pouco se foi, dei-me conta de que comungávamos o facto de mantermos uma memória olfativa muito aguda, ligada a certos momentos da vida que tinham ficado registados para sempre. E comentámos o facto de conhecermos outras pessoas com idêntica experiência.

Sucede-me de vez em quando, embora de forma não muito frequente: entro num local, tenho uma certa percepção olfativa e, às vezes, quase sem esforço de memória, regresso por um instante a um certo local e a um tempo, sempre longínquos, onde essa percepção já se produziu. O curioso é que isso não corresponde, necessariamente, a ocasiões ou locais marcantes do passado, mas a tempos banais. Ou, então, a minha memória não os considera tão banais como isso.

Algumas vezes me tenho encontrado com o cheiro típico da cera das escadas do Club de Vila Real, nos anos 60. Há

tempos, numa esquina não sei bem onde, surgiu-me o odor que emanava de uma mercearia da Rua Alexandre Braga, no Porto, um misto de café e especiarias, no meu tempo de universidade. Lembro-me bem do aroma, acolhedor, da copa da cozinha das minhas tias, nas Pedras Salgadas, com um fundo inconfundível de marmelada. E, há uns meses, ao entrar num escritório, dei “de narinas” com o cheiro que emanava das madeiras da então nova Biblioteca Nacional de Lisboa, no início dos anos 70. Guardo quase uma vintena, bem identificada e razoavelmente datada, desses locais e dessas impressões olfativas.

Este verão, em Viana do Castelo, decidi “ir à procura” do cheiro eterno do corredor que levava ao sótão (à “torre”) da casa da minha avó. Pedi para visitar a casa, hoje uma bela escola de música. Sem grande surpresa, do cheiro dessa casa antiga, onde já não ia há quatro décadas, “nem o cheiro”. Perguntei então se podia ir à cave, à “loja”, como lhe chamávamos. E lá estava ele, entre arquivos, um outro confortante odor, feito de humidade, poeira e memória. Pronto, tinha ganho o meu dia!

(25.9.2013)

CARTA DA TURQUIA

Olá, Sérgio!

Cheguei há pouco ao Sul da Anatólia, aqui na Turquia, não muito longe da Síria de que tanto me falavas com entusiasmo. De repente, lembrei-me que terá sido mais ou menos por aqui, no final dos anos 80, que vinte e tal facadas traiçoeiras te calaram a alegria. Foi num dos meus mais tristes Natais, em Vila Real, aquele dia frio em que te fomos deixar para sempre em Santa Iria.

Ainda tenho, entre algumas outras, uma carta tua, enviada meses antes, de Ancara, em que me falavas do teu cansaço com o posto onde te mantinham, para além do razoável, muito contra a tua vontade. Lembro-me de me teres dito que te apetecia concorrer a Marselha e de eu te desaconselhar essa opção, já nem sei bem com que argumentos. E de não ter tido artes para te tirar da Turquia, coisa que nunca me perdoei. Não esqueço também o nosso último almoço, na Laurentina, com a Mi Allegro, a quem tu davas conselhos para a vida afetiva – logo tu, Sérgio!

Já passaram muitos anos, mesmo muitos, desde os tempos em que desembarcaste em Vila Real, vindo dos “States”, com o melhor inglês da cidade, sempre agitado e agitador, numa terra pouco dada a acomodar quem não estava “nem aí” para se acomodar. Foram os tempos comuns no liceu de Vila Real, onde só o teu entusiasmo, e a paciência bracarense do professor

Ladislau, conseguiu levar-nos a montar o fantástico “Centro de Estudos Geográficos”, onde, com o Elísio Neves, o Zé Barreto, o Carlos Leite e alguns outros, soubemos dar a volta à rotina desses dias algo baços, numa cidade que – confessemos! – era então uma grande chatice. Ainda guardo exemplares do *Meridiano*, órgão do Centro, com textos que hoje me fazem sorrir.

Para ti, que sempre foste um apressado dos tempos, esse foi apenas o início de um percurso trepidante, que te levou à universidade de Coimbra, a dar aulas, a ser preso pela PIDE, a te meteres na aventura da cooperação na jovem Guiné-Bissau. E, finalmente, sob o meu conselho, a entrares para a carreira diplomática, onde foste uma promissora estrela, tão efémera como acabou por ser a tua vida. Tudo isso feito sob o olhar bom, sorridente e deliciado da tua mãe, a âncora mais fiel de uma existência em que, sem outras baías que não fossem as do usufruto obsessivo do instante, testaste todos os limites e abanaste todas as convenções. Até àquela noite.

Nunca se soube, nem se saberá ao certo, o que aconteceu nessa ocasião trágica, aqui na Anatolia. Como dizem os juristas, “a doutrina divide-se” e eu fiz parte de uns poucos que, contra a vontade de alguns outros – à frente de quem esteve, quem havia de ser?, a nossa amiga Ana Gomes, que tu me havias apresentado um dia –, nunca se mostraram excessivamente empenhados em escrutinar o rigor dos factos ocorridos, talvez porque o facto maior foi sempre a tua morte, e essa foi a tristeza definitiva que nenhuma revelação sensacional poderia reverter. E porque, quem sabe se erradamente, sempre fui de opinião de que a verdade oficial que, inevitavelmente, seria vendida e mediatizada só iria contribuir para agravar a tristeza de quem te estava mais próximo.

É tudo quanto hoje te quero dizer, Sérgio, aqui da Turquia,
um país a que sempre te associo. Se acaso há algum lugar por
onde possas andar, só tenho uma certeza: estarás a agitar as
águas e os espíritos. Recebe um abraço saudoso do

Francisco

(8.10.2013)

A LIÇÃO DE LISBOA

As aventuras daquele primo da minha mãe corriam na família. Nascido em Bornes, junto às Pedras Salgadas, em Trás-os-Montes, o Antoninho, como era conhecido, viera cedo para Lisboa e, por anos, perdera-se na noite da capital, até que um oportuno casamento o levou a “assentar”. Era essa, pelo menos, a versão simplificada do seu percurso que nos era transmitida. Conhecia-o mal. Para mim, era apenas uma figura muito simpática, sorridente e divertida, que eu cruzava pela aldeia, quando em férias, em agradáveis noites de cavaqueira, às vezes à lareira, em casa do meu avô. Fui crescendo com a sua imagem cordial, de alguém que vivia “lá em baixo, em Lisboa”, desenhada por esses episódios esparsos da sua vida que se mitificaram, em caricatura gloriosa, na minha jovem imaginação.

Terá sido por esta altura do ano, em 1965, que, a contas com apenas uma cadeira que não completara no meu 7.º ano do liceu, os meus pais me deixaram vir passar a Lisboa umas belas três semanas de férias, em casa de familiares. Ainda hoje me pergunto a razão deste “prémio”...

Num sábado dessas férias, o Antoninho ofereceu-se para me ciceronear por Lisboa. Foi um dia que nunca mais esqueci. Começámos pelas ruas da Baixa, onde ele me mostrou lojas e locais menos óbvios, chamando-me a atenção para pormenores que escapam ao comum dos visitantes – e mesmo dos lisboetas. O Antoninho não era dado à coisa cultural, não

havia livrarias ou objetos dessa natureza, era uma cidade mais típica, lida e selecionada por quem a calcorreara muito, com uma curiosidade de estrangeiro, neste caso de alguém que, vindo da província, olhou as coisas com outros olhos, talvez mais deslumbrados e seguramente mais alerta.

Pelo Tejo, o Antoninho levou-me a almoçar ao Ginjal, a Cacilhas. De regresso a Lisboa, apresentou-me ao British Bar, no Cais do Sodré. Passeámos depois pela Mouraria e por alguns dos seus lugares específicos. Ao final da tarde, ali no Martim Moniz, levou-me à abertura do Bolero, apresentou-me ao Pinto e anunciou-me a existência do pianista cego que, anos mais tarde, eu muito iria escutar por lá, em longas e regadas madrugadas. Uma bilharada no primeiro andar do Martinho antecedeu um jantar no Chico Carreira e um copo final no Galo. Só faltaram revista e fado, para cumprir a canção.

Já perto da meia-noite, deixei o Antoninho à porta da casa onde ele vivia, perto da Academia das Ciências. Aguardavam-no, à janela, com uma ansiedade em que se pressentia o temor de uma recaída na boa-vida, a mulher e a filha, com cara de poucos amigos. Já cúmplices, havíamos combinado uma “narrativa soft” do percurso introdutório à cidade que ele proporcionara aos meus 17 fascinados anos.

O Antoninho desapareceu desta vida, há já muito. No sábado passado, bebi um gin tónico, no British, à sua memória, à memória de quem, nesse mês de outubro de 1965, me deu a minha primeira grande lição de Lisboa.

(21.10.2013)

Os Santos

Esta é a altura de ir “aos Santos”, lá por Chaves. É uma das grandes festas transmontanas, famosa desde sempre como grande feira rural; hoje, dizem-me, está muito urbanizada nos usos, mas nem por isso menos movimentada e atraente.

Na minha infância, em alguns anos, fui de Vila Real “aos Santos”. Almoçávamos quase a meio da viagem, em Bornes, junto às Pedras Salgadas, em casa dos meus avós maternos. Atravessava-se a ponte de Trajano já ao entardecer. Recordo-me de ter criado a ideia de que era uma festa algo estranha, porque quase sempre tinha lugar em tempo frio, quando, em Portugal, a generalidade deste tipo de feiras ocorre numa altura quente do ano. Mais tarde, vim a apreciar frígidas feiras em período natalício, no Norte da Europa, com adequadas bebidas quentes para atenuar esses efeitos.

Nesse tempo e nessa idade, a minha grande curiosidade era ouvir falar espanhol pelas ruas, coisa que nunca acontecia no nosso quotidiano de Vila Real, algumas escassas dezenas de quilómetros a sul. É que, tal como sucedia aos flavienses que se deslocavam anualmente “aos Lázaro”, a Verín, no mês de março, nesse dia a fronteira era relativamente franqueada para os galegos virem a Chaves, com dispensa de passaporte. Essa minha sedução pelo que soava a “estrangeiro” era, em Chaves, sublinhada pela ideia mítica do contrabando que lhe ia associada, da comercialização do que não havia do lado de cá, de que era expoente a famosa loja da

Aninhas Vitorino, que então muito se frequentava e que sobrevivia por complacentes e, dizia-se, poderosas cumplicidades.

Nessa “romaria”, recordo-me que se ia sempre visitar a nossa família flaviense e, invariavelmente, passava-se no “Aurora”, o café do senhor Avelino, um cidadão galego que tinha vivido, por alguns meses, refugiado num armário da casa das minhas tias, nas Pedras Salgadas, durante a guerra civil espanhola. Um mundo de aventuras juntava-se, na minha cabeça de miúdo, à figura do senhor Avelino e às suas andanças políticas na esquerda espanhola. E, com naturalidade, passei a ter simpatia pelas causas que tinham motivado aquele amigo da família.

Guardo ainda a imagem das barracas noturnas no jardim do Bacalhau – ou seria na praça General Silveira? –, do bulício da gente, para cima e para baixo, na Rua de Santo António. Depois, era o longo regresso noturno a Vila Real, por Vidago, pelo Reigaz acima, pelas longas retas de Sabroso e Vila Pouca, com a subida da Samardá como último obstáculo.

Outros tempos. Agora, com a A24, tudo é mais fácil. Já prometi a mim mesmo: para o ano, vou “aos Santos”!

(2.11.2013)

Os MEUS LIVROS

Há uns anos, dei por mim a olhar para umas estantes onde tinha grande parte dos meus livros e a interrogar-me sobre o que fazer-lhes. Nunca fui um bibliófilo no sentido clássico. Não tenho raridades bibliográficas, embora possa ser proprietário de alguns livros que, não sendo caros, é difícil encontrar, mesmo nos alfarrabistas. Não tenho uma “biblioteca” no sentido tradicional, organizada por secções. Fui comprando livros ao sabor dos tempos, às vezes ao ritmo de algumas modas intelectuais, outras por via de escolhas políticas, muitas mais porque a atualização profissional ou os gostos do momento me levaram a adquiri-los. Comprei livros que não li de todo, alguns completamente desnecessários, outros que só folheei, outros ainda porque achava que, um dia, ia ter tempo para os ler e não tive, para além dos que eram tão baratos, tão baratos, numa feira do livro ou num saldo, que achei pena não ficar com eles. Com escassas exceções, sei onde e por que razão comprei cada livro. Gosto muito de oferecer livros, mas nunca dei um único livro dos meus. A minha biblioteca é hoje, assim, uma mescla imensa, onde se pode encontrar um pouco de tudo, desde ficção avulsa a muitas biografias e memórias, bastante história contemporânea, uma imensidão de dicionários, encyclopédias e obras de referência, muita coisa sobre a Europa e relações internacionais, montanhas de “current issues” e o que restou de tempos “esquerdalhos” – Marx & companhia. Mas há também publicações periódicas encader-

nadas, folhetos vários, literatura clandestina, etc. O único setor com alguma coerência e bastante completo são centenas de volumes relativos às lutas contra o Estado Novo e à política portuguesa contemporânea (onde me deve faltar muito pouco do essencial).

Quando saí para o meu primeiro posto diplomático, no final dos anos 70, levei comigo quase todos os meus livros de então, umas largas centenas (curiosamente, eram, de forma esmagadora, em língua portuguesa e francesa; o inglês viria mais tarde). A partir daí, fui circulando pelo mundo acompanhado de apenas alguns desses livros, mandando os restantes para Portugal, espalhados entre a casa em Lisboa e a dos meus pais, em Vila Real. E comprando outros, claro. Passei, a partir de então e para sempre, a ter livros espalhados por vários locais. Por vezes, chegou a acontecer-me comprar o mesmo livro duas vezes. Depois dos últimos doze anos passados ininterruptamente no estrangeiro, a situação tornou-se fisicamente insustentável. Assim, no início deste ano, cheguei a Portugal com mais alguns milhares de livros “às costas”. Nas estantes que tinha por cá, já não cabia mais nenhum! Havia deixado em Paris quase quatro centenas, mas alguns milhares que me acompanhavam (e que cresceram dia a dia, em Paris) tiveram de ir diretamente para Vila Real. Para estantes? Não, em muitas dezenas de caixotes que jazem na maior divisão de uma casa vazia. Se somar os que tenho por Lisboa, juntos com algumas centenas que o meu pai me deixou, estaremos a falar de cerca de dez mil livros.

Que fazer? Decidi começar a doar esse espólio bibliográfico à moderna Biblioteca Municipal de Vila Real. Não foi uma decisão fácil de tomar. Tive a sorte de encontrar na pessoa do diretor da biblioteca, Vítor Nogueira, uma figura pouco comum na cultura de Vila Real, o interlocutor que me

sossegou. Com ele combinei o *modus faciendi* desta operação progressiva. A biblioteca apõe em cada livro o carimbo que identifica quem o ofereceu, é feita uma recensão de cada volume, que segue depois para a secção respetiva. Por via informática, posso ir seguindo (tal como qualquer outro utente) o curso deste trabalho de integração dos livros na Biblioteca, inseridos num “fundo” próprio. E vou ficando com a certeza de que há quem trata os meus livros com o cuidado que (eu acho que) eles merecem. Tenho vindo a enviar para a Biblioteca tudo aquilo que entendo já não me fazer falta, o que naturalmente significa que as coisas que considero mais interessantes vão manter-se, por ora, em minha posse. Estão já por lá cerca de oito centenas de livros. Outros se seguirão no início de janeiro. Esta é uma “operação” necessariamente lenta, porque acarreta o desligar psicológico de objetos com que fomos habituados a viver. E isso, como se sabe, está longe de ser uma coisa fácil. Só ficaria preocupado, e as pessoas próximas de mim o deveriam ficar também, se um dia eu decidisse, de repente, dar todos os meus livros. Isso significaria que havia desistido de uma parte da vida. Porque os livros foram, e são, uma das partes mais importantes dessa vida.

Bom, e agora só espero que ninguém me ofereça livros logo à noite...

(24.12.2013)

A CIDADE INEXISTENTE

Vi-o, ontem, a dar comida aos pombos. Deve ter cerca de 80 anos. Na Vila Real da minha adolescência, um tempo em que a homofobia tresandava na sociedade portuguesa, era objeto regular de sorrisos irônicos, quando não de “bocas” soezes, ao cruzar, com passos curtinhas e andar bamboleante, os nossos grupos de adolescentes, “armados” em machistas. Víamo-lo passear sozinho ou com outro amigo de perfil público similar. Às vezes, perdia-se com soldados “do 13”, pelos caminhos do Circuito. Fazia então parte de um grupo de figuras que viviam num outro mundo, nessa sociedade de província que, nos anos 50 e 60, deve ter sido um espaço asfixiante e trágico para quem era forçado a desafiar a “normalidade” instalada. Esta é também uma imagem, bem menos gloriosa, mas seguramente inevitável para a época, da cidade da minha juventude.

(27.12.2013)

CONFISSÃO TARDIA

Os brasileiros dizem “caiu a ficha” para designarem o instante em que uma certa informação nos desencadeia um reflexo de memória. Foi o que me aconteceu, há dias, quando, ao selecionar os livros que ia doar à Biblioteca Municipal de Vila Real, deparei com *A Sociedade da Abundância*, de John Kenneth Galbraith, uma edição de 1963, da “Sá da Costa”.

O livro original é de 1958 (!) e, à época, foi considerado uma obra fundamental daquele famoso economista e também embaixador americano na Índia, período de que resultou uma memória muito interessante, o *Ambassador's Journal*. A tradução (verifico agora) é de Henrique de Barros, uma grande figura que viria a ser ministro e presidente da Assembleia da República.

Aí por 1967 ou 1968, eu costumava passar por aquela Biblioteca, em algumas tardes de férias. Era o tempo em que ela funcionava no rés-do-chão do município, com entrada junto ao liceu. Requisitava um livro ao senhor Agostinho e, lido que fosse, devolvia-o e pedia outro. *A Sociedade da Abundância* terá sido a única exceção a esta regra, talvez por ter sido o último livro que por lá pedi. Fui ficando com ele, julgo que a certa altura já tinha acanhamento de o devolver. Tenho mesmo a ideia de que, às vezes, me furtei ao olhar do senhor Agostinho, pelas ruas da cidade, quando com ele me cruzava e o livro já andava pelas minhas estantes de Lisboa.

Resolvi há dias esta questão, enviando definitivamente o livro, com muitos outros, para a Biblioteca, no âmbito da doação de que aqui falei. Mas será que ele deve integrar o meu espólio? O Vítor Nogueira que decida...

(6.1.2014)

GLOBOS

Londres tem das lojas mais interessantes do mundo no que toca a globos. Quando por aqui vivi, recordo uma dessas casas, perto de Crystal Palace, que era tão snobe que tinha um letreiro a avisar que não admitia visitantes que quisessem entrar “just to take a look”. Só “serious business”.

Ontem, ao olhar, também em Londres, para uma outra montra com globos, recordei a importância que para mim teve um pequeno globo metálico, com os países identificados a cores, que havia na casa onde vivi a minha infância, com os meus pais e os meus avós. O globo rodava num suporte de que eu muitas vezes o tirava, para o que tinha de achatar os polos, para constante irritação das pessoas mais velhas. O meu tio Fernando, que vivia lá em casa em férias, foi o grande responsável pela minha educação na geografia política e étnica, ensinando-me onde havia índios e “cowboys”, onde viviam os pretos (deixemo-nos de eufemismos, era assim que se falava nos anos 50), qual era a terra dos “chineses de olhos em bico” e outras caricaturas do género, que me foram ajudando a imaginar o que ia por esse mundo fora.

Desde muito miúdo que eu apontava para o Egito quando me perguntavam “onde é que há as pirâmides?”, mostrava os desertos no Sahel (na altura, só se falava no Saara), a terra dos esquimós, a bota que era a Itália e o canal do Panamá. Também por via dessas descrições, criei uma ideia menos simpática do

cabo das Tormentas que o meu pai me ensinou a identificar, com histórias do Adamastor, no desenho da viagem das caravelas para a Índia e mais além. A linha do equador foi, para mim, um traço mítico que separava dois mundos (aliás, o próprio globo lá de casa era desmontável em duas calotas hemisféricas, que se encaixavam, precisamente, no equador), mas nunca ninguém, à época, me conseguiu explicar convenientemente o interesse dos trópicos de Câncer e de Capricórnio (e a verdade é que eu só leria Henry Miller bem mais tarde...). Mas cedo soube de cor onde estavam situadas todas as “províncias ultramarinas” e, recordo bem, o facto de me terem dito que a Nova Zelândia se situava “do outro lado” do mundo levou-me a inquirir por que razão se não fazia um túnel para lá... Os polos, a norte e a sul, pintados a branco, nunca me seduziam por aí além, talvez porque Trás-os-Montes já era demasiado frio para o meu gosto.

As lições de geografia que, com o globo, eu recebia foram, com o tempo, complementadas com um mapa da Europa que também havia lá por casa, em que alguns países eram simbolizados por animais e outras figuras. Nele, a Rússia, lembro-me bem, era identificada por um imenso urso. Já não tenho na memória, mas imagino que o Reino Unido (a Inglaterra, como então se simplificava) devesse ter um John Bull a representá-la, e a Holanda (país que me habituei a respeitar muito, por me terem dito que vivia abaixo da linha do mar, o que sempre me impressionou) pelo inevitável moinho, rodeado de tulipas. A percepção do resto do mundo era, então, também ajudada pela coleção das “Raças Humanas”, com fotografias coloridas de caras bizarras, que cedo comecei a colecionar. E os desenhos do *Cavaleiro Andante* faziam o resto do trabalho. Vieram, por fim, os selos, que me ajudaram a perceber ainda melhor o mundo, com as subtilezas políticas de cidades

como Tânger, Trieste ou Dantzig (hoje designada por Gdansk). O “meu” mundo foi assim criado e, com ele, foi-se gerando em mim alguma vontade em conhecê-lo. Mal eu sabia, à época, que a vida me iria dar o ensejo de o frequentar com alguma extensão e assiduidade.

Ainda se oferecem globos às crianças? Se não, é pena!

(13.2.2014)

“PREPAREMO-NOS! IDE!”

Na sua imperdível crónica no *Diário de Notícias*, Ferreira Fernandes falou ontem de Bernard-Henry Lévy, o filósofo francês que estimulou Nicolas Sarkozy à invasão da Líbia e que, recentemente, surgiu, no alto da tensão ucraniana, a estimular publicamente em Kiev os opositores ao Regime a rebelarem-se pela força.

A França é muito dada à gestação deste tipo de “guerilheiros da palavra”, de corajosos combatentes com os mortos dos outros, prenhes de gesticulação mediática e com uma avaliação das consequências das lutas ao nível das batalhas de soldadinhos de chumbo. Lévy é um filósofo de algum mérito, com uma expressão mediática constante, uma exagerada exposição da sua figura física e do seu verbo. Veste-se daquilo que os brasileiros qualificam de “esporte fino”, isto é, bons fatos com camisa branca aberta até ao terceiro botão, a mostrar o peito, cabelo ondulado e esvoaçante graças à eficácia da laca. Lá o vi, há semanas, no “Flore”, em Paris, preponderando numa corte de admiradores.

Na minha terra, em Vila Real, há um exemplo clássico destes estrénuos lutadores com as forças alheias, que o meu pai me recordava sempre. No início dos anos 60, aquando de uma das primeiras incorporações para a guerra colonial, ficou famoso o discurso jingoísta de um capelão do Regimento de Infantaria 13, o qual, voltando-se para os

militares em parada, a dias de partirem para o braseiro de Nambuangongo e similares, terminou a sua alocução com uma frase que ficou histórica: “Rapazes! Preparemo-nos para a guerra. Ide!”

(22.2.2014)

VITÓRIA

Uma vitória do Vitória de Guimarães sobre o Benfica “dava-nos jeito”, daqui a horas. Vai ser difícil, mas em futebol tudo é possível.

Num domingo de março de 1966 – nesse tempo, o futebol era sempre e só ao domingo –, um animado grupo de sportinguistas de Vila Real, no automóvel do Chico Menezes, que a vida castrense haveria de alcandorar ao comando do RI13 muitos anos mais tarde, zarpou pelo Marão, a caminho de Guimarães, para ir assistir ao jogo do Vitória com o Benfica. Uma derrota em Guimarães da agremiação de Carnide facilitaria, nesse ano, a conquista do campeonato pelo Sporting. Ambas as coisas acabariam por acontecer.

Depois de uma almoçarada “das antigas” numa pensão das Taipas, lá estivemos nós – eu, o Chico e o Fernando Menezes, o Olívio de Carvalho, o Mourão, o Zé Macário e um outro amigo (o carro era imenso) que tinha um primo que nos arranjou os bilhetes – no recém-construído “Dom Afonso Henriques”, a mostrarmo-nos mais vimaranenses que os locais, deliciados a ver Costa Pereira encaixar três secos do Vitória. Ainda me recordo da animação no regresso, com pousio, para uma jantarada regada a verde tinto, no Príncipe, em Amarante, no clássico Largo do Arquinho, criando lastro para as muitas curvas que nos esperavam, serra acima, até à vista de Parada de Cunhos. Nesse tempo, a Brigada de Trânsito, que por lá tinha uma daquelas casinhas

amarelas no cruzamento para a Régua, era bem mais complacente... Guardo uma foto do Macário desse grupo divertido, no alto da Penha, comigo, elegante e bem novo, de fato e gravata!

Curiosamente, essa seria a mesma equipa do Benfica, dirigida por Bela Guttmann, que emprestaria a Portugal o quinteto maravilha que, meses mais tarde, nos iria emocionar no Mundial de Inglaterra. Uma equipa que já tinha tido, dias antes, uma humilhante derrota por 5-1 na Luz, frente ao Manchester United. A mesma que também eu teria o ensejo de ver perder de novo, dessa vez para o Braga, a Taça de Portugal, duas semanas após a visita a Guimarães, na única vez que fui ao velho “28 de Maio” (anos mais tarde crismado “Primeiro de Maio”). É curioso constatar que, numa época que veio a consagrar a sua mítica linha ofensiva no quadro da seleção, o Benfica perdeu tudo quanto podia perder, no plano nacional e internacional. É assim o futebol.

Pois é! E porque, como acima disse, no futebol tudo é possível, uma vitória do Guimarães, logo à tarde, em terras de Carnide, vinha mesmo a calhar. Um pouco de brio, ó gentes do Vitória!

(24.2.2014)

OS ENCONTROS DA VIDA

Ontem, passei grande parte do dia em “trabalhos” de uma estimável confraria de enófilos e gastrónomos. Como sempre acontece nestas ocasiões, na mesa onde abanquei fiz conhecimento com pessoas que nunca antes tinha cruzado. A conversa foi solta, como não podia deixar de ser, mas teve a saudável característica de fugirmos, com naturalidade, às temáticas potencialmente mais conflituais: não se falou de política.

Evitar abordar temas de política e de religião – outros meios, acrescentar-se-ia à lista a saúde, questões de dinheiro e opinar sobre pessoas ausentes – é um ato de bom senso a qualquer mesa, quando na presença de gente que não conhecemos ou que conhecemos menos bem. Há pessoas mais sensíveis face às suas convicções, e uma ocasião pode ficar estragada se não soubermos preservar o respeito estrito pelo que os outros pensam. Já assisti a cenas bem desagradáveis neste domínio e, em duas ou três ocasiões, eu próprio cometí erros de que me arrependo.

Outras ocasiões, contudo, convocam precisamente a identificação social da opinião política. Imediatamente após o 25 de Abril, cruzei, numa rua de Vila Real, um colega de liceu que já não via há muitos anos. Demos fortes abraços, lembrámos algumas histórias antigas e perguntámos por conhecidos comuns. Foi uma daquelas conversas típicas destes reencontros, que têm substância para os primeiros 10 a 15

minutos, mas que se esgotam depois rapidamente, por falta de temas, devido ao facto de os mundos de cada um terem quase sempre limitados pontos de contacto.

Convém lembrar que se viviam, por esses dias, tempos ideológicos muito intensos. Muitos portugueses tinham despertado subitamente para a coisa política, assumindo-se face ao vasto leque de opções partidárias que a Revolução abrira. Esse meu amigo não escondeu a sua curiosidade sobre o lugar ideológico onde eu “estaria” e perguntou: “Olha lá! E, nas políticas, por onde andas? Mais às esquerdas ou mais às direitas?”

Achei divertida a “fórmula” utilizada, tendo respondido com a verdade. De facto, logo concluímos que não andávamos pelas mesmas lateralizações ideológicas. Mas continuámos bons amigos.

(30.3.2014)

O BICARBONATO

Era a manhã de uma quinta-feira de Páscoa. Lembro-me bem porque, a partir da hora do almoço, o País público fechava: lojas, rádios e até os cafés passavam a regime atenuado, nesse Portugal do final dos anos 50. Eu devia ter aí uns 11 ou 12 anos.

Por esse tempo, perto de minha casa, em Vila Real, havia uma pequena tabacaria, dirigida por uma figura com aquela “gravidade” que costuma atingir alguns homens de meia-idade, sempre de fáces fechado, cara de “poucos amigos”. Embora criança, eu era, curiosamente, um desses “amigos”. Passava por lá muito tempo, à conversa, sei lá sobre quê. Não obstante as mais de três décadas de idade que nos separavam, ele aturava-me. A boa letra que então tinha convertia-me também num seu benévolo “ajudante”: escrevia-lhe parte da correspondência para as distribuidoras e para os serviços de expedição dos jornais, regulando encomendas e sobras. Em implícita troca de vantagens, eu lia lá pela tabacaria revistas que não tinha dinheiro para adquirir.

“Isilda*, traz o bicarbonato!”, ouviu-se, nesse dia, do lado de fora da porta. Era o dono da tabacaria a chegar, montado na sua *Zundapp*, fumegante e ruidosa, com uma caixa de madeira na parte de trás, de onde emergiam os rolos de jornais que tinha ido buscar ao comboio.

(Eu deliciava-me com a abertura desses rolos, sempre embrulhados em jornais antigos. Por ali vinha a imprensa

desportiva, mas também os jornais diários, além do *O Século Ilustrado* e a *Flama*. Para mim, à época, os interesses eram outros. Eram, essencialmente, as revistas brasileiras de histórias “aos quadradinhos”, desde os “cowboys” às publicações da Disney. Do que era editado em Portugal, a minha prioridade ia para o *Cavaleiro Andante*, o *Mundo de Aventuras*, o *Condor Popular* e coisas assim. O *Tintin*, antecedido do *Foguetão*, ainda não tinha surgido e o meu gosto pela *Crónica Desportiva* e pela *Plateia* ainda estava por emergir.)

O nosso homem entrou na loja, com o boné de felpo de que nunca se separava, os rolos de jornais sob o braço. Pousou-os ao longo do balcão que enchia toda a largura da loja. A Isilda, mulher de carrapito e abundante buço, com ar mais velho do que ele, atenta e veneradora, já vinha com o copo borbulhante do bicarbonato, que iria atenuar as azias estomacais do marido, cujo excesso de álcool era por demais evidente. Coisa habitual, diga-se, sempre potenciando o seu mau génio, de que a mulher e os filhos eram um alvo regular. O homem bebeu o copo de líquido esbranquiçado de um trago.

Tempo de Páscoa, a Isilda ousou revelar: “Encomendei um folar, ali na padaria.” O que ela foi dizer! Foi o pretexto de que o marido estava à espera para explodir o seu mal-estar. Um bufardo desancou a cara da Isilda, que andou uns metros para o lado, recuperando-se da dor e da vergonha pelo meu embaraçado testemunho da cena. Por entre um chorrilho de insultos à mulher, o homem mal dera por mim. Discretamente, esgueirei-me para a rua, para não assistir às cenas dos próximos capítulos. Durante uns dias, não voltei a passar por lá. Depois, o apelo das revistas foi mais forte e, uma tarde, regressei. Fui acolhido com um sorriso triste da Isilda, meio cúmplice.

Era assim o Portugal de então. Terá mudado muito? Nunca mais esqueci esse episódio de Páscoa.

* *Nome alterado.*

(19.4.2014)

CANDIDATO

Andar por Vila Real, neste tempo de eleições, lembra-me um ano em que por aqui fui candidato autárquico à presidência da Assembleia Municipal. O meu principal adversário chamava-se Passos Coelho – não esse em que estão a pensar, mas o pai, médico na cidade. Foi há 17 anos. A lista pela qual eu concorria como independente, a lista do PS, estava à partida condenada à derrota, num concelho que, à época, era inabalavelmente PSD.

Estando no Governo, tinha muito escassa disponibilidade para fazer campanha local. Intervim apenas num grande jantar na cidade, com largas centenas de pessoas, na presença de Almeida Santos, e num comício numa aldeia próxima. É desse que vou falar.

Uma noite, fui com o candidato à presidência da Câmara, Ascenso Simões, à Campeã. As freguesias rurais eram então a chave das sucessivas vitórias do PSD, dado que a cidade já então tinha “virado” à esquerda. Havia, por isso, que tentar inverter aquelas onde o desequilíbrio não era tão acentuado, onde havia hipóteses, ainda que remotas, de ganhar a Junta de Freguesia. A Campeã era uma delas.

O espaço coberto do comício, com toda a gente de pé, não era muito grande. Mas, surpreendentemente, estava bastante cheio. Embora a nossa entrada não tivesse provocado um especial júbilo, notei a juventude maioritária daqueles que nos iam ouvir e, cá para mim, devo ter pensado: “Isto é malta nova! Pode significar alguma coisa.”

Lá fomos para o palanque e começaram as arengas. Depois dos responsáveis locais e do candidato à Junta, antecedendo a “estrela” que era o candidato à Câmara, falei eu, aí por uns dez minutos. Sem grande prática deste tipo de exercícios, não trazia a cassete que as repetidas intervenções eleitorais sempre justificam. Imagino que deva ter tratado das carências em acessos viários e em saneamento básico, bem como de uma ou outra ideia “desenvolvimentista”, provavelmente referindo a Europa, que, à época, me ocupava.

Para o que aqui interessa, devo dizer que fui verificando que a reação das pessoas não era excessivamente entusiástica, face àquilo que eu dizia, “to say the least”. Aquela gente jovem ouvia-me com um ar algo neutro, respondendo com manifesta parcimónia às palmas que, a espaços, alguns “claqueiros” partidários iam estimulando, estrategicamente espalhados pelo espaço do comício. Sem especial jeito para a função oratória, eu continuava a lançar algumas frases feitas, que achava adequadas ao terreno, às vezes num tom esforçadamente irónico e humorístico, com o mínimo de agressividade política que a situação justificava. No final, aqui entre nós, fiquei com a sensação de que foi com algum alívio que o auditório me viu terminar o discurso. Talvez as palmas, simpáticas, com que foi acolhido o termo da minha intervenção significassem isso mesmo. Pouco mais.

Já no automóvel, inquiri da avaliação que os “especialistas” políticos locais haviam feito do exercício. “Não esteve mal”, foi o mais entusiasmante que ouvi. Até que um deles disse, críptico: “A sala estava composta. A banda foi boa ideia!”

A banda? “Que banda?”, perguntei, surpreendido. Foi então que soube que, após o comício, subiria ao palco onde estivéramos um conjunto musical. Aquela gente jovem que enchia o espaço, que eu ingenuamente pensara ali congregada

pelo apelo da “boa-nova” do socialismo transmontano, mais não estava do que a tomar lugar para o concerto que logo nos sucederia. Estava assim bem explicada a relativa “segura” da receção. No caminho de regresso a casa, fui imaginando a animação que deveria ir então por aquela sala, agora já liberta das palavras da política e tomada pelos êxitos de Ágata, Emanuel & companhia.

(24.4.2014)

O MEU VOTO

Naquele ano de 1969, eu tinha pela primeira vez a possibilidade legal de votar. E era ano de eleições legislativas, as únicas a que um cidadão português tinha então direito, depois de a ditadura ter abolido, anos antes, a eleição direta para o presidente da República, assustada que ficara com o “fenómeno” Humberto Delgado. E eleições autárquicas, era coisa nunca vista: todos os autarcas eram nomeados pelo Regime.

Um dia, vindo a Vila Real em férias, inquiri como poderia inscrever-me nos cadernos eleitorais. Foi-me dito que isso se fazia na Câmara Municipal. Na respetiva secretaria, ao colocar a questão, vi a interrogação circular por vários funcionários. Aparentemente, eu era a primeira pessoa, desde há anos, a suscitar o problema, porquanto a atualização dos cadernos se fazia, por regra, por via oficiosa. Vislumbrei algumas caras conhecidas a manifestarem curiosidade pelo meu zelo cívico. Um deles, amigo da família, baixando a voz, segredou-me, através do balcão: “Não vale a pena votar. Ganham sempre os mesmos!” Outros, mais alinhados com a “Situação”, pressentindo claramente a razão pela qual eu queria exercer o direito de voto, olhavam-me com um ar algo jocoso, partilhando entre si ironias, à distância. A agitação entre os estudantes universitários, como eu era à época, era conhecida e já havia uns zunzuns de que eu andava metido nessas coisas “associativas” e com o “reviralho”. “Sai ao pai”, ouvi dizer que alguém do Regime comentara, um dia, numa tertúlia da Pompeia.

“Tem de falar com o senhor Barreira. É ele quem trata disso.” Aparentemente, o senhor Barreira era quem “tratava” dos cadernos eleitorais. Era uma das figuras mais conhecidas da cidade. Defesa central histórico do Sport Clube de Vila Real, com uma altura considerável, trabalhava, se não estou em erro, nos Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade, entidade que acolhia sempre muitos futebolistas. Como andava bastante em serviço externo, o senhor Barreira era pessoa difícil de encontrar. Andei dias até conseguir reunir com ele, o que teve lugar numa pequena sala da Câmara. Levei toda a papelada necessária para o ato de inscrição, que não era pouca. Estava tudo em ordem, podia “ir descansado”.

Mas eu não estava descansado. O senhor Barreira ficou claramente surpreendido, e até algo abespinhado, quando lhe disse que necessitaria de uma certidão da minha inscrição. “Aqui não passamos isso!” Respondi-lhe que, por lei, tinha direito a esse documento e mostrei-lhe as disposições legais que obrigavam as autoridades a atestarem, se assim fosse requerido, a inscrição nos cadernos eleitorais. “Mas, se eu lhe garantir que está inscrito, não lhe chega?” Não, não me chegava. Nada tinha a ver com a palavra dele, derivava da minha desconfiança face ao Regime (mas, claro, isso não lhe disse). “Vou falar com o chefe da secretaria. Mas o senhor está a criar um problema, sem necessidade.” Expliquei que não prescindia da certidão (tinha aprendido isso num livro sobre legislação eleitoral, de José de Magalhães Godinho), que, se acaso não quisessem emitir-ma, recorreria por requerimento para o governador civil. O senhor Barreira olhou para mim e, já mais sério, não se escusou a deixar cair: “Veja lá no que se mete!” Eu sabia no que me metia. E, alguns dias e outras diligências depois, lá obtive a desejada certidão. Que ainda guardo.

Espalhei a notícia: depois de mim, várias foram as pessoas que, em Vila Real, se inscreveram nos cadernos eleitorais, nesse ano de 1969, embora não saiba quantos pediram uma certidão. Meses mais tarde, era tempo daquilo a que o Regime chamava “eleições” e eu por nada do mundo perderia o ensejo de exercer o meu direito de voto, mesmo tendo a perfeita certeza de que então ganhavam “sempre os mesmos”.

É também por isso, porque agora já não ganham “sempre os mesmos”, porque lutei e corri riscos para poder ter uma palavra na escolha de quem me representará, que exerce o meu direito de voto. Que é também um dever, mesmo para aqueles que votam em sentido oposto ao meu, para quantos legitimamente decidem deixar o boletim em branco, como forma de marcarem o seu desagrado pelo leque de opções que lhes é proposto. Mas quem opta, pura e simplesmente, por não votar, por não “dizer” algo da sua vontade, perde um pouco a razão para depois vir a protestar contra as políticas que (quem vota) lhe impõem, torna-se num irrelevante “zero à esquerda” (ou “à direita”) na vida cívica.

(25.5.2014)

O EMPATE

Foi hoje de manhã. Encontrei-o à saída da sala de voto, em Vila Real. Já nos não víamos há um bom par de anos. Abraços, perguntas pela família, pela vida, o habitual.

De repente, no meio da conversa animada, o sorriso desapareceu, a cara fechou-se, notei-lhe um súbito silêncio, o olhar desviou-se e, por segundos, seguiu o percurso lento de uma senhora, já de avançada idade, de bengala, que se cruzava connosco no corredor daquela escola.

Hesitei dizer alguma coisa, mas, perante aquela quase perturbação, não resisti: “Há algum problema?” Distendeu um pouco. “Problema, não há! Mas viste aquela gaja?” Referia-se à senhora. “Sim, mas não a conheço. O que foi?” Sorriu ao de leve, como que embarulado. “É minha vizinha. É uma chata no nosso condomínio! Não lhe falo!” Isso via-se, porém eu continuava sem perceber nada.

“Ó pá! Eu sei que isto pode parecer um bocado estúpido, mas eu tenho a certeza de que a velha vota sempre ao contrário de mim. E, por um ‘galo das arábias’, não é a primeira vez que a encontro numas eleições. Nestas ocasiões, fico sempre com a ideia de que o meu voto não valeu a pena. Ela ‘empata’ o meu voto.” Demos umas boas gargalhadas, em seguida.

Fiquei com a sensação de que a raiva daquele meu velho amigo – que me disse que às vezes lê o que escrevo – era maior neste dia de grande abstenção, em que ele teria a secreta esperança de que a vizinha não tivesse aparecido. Não tive tempo

de lhe explicar que, com jeito e diplomacia, podia combinar um “pairing” com a senhora, como alguns deputados trabalhistas e conservadores faziam, faltando ambos às votações, não alterando o sentido global do resultado, comprometendo-se à ausência sob palavra de honra. No entanto, depois pensei que, com os liberais ao barulho e com o novo UKIP a baralhar ainda mais as contas (logo à noite, veremos quanto), nem o velho “pairing” já funcionará como antigamente.

(25.5.2014)

LUSOFONIAS

“C’um caraças! Habíeis de ber o camandro da chuba, há bocado, no Alto de Espinho! Só amainou na Campeã!”

“Na Campeã, o caraças! Inda pingava, que Deus a dava, em Parada de Cunhos!”

A Gomes, a pastelaria icónica de Vila Real, era o palco desta conversa, no meio de um covilhete e umas fatias de bola de carne, há meia hora.

Dei comigo a matutar quantos anos vai demorar até que o diálogo venha a ser entendido em Malabo, na Guiné Equatorial, esse novo recruta voluntarista que a CPLP vai entronizar daqui a dias. Ah! E, já agora!, em muitas cidades do Brasil.

(19.7.2014)

OS PONTEIROS DO ZÉ FOQUITA

Nesta cálida noite de Vila Real, lembrei-me do José Araújo, o Zé “Foquita”, como a cidade lhe chamava, sei lá bem porquê.

Um dia hei-de aqui falar um pouco mais do Zé, esse amigo, um pouco mais velho do que eu, que já se foi há um bom par de anos. O seu primeiro carro, que me lembre, era um *Mini*, que comprou no regresso da tropa. Nele se passeava, ar grave e melena ao vento, pelas noites de Vila Real. O Zé não era uma pessoa fácil, irritava-se por dá-cá-aquela-palha, por isso tinha poucos, mas fiéis amigos. Com orgulho, fui um deles. Foram décadas de conversas, intervaladas por longos meses e por universos pessoais cada vez mais distantes, mas próximos pelo passado comum. Sempre que nos encontrávamos, reatávamos a charla como se a última tivesse sido na véspera.

Na Vila Real da minha juventude, o “passeio dos tristes” automobilístico fazia-se pelo tradicional Circuito, um percurso na periferia urbana, com 6925 metros, como sempre aprendi, onde anualmente se faziam “as corridas” – uma “mania” da cidade introduzida ainda na primeira metade do século passado, que, aí por julho, lhe dava um ar cosmopolita e a colocava no mapa do desporto nacional. O circuito teve altos e baixos, tendo sido reativado – e bem – este ano, embora já com percurso diverso do tradicional.

A “volta ao circuito” – onde nunca pensei acabar por vir morar, quando agora por aqui passo uns dias – iniciava-se pela

“Marginal” (Vila Real não parece mas tem um rio, “lá ao fundo”, o Corgo, que se junta com o Cabril “atrás do cemitério” e que dá um ar da sua graça no inverno, e daí a “ousadia” de pretender ter uma “Avenida Marginal”, que não tem esse nome, mas que conhecemos assim, os que a vimos nascer). Saía-se para o circuito pela garagem Loureiro, junto ao quartel velho, passavam-se as tascas do Necas e do Carrico, logo depois eram a quinta da Patrulha, a casa do Salsa Verde e a do “Brasileiro”, seguia-se à borda da imensa quinta do Teixeirinha até ao cruzamento para o quartel novo e à garagem Renort. Descia-se então à ponte da Timpeira (antecedida de duas curvas históricas), subia-se por Abambres, passando pela tasca da Maria do Carmo (hoje um simpático restaurante), atravessando a linha do comboio. Pouco depois, chegava-se à celebrada reta de Mateus (bem pequena, aliás), com a tasca do Coelho, antes de começar a descer, abordando as difíceis curvas de entrada e saída do Bairro dos Prazeres. Prosseguia-se o caminho estreito para a ponte metálica, passando antes entre a garagem do Antoninho do Talho e a casa do Granjo, para logo surgirem a passagem de nível da estação ferroviária e o colégio. Ultrapassadas a ponte e a subida pela tasca da Cardoa, chegava-se à difícil curva da Areias (pensão histórica da cidade) ou da Salsicharia, dependendo do ângulo e dos gostos. E, lá ao fundo, depois da entrada para o parque florestal e da garagem do Rosas, fechava-se “a volta ao circuito”. Que estranho! Um circuito de garagens e tascas, deverá estar a pensar o leitor. E fui parco, creia, na menção das últimas...

Na minha vida, devo ter feito este percurso do circuito largas centenas de vezes, frequentemente à conversa, “nas calmas”, ouvindo música, noutras ocasiões “a acelerar”, em “picanços” noturnos, a que sobrevivi incólume, ao contrário de outros, menos felizes. É que era assim a vida nesta cidade

pequena, algo abafada e monótona, no final dos anos 60 e início dos 70.

Também com o meu amigo Zé “Foquita” fiz muitas dezenas “de circuitos”, sempre devagar, conversando, ele fumando os muitos sonhos nunca realizados, eu “pintando-lhe” a vida do Porto e, depois, a de Lisboa, onde, entretanto, passara a viver. Nesses tempos do petróleo a pataco, ainda os árabes andavam quietos e baratos, recordo-me de metermos “sete e quinhentos de normal”, na bomba do Platas, em frente ao Tocaio, apenas para dar uma volta ao circuito.

Mas, com ele, não me recordo de ter feito nunca o percurso no sentido que atrás descrevi. Fi-lo sempre na direção inversa. O Zé obstinava-se em percorrer o circuito “ao contrário dos ponteiros do relógio”, ao reverso das “corridas”. Sempre. Porquê? Provavelmente porque, como dizia o meu pai de algumas pessoas teimosas, ele sempre “andava contra o vento”. Nunca soube por que o fazia e também creio que nunca lhe perguntei. É melhor assim: ter pequenos e desimportantes mistérios que nos ficam para a memória feliz da vida.

(28.8.2014)

O SINO DO VIRÒMUNDO

Sou de um tempo em que as “explicações” faziam parte do quotidiano complementar do ensino do liceu, em Vila Real. A avaliar pelo número e frequência dos explicadores e explicandos, em vários domínios, devia ser uma profissão rentável.

Durante muitos anos, a grande e competente explicadora de Matemática da cidade era uma senhora de feitio difícil, atingida por uma doença fisicamente incapacitante, que se deslocava com dificuldade. Sentava-se, por largas horas, numa sala com mesa retangular e uma janela para a rua. Chamava-se Maria de Lurdes, era conhecida na cidade como “Lurdinhas”, nós deveríamos chamá-la de “senhora D. Maria de Lurdes”, mas, desde cedo, a corruptela aceite soava a “Semelurdes”. Os explicandos menos atentos eram chamados para o seu lado, lugares temíveis porque as repreensões orais eram complementadas com “reguadas” com um lápis com uma espécie de boquilha (nunca vi nada igual!), que nos acertava nos nós dos dedos, punindo as distrações ou os comentários que lhe desagradavam.

As explicações duravam uma hora e eram medidas pelos toques dos sinos da Sé, porque a “Semelurdes” não usava relógio. Entrava-se e saía-se às meias horas (em que o sino dava dois toques). Com uma disposição menos entusiasta pelo estudo, muitos ansiávamos bastante por esses dois toques do sino. Por isso, eram-nos indiferentes os restantes toques

(três para os três quartos de hora, quatro toques para a hora certa, seguida de um bater dessa hora noutro sino, e, finalmente, um toque para o quarto de hora, depois da hora exata). O relógio da Sé, ali perto, funcionava então na perfeição. Havia, porém, momentos, creio que para missas e outros atos religiosos (sou pouco dado a essas questões), em que se assistia ao sineiro a subir à torre, dando depois fortes badaladas num dos sinos.

Eu tinha andado na escola primária com o sineiro, que tinha mais dois ou três anos do que eu e que era conhecido pelo nome de “Viròmundo”. Um dia, numa conversa de explicandos da “Semelurdes”, no encontro prévio que sempre havia em frente à Pastelaria Gomes, e ao vermos o “Viròmundo” a rondar a torre da Sé, surgiu uma ideia: pedir ao “Viròmundo” para, na altura do quarto de hora, dar mais uma badalada à mão, criando assim a ilusão sonora de que era meia hora, o que poria fim à explicação desse dia um quarto de hora mais cedo. Como era eu quem conhecia bem o “Viròmundo”, fiquei encarregado da diligência. O sineiro mostrou-se, de início, avesso à ideia. Não queria arriscar o lugar, mas lá acabou por aceitar o “frete”, a troco de “cinco coroas”, talvez pensando, e bem, que não seria por essa badalada a mais que o padre Henrique o poria “com dono”. E sempre empochava “vinte e cinco tostões”, só por subir à torre. Era um bom negócio!

Lá fomos nós para a explicação da “Semelurdes”, às duas badaladas das três e meia. O grupo que havia combinado a patranha (que não incluía uma ou duas colegas mais “certinhas”) adiantou os seus próprios relógios um quarto de hora. A aula da explicação decorreu normalmente. Dez minutos passados sobre as badaladas da hora completa (que era habitual ninguém notar), um de nós (creio ter sido o João Leite Gomes, mas não estou seguro) lançou, aproveitando um

momento de silêncio: “Como o tempo passa... já são quatro e vinte e cinco.” A Julinha, uma colega “certinha”, ripostou, olhando para o relógio: “Não são nada! São quatro e dez.” Um coro saiu logo em protesto, mostrando os respetivos relógios, defendendo serem “quatro e vinte e cinco”. O relógio da intrigaada Julinha foi qualificado de “marca Roscoff”, o que obrigou a “Semelurdes”, um tanto hesitante pela noção impressiva do tempo, a arbitrar, para acabar com a conversa: “A mim, parece-me não ter passado uma hora, mas logo veremos, com o toque das quatro e meia.”

E vieram, um minuto depois, as duas ansiadas badaladas das “quatro e meia” que, afinal, era a badalada das quatro e um quarto complementada com aquela que fora paga ao “Virò-mundo”. Levantámo-nos das cadeiras, mais lestos e sorridentes do que era habitual, perante uma “Semelurdes” um tanto perplexa e uma Julinha desiludida pela qualidade do relógio que o pai lhe tinha comprado, nos anos, no Nascimento.

A “Semelurdes” deve, então, ter ficado muito surpreendida pelo facto de os explicandos seguintes terem chegado com um quarto de hora “de atraso”. Imagina-se que devem ter sido objeto de um raspanete e que todos devem ter dado fortes garantias de que chegavam exatamente às quatro e meia.

Na sessão de “explicação” seguinte, dois dias depois, quando entrámos na sala, connosco preparados para “ouvir das boas”, ela surpreendeu-nos a todos ao não dizer uma palavra sobre o assunto. Nós que, a montante desse momento, havíamos feito pressão sobre a Julinha e as restantes “certinhas” para “estarem caladinhos”.

O assunto passou. Um dia, anos corridos, estava eu já na universidade, fui visitar e cumprimentar a “Semelurdes” e decidi revelar-lhe a patranha. Lembrava-se do episódio, alguém lhe tinha falado da história da cumplicidade do sineiro,

mas era a primeira vez que dele tinha confirmação. Agora, pela palavra, “de confiança”, de um dos “conspiradores”...

Eram bem simples esses tempos de Vila Real, nos nossos 13 ou 14 anos...

(29.8.2014)

O BAILE DO ZÉ MACÁRIO

Há histórias cuja graça só consegue ser apreendida por quem conheceu as personagens reais que as protagonizaram. Explicar quem é o Zé Macário é uma redundância para muitos vila-realenses do meu tempo, mas é uma necessidade para os muitos mais que nunca se cruzaram com essa figura quase mítica, tantos são os seus episódios curiosos, que marcaram o imaginário de algumas décadas da cidade. A família Macário (curiosamente, há um Macário, de Vila Real, do conto “Singularidades de uma rapariga loura”, de Eça de Queiroz) é bastante conhecida na cidade, quer na área comercial, quer na fotografia: o pai do Zé Macário era um fotógrafo habitual nos eventos citadinos, com especial destaque para o desporto. E a última atividade que conheci ao Zé foi precisamente a de fotógrafo, a par de ser um ás para o negócio imobiliário.

Creio que o Zé Macário deve ser basicamente da minha idade. Era uma figura aquilina, ligeiramente curvada para a frente, de passo rápido e olhar vivo. Sempre penteado a preceito, de risca ao lado, parecia-se muito com aquela imagem dos brasileiros dos anos 30, que “O Amigo da Onça” de Péricles consagrou, embora sem o bigode. Com uma lata estanhada, era um farrista emérito, disponível para aventuras de largo espetro, algumas incontáveis. Ao tempo da sua juventude – já não vejo o Zé há muito e dizem-me que vive hoje fora de Vila Real, depois de vários percursos afetivos –, teve sempre um particular êxito com um certo tipo de pequenas, fruto

de uma lábia bem ensaiada e de uns métodos requintados de engate em que se aprimorara. Vestia de forma galante, assenhorado, com uns históricos coletes que lhe davam um ar, simultaneamente, sério e divertido. Nunca fomos íntimos: eu sempre tive tendência a ironizar um pouco com ele e, imagino hoje, ele não devia “ir muito à bola” com a minha maneira de ser. Mas recordo-me de, não obstante algumas escassas tricas, sempre nos termos dado bem.

Guardo para sempre dele uma imagem com uma imensa bebedeira – uma “narsa”, como se diz por Vila Real – que ele apanhou numa ceia da festa estudantil do Primeiro de Dezembro, um rito alcoólico de iniciação por que todos passávamos. Ele estava sentado no chão, esbodegado, olhos vítreos, depois de muito tinto e alguma aguardente, quando um polícia se aproximou e, com ar complacente, mas crítico, lhe atirou: “Você não tem vergonha de estar aí bêbado?” O Zé, entaramelando a voz, nessa noite do ano em que tudo nos era permitido, olhando enevoadamente o cívico, retorquiu-lhe: “E você não tem vergonha de estar aí polícia?”

Mas “este” Zé Macário era compatível com o afinado galá de bailes, ele que era um dançarino de primeira água, que cuidava em percorrer todas as damas disponíveis de uma sala, das mais girotas até aos estafermos inapresentáveis. O que ele gostava era de dançar! E corria, com critério, as melhores festas do distrito para aproveitar os bailaricos.

São aos montões as histórias divertidas que envolvem o Zé Macário, um homem que acabou por ter uma vida algo atribulada, com algumas tragédias pelo meio. Talvez por isso se torne interessante destacar o período mais divertido dessa sua existência agitada.

Ontem, ao almoço, um amigo comum contou-me um episódio, ocorrido num baile no Casino das Pedras Salgadas,

no final dos anos 60. Ele e o Zé tinham-se aperaltado a preceito para o evento. Desde a chegada ao baile, o Zé notara um sorriso prometedor, do outro lado da sala, de uma miúda bonitota, que trazia à ilharga uma mãe com ar austero. O Zé lançou-se numas danças com outras parceiras, mas foi mantendo olho na pequena, que sempre o mirava com ar convidativo. Curioso, decidiu tentar a sorte. Com aquele seu aspetto de quem “não parte um prato”, educadíssimo, aproximou-se da mãe da rapariga e pediu, em termos irrepreensíveis, autorização para uma dança com a filha. A senhora anuiu, a pequena levantou-se da cadeira e foi então que o Zé notou que ela tinha um defeito numa perna e caminhava flagrantemente aos solavancos, numa coreografia que nos levara a crismar um conhecido professor de Matemática do liceu com o apodo de “Chega-me isso”, pela similitude da infelicidade ortopédica com o gesto de pedir algo para a frente.

Mas o Zé Macário não era rapaz para se deixar intimidar por uma surpresa, nem sequer daquele quilate. E, com imenso garbo, pôs-se a dançar com a pequena como se, também ele, sofresse dessa limitação no andar. Diz quem viu que, sem nunca se desmanchar, o Zé aguentou não uma mas três danças, sempre assumindo, mimeticamente, a mesma coreografia mancada, porventura adaptada habilmente à provável variação dos ritmos. No final da terceira dança, sempre de sorriso nos lábios, devolveu a pequena à mãe, agradeceu e beijou a mão da senhora, como era seu velho timbre, atravessou a sala para reencontrar o amigo com quem viera e, finalmente à vontade, de costas voltadas, desabafou: “Porra! Estou de rastos. Vamos embora!”

Grande Zé Macário! Onde estiveres, um forte abraço para ti.

(30.8.2014)

VILA REAL IRÓNICA

Ontem, ao gravar umas palavras para uma reportagem que a RTP vai passar, na manhã de dia 10, sobre Vila Real, sublinhei o caráter algo iconoclasta da população vila-realense, a saudável ironia, às vezes a roçar o cruel, que marca a maneira de ser das gentes de Vila Real. Mesmo em tempos em que brincar com as elites tinha os seus riscos, a cidade mantinha um discurso rebelde e cáustico, feito de graçolas, que atingiam toda a gente, dos ricos e poderosos às figuras mais populares, numa enxurrada de humor interclassista que, para mim, foi sempre um dos encantos desta terra.

Ontem à noite, ao passar pela antiga casa daquele que foi um dos maiores “capitalistas” da cidade, uma figura simpática e boémia, de quem guardo ainda uma imagem vaga, alguém referiu as condições da sua morte – que teve lugar durante o ato sexual com a sua amante, circunstância para a qual um meu amigo chileno me ensinou, um dia, o genial neologismo de *follecimiento [fodecimento]*. A história ficou famosa, embora menos pelo escândalo da mancebia (nessa altura, por aqui, ter alguém “por conta” fora do casamento era quase indispensável ao estatuto social das pessoas “com posses”), mas pela relativa raridade da ocorrência.

A senhora em causa, uma mulher bonita e vistosa, de que me lembro bastante bem, porque morava junto à minha escola primária, era conhecida pelo nome de “Guanabara”. Toda a cidade ficou a conhecê-la melhor depois desse incidente, com

as “línguas” locais a rapidamente encontrarem uma forma de subverter o caráter trágico do mesmo, através de uma graçola. Assim, quando falavam da morte do abastado proprietário, alguns acrescentavam: “Coitado, morreu no Brasil!” Perante a surpresa do interlocutor, que não tinha ouvido falar de que o passamento tivesse tido lugar tão longe de Vila Real, o outro acrescentava: “É verdade, morreu na Guanabara”...

(3.9.2014)

A POMPEIA DO NEVES

A Pompeia foi, durante muitos anos, um dos mais elegantes café, pastelaria ou salão de chá de Vila Real. Tinha duas entradas, uma pela Rua António de Azevedo e outra pela Avenida Carvalho Araújo, a artéria nobre da cidade. Rivalizava com a Gomes em termos da qualidade da frequência, tocada pela elegância que lhe advinha de uma zona recolhida, com uns frescos clássicos (por onde andarão?) ao longo de uma parede, conhecida como “a zona do chá”. Era poiso de profissionais liberais e de outras figuras gradas da cidade, com as senhoras a surgirem em grupos a meio da tarde, rivalizando com núcleos sociais idênticos, que se acolhiam na parte “alta” da Gomes.

Para mim, a Pompeia ficou sempre ligada ao meu amigo Albano Neves, que dela se tornou proprietário e que, mesmo depois de eu sair de Vila Real, continuei sempre a visitar. Se a Gomes era, desde a juventude, a minha “praia” depois de almoço, na Pompeia eu parava mais ao final da tarde e à noite, frequentador que era da zona “baixa” do café, perto da porta para a Rua António de Azevedo, em frente ao Bragança, onde me abastecia de imprensa.

Longas conversas tive pela Pompeia, com o Neves frequentemente a sair de trás do alto balcão (seria o balcão de facto alto ou a imagem que guardo era pelo facto de o Neves ser baixo?) e a abancar connosco, o que não era muito comum nos hábitos dessa época. A minha familiaridade com a casa

cimentou-se em noites de charlas intermináveis, em que o Neves fechava a porta ao público e, já sozinho na casa, com o pequeno grupo de amigos que por ali ficava, avançava ele próprio para a cozinha e preparava divinais omeletes com chouriço, regadas a vinho branco, programa com que alguns de nós, notívagos amadores, iniciávamos longas madrugadas nos verões desses anos 60 e 70 do século já passado.

O meu amigo Neves, um homem encorpado, de pescoço curto, algo curvado, sempre impecavelmente de fato-e-gravata, não era uma personalidade fácil para aqueles com quem não engracava. Vi-o ter fúrias homéricas com ruidosos frequentadores dos bilhares do andar superior, onde havia um “snooker” que, estando longe de ser a minha predileção – eu “é” mais “bilhar livre”... –, me fazia perder algumas tardes em verões em férias. Mas o Neves era amigo do seu amigo e eu tinha-lhe caído nas graças, pelo que sempre fui um deles. Brincávamos muito por razões políticas, onde não coincidíamos nos gostos, mas nunca nos zangámos.

A Pompeia mudou-se um dia para o Pioledo, na zona alta da cidade. Era fora de mão para mim e, julgo, para a maioria da sua clientela tradicional. Por isso, por lá já só passava para dar um abraço regular ao Neves. Tempos depois, o negócio foi trespassado para o António, também ele emigrado da Gomes. E deixei, em definitivo, de lá ir.

Hoje, no lugar original da Pompeia, há uma Nova Pompeia, com uma geografia muito diferente e praticamente sem nada que lembre a casa antiga. E, sem o meu amigo Neves, já não é a mesma coisa.

(8.9.2014)

A HISTÓRIA DO ELÍSIO

A minha terra, Vila Real, tem uma memória viva. Chama-se Elísio Amaral Neves. Somos velhos amigos e essa é uma declaração de interesses que aqui deixo, desde já.

O Elísio andou por Belas-Artes, trabalhou na promoção turística oficial da região, mas, desde há muito, dedica-se a investigar sobre a cidade cuja naturalidade partilhamos. Ao longo de muitos anos, coletou informação sobre Vila Real. Lembro-me dele a vasculhar alfarrabistas por todo o País e a “sacar” tudo quanto pudesse dizer respeito à sua cidade. Mas o Elísio está muito longe de ser um “rato de biblioteca”. É um estudioso permanente sobre a vida e a história da cidade, mas alguém que promove ações concretas de estímulo ao conhecimento, mobilizando gente das novas gerações, tendo introduzido como que uma nova “linguagem” local, na maneira pública de lidar com as coisas da cultura.

Teve a inspiração de fazer uma recolha de “história oral” sobre a cidade, as suas instituições, os seus costumes, as suas figuras, os episódios mais marcantes do seu quotidiano. Assentou o essencial desse estudo, se bem posso julgar, em especial a partir do século XIX. Com apoio autárquico, organizou palestras para as quais convidou gente de todo o género, testemunhos de natureza muito diversa, que falaram sobre a cidade, nos seus mais ínfimos mas relevantes aspetos. Editou até hoje uma imensidão de publicações, onde ficou registado todo esse património de recolha, fez “fac-símile” de docu-

mentos raros que foram abundantemente distribuídos, recolheu e divulgou fotografias inéditas e, ao final de alguns anos, como que “ofereceu” uma memória que nos tornou a nós, vila-realenses, não apenas mais orgulhosos da nossa terra mas, mais importante do que isso, crescentemente curiosos sobre realidades para as quais verdadeiramente só acordámos pela sua mão.

Há anos que, quase sempre à distância, sigo com grande admiração o trabalho do Elísio, aquilo que ele faz com imensa alegria, com um constante sentimento de partilha, com um entusiasmo quase juvenil, diria mesmo que com alguma saudável loucura, tal a diversidade, por vezes bem divertida e irreverente, dos empreendimentos em que se envolve. Quando me acontece comentar com outros amigos o percurso e a obra do Elísio Neves, por mais de uma vez nos temos colocado a questão: que seria hoje da memória da nossa cidade se ele não a tivesse tratado a tempo, com o carinho e a seriedade com que o faz? Vila Real deve-lhe muito e acho que tenho a obrigação de aqui o deixar dito, com todas as palavras.

No que me toca, fica um abraço de gratidão para ti, caro Elísio.

(10.9.2014)

O PELO

Na minha terra, em Vila Real, havia um “crava” tradicional de tabaco. Diz a lenda que não terá nunca comprado um maço de cigarros. Passava a vida a chatear os amigos, os conhecidos ou ainda menos. Entre outros, tinha um célebre truque. Aproximava-se das pessoas e, com um gesto simpático, olhando para o casaco alheio, dizia: “Olha, tens aí um pelo!” E, com delicadeza, “fazia de conta” que tirava um cabelo do ombro do casaco do parceiro para, logo de seguida, tentar ganhar uma retribuição ao gesto através de um “tens aí um cigarro?”.

Um dia, um dos amigos – o qual, por acaso, é hoje o meu médico de família, em Lisboa –, à viciosa aproximação do truque e ao ouvi-lo dizer o clássico “tens aí um pelo!”, não foi na conversa e travou-lhe o gesto com um “deixa estar o pelo!”. Ainda hoje, na minha terra, alguns amigos usam a expressão para reagir a gestos de generosidade suspeita.

(12.9.2014)

MCDXLIV

Há dias, numa visita a uma casa senhorial do Minho, a simpática guia que nos acompanhava falou no “setenta e cinco aniversário” de alguém ligado ao monumento. No final da visita, discretamente, fiz-lhe notar que a referência numérica que ela havia feito estava talvez demasiado marcada pelo facto de muitos visitantes serem galegos – na Galiza diz-se “o setenta e cinco aniversário” –, dado que, em português, se diz sempre “septuagésimo quinto”. A jovem, que me pareceu com razoável cultura, terá entendido a minha subliminar e ívia crítica, engoliu em seco e confessou que “assim é mais fácil...”. Pois é: é mais fácil, mas está errado!

Dei então comigo a pensar se a juventude de hoje saberá ler um número romano. Recordei-me ainda de um professor liceal, lá por Vila Real, que nos ensinava que a melhor forma de entender os números romanos era o ano de 1444, que utiliza todas as letras possíveis para compor uma data – MCDXLIV.

Qual é a verdadeira utilidade disso, perguntarão alguns? Se formos por esse caminho, é melhor, de facto, ligarem a televisão para a “Casa dos Segredos”...

(29.10.2014)

CASEIRINHO

Hoje é Dia de S. Martinho e – deve ser da idade! – ando dado à observância de algumas tradições mais agradáveis. Vou, por isso, beber uma jeropiga a acompanhar as castanhas, mesmo sabendo que isso pode afetar o efeito do antibiótico com que combato um princípio de gripe. Quem me mandou a mim não tomar a vacina e pôr-me para aqui a saudar o regresso do frio e da chuva...

Esta possível ligação negativa entre o álcool e os antibióticos traz-me à memória uma historieta antiga, testemunhada por uma pessoa amiga, numa farmácia de Vila Real. Um episódio bem popular na tradição oral da minha família.

Ao balcão, uma senhora idosa, de aldeia, era instruída sobre os medicamentos que acabara de “aviar”, receitados pelo médico. O empregado, pacientemente, ia dando indicações sobre as horas e as doses. Explicou, a certo passo, que, enquanto um determinado medicamento, um antibiótico, estivesse a ser tomado, não deveria ser consumido álcool. Este imperativo causou algum alarme na senhora, cujos hábitos seriam desta forma radicalmente alterados:

“Mas nem um copito de vinho? Para acompanhar ‘o comer’?...”, inquiriu a senhora.

O empregado da farmácia, experiente, ciente de que o rigor na observância do receituário em condições ótimas estaria sempre posto em causa, ensaiou um compromisso sábio:

“E o vinho é caseirinho?”

A senhora confirmou ser “a pinga” de produção caseira.
Isso “sossegou” o vendedor:

“Ah! Se é caseirinho, então pode beber. Mas não muito...”

Hoje, a minha jeropiga é do Pingo Doce. É caseirinha...

(11.11.2014)

TRIBUNAL

Eu era miúdo, mas lembro-me como se fosse hoje. Todas as manhãs, numa camioneta de caixa aberta com longos bancos, chegavam os operários que tinham a seu cargo as obras do novo Tribunal de Vila Real. À época, era uma forma vulgar de transporte de trabalhadores. Porém, havia algo de diferente: quatro homens fardados ocupavam os cantos da caixa da viatura. Os operários eram os presos da cadeia da cidade.

A direção desses presos, a organização e a planificação do seu trabalho passaram, por alguns meses, a ser asseguradas por um homem que também estava naquela prisão, acusado, creio, de uma qualquer fraude. A sua preparação académica dava-lhe um estatuto diferente, pelo que me recordo que se movimentava na obra com muito maior à-vontade que os restantes presos. Era uma pessoa de Viana do Castelo, que aí tinha sido antigo colega de escola primária do meu pai. Durante os meses em que permaneceu em Vila Real, o meu pai fez questão de o visitar com alguma regularidade. Ouvi-o então dizer: “Antes de tudo é um amigo, para além dos erros que possa ter cometido na vida.” Neste dia em que, se fosse vivo, o meu pai completaria 104 anos, recordei-me desta sua lição.

(25.11.2014)

O GOVERNADOR

No tempo da “outra senhora”, o lugar de governador civil, em especial na província, era um posto de alguma importância. Os ministros viajavam pouco, Lisboa podia ficar longe e competia aos governadores informar sobre a realidade local e representar localmente o Governo. Porque os autarcas eram nomeados pelo partido único, cabia aos governadores – homens da estrita confiança do Governo – um papel decisivo na seleção dos presidentes dos municípios e suas vereações. Daí a importância objetiva desses chefes dos distritos, que alguns relativizavam com maior ou menor simpatia, que a outros enfatava o porte.

Em Vila Real, recordo-me das caras de vários governadores do Estado Novo. Deles me ficou a imagem de que se passeavam pelas ruas com alguma pompa, acompanhados de figuras, figurantes ou mesmo figurões locais, ungidos da vaidade de serem vistos a fazer parte do serralho do poder. O “senhor governador” era, sem exceção, o centro dessa coreografia, revelando o seu ascendente por um pormenor que, para mim, foi sempre significativo: se, durante o passeio, para sublinhar um argumento, ele decidia travar o passo, logo o rebanho à volta suspendia a marcha e atentava nas importantes palavras que sua excelência entendia relevar. E, ao seu estugar do andamento, todos os outros o seguiam. Se Roland Barthes passasse então em frente à Gomes ou na Rua Central, retiraria dali um capítulo para os seus estudos de semiologia.

No mínimo, dedicaria uma das suas *Mitologias* a essas curiosas figuras que compunham a teatralidade político-social da ditadura.

Porque me lembrei disto agora? Porque passei, há minutos, junto a um desvio para Moura Morta e recordei-me que havia uma figura dessa aldeia que vinha com frequência a Vila Real e que, pela sua pose e ar majestático, era conhecida na cidade, jocosamente, como o “governador civil de Moura Morta”. Mas não tinha o exclusivo do apodo: um comerciante de Lordelo, às portas de Vila Real, aliás homem simpático e agradável, possuidor de uma “bela figura” e andar pausado, foi também, durante anos, conhecido como o “governador civil de Lordelo”. De certo modo, estas designações acabavam por ser um implícito reconhecimento do prestígio do cargo.

Com a chegada da democracia, os governadores civis deixaram de ter alguma “graça” – e que me perdoem alguns bons amigos que exerceram esse cargo. Com os autarcas a serem as figuras centrais do jogo político local, esses representantes do poder central foram sendo limitados nos seus poderes. O Governo que aí anda decidiu mesmo acabar com eles. Não sou nostálgico, mas a entrada de um governador civil da “outra senhora” na Gomes era um espetáculo!

(27.11.2014)

O FRIO DA ESQUINA

Esta é uma história que faz parte da mitologia de Vila Real e, ainda há semanas, a ela se referiu no Facebook o meu amigo Carlos Leite, um vila-realense “exilado” no refastelo do sol da Grécia.

Nos anos 50 do século passado, o Governo Civil de Vila Real era chefiado pelo coronel Augusto Sequeira, um grande homem de bem a que me ligaram laços de amizade e grande simpatia, e a cuja comemoração do centenário de vida tive mesmo o privilégio de assistir. Era um “craveirista”, um próximo de Craveiro Lopes, o presidente pouco cómodo de quem Salazar acabaria por se desfazer em 1958, optando por essa figura de antologia anedótica que se chamou Américo Tomaz.

Augusto Sequeira recebia nesse dia, em Vila Real, o então ministro do Interior, Trigo de Negreiros, um homem originário de Mirandela que também viria a cair politicamente em 1958. Passeavam-se os dois pelas ruas da cidade, numa tarde seca de inverno, aproximando-se a certa altura da Pastelaria Gomes, então (e ainda um pouco agora) o eixo social do burgo. À chegada à esquina no edifício, preparando-se para entrar no café, o valpacense Sequeira comentou alto, para Trigo de Negreiros, com a cumplicidade regional que os unia:

– Está um frio tipicamente transmontano!

Antes que Negreiros pudesse retorquir, a um gandulo de samarra que se encostava à esquina, fumando uma perisca, e quase sem os olhar, saiu esta frase que ficou nos anais locais:

– Transmontano o c...o ! Está mas é um frio f...do!

A doutrina divide-se sobre a sequência do episódio. As versões mais reviralhistas dão conta do rapaz ter sido encaminhado por um cívico para a esquadra da PSP, ali perto, por baixo do Governo Civil. Leituras benévolas dão o incidente por fundo com uma repreensão risonha feita ao atrevido pelas figuras políticas.

Uma coisa não mudou: passei há pouco pela esquina da Gomes e, embora não ousando a mesma ênfase lexical, sou levado a concluir que o famoso anónimo dos anos 50 do século passado continua a ter a sua razão...

(28.11.2014)

A LISTA

Estava-se em julho de 1969. Havia sido convidado pelo meu tio, uma figura grada da cidade, onde fora presidente da Câmara e liderava a União Nacional desde a chegada de Marcelo Caetano ao poder, para o acompanhar num passeio turístico com a família pelo Sul de França. Colocava-se, porém, um obstáculo: eu estava em “idade militar”, pelo que havia uma certa dificuldade em ser-me concedido um passaporte, necessitando de uma credibilização prévia. Como o meu tio conhecia bem o governador civil, Torcato de Magalhães, fomos ambos por ele recebidos e o assunto resolveu-se sem grandes dificuldades.

Fez-se a viagem. Passados dois meses, o País entrava em ebullição política com a preparação das primeiras “eleições” legislativas (à época, o Regime não admitia outras e mesmo estas mereciam fortes aspas) da era Marcelo Caetano. Salazar caíra da cadeira em agosto do ano anterior, Caetano herdara-lhe o lugar, menos de dois meses depois. Durante as férias, o meu tio, que havia sido seduzido pela “abertura” política que então se anunciava aos quatro ventos, tinha-me dito que aceitara liderar a lista “marcelista” de deputados pelo distrito.

As hostes oposicionistas locais, pelo seu lado, não estavam paradas. Congregadas em torno da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), pediram uma audiência ao governador civil para lhe fazerem a entrega formal da sua lista dos candidatos a deputados pelo distrito. Solene mas cordial, Torcato de Maga-

lhães recebeu, uma manhã, três responsáveis oposicionistas: Otílio Figueiredo, Délio Machado e... eu. Ao ver-me entrar, senti que os seus olhos se arregalaram um pouco. Então aquele miúdo (eu tinha 21 anos) que, dois meses antes, lhe fora apresentado pelo agora líder político local do Regime, integrava o núcleo duro dos próceres do “reviralho”?

Acabada a cena, Torcato de Magalhães telefonou de imediato ao meu tio que, com toda a naturalidade, lhe respondeu que já sabia da minha opção e que “o rapaz tem todo o direito de ter as suas ideias”. O governador civil deve ter ficado um pouco confundido.

(29.11.2014)

A PRESSA DA VIDA

Um dia, consegui juntá-los a uma mesa da Gomes, na ingénua crença de que, por tê-los a ambos como amigos, haveriam de se dar bem. Erro crasso. O José cedo arvorou a machista arrogância vila-realense e sentiu-se deslocado no registo intelectual das referências em que a conversa descaía. Logo que pôde, abalou para a zona do balcão mais próxima da máquina de cortar fiambre, posto de observação onde há décadas se sentia confortável. Ao que me lembra, o Sérgio nem lhe havia passado cartão, absorvido que estava no chamamento constante de conhecidos, saltitante no seu gesticular frenético, sublinhado pela voz anasalada que enchia a sala.

Há mais de quinze anos, pelo Natal, desapareceu tragicamente o Sérgio Moutinho. Neste último Natal fomos, uns poucos, despedir-nos do José Araújo, traído pelo coração agitado. Deixámo-lo em Santa Iria, perto do Sérgio. Que mais havia de comum entre ambos, à parte a circunstância – irrelevante para o leitor – de serem ambos meus amigos? A pressa da vida.

O Sérgio era um furacão em pessoa, a ousadia chocante no comportamento e na palavra, a incessante procura da afetividade, sem baias nem temores. Na minha memória, não consigo ter dele um retrato estático, vejo-o no movimento de um filme, a chegar ou a partir, sem tempo para paragens, sem paciência para ouvir o irrelevante e o tonto, fossem eles ideia

ou pessoa. Tinha a pressa do mundo, a vertigem de viver intensamente, no fio da navalha – como a navalha que haveria de matá-lo numa noite trágica na Anatolia.

O José Araújo parecia ser o seu oposto. Pousava pelas esquinas da vida com um fácies vincado e grave, onde às vezes aparecia um esgar equívoco, sempre apoiado na frase curta e no gesto cortante. Mas quem o conhecia sabia que naquela cabeça, com o cabelo branco a subir sobre a samarra, vivia um adolescente à procura incessante de um segundo futuro, que ele sentia cada vez mais atolado nas complicações do presente. A vida do José foi a da viagem adiada, a tentativa de fuga a uma rotina que teimava em lhe atar as mãos, a mitificação de mundos ideais onde, chegado que fosse, tudo seria fácil, tudo correria a preceito para a realização dos seus sonhos, uma espécie de Pasárgada, logo ele que nunca lera Manuel Bandeira.

Embora muito diferentes, com ambos eu tendia a cometer o erro pateta de os tentar trazer à minha leitura da realidade, fazendo o elogio da serenidade, pregando a necessidade de ponderação e dizendo-lhes para pararem um pouco para pensar. O Sérgio achava-me, cada vez mais, um burguês acomodado. O José desconcertava-me, dando-me sempre razão de forma irónica, intimamente ciente de que eu jamais o compreenderia.

A minha última discussão com o Sérgio foi sobre o seu – para mim, excessivo – empenhamento em favor da causa curda, questão que, para alguns, poderá não ter sido alheia à sua morte violenta na Turquia. Recordo-me de o ter alertado para os erros profissionais em que poderia estar a incorrer, pedi-lhe a calma e a moderação que eu, no fundo, sabia que ele nunca iria ter. Ria-se de mim e dos meus cuidados, como ele sabia fazê-lo, sem qualquer acrimónia, na certeza de que a nossa amizade era intocável.

O José falou-me, há meses, no seu projeto de ida para o Brasil. Era o renascer da sua ambição de criar um museu de automóveis antigos, ideia que sempre me pareceu desenhar de forma irrealista, como tantas outras iniciativas que eu lhe ouvira no nosso passado de longa convivência. Tentei mostrar-lhe os riscos de uma deslocação sem preparação cuidada, dos imponderáveis de um negócio sem apoios sólidos. Reagiu com impaciente complacência, com um “pois, mas assim ninguém chega a sítio nenhum!”. Agora, dizem-me, tinha já viagem marcada e afirmara tencionar procurar-me quando chegasse ao Brasil.

Hoje pergunto-me, simplesmente: que direito temos nós de tentar atrasar a pressa dos sonhos que fazem as vidas?

Publicado no Notícias de Vila Real em 28.12.2004.

(28.12.2014)

A OUTRA CIDADE

Estas épocas do ano levam-nos muitas vezes aos cemitérios. É uma forma de lembrar os que já foram e alimentar o sonho, impossível e virtual, de os termos connosco neste tempo ritualmente festivo. Nessas romagens, tenho sempre o cuidado de procurar não cultivar a tristeza, tentando avivar apenas os tempos alegres passados com as pessoas próximas que tenho espalhadas por aqueles espaços. Curiosamente, e no que me toca, não costumo sair deprimido dos cemitérios, depois dessas visitas ao passado. “Tu não te deixas apanhar muito pela nostalgia”, disse-me uma pessoa, convencida de que o faço por defesa. E, se calhar, tem razão.

Há dias, em Vila Real, dei uma volta pelo cemitério de Santa Iria, o cemitério “novo”, há muito criado para complementar o “velho” de S. Dinis, cujos limites de crescimento já nem recordo quando foram atingidos. Nunca tinha feito esta visita com muita atenção: em regra, dos cemitérios sai-se rapidamente e o frio da época estimula a isso. Com um belo sol de inverno, decidi passear pelo cemitério “novo”. Foi então muito curioso reencontrar por ali imensas figuras da minha infância e juventude, comerciantes de cujas caras me lembrava à porta de lojas, caras com que me cruzei, por décadas, pelas ruas, cavalheiros e senhoras cujo nome muitas vezes desconhecia, mas que, por dever de educação, sempre cumprimentava, quando, em pequeno, passeava com os meus pais. E quantos outros, menos notáveis, estarão perdidos por tantas campas

rasas sem nome! É a vantagem de se “ser” de uma cidade que já foi pequena, onde todos nos conhecíamos, quando de lá saí há 50 anos. O cemitério “novo” tem quase a idade da minha memória de Vila Real. Assim, por lá me cruzei agora com amigos que partiram cedo, descobri pessoas de cuja existência já nem me lembrava (e de cuja morte me não tinha sequer apercebido), pude relacionar parentescos e ligações familiares. Ah!, e também apreciei a forma estética como os que por cá ficaram quiseram que os seus familiares ficassem consagrados nas pedras – uns sóbrios, outros agigantados face à imagem em vida. Foi um passeio muito interessante por essa que é outra minha cidade.

(31.12.2014)

VOO DOMÉSTICO

Vila Real tem um aeroporto ou um aeródromo (não sei se há diferenças). Isso não significa, porém, que a cidade esteja, em permanência, ligada à capital por voos regulares que permitam atenuar a interioridade. Ao longo dos anos, tem havido períodos em que houve voos, outros há, como agora acontece, em que o aeroporto é apenas uma estrutura para atividades lúdicas.

Tudo começou nos anos 80, quando a cidade era servida por pequenos aviões, com quatro lugares para passageiros e um outro ao lado do piloto. Sempre me perguntei o que aconteceria se este tivesse uma indisposição, mas logo concluí que há perguntas que dá azar fazer. Numa viagem de Lisboa para Vila Real, o piloto enganou-se e, da escala que fizéramos em Viseu, zarpou diretamente para Bragança, destino de todos os restantes passageiros. Eu ia distraído com a paisagem e só “acordei” à vista do castelo da cidade. Advertido do erro, o homem não se incomodou: “Não há crise. À ida para baixo, deixo-o em Vila Real.” E assim foi.

Chegados ao aeroporto de Vila Real, a pessoa que prestava assistência ao avião informou-me que um familiar tinha estado à minha espera, mas que, tendo-se constatado que o voo tinha ido diretamente para Bragança, concluíra que eu tinha adiado a minha viagem, pelo que regressara à cidade. Nesse tempo, não havia telemóveis. De mala à ilharga, pedi ao responsável pelo aeroporto – verifiquei então que se tratava precisamente

da mesma e única pessoa – que me deixasse chamar um táxi ou, como por por ali se diz, um “carro de praça”. Guardo até hoje a frase que então dele escutei: “Nem pense nisso! Levo-o eu a casa. Deixe-me fechar o aeroporto e já vamos para Vila Real.” E, com uma chave Yale, lá “fechou” a porta da então pequena instalação do aeroporto e partimos para a cidade.

O meu amigo Teófilo Silva deixou-se, pouco depois, dessas aventuras aéreas e, desde há muito, dedica-se ao seu Museu dos Presuntos*, um dos melhores restaurantes de Vila Real, com uma escolha de vinhos do Douro dificilmente batível. Este ano, ainda por lá não fui dar-lhe um abraço, mas hoje, ao passar por perto do aeroporto (ou aeródromo), lembrei-me desta historieta, típica das pequenas cidades, como Vila Real já foi. Tempos em que ainda havia aviões.

* O Museu dos Presuntos já não existe.

(6.1.2015)

ABASTECIMENTO

Surgiu ontem nos jornais a história de uma chinesa que, impedida de entrar num avião com uma garrafa de *cognac*, decidiu bebê-la toda de seguida e, claro, acabou muito mal...

Esta história trouxe-me à memória um episódio que faz parte dos anais de uma certa boémia de Vila Real, nos anos 50/60.

Havia na cidade um grupo de amigos, sob a liderança benévola de António Fernandes, um homem abastado e *bon vivant*, conhecido por “Antoninho do Talho”, que se dedicava a grandes tainadas e memoráveis convívios. Às vezes, eles prolongavam-se mesmo em viagens ao estrangeiro, de que há anedotas deliciosas, algumas das quais citadas em livros.

Havia, porém, uma limitação forte na logística dessas deslocações: a necessidade de levarem o próprio vinho, aparentemente por não confiarem na capacidade de um abastecimento à altura, lá pela estranha. Ficou mesmo nas lendas o despacho de uma partida de garrafões numa ida ao Brasil, no famoso “Voo da Amizade”, então promovido pela TAP e pelas desaparecidas Panair e Varig.

A historieta de hoje, que veio a propósito do drama da chinesa, é bastante mais prosaica e, ao que se conta, teve lugar na fronteira entre Quintanilha e San Martín del Pedroso, na estrada de Bragança-Zamora.

À passagem do automóvel da divertida comitiva, que iria com destino a Paris, a polícia espanhola, como era de regra,

mandou abrir a bagageira da viatura e, deparando com uma imensidão de garrafões de vinho não declarados “para exportação”, fez menção de reter a vital mercadoria. O pânico pela iminente desaparição dos néctares instalou-se nos viajantes, que tentaram explicar que todo aquele “material” era, muito simplesmente, para consumo. Os guardas vestidos de cinzento, abotoados até ao pescoço, com os famigerados chapéus pretos em forma de tricórnio, não se mostravam convencidos do destino não-comercial do vinho.

Terá sido então que o Magalhães, uma divertida figura da família dos Macário, sacou a rolha de um dos garrafões e iniciou o respetivo emborcanço, para estupefação dos cívicos, apenas como forma de revelar o nível de consumo que era expectável no grupo. Um dos polícias mandou então suspender o ato e, ao que reza o mito urbano, terá constatado: “*Van ustedes muy mal suministrados...*” E lá os deixou seguir!

(26.8.2015)

A QUEDA DOS ELETRÔES

Como por aqui tenho contado, Vila Real é uma terra com muitas histórias. (As outras terras também devem ter as suas, mas eu conto por aqui as da minha terra.) Algumas delas são fantasiadas, outras um pouco mais reais. Há figuras conhecidas da cidade que surgem regularmente ligadas a algumas delas, outras em que só pontualmente emergem, como atores ou figurantes desses episódios que temos por divertidos – embora eu possa e deva perceber que, muitas das vezes, as coisas se nos afiguram mais “divertidas” porque conhecemos as personagens, porque as historietas nos foram reveladas num tempo em que um humor simples era suficiente para nos tocar, garantindo dessa forma o prolongamento na nossa memória afetiva do impacto que então nos causaram.

Há dias, sentado, num fim de tarde, na esplanada da Rosas (a Gomes estava fechada...), vi aproximar-se pela rua uma figura que já conheço há muitas décadas, com quem nunca tive uma proximidade particular, mas que sempre projetou em mim uma imagem simpática e muito cordial. Um homem da cidade, mais velho do que eu cerca de uma década, com quem recordo ter partilhado algumas tainadas na velha Pompeia, nas noites raras em que o Neves, o proprietário, fechava a porta e decidia cozinhar uma tortilha para os amigos. Coisas dos anos 60, muito bem regadas pela noite dentro.

A essa figura da cidade, hoje um próspero industrial, ouvi sempre associada a historieta de uma carta que havia escrito à

mãe, abastada senhora com comércio tradicional florescente em Vila Real, ao tempo em que estudava no Porto, nos “preparatórios” de Físico-Químicas. Eu ouvira já várias versões da história, pelo que ousei perguntar-lhe pela versão original. E a pessoa em causa não se fez rogada.

Ao que me contou, a vida que levava então no Porto, onde frequentava, com discutível assiduidade, a universidade, obrigava-o a grandes dispêndios. Estava-se no final dos anos 50 e o Porto era, para quem vinha de Vila Real, uma espécie de grande metrópole quase mítica (dez anos mais tarde, eu viria a sentir precisamente o mesmo), cheia de tentações, quase todas caras. No aproveitamento dessa vida, o dinheiro desaparecia com uma velocidade incontrolável. Um dia, em desespero de causa e de fundos, viu-se na “obrigação” de recorrer a uma patranha para esportular mais dinheiro à senhora sua mãe, deixada lá por Vila Real.

Para tal, elaborou uma carta muito bem estruturada, na qual fazia sentir à progenitora o momento difícil que atravessava, por virtude de um lamentável “acidente” ocorrido numa aula de Física. O que é que se passara, em concreto, ou melhor, nos termos da carta?

Num exercício de Física com o Plutónio 451, enquanto usava um contador Geiger para medir radiações, um descuido imperdoável levara-o a deixar cair ao chão, inutilizando-os por completo, “24 mil pares de electrões”. O dano era fortíssimo, a universidade exigia ser resarcida e, por falta de verbas, ele estava na iminência de ser expulso da faculdade, logo agora que tão brilhantes perspetivas se abriam para o prosseguimento, com sucesso, do seu curso. Confessava assim o seu embaraço, percebia que estava a passar para a mãe um problema de que fora ele o único causador, mas não tinha outra solução senão pedir um reforço de fundos.

A carta concluía, naturalmente, com uma estimativa dos encargos, que eram, de facto, muito pesados, para os valores de então. Como ele explicava no texto, que a mãe cuidadosamente guardara e que lhe devolvera antes da morte, “cada par de eletrões custa quatro tostões”, o que fazia orçar o dispêndio final em “nove contos e seiscentos”. Era muito dinheiro? Era, mas o bom nome da família e o futuro da sua carreira de estudante disso dependiam.

A mãe compreendeu? Claro que sim. O dinheiro lá chegou ao Porto, o zeloso estudante terá “liquidado o débito”, e a única coisa que é certa é que ficou com mais “nove contos e seiscentos” para a estroina das noitadas na Invicta. O curso? Nunca o “tirou”, talvez por não ter a quem...

(4.9.2015)

ADEUS, CHICO

Olhei sempre para o Chico Menezes como alguém mais velho. Nesses idos de 60, então com 16 ou 17 anos, ser cooperado para integrar grupos mais maduros significava uma orgulhosa ascensão social no estatuto de adolescente.

O Chico Menezes era um desses “mais velhos”. Filho de militar, ele próprio viria a seguir essa carreira. O inconfundível “estilo” com que se passeava pela cidade, passo pausado, serenidade madura, patilhas longas e atitude já adulta, tudo isso lhe conferia um estatuto que, teoricamente, o distanciava de nós, mais novos, mais “putos”. Quantos anos mais velho era o Chico? Sei lá! Dois ou três, o que é uma imensidão quando não se havia chegado ainda aos 20 anos. E, por isso, ser integrado pelo Chico no seu grupo foi, para mim, uma coisa importante.

Em meados dos anos 60, naquela inenarrável “seca” de vida que era Vila Real, o Chico tinha ao seu regular dispor um carro, coisa não muito comum à época. Era mesmo um carro grande, creio que um *Vauxhall*, preto, pertencente ao pai. Um grupo de “habitantes”, de que tive o privilégio de fazer parte, passou a ser utente regular dos passeios no carro do Chico. Eu tinha “chumbado” a Ciências no 7.º ano e, por isso, “fiquei” com essa cadeira, como então se dizia. Isso significava um período de imensa calaceirice, sem aulas, sem horários, uma espécie de “preparatórios” para aquilo que viriam a ser os “dois anos de férias” (tomo de empréstimo o título do livro de Jules

Verne), que, logo de seguida, fui passar ao Porto, nesse projeto frustrado que foi o “meu curso” de Engenharia Eletrotécnica.

O Chico Menezes foi assim meu companheiro quase diário nesse ano de 1965. Ao final da manhã, depois de um sagrado covilhete na Gomes, encontrávamo-nos no Excelsior, para um café de saco servido pelo Manuel Rato, em cujo setor de bilhares o Chico “tinha taco”. “Ter taco” estava para os bilhares como “ter garrafa” estava para os bares: conferia automático estatuto, implícito prestígio. O Chico Menezes era um dos grandes bilharistas de Vila Real, aproximado, mas ainda assim à distância, pelo Olívio “das bicicletas” (o pai tinha uma loja disso), esse o meu mais antigo amigo – nascemos na mesma rua, no mesmo ano, fomos para a escola juntos.

Com o Chico, o Olívio e o Mourão, este último funcionário da garagem S. Cristóvão (ainda há dias o vislumbrei numa tertúlia de reformados, no “shopping”), às vezes com outros integrantes menos regulares, constitui-se, nesse ano de 1965 (caramba, já lá vão 50 anos!), uma trupe que, à hora de almoço, fazia um invariável e sucessivo percurso, para ver “miúdas”. Às dez para a uma, passávamos a “galar o pequename” à saída do liceu, depois subíamos a avenida, rumo à Escola Industrial e Comercial, daí rumávamos ao Pioledo para observar as “externas” do Colégio de S. José e, descida a rampa do Calvário e chegados ao “Cabo da Bila”, “cobríamos”, finalmente, a saída da Escola do Magistério Primário. Em 15 minutos, melhor era impossível!

O percurso era feito no imenso *Vauxhall*, com cada um de nós, se o tempo o permitisse, bem estilosos, com o cotovelo fora do vidro (o meu lugar era atrás, à direita – o Chico, muitos anos mais tarde, brincava dizendo que eu já ensaiava para assento “de embaixador” ou “de governo”!). Hoje, posso imaginar o ridículo dessa trupe motorizada, a armar em “conquis-

tadores”, com um sucesso, diga-se, raramente muito expressivo.

Aos sábados, o programa era, muitas vezes, exterior: partilhada irmámente a “gasosa”, rumávamos em expedições a Chaves, à Régua, a Amarante, a Famalicão e até a Guimarães! Nunca ousámos o Porto, terreno mais denso, desconhecido. Connosco aperaltados para o engate, as coisas às vezes corriam “bem”, na maioria dos casos vínhamos de “orelha murcha”, porque o “fossado” romântico redundara em insucesso. Não concretizámos uma muito especulada ida a Espanha, a Orense, mas isso nunca nos deprimiu porque, com base nas experiências com as jovens *hablantes* que passavam em excursões por Vila Real, a doutrina era de que, “com as espanholas, nunca dá nada!” Não era verdade: às vezes, “dava!” Teorias empíricas, antes da “movida”, claro...

Os domingos eram sagrados: as tardes eram passadas em mesas de “lerpa”, a doer, no primeiro andar da “Maria do Carmo”, uma tasca (hoje um simpático restaurante) em Abambres, no “círculo”, regadas a “lapardana”, uma mistura de vinho branco, cerveja e, creio, açúcar. Em fundo sonoro, ouviam-se então os relatos de futebol da “Emissora”, com a expressão clássica do Artur Agostinho, em Alvalade ou na Luz, a passar a emissão (“Alô, Nuno”), para o Nuno Brás prosseguir das Antas. A função dominical acabava, impreterivelmente, às seis, porque, às seis e meia, estávamos todos, armados em galás, encostados à esquina da Gomes, a assistir à saída das pequenas da “missa das seis” na Sé. Alguns bailes nesse tempo, em garagens, não são para aqui chamados. Outras expedições noturnas, de outra índole iniciática, *idem*.

No ano seguinte, saí de Vila Real. Desde então, fui encontrando o Chico Menezes a espaços, pelas esquinas da cidade, nos Natais ou outras férias. Sem surpresas, como referi, seguiu

a carreira militar, na tradição familiar, chegando a oficial superior. Projetava sempre o seu ar muito sereno, simpático, com grande dignidade e esmerada educação. Não sei se voltou aos bilhares (“bilhar livre”, claro, clássico, nada dessa coisa de *snooker*) ou se, com o tempo, foi “perdendo a mão”. De qualquer forma, o Excelsior, entretanto, fechou, as mesas da Pompeia e da Brasileira também se foram há muito, as “tabelas” dos bilhares da cave da Gomes secaram com o estranho desuso, e o Chico nunca confiou (nem eu) no equilíbrio da lousa da mesa do Club. Ainda haverá hoje bilhares (livres, claro) em Vila Real?

No Primeiro de Dezembro do ano passado, numa “ceia” de amigos e conhecidos, alguém me apontou o Chico numa mesa. Já quase o não conheci. Fui ter com ele. Caímos em abraços, mas, no meio dos sorrisos, achei-o algo triste, disseram-mo doente. Nunca mais o vi.

Ao final do dia de ontem, contaram-me que morreu. Adeus, Chico! Não cheguei nunca a matar a curiosidade sobre qual foi a tua maior “tacada”, nas gloriosas jornadas de que fui testemunha na mesa do Excelsior. Fosse ela qual fosse, meu caro, ontem perdeste a última partida. Deixo-te aqui um abraço, muito amigo e sentido.

(8.9.2015)

DE UM ARCO, EM PARIS

Não foram poucas as vezes, quando vivi em Paris, que, chegado a um determinado local, senti pena por não ter por ali comigo o meu pai, falecido pouco antes. Gostaria imenso de poder ter andado com ele pelas ruas da cidade que, desde criança, me descrevia com pormenores afetivos que, durante anos, encheram a minha imaginação. Ele que, nesse tempo, nunca lá tinha ido! Mas, em nossa casa, havia um mapa com o centro da cidade desenhado em pormenor, com o título “Paris à vol d’oiseau”, e um guia Baedeker que nos ensinava a capital francesa como se lá estivéssemos! Com o meu pai, nessa passagem dos anos 50 para 60, o que eu aprendi a “passear” pelos “boulevards” e a conhecer os nomes de alguns daqueles edifícios e de episódios da História que lhes está associada!

Francófilo como era, o meu pai deu, durante cerca de 20 anos, explicações gratuitas de francês a filhos de familiares e amigos, apenas pelo amor que tinha a uma língua que identificava com a liberdade. Estou certo de que teria gostado muito de rever comigo, com calma, os lugares da sua “pátria” de adoção, quando citava Thomas Jefferson: “Tout homme a deux patries: la sienne et la France.” E teria um imenso gosto em saber que acabei a minha carreira como embaixador por lá.

Há dias, passei a pé junto ao Arco do Triunfo do Carrossel, um monumento situado entre o Louvre e a praça da Concórdia, no jardim das Tulherias, mandado construir por Napoléon Bonaparte para comemorar a vitória em Austerlitz. Subita-

mente, lembrei-me do meu pai. É que daquele pequeno arco, bem pequeno se comparado com o Arco do Triunfo na Étoile, possuo em Vila Real, deixada por ele, uma pequena reprodução em mármore, um objeto que sempre representou muito para mim. Bem miúdo, lembro-me, como se fosse hoje, de ouvir o meu pai dizer: "Se olhares deste Arco do Triunfo do Carrossel do lado do Louvre, irás ver que ele está em linha precisa com o obelisco egípcio da praça da Concórdia e, ao fundo, no alto dos Campos Elísios, verás o grande Arco do Triunfo, na Étoile." Ao tempo, repito, ele apenas sabia que as coisas eram assim.

Da primeira vez que fui a Paris, comecei a visita à cidade por aquele Arco. Não para confirmar a asserção do meu pai, que era uma evidência óbvia, mas para começar a conhecer verdadeiramente a cidade pelo monumento que tinha iniciado o meu infinito gosto por ela.

Na tarde da passada segunda-feira, voltei a olhar os dois Arcos, com o obelisco de ponta dourada pelo meio. E, olhando ao longe os Campos Elísios, recordei o tom grave com que o meu pai descrevia a humilhação que a França sentira ao ver as tropas alemãs de ocupação descerem aquela avenida – ele que era um aliadófilo feroz. E de contar-me como, no dia da Libertaçāo, De Gaulle caminhara, em apoteose, pelo mesmo caminho. É que, deste lado da Europa, o meu pai também sentiu que havia ganho a guerra!

Nem imaginam o que se pode ver de um pequeno Arco quando as memórias são agradáveis!

(19.9.2015)

O DR. LADISLAU E A BELA RUSSA

A jovem que há pouco, na noite fria e chuvosa de Amarante, atestava o depósito do meu carro falava um português irrepreensível. Os seus olhos, contudo, não enganavam.

“De que país é?”

“Sou da Rússia”, disse com um belo sorriso.

Não estranhei. Mas, atentando para o rasgado dos olhos, inquiri:

“De que região da Rússia?”

Talvez para não entrarem em demasiadas explicações, estou preparado, desde há muito, para ouvir, dos imigrados russos em Portugal com quem me cruzo, a resposta “de Moscovo” ou “da região de Moscovo”. Ela não foi por aí, mas, sempre a sorrir, ainda tentou afastar a minha curiosidade:

“Sou de uma ilha...”

“Em que zona?”

Deve ter estranhado um pouco, mas foi ainda vaga:

“É uma ilha a norte do Japão.”

De repente, a minha memória deu um “salto” de mais de meio século. De uma conversa numa tarde, no Centro de Estudos Geográficos do Liceu Nacional de Vila Real, aí por 1964.

O Centro tinha sido criado por iniciativa do Dr. Ladislau, um professor de Geografia oriundo de Braga, que com isso dera alento a um grupo de interessados pelo tema, sob o imparável impulso do Sérgio Moutinho, que já se foi há muito.

Dele faziam parte o José Barreto, o Elísio Neves, o Carlos Leite, o Ribeiro e mais dois ou três. Reuníamo-nos e discutíamos, publicávamos um boletim impresso na *Minerva Transmontana*, o *Meridiano*. Graças a esse extraordinário professor, um homem que via muito mal mas que sabia como ninguém motivar o nosso interesse e a nossa curiosidade, conseguíamos então romper a modorra da vida chata de um liceu de província.

“É de Sacalina?”

A jovem quase que deixou o que estava a fazer e, olhando para mim, agora com os olhos rasgados muito abertos de espanto:

“Estou em Portugal há 12 anos. É a primeira pessoa que me disse o nome da minha ilha.”

O frio da noite e a pressa dos passageiros não me deram tempo para lhe perguntar se, como dizia Tchekov, “em Sacalina não há clima, só há mau tempo”, razão por que foi, durante muitos anos, um sinistro lugar de degredo. E vinha ainda muito menos a propósito dizer-lhe que foi graças a uma conversa com o Dr. Ladislau, que um dia me falou dos conflitos da Rússia com o Japão, em tempos a propósito de Sacalina e até hoje sobre as Curihas, que eu ouvi falar pela primeira vez da ilha onde ela nascera, que era mesmo capaz de apontar o seu lugar no mapa e que agora, meio século mais tarde, estava ali a fazer uma “figuraça”, na bomba de gasolina da Prio em Amarante, sob a chuva miúda do inverno do Marão, à saída para Padronelo.

Se têm dúvidas, passem por lá, falem com a bela sacalinense, a quem há pouco me esqueci de perguntar o nome.

(20.12.2015)

A CONSOADA DA MULHER SÓ

Foi há já muitos anos. Era noite de Consoada, muito sobre a hora do jantar. Eu ia de carro, atrasado, na recolha de uma doçaria que tinha de ir buscar “às Coelho”, ali abaixo da Sé de Vila Real. Estava imenso frio e ventava forte, numa Avenida Carvalho Araújo completamente deserta, sem vivalma. Ou melhor, havia uma pessoa. Uma mulher, ainda jovem, com cabelos ao vento, estava parada, com uma mala ao lado, no passeio junto ao qual habitualmente paravam os táxis, então chamados “carros de praça”. Teria chegado na última carreira do Cabanelas, pensei. Visivelmente, aguardava que um carro surgisse, para a levar, talvez, a uma aldeia próxima. Era uma esperança vã: nenhum “chofer” abandonaria a comodidade da noite caseira para um “serviço” não combinado. Passei por ela e fui buscar os doces. No regresso, ela ainda ali continuava, especada, com um olhar que me pareceu algo ansioso, que se cruzou com o meu, à passagem. Fui para o meu jantar. Por todos estes anos, a imagem dessa mulher só acompanhou-me. Onde teria ela passado aquela sua Consoada?

(24.12.2015)

O TELEFONE DE OUTRORA

Já por aqui contei, um dia, o telefonema que, no início dos anos 60 do século passado, fizemos ao administrador apostólico de Vila Real, monsenhor Libânio, imitando a voz do bispo da Diocese, dom António Valente da Fonseca, que se encontrava em trabalho em Roma. A conversa começou por versar sobre os problemas da Diocese para, a certa altura, abordar o estado de saúde de umas muito conhecidas prostitutas locais, o que colocou o monsenhor numa imensa aflição, pensando que o bispo se “tinha passado”, levando-o a interromper a chamada.

De uma outra vez, descrevi a aventura que foi convidar telefonicamente o responsável por um torneio de pingue-pongue (diz-se ténis de mesa agora, não é?) a repetir os resultados de todos e cada um dos jogos, convencendo-o de que, no dia seguinte, essa “reportagem” sairia em duas páginas d’*O Norte Desportivo*. Ao alvoroço com que vencedores e derrotados, desejosos de ver o seu nome em letra de forma, esgotaram em segundos os exemplares chegados a Vila Real, seguiu-se uma fúria contra os desconhecidos “engraçadinhos” que tinham sido autores da “partida”, felizmente não identificados.

A modorra de uma cidade de província, onde muito pouco havia para fazer, em especial em tempos de férias, levava à ousadia para este tipo de brincadeiras, protegidas, à época, pela garantida impossibilidade técnica de se detetar a origem das chamadas.

Ontem, numa volta pela cidade com amigos, recordámos mais três dessas “partidas” inocentes, em que interveio um número considerável de amigos, até porque o respetivo “efeito” só era conseguido pela repetição dos atos.

A primeira teve como vítima o proprietário de uma tasca no “círcuito”, o senhor Coelho. O Coelho era um homem de má catadura, proverbial mau feitio, sempre com um ar zangado atrás do balcão. A partir de certa altura, e durante várias semanas, o Coelho recebia chamadas que começavam de forma diferente, mas acabavam sempre da mesma maneira: “Está lá? É o senhor Coelho?” O homem respondia que sim e, do lado de cá da linha, nós avançávamos com a mesma frase: “Pum! Pum! Ó Coelho, matei-te!” Antes de desligarmos, o Coelho zurzia-nos com um arsenal muito criativo de asneiradas, de onde não saíam incólumes as nossas progenitoras. Foram largas dezenas de chamadas. Às vezes, já não era o próprio Coelho que atendia, mas nós tínhamos artes de obrigar a que ele próprio viesse ao telefone, invocando o nome forjado de um fornecedor ou coisa parecida. Um dia, alguns de nós corremos mesmo o risco de estar na tasca, a comer uma sanduíche, enquanto outro amigo executava a “operação”. E não nos “desmarchámos”...

A segunda “intervenção”, ao que apurámos, colocou uma família quase de cabeça perdida. Era uma simples chamada para um determinado número, apurado na lista da cidade. Invariavelmente, a nossa fala era a seguinte: “É de casa do senhor Zuzarte?” Respondiam sempre positivamente, quase sempre o próprio, ao que nós acrescentávamos: “O senhor Zuzarte não tem vergonha de ser o último nome da lista telefónica?” E acrescentávamos coisas como: “Deve ser muito triste, não é?” ou “Nunca pensou mudar de nome?” Da surpresa inicial, o Zuzarte começou a “passar-se dos carretos”,

respondendo com um chorrilho de imprecações furibundas. Às vezes, era a esposa do senhor Zuzarte que vinha à linha e nós adaptávamos a frases criativamente piedosas. Não vou revelar, contudo, a fraseologia adotada quando a família Zuzarte passou a encarregar a “criada” de atender as chamadas...

Conto agora a última das “partidas” – há outras que nunca “prescreverão”, pelo que são irreproduzíveis... – que então fazíamos. Havia, na Avenida Carvalho Araújo, uma importante loja de eletrodomésticos chamada Casa Patinhas. Ora, à época, de um popular programa radiofónico diário dos “Parodiantes de Lisboa”, faziam parte uns “sketches” muito populares, uma conversa entre um detetive, chamado “Patilhas”, e o seu colaborador, o “Ventoinha”. O senhor Patinhas passou a receber, aí uma vez por dia, durante meses, uma chamada telefónica muito simples: pedia-se-lhe para chamar ao telefone o “Ventoinha”. De início, o senhor Patinhas foi dizendo que por ali não havia nenhum “Ventoinha”.

Rapidamente, percebeu a marosca e passou a ter reações furiosas. Mudámos então de tática: passou a ser “o próprio Ventoinha” a telefonar, dizendo querer falar com o Patinhas. O homem (o facto de ele se chamar Patinhas e não Patilhas era já despiciendo) dava berros que se chegavam a ouvir num banco da avenida que havia perto da porta da loja, onde nos íamos sentar para gozar a cena. Um dia, chegámos a pedir a uma amiga para telefonar como se fosse mulher do Ventoinha, perguntando por ele. Arrancámos-lhe o telefone da mão antes de o pobre Patinhas a mimosear com qualificativos que um “blogue de famílias” como este não pode, naturalmente, acolher.

(27.12.2015)

DIPLOMATA DE CARREIRA

Nem sempre as viagens regulares que, por décadas, fiz entre Lisboa e a minha terra, Vila Real, se passavam placidamente em belas auto-estradas, como hoje acontece. Nos dias que correm, quaisquer três horas e pouco são suficientes para o percurso. Nos anos 60, cinco horas era já um verdadeiro “record” do Guiness.

Um dia do início dos anos 80, ao tempo em que vivia na Noruega, li num jornal que a companhia de transportes coletivos nortenhos sediada em Vila Real, a nossa clássica Cabanelas, inaugurara uma nova carreira “expresso”, anunciada como podendo fazer o percurso a partir de Lisboa em bastante menos de quatro horas. Tratava-se de uma viagem sem paragens e, como imensa novidade para a época, a viatura tinha televisão (é uma força de expressão: só se viam fugazes e difusas imagens, logo entrecortadas por imensos riscos) e uma casa de banho, sendo que esta última inovação era rara em transportes coletivos do Portugal de então. Numa das minhas deslocações a Portugal, decidi experimentar este “expresso”.

Em Lisboa, ao entrar no autocarro, deparei com um motorista conhecido, junto de quem procurei inteirar-me da verosimilhança da informação sobre o “fabuloso” tempo de decurso da viagem. Perguntei então ao homem se sempre era verdade que faríamos aquele horário ambicioso. O motorista, em voz baixa, foi muito claro: “Nem o Sidoninho, se estivesse

aqui sentado, conseguiria fazer esse horário.” O “Sidoninho” era o Sidónio Cabanelas, conhecido corredor de automóveis, filho do proprietário da empresa, pessoa de quem eu era amigo e que viria a falecer, pouco tempo depois, num cobarde atentado à bomba.

A viagem confirmou-se, realmente, tão rápida quanto a qualidade das estradas de então o permitia. O condutor fez mesmo algumas verdadeiras “loucuras”, tentando não se distanciar demasiado do impossível “target” horário que a publicidade da Cabanelas promovia. Já a viagem ia adiantada, decidi ir à tal casa de banho, um cubículo ínfimo, que implicava una coreografia complexa, para os motivos que ali nos conduziam. Não atentei, porém, em que parte do percurso estávamos. Ora nós tínhamos entrado, precisamente, numa zona hipercurvosa, à saída do Buçaco. Assim, de pé, naquele estreito espaço, vi-me de repente atirado contra uma das paredes. Mal acabara de conseguir equilibrar-me, logo me senti projetado em sentido precisamente contrário. Fiquei meio zonzo! Não entro em mais pormenores, para que o meu embaraço de então não fique por aqui mais sublinhado...

À chegada a Vila Real, uma hora e tal depois, ia enjoado, nervoso e cansado, pelo incômodo da viagem e pela angústia que constantemente sentira, pela pouco razoável velocidade utilizada.

Na cidade, ao sair do autocarro, aguardava-me o meu pai. Viu o meu estado destroçado, sorriu e saiu-se com esta “tirada” que guardei para sempre: “Ora, aqui está um verdadeiro ‘diplomata... de carreira’!”

Ontem, numa viagem bastante rápida num pequeno autocarro por montanhas da Colômbia, lembrei-me, por qualquer razão, daquele ambicioso “expresso” da saudosa Cabanelas, a empresa de transportes que, por muitos e bons anos, nos

abria as portas de Vila Real para o mundo. Aproveito para enviar um abraço à Márcia, acabado que foi o ano em que perdeu o seu pai e fundador da Cabanelas e quando se aproxima a data em que, há 27 anos, perdeu também o seu irmão Sidónio.

(11.1.2016)

Olívio

O meu mais antigo amigo chamava-se Olívio, Olívio de Carvalho. Acabo de saber que morreu, por um SMS emocionado do Elísio Neves, que lhe chama, e bem, “o melhor de todos nós”.

Nascemos no mesmo ano, na mesma rua, lá em Vila Real e, claro, não me lembro de mim sem o conhecer. O pai do Olívio tinha uma casa de conserto de bicicletas, pelo que era conhecido como o Olívio “das bicicletas”. Era na chamada Travessa, a Rua Avelino Patena, e, dessa forja, tivemos como companheiros o Quim “Rato”, o Augusto, o Quim Claro, o Sampaio, o Domingos Lito, os Costa Lobo, o Vítor e o Carlos Almeida, vários Barretos. Com o Elísio Neves, o Zé Barreto terá permanecido, até hoje, como uma das pessoas mais próximas do Olívio.

Entrámos juntos para a escola primária, embora o Olívio tivesse sabiamente optado, desde muito cedo, por um ritmo de conclusão dos anos letivos que se revelou um tanto mais lento do que o meu. Deve ter ficado pelo antigo 5.º ano, penso.

No final dos anos 60, ambos tínhamos ido para Lisboa, embora com vidas diferentes, em grupos muito diversos. Encontrávamo-nos às vezes no Montecarlo, cada um em sua tribo. Aí eu trocava livros e conversa, enquanto ele perdia as noites e ganhava a vida como grande especialista em dominó, atividade que já o tinha tornado famoso em Vila Real. Ah!

O Olívio era um bilharista exímio e, pelo menos em Vila Real, poucos vi passarem-lhe a perna na arte.

Como era regra do tempo, a tropa apanhou-nos a ambos. Lembro-me de ele me falar que foi parar a um departamento que tratava de “análise e depuração de águas”, uma ironia para quem mais tarde iria ser dono de um bar. Depois, o Olívio foi para delegado de propaganda médica, estava eu no meio do curso e também já empregado num banco. Víamo-nos a espaços. Nem sempre sintonizávamos nas ideias e no modo de olhar a vida, mas ambos cuidávamos em que a velha solidariedade de infância prevalecesse sempre sobre essas dissonâncias. Anos mais tarde, chegou-me a notícia de que o Olívio, que vivia na Luz Soriano, havia sido preso. Um lamentável equívoco, que demorou a ser deslindado, provocado por uma amiga solidariedade, ia-lhe destruindo a vida. 100% inocente, foi solto, mas terá aprendido alguma coisa sobre os outros.

Montou depois um bar, o Cocote, atrás da sede da Caixa Geral de Depósitos, ao Calhariz. Todo o “emigrado” de Vila Real em Lisboa por lá passava. Fechou um dia a loja e entrou nas velharias e antiguidades, bem como no comércio de pintura. Ainda há dois dias me vi a procurar uma parede para colocar um quadro do Romualdo, um pintor a cujo “atelier”, na Bica, fui levado pela mão do Olívio. Na Lisboa noturna que era a sua, conhecia como poucos o Bairro Alto e a Bica, sendo também a Ribadouro, noutra geografia, uma sua escala habitual, onde algumas vezes nos cruzámos. Mas o lugar de eleição do Olívio, por muitos anos, foi o Pavilhão Chinês, o “escritório” para a sua venda de coisas antigas, onde também treinava a sua arte de bilharista.

O Olívio era aquilo a que, numa linguagem antiga, mas bem apropriada a um cultor de velharias, se chamava “uma joia de pessoa”. Amigo do seu amigo, disponível e sempre

disposto a ser útil aos outros, tinha um jeito sarcástico no falar, um sorriso marcado por uma permanente ironia e uma imensa graça. Falava às mulheres com uma delicadeza e atenção que não deixaram de ter as devidas recompensas, embora fosse de uma discrição elegante na matéria.

A saúde pregou-lhe, entretanto, sérias partidas. O Olívio regressou a Vila Real. Guardarei para sempre a imagem dele, acabado de sair de um AVC, quando, sob um sol torrido de agosto, insistiu em se deslocar, curvado e quase arrastado, para me ir dar um abraço solidário, num momento triste da minha vida. Vimo-nos, por uma última vez, numa casa de repouso onde passou os seus derradeiros dias, com a memória a falhar-lhe e o sorriso a esvanecer-se-lhe.

Grande Olívio! “O melhor de todos nós”, é verdade!

(4.2.2016)

PARA GRANDES MALES...

Pelas historietas que por aqui conto sobre Vila Real, pode retirar-se a impressão errónea de que a vida na cidade de então era divertidíssima, que se passavam por ali tempos interessantes, nesses anos 50 e 60 do século passado, em que vivi por lá, a que se somavam as estadas em férias, já nos anos 70.

Nada disso! Sejamos muito francos: Vila Real era uma seca! Lembro-me hoje de alguns episódios curiosos, mas esses eram “os” escassos momentos em que por ali se abanava o quotidiano. Ao recordá-los, magnifico naturalmente a graça que tiveram, na velha lógica de apenas retermos o que nos foi agradável, às vezes “edulcorando” o passado e os figurantes desses dias. Para a juventude de então – em especial, se comparada com os dias de hoje –, a vida na cidade era de uma imensa monotonia.

A consciência disso vinha-nos, de forma muito mais clara, quando volvíamos à cidade em férias, depois de a nossa vida se ter transplantado para locais bem mais interessantes e movimentados – como o eram Lisboa, Porto ou mesmo Coimbra. Já habituados a outro ritmo de vida, à diversidade da oferta cultural ou à multiplicidade dos espaços de convivência e lazer, o contraste com a imensa pasmaceira da “Bila” era algo angustiante, passados que fossem um ou dois dias, logo que esgotadas as saudades familiares e as conversas com os amigos por lá deixados.

Recordo-me bem de que, nesses tempos, a ânsia pela informação escrita “lá de baixo” (leia-se, de Lisboa) passava a ser

imensa. Os semanários (de início, a *Vida Mundial*, depois o *Expresso* ou *O Jornal*) ou os diários mais apelativos (*Diário de Lisboa* ou *A Capital*) convertiam-se em âncoras fundamentais para acompanhar a vida do País ou as coisas do estrangeiro, nesses tempos sem internet, com uma televisão sem opções de diversidade. Os diários vespertinos de Lisboa chegavam invariavelmente à hora de almoço do dia seguinte àquele em que saíam, enquanto os semanários, se tudo corresse bem, apareciam ao fim da tarde do próprio dia. Tudo vinha, em geral, de comboio – nesse tempo em que a linha do Corgo ainda funcionava. Depois, mais tarde, passaram a vir de “ambulância”, umas carriças vermelhas dos CTT que aportavam no alto da avenida.

Da estação, os “rolos” de jornais, que vinham embrulhados em edições de dias anteriores – o que dá razão à frase clássica do jornalismo segundo a qual “no dia seguinte à sua publicação, os jornais só servem para embrulhar peixe” –, eram transportados até às tabacarias em motocicletas providas de uma caixa posterior. No período mais relevante para o que aqui importa, quem se encarregava disso era o Fernando Cardoso (chamado o “Choco”) que providenciava a entrega na tabacaria do Bragança, ponto essencial que nos abastecia desse “alimento informativo”, essa recarga de baterias “de mundo”...

À volta dessas horas em que se previa a chegada dos periódicos (e o atraso dos comboios parecia ser a regra), alguns de nós pairávamos, quais aves de rapina, nas cercanias do Bragança, passarinhando entre a Gomes e o Santoalha. Éramos acompanhados de uma outra “fauna”, a desportiva, estes à cata de *A Bola*, do *Record*, de *O Mundo Desportivo* e, para alguns impenitentes “andrades”, de *O Norte Desportivo*, de publicação mais variável. E, muitas vezes, quando a motorizada do “Choco” – um homem encantador, diga-se, que conseguiu, em grande parte da sua vida, manter a tripla atividade de tasqueiro com

petiscos, vendedor de jornais e funcionário do Sport Clube de Vila Real – se anuncia na avenida, já nós estávamos junto ao balcão da tabacaria do Bragança, que funcionava por baixo do cabeleireiro da esposa, de moedas na mão, porque os exemplares que chegavam à cidade eram muito escassos e seria uma verdadeira tragédia perder um *Lisboa e*, muito mais, um *Expresso*.

A história que aqui lhes trago passa-se num fim de tarde de uma sexta-feira de inverno, com a cidade sob uma chuvada impiedosa. Aí pelas seis da tarde, como era de regra, desci ao Bragança para levantar *O Jornal*. O proprietário da tabacaria (figura cuja simpatia não era a principal qualidade distintiva) disse-me que havia um problema na estação de caminho-de-ferro. Aparentemente, falhara a luz (coisa vulgar, à época) nessa zona da cidade e, como a estação ia fechar daí a pouco, já não havia hipótese de se esperar “pela luz” para “separar os rolos” dos jornais. “E então?”, inquiri. Indiferente à angústia que me atravessava, o Bragança lançou-me, frio: “Então, só amanhã de manhã!”

Isto representava um “drama” duplo: não apenas não ia ter o semanário nessa noite como, pior ainda!, o jornal ia ser vendido logo de manhã – a minha hora sagrada de sono, em férias. Arriscava-me mesmo, no limite, a não conseguir adquirir nenhum exemplar!

Para grandes males, grandes remédios! Inconformado, zarpei de carro para a estação. Ao chegar à Cardoa, à vista da ponte metálica que dá acesso ao outro lado da cidade – “Gaia”, para alguns, como hoje se diz –, pude notar o breu que ia por toda a área, entrecortado pelas luzes de escassos carros, com a escuridão agravada pela chuva que não parava de cair.

À medida que me aproximava da estação, vi à porta um vulto, embrulhado num capote longo, prestes a colocar-se sobre uma motoreta. Era o “Choco” que, seguramente, já

desistira de levantar os jornais! Parei ao lado dele, abri o vidro e chamei-o com um berro, por sobre o trotear mecânico da *Zundapp*: “Senhor Fernando!” O homem estacou. Saí do carro e, num segundo, expliquei o meu “plano”: se se abrissem as portas da estação, eu, de fora, com os faróis do meu carro nos “máximos”, conseguia iluminar suficientemente o balcão das mercadorias, permitindo a separação dos “rolos” dos jornais. A minha generosidade esgotava-se, claro, no produto informativo: estava-me “nas tintas” para as restantes mercadorias...

O “Choco” deve-me ter achado um pouco maluco, mas lá acedeu, dizendo uma frase que nunca mais esqueci: “Se o menino me pede, vamos tentar”, avançando para negociar a operação com o “fator de primeira” que estava de plantão às encomendas. (O “menino” era o qualificativo pelo qual ele me tratava desde a infância. Se isto hoje configura tráfico de influências ou não, podemos discutir.) Enfim, dessa forma, graças aos “máximos” do meu *Fiat 128*, lá se conseguiu “levantar os rolos”.

Conduzindo à frente do “Choco”, regressei ao Bragança, que já estava prestes a fechar a loja e a recolher a casa. Alertei-o da iminência da chegada dos “rolos”. De facto, instantes depois, a escorrer chuva por todos os lados, lá entrou o Fernando “Choco” na tabacaria, informando um Bragança que não me pareceu nada impressionado: “É aqui graças ao menino que hoje temos os jornais!” O “menino”, o matulão que eu era com vinte e tal anos, recolheu o seu precioso *O Jornal* e, de imediato, foi devorá-lo, com um fino à ilharga, do outro lado da rua, na Pompeia do Neves, até à hora de jantar.

Vila Real podia ser uma seca! Mas, sem *O Jornal*, tudo se tornava ainda muito pior!

(28.3.2016)

A CAIXA

A Caixa Geral de Depósitos fez ontem 140 anos. Uma bela idade. A Caixa faz parte da minha vida. O meu pai foi funcionário da Caixa Geral de Depósitos por 47 anos, 25 dos quais como gerente, em Caminha, Monção e Vila Real. Vivi parte da minha juventude na residência que lhe era atribuída. Foi pelo exemplo dele, como funcionário da Caixa, que aprendi a respeitar e a reverenciar o serviço do Estado.

“Nisto não se mexe, isto é do Estado!” Tenho esta frase no ouvido desde sempre. Eu devia ter 7 ou 8 anos e o meu pai havia-me levado, uma tarde, a assistir à abertura de uns caixotes de madeira que, uma vez por ano, chegavam, “de Lisboa”, com o material de papelaria, para ser utilizado pelos funcionários nos 12 meses seguintes. Eram resmas e blocos de papel, lápis, cartolina, borrachas, elásticos e tinta para canetas. Para quem, como eu, vive, desde que se conhece como gente, fascinado pela *stationery*, a visão desse material deve ter-me criado imensa água na boca. Mas o meu pai, nas coisas do Estado, era inflexível: nunca tive, pela sua mão, um lápis ou uma borracha “do Estado” e recordo-me muito bem de que, quando passei a poder usar uma velha máquina de escrever da família, o meu pai trazia para casa fitas já usadas, consideradas demasiado gastas para o serviço...

Foi assim que, em minha casa, aprendi, para vida, o que era o Estado. Dessa forma me foi ensinado o que era ser servidor público, como o meu avô já o fora, mostrando-me este, pelo

exemplo constante de vida, que servir o Estado era sinónimo de servir o País. Com eles aprendi a recusar uma dualidade pessoal com o Estado, porque, como sempre ouvi, “o Estado somos todos nós”.

Durante muitas décadas, a Caixa foi o banco popular de Portugal. Era à Caixa, porque a Caixa era do Estado, que as pessoas mais simples confiavam os seus haveres. A Caixa tinha “cadernetas” escritas à mão, onde eram inscritos os juros e registados os saldos. Os depositantes compraziam-se em passar pelo balcão da Caixa, para fazer esse acrescento regular, que lhes assegurava “quanto tinham na Caixa”.

O meu pai recordava, às vezes, uma pequena história. Um dia, um funcionário veio avisá-lo de que um cliente, depois de ter pedido para “atualizar a caderneta”, informara que queria levantar todo o dinheiro que tinha na sua conta, em espécie. Tratava-se de um montante bastante elevado e, até por razões de segurança, era um pouco estranho que o cliente quisesse transportar o dinheiro dessa forma. Estaria o homem insatisfeito com o serviço prestado pela Caixa?

O meu pai mandou entrar o cliente para o seu gabinete. Era um homem simples, residente numa aldeia próxima de Vila Real, idêntico a uma imensidão de outros clientes oriundos das áreas rurais, que constituíam uma grande massa dos depositantes na Caixa. Tinha uma atitude de alguma reserva, talvez mesmo desconfiança, típica de pessoa de aldeia confrontada com a realidade, menos transparente, da cidade. Perante a estranheza manifestada, pela inusitada (e até arriscada) operação que ele pretendia executar, o homem respondeu: “O dinheiro é ou não é meu? Posso ou não posso fazer com ele o que me apetecer? Quero levantá-lo todo e já!” Perante esta inabalável determinação, o meu pai mandou preparar grandes envelopes com as notas, que foram entregues ao cliente. Após

receber o dinheiro, o homem perdeu largos minutos a contar todas as notas. No final, disse: “Agora, quero depositar isto tudo outra vez. Foi só para saber se o dinheiro ainda era meu!” E era, claro.

Em 1971, no meio de algumas atribulações académicas que suspenderam o meu percurso universitário, e como forma de evitar que os meus pais continuassem com encargos derivados das trapalhadas universitárias do filho, decidi empregar-me. E fiz concurso para a Caixa, que admitia algumas centenas de novos funcionários.

Nesse concurso público de entrada, algum domínio da escrita terá compensado falhas na área da contabilidade. Antes de ser admitido, li e assinei, sob o olhar atento de um antigo ministro de Salazar, uma declaração onde atestava o meu “ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”. No meu bolso, recordo-me bem, levava um livro de Engels, das Éditions Sociales. Só avisei o meu pai, de quem passei a ser “colega”, depois de o resultado das provas ser tornado público. Tenho, aliás, a ideia de ter ficado lá para o meio da tabela...

A Caixa Geral de Depósitos tinha então a sua sede no majestoso edifício do Calhariz, em Lisboa, onde eu passei a trabalhar no “serviço de títulos”.

As regras eram à antiga. Eu vinha dos Olivais, de autocarro, passava para o metro, subia o elevador da Glória e atravessava o Bairro Alto. Entrava-se às 9.30. Às 9.35, o senhor Marques, chefe da secção, recolhia o livro de ponto. Para o assinar depois, era necessário justificar o atraso e penitenciar-se pelo mesmo. A hora de saída, para almoço e à tarde, era, também, sagrada. Cinco minutos antes do encerramento do expediente, o Serra, na secretaria ao meu lado, sacava invariavelmente de um pano de feltro para limpar os sapatos que, logo depois,

apontavam para a porta, para onde disparava quando o ponteiro do relógio tremia nas 17.30. Ah! e trabalhava-se nas manhãs de sábado!

Ao almoço, espalhávamo-nos pelas tascas da zona, em grupos variáveis. Se o sol aparecia, encostávamo-nos, antes do regresso ao trabalho, pelos passeios em frente, apreciando o “pequename” que passava. Eu aprendia a vida com quem a vivia com dificuldades bem maiores do que as do episódico colega que eu era, futuro licenciado, olhado como figura passageira pelos colegas, entre os quais fiz – diga-se – sólidos amigos.

O meu curso universitário prosseguia, entretanto, como “estudante voluntário”. No primeiro ano, para fazer as “frequências”, tive de pedir autorização excepcional para as escassas ausências. Mais tarde, foi necessário utilizar os dias de férias para poder estar presente a esses exames. Dispensa para aulas ou exames era, então, uma miragem.

O trabalho era sereno, burocrático, sem surpresas. Nem muito exigente, nem deixando tempo para “calaceirices”. Essas ficavam para colegas antigos, “primeiros-oficiais”, com mais “ronha”, alguns eternamente parados nas suas secretárias ou saltitando em conversas, sempre sob o olhar crítico do senhor Marques, que vigiava as várias áreas do imenso “open space” por onde nos distribuíamos.

Os contínuos, o Rui e o Abrantes, forneciam-nos, regularmente, uma caneta *Bic*. Quando a respetiva carga acabava, trocávamo-la por outra igual, devolvendo a velha, claro está! Nas horas vagas, tentavam impingir-nos relógios *Cauny*, com preços “de favor”.

Às segundas-feiras, dominava o futebol. Não se falava muito de política, salvo com o Aldeia e com o Murta, amigos com quem essa maior intimidade, entretanto, se criara. Dois

ou três sabiam que tinha tido problemas como dirigente associativo universitário, sobre os quais nunca elaborei muito. Com eles, mantinha alguma cumplicidade, pela comunhão de que “isto” tinha de mudar, mais cedo ou mais tarde. As vigorosas manifestações do Sindicato dos Bancários, do qual não podíamos ser associados por sermos funcionários públicos, eram comentadas com todo o cuidado, porque as paredes tinham ouvidos: as paredes e alguns “fachos” que nos rondavam, que pressentíamos poderem ser perigosos.

Pela véspera de Natal, o chefe de repartição, o senhor Trançoso, que durante todo o ano assomava uma meia dúzia de vezes à nossa sala, quase sem nos olhar, colocava-se junto à saída para um excepcional aperto de mão anual de favor. E, de 26 até 31 de dezembro, lá estávamos nós, em horas extraordinárias (não pagas aos novatos), para tentar garantir os “acertos” para as contas do ano ficarem exatas.

Era assim a vida de um bancário público, que fui durante quatro anos. Nostalgia? Nenhuma, podem crer.

A Caixa mudou muito. Nem sempre para melhor. Há uns anos, numa dependência da Caixa, em Vila Real, testemunhei o drama de uma pobre senhora de aldeia, a dona Celeste, confrontada com a impossibilidade de resgate do montante de um “produto” em que, há alguns anos, tinha sido convencida a empregar alguns largos milhares de euros e que, agora, se via impossibilitada de levantar, sem perder uma importante fatia do próprio capital. Assisti então, por largos e pungentes minutos, ao embaraço delicado dos funcionários, dos lamentos lancinantes da senhora, seguidos do seu desmaio, com hipótese de convocação do 112. Um espetáculo triste, penoso e indigno, que incomodou quem a ele assistiu. Que não sei mesmo como acabou, porque, logo que pude, saí, indignado.

Quem terá sido o funcionário espertalhote que vendeu à dona Celeste o “produto”, em cujo *small print* estavam (espero eu!) as condicionantes limitativas das possibilidades de resgate? Aquele que o fez impingiu àquela pobre senhora, que tinha uma evidente limitação cultural para entender as peculiaridades da evolução financeira dos mercados, um “produto” em que enterrou muitos dos seus haveres. E, goste-se ou não da palavra, essa pessoa incorreu, na prática, numa verdadeira fraude. Ela e, com ela, a Caixa Geral de Depósitos, instituição onde também eu tenho as minhas economias e que, por ser propriedade do Estado, sempre tive por um banco diferente, onde tinha a certeza de que os clientes nunca seriam tratados assim. Enganei-me, pelos vistos.

Se fosse vivo e se tivesse assistido a esta lamentável cena, o meu pai teria sentido uma imensa tristeza, idêntica à que eu próprio experimentei. Mas ele já morreu, como também já parece ter desaparecido uma parte daquela Caixa Geral de Depósitos que foi o seu orgulho, em que as pessoas mais simples deste País, por muitos anos, se habituaram a confiar.

Apesar de tudo, mas por tudo o resto, parabéns à Caixa. E uma nota interessante: gostei de ouvir o chefe do Estado, numa dependência da Caixa Geral de Depósitos, afirmar que era favorável a que a instituição permaneça pública. Eu também sou, claro.

(11.4.2016)

UMA RAINHA EM VILA REAL

Em Vila Real, a terra onde nasci, havia uma sala de espetáculos que tinha por nome Teatro Circo. As novas gerações vila-realenses não fazem a mais pequena ideia do que isso era, mas talvez possam entender um pouco essa realidade se lhes for dito que o espaço onde existia essa curiosa sala fica perto do Pioledo, numa geografia entre o Barracão e o Café Brasília. Se, mesmo assim, não conseguirem lá chegar, então nada feito! De todo o modo, creio que poucos dessa geração lerão este texto.

Numa tarde de fins de 1953 ou, mais provavelmente, de inícios de 1954, andava eu pelos meus seis anos, recordo-me de mim mesmo num camarote do Teatro Circo, levado por uma tia-avó, a visionar o filme da coroação de Isabel II de Inglaterra. Nunca consegui esclarecer se o filme era um documentário, antecedendo o filme principal, ou se constituía o essencial da programação dessa tarde (só sei que era uma tarde, porque, nessa idade, eu só ia a “matinés”). A primeira hipótese, contudo, era a mais provável.

Por uma qualquer razão, esse filme permanece como um dos primeiros da minha vida de espectador cinematográfico. (Esclareço, sem falsa modéstia, que nunca fui um grande cinéfilo, como nunca fui um grande melómano, como nunca fui um grande leitor de ficção, como nunca fui um grande cultor de artes plásticas, como nunca me deu para mentir sobre as minhas “habilidades” culturais).

Isabel II de Inglaterra permaneceu sempre, para mim, nesse remoto registo cinematográfico, até que as voltas da vida me colocaram um dia, em 1990, pessoalmente perante ela, ao tempo em que era ministro plenipotenciário em Londres.

Numa noite, no palácio de Buckingham, fui-lhe apresentado (eu e umas centenas de outros diplomatas, diga-se) e troquei com ela umas breves palavras de circunstância. Isso viria a repetir-se em anos seguintes, nas receções ou nos “garden parties”, sem que o sentido dessa conversa (chamar-lhe “conversa” é obviamente um exagero para qualificar essas trocas de palavras) tivesse mais do que um simples sentido protocolar. Como sempre acontece com as figuras da História com que nos cruzamos, nós lembramo-nos de todos os pormenores, e elas, claro!, não fazem a mais pequena ideia de quem nós somos e nem se lembram do que nos disseram ou o que de nós ouviram. É a lei destas coisas!

Em 1993, o presidente Mário Soares fez uma visita de Estado ao Reino Unido. Coube-me a responsabilidade de coordenar a organização desse evento, pela parte portuguesa. Um dos pontos relevantes da visita era a receção à rainha na embaixada portuguesa em Londres. Por virtude da velha Aliança – hoje, talvez, a sua real virtualidade! –, a única embaixada estrangeira a que Isabel II se desloca em Londres é a missão diplomática portuguesa.

Foi algo complexa a organização da cerimónia, mas o que nunca esquecerei foi a naturalidade formal da soberana, o seu profissionalismo simples, ao lado do seu marido, Philip de Edimburgo, mas também dos filhos Charles, Andrew e Edward, da irmã Margareth, bem como de Diana, que – vale a pena confessar – concentrava as nossas atenções (pelo menos, as minhas). Recordo eu algo que Isabel II tenha dito? Nada! Nunca lhe ouvi dizer nada de especial, embora fale sempre,

numa “langue de bois” muito competente, feita de redondas banalidades que tendemos a levar à conta de coisas “sérias”, sendo que, ao tempo da última frase que nos dirige, o seu olhar já está colocado na próxima pessoa a cumprimentar, antes que possamos retorquir a algo que ela própria tenha suscitado – o que faz sempre por um gesto ritualista, sem nunca verdadeiramente ficar à espera de uma resposta. Ser rei ou rainha é muito isto!

Isabel II faz hoje 90 anos. Quem diria! Por isso, por muito que isso me “envelheça”, não posso deixar de me ver ao lado da minha tia Tininha, no Teatro Circo, em Vila Real, a olhar no ecrã a sua cara (não excessivamente) laroca, recebendo a coroa real, em Westminster, das mãos do arcebispo de Canterbury. Parece que foi ontem! Mas, infelizmente, não foi...

De toda a forma, com a maior sinceridade republicana do mundo, os meus parabéns, *Ma'am!* E que conte muitos!

(21.4.2016)

O TÚNEL

Era um jovem engenheiro, originário do Porto, que a vida levou um dia para Vila Real, nos anos 50 do século passado. Rapidamente chegou a presidente do município e, mais tarde, a diretor de Estradas e deputado pelo distrito. Chamava-se Humberto Cardoso de Carvalho e era meu tio.

A serra do Marão era o “muro” que ele se tinha habituado a atravessar, entre as duas cidades a que, para sempre, ficou ligado afetivamente. Um dia, ouvi-o falar pela primeira vez no túnel do Marão. Foi, seguramente, há mais de meio século.

Recordo as análises que fazia sobre as cotas dos dois lados dos montes, com as alternativas possíveis. Sei que abordara a ideia “lá em baixo”, em Lisboa, mas pode imaginar-se que nem a melhor boa vontade do seu amigo Arantes e Oliveira permitiria dar sequência ao sonho. Mas nunca deixou de falar nele, até ao final da vida.

À época, para mim, que era uma criança, a imagem de um túnel era apenas a de uma realidade ferroviária, muito pouco sossegante, que conhecia à saída da Régua e à chegada ao Porto. Ou no Tamel. Ouvir dizer que os automóveis também se podiam enfiar por aqueles buracos negros soava-me a coisa muito estranha. Mas ele mostrava fotografias de obras idênticas, na França e na Suíça, com um entusiasmo que ajudava a tornar a ideia não apenas plausível, como desejável.

Para quem, como eu, nasceu em Vila Real, atravessar o Marão, nesses tempos de infância e adolescência, era uma

programada aventura. A serra tinha centenas de curvas que davam direito a enjoos e a uma longa viagem.

Era o tempo em que se ia ao Porto aos “especialistas” ou para uma estada em casa de familiares. Ou para estudar na Faculdade. Eram horas de caminho, de cansaço, de distância.

Foi a construção do IP4 que começou a mudar o Marão. Mas, também, a espalhar muitos mortos por aquela via perigosa, até que um “ovo de Colombo” veio reduzir a carnificina regular. O desejo de uma autoestrada, que pudesse quebrar o isolamento de Trás-os-Montes, não era um dispêndio inútil em betão e défice. Era um gesto mínimo de solidariedade nacional para com uma das regiões mais sacrificadas do País, vítima de uma interioridade que, por muitos e maus anos, Lisboa desprezou. E, sem o túnel, nunca haveria autoestrada.

Amanhã, com a abertura oficial do túnel do Marão, a geografia vai mudar no Norte do País, a coesão nacional reforça-se e a justiça faz-se. Neste dia, vou lembrar o meu tio Humberto Cardoso de Carvalho, um cidadão de vontade e coração, a primeira pessoa que me fez ver que, ao fundo daquele túnel com que persistentemente sonhava, estava um País para o qual Trás-os-Montes tinha um indiscutível direito a ter fácil acesso.

(6.5.2016)

O LOCAL E O PODER

Um pouco como os emigrantes que se focam no que deixaram para trás, tive sempre o cuidado de me manter, ao longo de uma vida com muitos anos “lá fora”, bastante atento a Portugal e às nossas cidades, à sua especificidade, à identidade que projetavam no passado e àquilo que agora projetam. Há décadas que viajo por este País, conheço-lhe todas as suas cidades, a esmagadora maioria das vilas e, aqui entre nós e com imodéstia, quase tudo aquilo nelas vale a pena na sua rede gastronómica – uma das riquezas culturais que é preciso saber explorar. Agora, regressado de vez a Portugal desde há mais de três anos, mantenho um olhar ainda mais atento, até na dimensão retrospectiva, sobre as cidades portuguesas que melhor conheço.

Talvez por ser oriundo da província, de Trás-o-Montes, tive sempre uma percepção muito nítida da diferença que existe entre as nossas cidades, da evidente hierarquia que entre elas se estabelece, seja em riqueza, cultura e qualidade de vida, seja no modo como conseguem, ou não, objetivar a expressão dos seus interesses relevantes à escala nacional. Acho, aliás, talvez porque é um dado tido por adquirido e que se torna banal, por fazer parte da nossa paisagem de todos os dias, que o poder diferenciado das cidades continua a ser uma das componentes pouco trabalhadas da nossa cultura democrática. Desde logo, porque sendo uma realidade histórica – ligada à geografia, à demografia, ao PIB e a variáveis socio-

-económicas –, ele teima em persistir mesmo para além dos regimes.

Nascido em Vila Real, recordo, desde muito jovem, o modo peculiar como, durante o Estado Novo, a afirmação da realidade política à escala local se fazia junto do poder central. O modelo era muito interessante porque, perante uma evidente escassez de recursos públicos para acorrer, por exemplo, a necessidades de equipamentos para a melhoria das condições de vida, esse modelo assentava numa espécie de pequenos lóbis, centrados em figuras com projeção “lá em baixo”, em Lisboa, as quais conseguiam, alegadamente a custo, através dos seus contactos privilegiados, convencer os decisores centrais a alocarem alguns financiamentos. Era assim que aparecia dinheiro para estradas, escolas e fontanários ou outro tipo de equipamentos que, de alguma maneira, pudessem reduzir os custos de perifericidade.

Estamos perante um modelo muito primário, quase rústico, mas que tinha a superior vantagem, se assim se pode dizer, no quadro da cultura da ditadura, de estruturar uma rede de subordinações, de dependências, de gerar um clima de favores, que potenciava a arbitrariedade e, por essa via, um reforço dos poderes fácticos.

Alguns objetarão que, nesse tempo, o modelo de representação de interesses “bottom-up” era esmagado pelo centralismo. A meu ver, um certo pragmatismo do poder ditatorial levava a que as coisas não fossem exatamente assim, a que houvesse uma tentativa de preservar uma certa legitimidade, assente numa suave presença da vontade local, através da relativa audição das personalidades de relevo ou dos dirigentes nomeados.

Voltando à minha terra, a Vila Real, numa escala diferente e muito menos poderosa, era também assim que se passavam

as coisas. A cidade, como todas as outras, não dispunha de uma representação sufragada pelo voto e, muito em especial, não tinha interesses económicos fortes na sua proximidade que conseguissem fazer ouvir a sua voz junto do poder político central. Mas a cidade não deixava de existir como sujeito de algum poder residual. Algumas figuras mais destacadas faziam um papel de representação e, no fundo, de alguma legitimação do próprio Regime junto das populações, na medida em que este fosse capaz de ser sensível a alguns anseios atendíveis.

Era um mundo pequeno em todos os sentidos, algo ridículo na forma. Era o que o País político de então era.

A cidade era isso: era o governador civil (escolhido por ter alguma ligação local e que, de uma qualquer forma, se havia ilustrado junto de alguém em Lisboa), era o presidente da Câmara (tutelado pelo governador, também sempre nomeado, rodeado de escassos vereadores designados da mesma forma), era o presidente local da União Nacional, eram uns escassos deputados “da Nação”, como então se dizia. A isso se somavam, nesse tempo e no caso de Vila Real, umas tantas figuras, quase sempre com um diploma ou um título ou, na falta de estes, com alguns cabedais, na expressão da época. Tínhamos, além disso, um general e um padre com bons contactos. E por aí ficava a nossa “massa crítica” de influência.

Este modelo, com maiores ou menores adaptações, com mais mais ou menos padres, generais ou doutores, era o retrato do poder da generalidade das cidades que eram capitais de distrito. Abaixo desse nível, as coisas era menos expressivas e a vontade local tinha muito maior dificuldade em fazer ouvir-se. Era assim o Portugal do Estado Novo.

(7.5.2016)

AS VOLTAS AO CIRCUITO

“Quantos circuitos poupamos com o túnel?”

A pergunta, feita na madrugada de ontem, entre dois vila-realenses, deixou perplexo o passageiro que ia no banco de trás do automóvel naquela travessia do Túnel do Marão, numa viagem entre o Porto e Vila Real.

“O que é que vocês querem dizer com isso?”

Lá tivemos que explicar...

Uma certa geração de Vila Real tem na memória o percurso antigo do circuito automóvel da cidade (substancialmente diferente do atual). Eram 6,925 km, razão pela qual a distância de 7 km se tornou familiar para muitos de nós e, mais do que isso, passou a ser uma espécie de referencial de medida. Várias vezes, por exemplo, ao ver uma placa com a indicação de 35 km, dou por mim a pensar que “já só faltam cinco voltas ao circuito”.

Já agora: o Túnel do Marão “tira-nos” mais de duas voltas ao circuito...

(22.5.2016)

O RAMALHEDA

Só quem é de Vila Real de outro tempo sabe quem era o Ramalheda. O nome é “bom” e sonoro. Um dia, andava eu na escola primária, o meu pai disse-me: “Aquele é o senhor Ramalheda” (faço parte de uma geração em que os nossos pais, referindo-se a terceiros, nos habituavam a anteceder o seu nome de família por “senhor”). Recordo vagamente a figura. O Ramalheda (o senhor Ramalheda) era um industrial de fogos de artifício, sediado algures próximo de Vila Real. Não havia “fogo” nas festas da cidade ou das redondezas que não fosse fornecido pelo Ramalheda.

(Em Viana do Castelo, recordo-me bem, as coisas, durante anos, eram bem mais complexas e o “mercado” funcionava: os Silvas e os Castros competiam pelo fornecimento do produto, numa rivalidade feroz, de que a qualidade do “fogo” só ganhava. Eram três ocasiões. Começava pelo fogo “do jardim”, o “fogo-preso”, no primeiro dia. Quem se lembra ainda do eterno “ciclista”, que pedalava “lá em cima”? No segundo dia, tínhamos o fogo “da santa” ou “fogo do meio”, saído da Ribeira. E, finalmente, no último dia, a “serenata”, com “fogo” de barcos no Lima, com a “cachoeira” da ponte a fechar as Festas. Há que ter uma piedade cristã por quem sofre dessa trágica lacuna de nunca ter ido a Viana, às Festas, ver o “fogo”. Quem vos diz isto, com toda a independência, é o presidente da “Comissão de Honra” das Festas da Senhora da Agonia 2016...).

Voltemos ao vila-realense Ramalheda. Um dia, no final dos anos 50, um acidente ocorreu nos arredores da cidade, durante as festas de Nossa Senhora da Pena (a “Sedapâna”, na linguagem oral comum; era o tempo em que, se alguém colocava muitos faróis “extra” no carro, recebia a graça irônica, na esquina da Gomes: “Pareces o arraial da Sedapâna!”). Houve uma explosão na área dos fogos do Ramalheda e uma família inteira morreu, entre os quais um colega meu de escola primária. Eu tinha, creio, 6 anos, e lembro-me do lugar vago que, estupidamente, o professor Pena (mais Pena!) deixou por semanas nas cadeiras da escola do Trem.

Ontem, precisamente às seis da manhã, lembrei-me, para mal dos meus pecados, do Ramalheda: uns atrasados mentais de uma qualquer Junta de Freguesia da periferia decidiram lançar uma série de cerca de trinta morteiros. Às seis da manhã?! Verdade seja que só me acordaram porque eu estava acordado (não é contraditório, podem crer). 18 horas mais tarde, do mesmo local, pela meia-noite de ontem, veio finalmente, o “fogo”. Foram cerca de dez minutos. Que tal? “Tant bien que mal”, porque, por mais que me esforce em complacência, os meus marcos continuam fixados nas passagens de ano em Sidney, Rio e no Funchal, no 14 juillet em Paris, no 4th of July em Nova Iorque e, claro, na “serenata” da Senhora da Agonia, em Viana. Mas o “fogo” nos arredores de Abambres lá terminou, como mandam as regras, com uma vistosa “girândola final”, seguida dos derradeiros três morteiros da praxe. Como é que eu sei estas coisas? Ora essa! Eu li cedo, do Cortázar, a propósito de coisas bem diferentes, o *Todos os Fogos o Fogo!*

Ainda trabalhará no “fogo” a família do Ramalheda?

(4.7.2016)

FÉRIAS GRANDES

Começavam sempre num dia como o de hoje. Um sábado de fim de julho ou início de agosto. Dia em que, nesse tempo, toda a gente partia de férias. Tenho memória viva do imenso calor ao atravessar, a pé, a ponte metálica, a caminho da estação de Vila Real, onde o meu avô materno se ia despedir de nós, metendo discretamente no meu bolso algumas notas de vinte escudos, que me aguentariam as “extravagâncias” nesse mês que começava. Depois, era a hora de viagem na linha do Corgo, com receio das faúlhas do carvão, no meio do fumo da máquina que nos invadia nas curvas, que nos entravam pelos olhos e que deles só saíam com uma incómoda operação de alívio, feita com um lenço pelos pais. Comprados na Régua os rebuçados às mulheres de avental branco, a sede por eles provocada matava-se umas estações adiante, quando surgia à venda a água fresca, em bilha de barro (“Água e bilha, quinze tostões!”). Já entre o Porto e Viana, ficou-me para sempre a imagem insólita do comboio parado por instantes, inclinado em curva, na estação de Nine – a primeira palavra em inglês que o meu pai por aí me ensinou. Passava-se o túnel do Tamel e regressava a memória contada da família. Fora por ali que o meu bisavô paterno tinha morrido, ainda no século XIX, caindo de um muro, numa rixa brava, a defender uns ingleses, envolvidos nas obras do túnel, e que se haviam recusado a ajoelhar à passagem de uma procissão (será o jacobinismo hereditário?). Num filme saltitante e entrecruzado através dos

ferros da ponte de Eiffel, com Santa Luzia ao fundo, surgia finalmente Viana, então ainda sem o famigerado prédio Coutinho. No cais, invariavelmente, estava à nossa espera, perscrutando a carruagem certa, o meu tio Tone, com a res- tante família a aguardar no “hall” da estação – porque, por esses tempos, era necessário comprar “bilhete de gare” para ter acesso ao cais. Em “corta-mato” pelas ruas estreitas, para escapar ao calor, descia-se finalmente até à Rua de Santa Clara, à casa grande do Largo Vasco da Gama (dizem-me que mudou de nome), onde nos esperava o sorriso acolhedor da minha avó.

Depois, era a rotina: a praia diária no Cabedelo, as tardes na Praia Norte (para “apanhar iodo”) ou no Barco do Porto, as Festas, as brincadeiras com os primos, um mês diferente dos outros onze. Férias grandes? Grandes férias!

(30.7.2016)

PIERRE CLOSTERMANN

Ontem, num texto numa rede social, um familiar de alguém que teve funções muito relevantes na aeronáutica portuguesa falava de Pierre Clostermann e, de repente, veio-me à memória um episódio de que tenho um registo incompleto.

Noto, para quem não saiba, que Pierre Clostermann foi um célebre piloto francês durante a Segunda Guerra Mundial. Nascido no Brasil, filho de um diplomata, Clostermann integrou as forças gaullistas durante o conflito, combatendo integrado na Royal Air Force e, após o termo da guerra, fez uma carreira política em França. Publicou pelo menos três livros, de que tenho um exemplar do mais famoso, *O Grande Circo*. Morreu em 2006, aos 85 anos. Alguém, também nas redes sociais, referiu hoje que Clostermann terá sido proprietário de uma casa de férias em Sesimbra.

Ao ler o nome de Clostermann, veio-me à memória uma história que sempre ouvi na minha família. Um dia, que dato nos anos 50, um avião pilotado por Pierre Clostermann foi obrigado a fazer uma aterragem de emergência na Campeã, uma localidade perto de Vila Real. O piloto, que terá saído ileso dessa arriscada aterragem, foi trazido para a cidade, onde se hospedou por uns dias no Hotel Tocaio. A cidade pacata que Vila Real então era ficou em polvorosa com a presença de Clostermann.

O meu pai, ao saber da novidade, tirou-se de cuidados, avançou para o Hotel Tocaio e obteve de Clostermann um

autógrafo no exemplar de *O Grande Circo*, infelizmente sem data. É tudo quanto sei.

Alguém, em Vila Real, terá memória deste episódio? Algum dos jornais locais o referiu? Ou a Censura achou mais conveniente que a imprensa “ignorasse” o assunto? Se o meu amigo Elísio Neves, o mais qualificado “vila-realógrafo” à face da terra, não sabe do assunto, então ninguém saberá!

Em tempo: um outro amigo de infância, António Lopes, apurou isto: “O piloto fez uma primeira tentativa de aterragem no Alto do Velão, acabando por efetuá-la na zona da Sardoeira (Campeã) e sair ileso. Passados três ou quatro dias, foram colocadas chapas de ferro ao longo do vale, numa determinada extensão, para uma tentativa de levantamento de voo, que não resultou. Assim, como solução, desmontaram as asas do avião que, posteriormente, foi rebocado para Vila Real e, depois, levado para a pista da Chã-Alijó. Aí foram novamente colocadas as asas e levantou voo rumo a França.” Este facto é datado de 1958.

(13.7.2016)

O *MINI*, O ZÉ E O VERÃO

Anda aqui pela praia, há dias. É um *Mini Cooper*, dos antigos, todo “artilhado”, como antes se dizia. Esta manhã, à ida para os jornais, lá estava ele, ao pé do Pereira. Lembrou-me uma historieta de um verão dos anos 60.

Lá por Vila Real, quem tinha uma “máquina” parecida com essa era o José Araújo, conhecido pelo “Foquita”, um dos meus mais sólidos (e saudosos) amigos desde a infância. Em férias, depois de ele regressar da tropa, passávamos horas sentados no carro à conversa, com música, discutindo este mundo e o outro.

Um dia, foi anunciado que o Rali Tap tinha uma “classificativa” que passava ali perto, pelo Marão. Os automóveis nunca me interessaram minimamente (embora Vila Real seja a indiscutível “capital” do desporto automóvel em Portugal), mas o espetáculo noturno de uns aceleras a levantar poeira, com faróis dardejantes, nos caminhos de terra batida lá para os lados da Pousada, entusiasmou-me a alinhar numa expedição com o Zé, com o António Lopes e o Gama mais novo, numa certa madrugada de verão. Ainda guardo fotos dessa noite.

No regresso a Vila Real, ainda sob o efeito do ambiente excitado do rali, ao Zé Araújo deu-lhe para acelerar e apertar nas curvas, sob alguns protestos de prudência, pelo menos meus. Já estávamos quase a chegar a Parada de Cunhos, uma das portas da cidade, quando, na curva a seguir à Toca do Lobo, o *Mini* fugiu do controlo do Zé, fez um “pião”, desli-

gou-se e aí fomos nós, numa silenciosa queda às arrecuas, para dentro do que julgo que era uma vinha. O carro ficou “de pé”, connosco, ilesos, a olhar para o céu e a emitir alguns qualificativos pouco abonatórios (e impublicáveis) sobre os dotes do condutor. Eu e o Zé, que íamos à frente, fomos os primeiros a conseguir sair, com o Lopes e o Gama (que, tal como o Zé, já se foi desta vida), vindos lá de trás, a terem de ginasticar-se para o exercício.

Depois, seguiu-se a operação “resgate”. De boleia, fui aos bombeiros “de cima” (em Vila Real, os bombeiros estão “balcanizados”) acordar o chefe Artur, com quem regressei ao local do acidente no jipe com guincho, com ele a remoer todo o caminho contra o Zé “Foquita”.

Mas a noite ainda não tinha terminado... Retirado o *Mini* para a estrada, verificou-se que o tubo de escape havia ficado bloqueado com terra, o que impedia o arranque da viatura. Simpaticamente, o ocupante de um dos carros que pararam para “ver o desastre” colocou a cara ao nível do escape e procurou desobstruí-lo com uma chave de fendas. O Zé, que estava mais do que nervoso, distraído, colocou o carro a trabalhar no preciso momento em que o improvisado ajudante ainda olhava para dentro do tubo. Um último torrão atingiu então a vista do prestável cidadão, que ficou aos berros de dor na noite, tendo de ser conduzido de imediato ao hospital. Os colegas do ferido, pessoal da Régua, queriam dar um “enxerto” ao Zé “Foquita”, pela sua imprudência. Deu trabalho acalmar as hostes!

O que um *Mini* na praia agora me fez lembrar!

(6.8.2016)

OS LIVROS E AS FÉRIAS

A minha relação com os livros, em férias, é muito complexa. E, invariavelmente, frustrante, embora eu disfarce isso perante mim mesmo, com relativo sucesso.

Em miúdo, em casa da minha avó, lá por Viana do Castelo, durante as férias, passei a dormir, por vários anos, num divã colocado na biblioteca. De três grandes armários envidraçados surgiam-me as lombadas de uma imensidão de livros, na maioria encadernados, numa escolha que não era muito óbvia, mas que correspondia aos interesses culturais de um tio por afinidade – o tio Túlio – que morrera antes de eu nascer e cuja biblioteca ficara como a sua imagem póstuma. (Às vezes, penso que é possível fazer um perfil bastante aproximado de alguém através dos livros que deixou ao longo da vida). Durante alguns anos, olhava para aquilo como cenário. Depois, com artes, acedi à chave e, sem o menor critério, ou melhor, com critérios erráticos de quem não tinha para isso a menor orientação, lá fui lendo (às vezes só algumas páginas) livros um pouco ao acaso. Era o tempo em que a banda desenhada me ocupava quase obsessivamente as horas – e nunca me perdoei disso.

Noutro cenário de férias, na casa do meu avô, em Bornes de Aguiar, ao lado das Pedras Salgadas, o ambiente da disponibilidade bibliográfica tinha a característica de ser mais eclético, mais caótico e muito mais contemporâneo (bastante fornecido por um tio que vivia em Lisboa e era dado à curio-

sidade pela literatura). Havia de tudo por ali, mas, estupidamente, não me lembro de ter aproveitado devidamente muito de bom que podia ter lido, que poderia ter ajudado fortemente a colmatar falhas graves que permanecem na minha cultura no terreno da ficção. O que eu por ali então li, em grande prioridade, foram livros sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre as relações Leste-Oeste ou artigos das *Seleções do Reader's Digest*. De romances, apenas alguns Camilo e Redol, ou romances da guerra, de Leon Uris ou Erik Maria Remarque. Ou, então, uma coisas chatíssimas, mas informativas, de Fernando Namora, sobre uns encontros de debate internacional a que assistira na Suíça.

Um dia, para todos nós, as férias passam a ser da nossa exclusiva conta. E os livros que para elas levamos também. De início, havia muito “whishful thinking”: livros que “havia que ler” mas que, durante o ano, nos não apetecia ler. Se eram coisas “pesadas”, menos razão havia para ir carregado com esses monos, muitas vezes coisas “essenciais”, mas ainda mais impossíveis de digerir em ambiente estival. (Recordo-me que o mais próximo que estive de ficar deprimido alguma vez na vida foi, numas férias algures na Beira, quando dei por mim a soçobrar a meio do segundo volume do *Traité d'Économie Marxiste*, de Ernest Mandel. Talvez por essa razão, senti um imenso alívio, há dois anos, quando ofereci os três volumes dessa obra do pensador trotskista belga à Biblioteca de Vila Real, para integrar o espólio de milhares de livros meus que para aí vão caminhando com o tempo).

Desde há muitos anos que, incluída na bagagem para as férias, há a chamada “saca dos livros”. Tem sempre entre 30 e 50 volumes e, não raramente, alguns deles transitam de ano para ano. Por lá figuram obras “virgens”, compradas num momento de inconsciente otimismo num dia bem-disposto

numa livraria, de que nunca abri uma página. Outros são livros que comecei a ler, que ascenderam à pilha sobre a minha mesa de cabeceira, mas que foram lentamente submergidos por outros. Um dia, aí de três em três meses, quando a resma começa a inclinar-se, qual “torre de Pisa”, são retirados alguns para uma estante de apoio, também estrategicamente existente no quarto de dormir, que funciona como uma espécie de “banco de suplentes”. Aí se vão acomodando, sem o menor critério temático, à espera de melhores dias, isto é, das férias. A sua inclusão na “saca dos livros” (de longe, a mais incómoda peça da nossa bagagem, ou, como diz a minha mulher, a que “pesa como chumbo”) é uma espécie de rebate de consciência, de autocrítica subliminar, de ilusão de que posso vir a fazer a devida justiça a essas obras que, numa noite, foram friamente desprezadas, trocadas por uma qualquer novidade editorial mais apelativa e prometedora.

Há mais de duas décadas, por uma razão pontual, fui obrigado a fazer férias sozinho. Estive quase duas semanas numa já desaparecida pousada alentejana e, logo no dia da chegada, arrumei mais de meia centena de livros por todo o quarto. Nos dias seguintes, notei que o pessoal me olhava com uma inusitada curiosidade. A notícia devia ter circulado. Eu não tinha, humanamente, a menor hipótese de ler aquilo tudo, ainda por cima (mas julgo que não chegaram a esse ponto de análise) eram obras muito díspares, sem a menor coerência entre si. Ao final de alguns dias, com um estatuto já meio “da casa”, à conversa com a jovem diretora da pousada, o assunto derivou para livros, para o que se quer (e deve) ler e o que realisticamente é possível. Ela não podia assumir que sabia que o meu quarto estava estranhamente atulhado de livros, pelo que fez uma conversa “à volta”, perguntando se eu estava a escrever algum. Matei-lhe a curiosidade, mas perdi de caminho boa

parte do mistério criado, quando lhe expliquei que, das dezenas de livros que sempre levava comigo para todas as férias, só em anos muito excepcionais eu conseguia ler mais do que um quinto de todos os títulos. Na vida, expliquei-lhe, o que é bom é podermos ter à disposição, à “mão de semear”, em abundância, o que nos pode trazer prazer, com a total liberdade da escolha a fazer parte integrante desse mesmo gozo. Não sei se ela ficou com a impressão de que eu estava a “fazer-lhe a folha” quando, juro!, só estava a tentar reproduzir, por outras palavras, o dito batido de Pessoa: “*Ai que prazer/ não cumprir um dever./ Ter um livro para ler/ e não o fazer!*”

(9.8.2016)

MEMÓRIA POUCO MILITAR

O *Diário de Notícias* de hoje traz uma longa e interessante entrevista com o cineasta João Botelho. Andámos juntos no liceu e somos daquela espécie de velhos amigos que se encontra a espaços, às vezes com anos de intervalo. Quase sempre no “Snob”, da última vez num ensolarado “ferry” fluvial.

Há dias, num grupo de amigos, contei uma historieta com mais de meio século, em que me recordo que o João também figurava.

Creio que na dúvida sobre se conseguiríamos entrar no exame para a universidade, alguns de nós, no verão de 1966, em Vila Real, começámos a treinar no Regimento de Infantaria 13 as provas de acesso à Academia Militar. Confesso que, à distância, me não estou a ver com um futuro castrense e, até hoje, pergunto-me por que diabo me prestei a esses exercícios masoquistas, que incluíam o sinistro “galho”, o “pórtico”, o muro, a vala e outras provas que vim a reencontrar menos de uma década mais tarde, quando involuntariamente me vi militar a prazo. No termo desses treinos, e essa era a melhor parte, organizávamos partidas de futebol, juntando os tais “voluntários” que nós éramos com pessoal da unidade, em especial os oficiais que nos orientavam. E acabávamos com um copo na messe.

Um dia, numa dessas ocasiões, vimos ao longe dois soldados de mão dada. O nosso espanto foi imenso. A cena era insólita numa sociedade como a portuguesa, há 50 anos, ainda por

cima dentro de uma unidade militar. Imagino os sorrisos e dichotes irónicos que ela terá provocado, na reação machista tradicional e então quase de regra.

Fomos interrompidos, nos nossos comentários, por um sargento: “Não é o que pensam!” Olhámos, surpreendidos, para o militar que nos contrariava o pensamento óbvio. Ele explicou: “É gente que vem de aldeias isoladas, de muito longe, da zona do Barroso, que está fora pela primeira vez da sua terra. Aquele gesto é um sinal de fraternidade e de mútuo apoio, face ao isolamento que sentem. Não são homossexuais” (a palavra usada não foi essa).

Com os anos, voltei a assistir a gestos semelhantes em África, em especial em países árabes, e sempre me recordei desse episódio. De uma coisa estou certo: se a cena se voltasse a repetir no Portugal contemporâneo, a nossa presunção de há meio século seria seguramente confirmada.

(13.8.2016)

FOI ALI!

Como diria José Hermano Saraiva, foi exatamente ali, numa tarde de início de verão, que tudo se passou, segundo vários testemunhos recolhidos.

O casal, chegado do almoço na Pensão Mondego, à época uma rotina muito vulgar em algumas famílias de Vila Real, gostava de ocupar aquela mesa de canto, na Pastelaria Gomes. Eram ambos bastante baixos e anafados, ele mesmo rotundo, mas sempre de peito feito, como se uma farda se lhe colasse ao corpo, em permanência. Não se pode afirmar que fossem figuras populares na cidade, talvez porque a procurada gravidade do cavalheiro não induzia automaticamente uma onda de simpatia. Durante quase uma hora, por ali ficavam, o mais das vezes sozinhos, ele lendo o jornal com os óculos na ponta do nariz, ela quase sempre acabando por dormitar um pouco, para o que encostava a cabeça para trás, junto à grade que separa do “primeiro andar”.

A partir daqui, os cronistas divergem em preciosismos metodológicos, convergindo, contudo, no resultado final. Numa versão, um dos ocupantes da mesa de cima terá tido a ousadia de atar uma sediela de pesca desportiva a fios da cabeleira da senhora, fixando a outra ponta na grade divisória. Noutra, teria sido fita-cola ou cola-tudo que, discretamente, terá colado o cabelo à grade. A versão mais benéfica, e que entendo, aliás, como mais consentânea com a brandura dos costumes dos frequentadores do café, favorece a tese de que a

cabeleira da senhora, num tombamento para trás durante um momento de sono, se terá ensarilhado de modo natural, e sem a intervenção da mão humana, numa das circunvoluções da grade.

Provavelmente, a história nunca será servida, de forma incontroversa e definitiva, pela verdade dos factos. Os anais da tradição oral urbana apenas registam, sem a menor sombra de dúvida, que a senhora, ao mover a cabeça para se levantar da mesa, terá ficado com a cabeleira – que era, afinal, um imenso postiço – presa à grade e, à vista da cidade social que a Gomes representava, terá exposto, espera-se que por escassos mas sem dúvida marcantes instantes, toda a careca que o artefacto cuidava pudicamente em resguardar.

O abafado das gargalhadas que o episódio provocou em algumas mesas permanece, ainda hoje, na memória auditiva das testemunhas do evento, que o evocam com sorrisos (lamentavelmente) jocosos, alguns dos quais, “à la limite”, poderiam indicar que a tese da intervenção humana exterior colheria alguma credibilidade. Passaram quase cinco décadas sobre o episódio e, para além da prescrição objetiva do presuntivo delito, manda a discrição que não se tente aprofundar eventuais suspeitas. A bem da amizade.

(2.9.2016)

1968

Eu tinha vinte anos, nesse final de setembro de 1968, naquela noite em que, em casa de um familiar, de passagem por Vila Real, vi na televisão um emocionado Américo Tomaz anunciar que ia substituir Salazar por Marcelo Caetano. Não esqueço aquele instante, que pressentia ir ser uma esquina da nossa história política.

Aquele iria ser o último dia de várias semanas em que o poder político da ditadura mostrara, finalmente, que era humano, frágil e suscetível de ser abalado pela saúde do ditador. O País viu-se *voyeur* da luta pelo poder que se sabia estar a ser travada, espreitando, com a curiosidade de quem nada tem a ver com o seu próprio futuro, a coreografia dos dignitários da “Situação”, da antecâmara do Conselho de Estado às visitas ao hospital da Cruz Vermelha, onde Salazar estava internado. Uma novela que a televisão nos trazia todas as noites (a televisão de então “abria” ao final da tarde), no preto-e-branco da imagem do País político de então.

Um amigo de casa dos meus pais, que assinara as listas do MUD e, anos mais tarde, viria a assustar-se com o 25 de Abril, mostrava-se francamente desiludido. Durante anos, tinha proclamado que “gostava que Salazar não morresse na cama” e, agora, isso não iria acontecer.

Tal como no Totobola, que era então o casino dos pobres, o País fazia vaticínios. “Fala-se muito do Adriano Moreira”, diziam uns. “Não, os ultras querem o Antunes Varela,

porque o Adriano teve um conflito com o Venâncio Deslandes. Os militares não deixam.” Outros interrogavam-se: “E o Caetano? Diz-se que tem as suas ‘tropas’ bem colocadas.” O ceticismo opunha-se: “Talvez, mas o episódio da crise académica de 62 pode ter-lhe sido fatal.”

Acabou por não ser. Marcelo seria mesmo o escolhido. Fez um discurso de “sim, mas”, onde se adivinhava o compromisso que tinha feito com Tomaz e que, no essencial, passava por um imobilismo “de facto” na questão colonial. E daí derivava a “necessidade” da continuidade da ditadura, onde a “primavera política” anunciada por Gonçalves Rapazote, na posse da nova revoada de governadores civis, foi uma mera flor de retórica.

Poucos meses depois, a lista associativa universitária em que eu fora eleito acabaria por ser “não homologada” pelo ministro da Educação, o divulgador da História em historietas, José Hermano Saraiva. A vontade democrática, no Estado Novo, estava subordinada ao arbítrio e “old habits die hard”. Só o 25 de Abril os “convenceu”. Não tendo sido possível fazer as coisas através das “armas da crítica”, não restou outra solução que não fosse a “crítica pelas armas”, para usar conceitos consagrados por um economista alemão cujo nome me está a escapar.

“Eu tinha vinte anos. Não consentirei que alguém diga que é a idade mais bela da vida”, afirmou, um dia, Paul Nizan. Tinha razão, ter vinte anos é ter uma idade como qualquer outra. Mas esse ano de 1968, em que eu tinha vinte anos, seria o ano do maio parisiense, do esmagamento da “primavera” de Praga e do massacre estudantil no México. Por essas e muitas outras razões, não seria um ano igual aos outros. Pelo menos para mim.

(28.9.2016)

O SENHOR PROFESSOR

Anda por aí a polémica sobre os “doutores” que, afinal, não o são, que inventaram títulos, talvez para adocicarem o “Vai um cafezinho, shotôr?”, lá pelos ministérios.

Há muitos anos, na Pompeia, em Vila Real, no tempo em que não havia telemóveis e, nos cafés, os clientes eram chamados em voz alta, quando surgia uma chamada telefónica para eles, havia um “caramelo” com ar pomposo, alto e de poupa, que era useiro e vezeiro na utilização desse tipo de serviço. Andava na Escola do Magistério Primário, mas, ao que se sabia, estava ainda bem longe de ter concluído o curso que lhe daria direito ao título de professor. Não obstante, era frequente ouvir-se “Chamam ao telefone o professor Cardoso*”. O nosso homem, estrategicamente colocado do outro lado do café, levantava-se pausadamente e, solene, atravessava a sala em direção ao aparelho preto, pousado sobre a lista telefónica, que o meu amigo Neves facultava ao uso dos clientes. E por ali ficava, uns minutos, enrolado sobre si próprio, emitindo sons ininteligíveis.

A frequência regular das chamadas, naquela hora de enchente depois de almoço, levou à desconfiança: aquilo era “montado” para consagrar, por usucapião auditivo, o título antecipado do grau académico do Cardoso.

Um dia, depois de uma taina no “Choco”, o Pinto, colega do Cardoso no “Magistério” (os homens, por lá, contavam-se pelos dedos de menos de duas mãos), descaiu-se e confirmou

que sabia do caráter deliberado das chamadas para o homem, para “armar”, como então se dizia. Eram feitas à socapa por uma criada da casa onde o Cardoso se hospedava, perto da Cardoa, com a qual ele mantinha uma *amitié particulière*. A partir desse dia, a história correu em mesas da Pompeia e, sempre que o Cardoso era chamado ao telefone, havia quem organizasse uma caçoadia algo barulhenta. Mas a coincidência desse ruído com o *perp walk* pós-pandrial do Cardoso parece ter tido sucesso: as chamadas desapareceram!

Que será feito do professor Cardoso?

* *Nome alterado.*

(31.10.2016)

O DESVIO DAS PENOSAS

Era sempre na noite de hoje, 30 de novembro, que antecedia o dia Primeiro de Dezembro, em que, nos meus tempos de liceu, se organizavam as ceias tradicionais da época.

Os estudantes dividiam-se pelos variados repastos em que se evocava a data, numas festividades que tinham escassas referências à Restauração e, aqui entre nós, tinham tudo de lúdico e muito pouco de patriótico, salvo a cantoria do “Portugueses celebremos/ o dia da Restauração...”, noutro ponto do programa.

Como nunca tive capa-e-batina e o meu comodismo sempre me afastou de comemorações matinais, creio ter perdido sempre essa agenda nacional exaltante.

As ceias eram precedidas, dias antes, pela organização do Regadinho (um cortejo com cartazes de crítica social local, sob o canto do “Água leva o regadinho...”).

Essas refeições tinham lugar, em geral, pelas inúmeras tascas da cidade e, invariavelmente, nelas se serviam galinha ou frango. A origem “certificada” das aves variava, isto é, tanto podiam ser fornecidas pela própria casa (tasca ou pensão) que organizava a refeição como, com bastante mais *cachet*, chegavam nas vésperas, de forma discreta, entregues por alguns dos convivas.

A verdade é que a recolha desse material – das “penosas” – era feita muitas vezes em expedições noturnas, fruto de assaltos a galinheiros em quintais previamente selecionados, quase

sempre na vizinhança conhecida das nossas próprias casas. Não era muito recomendável o cheiro com que se saía dessas aventuras, levadas a cabo com escassa luz, na chafurdice dos galinheiros...

Mas o resultado dessas operações especiais, que sempre provocavam sobrolhos carregados nos proprietários desapossados das “penosas”, dava um outro “sabor” às ceias. Ainda me recordo de um amigo elogiar a qualidade da carne de uma galinha, que havia sido “desviada”, na véspera, sem ele o saber, no quintal dos seus próprios pais...

Uma nota final: as ceias acabavam, muitas vezes, com excessos etílicos e recordo bem que foi numa delas que apanhei o meu primeiro grande pifo.

As ceias continuam a realizar-se nos dias de hoje, mas desconfio que os alunos atuais já não as frequentam. A nossa ceia deste ano (a segunda a que consigo ir, desde que deixei o liceu, há mais de 40 anos), agora dos antigos alunos do liceu, vai ter lugar apenas no dia 2 de dezembro, como forma de poder reunir gente vinda de todo o País. Não espero nela vir a ter galinha no menu, agora que todos já nos convertemos ao vulgar “template” gastronómico de um restaurante de periferia, onde a bacalhauzada ou a posta (a fingir de mirandesa) devem fazer parte da ordem da noite.

Por lá irei encontrar, sob a grisalha marca de cabelos escassos, alguns companheiros (agora com as mulheres, porque elas, de há muito, passaram a ir também às ceias) dessas antigas aventuras. Vai ter graça relembrar os desvios das “penosas” de outros tempos...

(30.11.2016)

A ALETRIA

O menu da consoada deste Natal não foi muito diferente do que costuma ser. O bacalhau, talvez por virtude de um truque aprendido quase no próprio dia, estava excelente, lascoso e não afarinrado, como às vezes sucede. Como é de regra, o polvo estava melhor no dia seguinte, na “roupa velha”. Era tenro e deu origem às graças de que “o polvo é quem mais ordena” ou, a recordar Pinheiro de Azevedo, de que “o polvo é sereno”. A reserva da Quinta do Crasto estava no ponto, embora o ano nem sequer fosse o ideal. Ah! E o peru do dia de Natal estava saboroso, com pele crestada, se bem que, para o ano, e para o meu gosto, umas batatas alouradas devam fazer parte do acompanhamento, como mandam as NEP.

Mas isto foi um mero introito para poder falar dos doces. (Uma nota, em parêntesis, para o bolo-rei da Gomes, plenamente à altura da sua história). Os sonhos marcharam sem grande entusiasmo porque, de há muito, são os mal-amados da casa e só se apresentam por rotina. Já as rabanadas, o *pain perdu* lusitano, tiveram larga procura, com um molho a preceito. Não me refiz ainda da falta da sopa dourada, que a minha mãe fazia como ninguém. E como, desde há uns anos, deixou de estar na mesa, por razões que não são para aqui chamadas, um doce de chila com ovos que me alimentou a glicose sazonal por décadas, fiz questão de não levar a sério um substituto de chocolate que por lá se apresentou. Para

compensar, uma “mousse” de chocolate sem ovos foi uma excelente surpresa no dia de Natal.

Mas do que eu quero verdadeiramente falar-lhes é da aletria. Sou um fã dessa delícia amarela, quadriculada a canela, mas as minhas desilusões nessa matéria excedem, em muito, os grandes momentos. Houve um ano em que desconfiei mesmo que a travessa de aletria era patrocinada pela Cimpor, tal a textura que o suposto doce apresentava. Outros houve em que a massa estava deslavada, permeada de um líquido que lhe dava uma consistência esquisita, menos agradável. Até este ano! O ano da aletria 20 valores! A tessitura era a ideal, o açúcar estava na medida certa, o sabor era “aquele” que devia ser. Nada a mais, nada a menos. A aletria 2016 foi um “vintage”, uma colheita ímpar. Só por aquela (digo “aquela” porque, infelizmente, já lá vai) aletria valeu a pena este Natal. Mas já vou passar um ano angustiado: como será a aletria de 2017, com o “benchmark” de 2016 tão elevado?

(23.12.2016)

MINERVA

Estive ontem na Minerva Transmontana, a tipografia de Vila Real onde acabo de mandar imprimir uma brochura (“fora do mercado”, como se costuma dizer) de umas dezenas de páginas, recuperando memórias de família. (Podem encontrar o seu texto no final deste livro).

Olhei o ambiente daquela que sempre foi a principal casa impressora da cidade e vi-me por ali (as atuais instalações são vizinhas da outra) com 17 ou 18 anos, quando escrevinhava umas reportagens (e, muito cedo!, também umas crónicas, a “puxar” para o político) para *A Voz de Trás-os-Montes*, o principal jornal da cidade.

Os meus textos eram entregues no escritório do diretor, o padre Henrique, mas não havia a certeza absoluta de virem a surgir em letra de forma. Às vezes, presumo que fosse o diretor quem entendia que os artigos eram pouco interessantes, outras vezes sei que foi o lápis azul censório do capitão Medeiros que privou os leitores da “*Voz de Trás*” (como maldosamente alguns diziam) do “benefício” da minha prosa.

Por esse tempo, a minha angústia de cronista neófito era grande. O texto sairia ou não? Como sabê-lo, a montante da distribuição do jornal, sem o recurso humilhante à pergunta direta ao diretor?

Um dia, dei-me conta de que tinha na tipografia um amigo de escola primária, o Esteves, filho de um polícia, mais conhecido pelo “Estevinho”. Passei pela Minerva, chamei à parte o

“Estevinho” e fui sincero: tinha escrito um artigo e gostava de saber se ele saía ou não. O “Estevinho” não estava ligado a esse setor da tipografia, tinha uma função muito subalterna, pelo que lhe era difícil espiolhar os textos do jornal. (E imagino que me tenha perguntado: “Mas por que é que não esperas pela saída do jornal?”, coisa a que seria difícil dar uma resposta sensata). Mas lá se prontificou para ir saber. Repeti o truque duas ou três vezes, até que o rapaz se cansou. Passei então para o Carvalho, um amigo tipógrafo que eu tinha, entretanto, criado na Minerva, figura mais sénior, que passou a ajudar-me discretamente nessa angústia pateta de um cronista antes da publicação da crónica.

Caramba, e pensar que isto já foi há 50 anos!

O padre Henrique, que saiu da vocação e da cidade, tendo-se tornado, para imensa surpresa de muitos, um militante comunista ou aparentado, já morreu. O Carvalho, que às vezes encontro na avenida (em Vila Real, quando se diz “avenida” é sinónimo de Avenida Carvalho Araújo), tem um filho que foi um excelente cartoonista e bebemos um café, há meses, na esplanada da Gomes. O “Estevinho” vive há muito por Lisboa e cruzámo-nos, há dois anos, num evento transmontano.

Hoje, 24 de dezembro, dia de consoada e de romaria à “Bila” dos expatriados, a hipótese de nos encontrarmos todos na Rua Direita sobe exponencialmente.

(24.12.2016)

O Tião

Naquelas revisões de fotografias antigas que os encontros de família estimulam, no dia de Natal deste ano dei com uma imagem de mim a falar, em frente à Gomes, com um antigo colega de escola primária, o Tião.

O Tião, Sebastião de seu nome, era um pouco mais velho do que eu. Foi jogador do Sport Clube de Vila Real, atuando na ala esquerda. Um dia, o Sporting veio jogar à cidade, não sei se no quadro do negócio da ida do Amaral para Alvalade, numa tarde em que me recordo que o campo do Calvário rebentava pelas costuras. O Tião fez um jogo fantástico, deixando de rastos o Pedro Gomes, lateral-direito leonino. Várias vezes falei com ele sobre essa prestação, que era uma marca de merecida glória pessoal.

Nesse tempo em que o futebol, na província, não dava para viver sem outro emprego, o Tião era funcionário dos Serviços Municipalizados – um pouso profissional muito comum para os jogadores do Sport Clube, uma ajuda indireta da Câmara Municipal ao clube. O Tião já morreu, como constatei, há dois ou três anos, ao abrir a secção de necrologia de *A Voz de Trás-os-Montes*, que semanalmente me reporta a cidade de Vila Real que vou perdendo.

Pouco tempo decorrido depois de ter lido a notícia da morte do Tião, na Feira do Livro de Lisboa, numa barraca para editores independentes, vi Pedro Gomes a assinar a sua biografia. Ao seu lado, de pé, um fulano explicava os méritos

desportivos do antigo jogador. Fingia que falava para outro amigo que estava perto, mas, na realidade, expressava-se em voz excessivamente alta para ser ouvido pela plateia. E, a certo passo, saiu-lhe: “Nunca vi um extremo-esquerdo ultrapassar o Pedro Gomes, que desarmava sempre quem lhe aparecesse pela frente.” Não era verdade, claro, e pareceu-me que o próprio Pedro Gomes estava algo constrangido com o exagero gongórico do espontâneo.

Tive então uma tentação não concretizada, que era lançar-lhe à cara: “Ai não?! E o Tião, lá em Vila Real?” Mas pensei: o homem não deve saber nada de futebol, às tantas nem sequer ouviu falar do Tião...

(27.12.2016)

OUTRO PAÍS

Estive ontem numa casa de aldeia, propriedade de uns amigos, perto de Vila Real. Enquanto bebia um excelente vinho do Porto com muita idade, fui passeando os olhos pelas estantes. Naquela casa viveu uma figura local já há muito desaparecida, que eu conhecia apenas de vista, das ruas e dos cafés, nas suas visitas à cidade. Nunca falei com essa pessoa, nem nunca me passou pela cabeça saber dos interesses desse homem. Ontem, em breves minutos, finalmente, “conheci-o”.

Olhar uma biblioteca “lida” qualifica bem o seu possuidor. (As bibliotecas “a metro” também “qualificam”, valha a verdade.) Estava por ali quase todo o Eça, algum Camilo essencial, coisas dispersas de Torga. Mas também Manuel Mendes, um Redol pouco comum e certos dicionários que a mim me “faltam”. Havia coisas muito interessantes sobre a República, uma bela edição do *Dom Quixote* (tenho uma idêntica, mas em estado físico deplorável), enciclopédias básicas e outras sofisticadas, bem como certa ficção estrangeira que era muito popular entre os anos 50 e 70. Eram largas centenas de livros, repito, lidos, escolhidos por alguém que tinha evidente critério e saber.

O que aprendi naqueles minutos é que tinha vivido, naquela aldeia e naquela casa, um homem bastante culto, atento ao mundo, que seguramente aproveitava as suas saídas para adquirir o que ia considerando essencial para se alimentar intelectualmente. Imagino mesmo que possa ter sido bem feliz assim.

Julgo conhecer algum desse Portugal, sei de gente parecida, normalmente pessoas com algumas posses e não menos interesses culturais, que compensavam o isolamento desses seus locais de vida, por que haviam optado por alguma herança ou nostalgia telúrica, com a manutenção de uma janela de abertura ao mundo por via dos livros. Viviam em aldeias ou vilórias ou cidades pequenas de província, tinham com certeza tertúlias de café ou amigos com quem “batiam a bola”, muitas vezes sobre política, outras sobre as coisas do mundo. Às vezes, até escrevinhavam pelos jornais da província, alguns arriscavam mesmo a sua literatura, alguma versalhada.

As coisas mudaram muito, entretanto. A internet e a televisão empreguiçaram o olhar de muitos, a quem o uso dos livros (e até da imprensa escrita) já diz, hoje, muito pouco. Não sacralizo o papel, embora eu não o dispense, mas percebo que hoje se pode ter acesso a muito boa (e má) informação praticamente sem recurso a ele. O mundo cultural é incomparavelmente melhor nos dias que correm, as nossas fontes de conhecimento são agora imensas, podemos usufruir de um mar de novidades, a que a facilidade de uso de línguas estrangeiras ajuda a aceder instantaneamente. No passado é que era bom? Nem pensar! Só os néscios melancólicos e sem imaginação podem ver as coisas assim.

Porém, para mim, é sempre muito agradável poder revisitar esse mundo e esse tempo que já lá vai, um Portugal de samarra e botas pesadas, de leituras e conversas à lareira, à volta de um livro ou de um jornal, com um copo e um salpicão caseiro a ajudar a dar felicidade aos dias e às noites em família. Outro Portugal, mas igualmente excelente. Que sorte que eu tive de poder viver ambos!

(31.12.2016)

OS PROTESTANTES

Na tarde de ontem, passei por um templo (por que não é igreja?) protestante, ao lado da (essa, sim, conhecida como tal) igreja da Misericórdia, em Vila Real. E recordei-me do tempo em que, numa rua da cidade onde vivi nos anos 50 e 60 (do século passado, como agora se diz), foi criado um espaço (rerito, não sei se se chama igreja) “dos protestantes”. Creio que o primeiro na cidade.

A minha família era católica, mas imagino que o facto de eu ser, ao que creio, o único (rerito, o único) miúdo da minha geração vila-realense que não fez primeira comunhão deva indicar que a pressão para a prática religiosa no seu seio não deva ter sido muito forte. Corria uma tese familiar segundo a qual terei ficado doente no ano em que todos os meus colegas de escola primária passaram por essa fase; outra, menos verossímil, apregoava que eu tinha sido expulso da “doutrina” da Maria Vilar, por ter levantado a saia ou puxado um banco, fazendo-a cair, a uma menina. Seja como for, assim se formou um bom ateu. Ateu mesmo, nada agnóstico ou minimamente dubitativo sobre existências celestiais e questões correlativas.

Vem isto a propósito desses protestantes na minha rua. Lembro-me de, à época, ter suscitado perguntas na família sobre quem era “aquela gente” que, ao princípio da noite, com um ar que me parecia algo comprometido, se reunia num baixo alugado na casa do Rodriguinho Araújo, para fazer não sabia eu bem o quê. E tenho ideia de o meu pai me ter expli-

cado, no seu eterno respeito agnóstico pelas coisas religiosas (o meu pai usava chapéu e sempre o tirava quando passava frente a uma igreja ou cemitério), que “aquela gente” eram pessoas que seguiam ensinamentos religiosos um pouco diferentes daqueles que eram cultivados nas igrejas onde as pessoas da nossa família iam. Não me recordo de ouvir o menor juízo valorativo sobre qualquer dos credos.

Tenho bem presente que, então, criei um respeito muito grande por essas pessoas e, nesse tempo de quase unanimidade católica, via com alguma admiração quantos se arriscavam ao olhar desdenhoso (porque era isso mesmo que eu detetava) dos vizinhos e à quase-clandestinidade do exercício a que se dedicavam, que rapidamente me apercebi ser fortemente combatido pela Igreja Católica. Com os anos, a própria designação de “protestantes” – os que protestavam, atitude que identificava a coragem – foi-me seduzindo, talvez por ligá-la a uma contestação do *statu quo*. Verdade seja, só anos depois cheguei a Martinho Lutero.

(4.1.2017)

MAIS LUZ

Para o meu pai, que me deixou há uma década, não muito longe do bater da badalada dos seus cem anos, o dia 21 de dezembro era sempre uma alegria: “A partir de hoje, cada dia traz-nos mais dia.” Referia-se aos minutos acrescidos de luminosidade que, a partir dessa data, se iam ganhando. Nessa mesma lógica, para ele, o período mais triste do ano era o outono, quando se notava mais que os dias começavam a encurtar. Se eu lhe falava dos meus invernos noruegueses, em que entrava na embaixada ainda na escuridão e, depois de uma jornada contínua, saía já de novo com noite, ele exclamava: “Eu dava em doido!” A luz do dia, para ele, era fundamental. E irritava-se quando eu lhe gabava a beleza dos fins de tarde de outubro, com uma chuvinha leve e os candeeiros já acesos, naquela hora de pré-recolhimento ao conforto da casa: “A noite é uma chatice!”, sentenciava, bem sabedor de que as noitadas até de madrugada eram a minha perdição, desde a adolescência, a ouvir rádio e a ler. Nunca se reconciliou com isso, achando (e bem) que eu passei toda a minha vida a desprezar as manhãs: “A luz natural é tudo.” Desde miúdo que me lembro de ouvi-lo contar que, à hora da morte, Goethe tinha pedido “mais luz!”. E o meu pai acrescentava sempre: “Há, claro, uma explicação filosófica para essas últimas palavras. Eu acho, contudo, que ele apenas queria que abrissem as cortinas da janela...”

(12.2.2017)

RTP

Acho graça aos filmes das primeiras emissões da RTP, na antiga Feira Popular, com a futura Vera Lagoa a apresentá-las. Já os conheço de cor, mas essa não foi a minha primeira RTP.

Para quem vivia “para lá do Marão”, em Vila Real, a RTP era uma “coisa” de Lisboa, apenas falada nos jornais e na Emissora Nacional. Por algum tempo, bastante, mas cuja duração não posso precisar, a cidade não teve aparelhos de televisão, porque o “sinal” não chegava lá.

Um dia, talvez em 1958 ou 1959, o meu pai recebeu um convite impresso, cuja imagem guardo na memória, enviado pela Rádio Patinhas, uma casa de eletrodomésticos que existia numa esquina da avenida principal da cidade, convidando “Vossa Excelência e a Excelentíssima família a assistirem à emissão da Radiotelevisão Portuguesa”. E lá fomos, uma noite, juntamente com alguns escassos eleitos, sentar-nos dentro da loja, olhando um aparelho pequeno, a preto e branco, com uma imagem muito granulada e um som episódico. Cá fora, de cara colada às montras, amontoavam-se muitos curiosos, que não tinham o privilégio do convite. O “sinal” era muito mau, vinha da Lousã, mas aquilo era, para o miúdo que eu era, o “máximo”. Tenho três recordações, porque as belas coisas novas nunca se esquecem: o Trio Odemira a tocar, Artur Agostinho e Gina Esteves a apresentar o “Quem Sabe Sabe” e números de magia e ilusionismo, creio que pelo “Conde de Aguilar”.

Algum tempo depois, a televisão começou a ser visível nas montras dos vendedores de aparelhos. Em Vila Real, na Casa Dionísio, concorrente do Patinhos, e, em férias, na Casa Ponte, na Praça da República, de Viana do Castelo. Depois, com o tempo, o mundo mudou e, pouco a pouco, todos passámos a ter televisores em casa, com as infernais antenas, os “potenciadores de sinal” e, mais tarde, os pesados “estabilizadores” de corrente. A partir de certa altura, havia mesmo quem colocasse no ecrã uma cobertura com ligeiras cores, uma patetice a sugerir uma antecipação do colorido. Essa cor chegou um dia, como também chegaria esse momento democrático do País que foi a abertura de outros canais. Antes, porém, já todos pagávamos a famosa “taxa”, hoje disfarçada já não sei bem como.

60 anos é uma bela idade. A RTP faz parte da história de todos nós, e todos nós temos uma “história” com a RTP. A minha cruza-se também com os tempos que por lá passei, como militar, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril. E, nos de hoje, com um programa em que também por lá, de vez em quando, colaborei.

Deixo de parte a minha leitura da relação da RTP com o poder, a qual, só por si, já deveria ter merecido um estudo universitário – desde os tempos de Camilo de Mendonça, seu primeiro presidente, até aos de Gonçalo Reis, que atualmente a dirige, passando por um número infiido de figuras que marcaram os ciclos políticos.

Agora, é ocasião apenas para dar parabéns à sexagenária RTP e a alguns amigos que por lá tenho.

(8.3.2017)

ALVO MANTO

Se as coisas ainda são o que eram, esta neve primaveril que cai sobre Vila Real não vai “pegar” – como se dizia no meu tempo de infância, então fazendo figas para que o nevão fechasse o caminho para a escola.

Nesse outro tempo, a neve caída na cidade, com ou sem fotografia (do Marius ou do Macário), era notícia garantida na meia página que *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* – os três jornais do Porto que chegavam à cidade (havia também o vespertino *Diário do Norte*, mas não se vendia em Vila Real) – dedicavam diariamente às principais cidades nortenhas.

Em minha casa, liam-se *O Comércio* e *O Janeiro*, respetivamente comprados para o meu pai e para o meu avô. Todos os anos, por ocasião da queda da neve (nesse tempo, a neve parecia cair com maior regularidade), o meu pai lembrava:

“Ora deixa cá ver qual é o jornal que traz a frase batida ‘a cidade acordou sob um alvo manto de neve’.”

É que essa figura estilística, muito própria de um gongórico jornalismo de província então em voga, era repetida com regularidade e sem pudor do ridículo.

Se não vinha nesses dois jornais comprados na loja do Albertino, o meu pai, antecipando o gozo de a encontrar, procurava-a no *Notícias*, numa ida ao café no Excelsior, na Rosas ou na Pompeia (a Gomes foi para ele um pouso mais tardio).

O *Notícias* era um jornal então menos conceituado, com muita nota desportiva da região (nisso só ultrapassado pel'*O Norte Desportivo*, do Alves Teixeira) e com um pendor para o crime e para o “sangue”: “Carteiro de Contumil mata a sogra”... (Mas nunca, porque o respeitinho social-geográfico era muito bonito: “Crime passionnal em Nevogilde”).

Amanhã, mais pela força do degelo do que pela melhoria do jornalismo, “cheira-me” que a cidade não vai acordar “sob um alvo manto de neve”...

(23.3.2017)

MORRER NA CAMA

O seu nome não interessa para aqui. Era um grande (imenso) amigo da minha família, lá por Vila Real. Oposicionista declarado ao Estado Novo, assinara as famosas listas do MUD e, por virtude disso, teve problemas sérios na sua carreira de funcionário público. Era uma pessoa muito divertida, alegre, de cuja simpática companhia, em muitas noites lá em casa, ao tempo da minha juventude, me recordo sempre.

Salazar era o seu ódio de estimação. Detestava o ditador com todas as suas forças. A “Situação” estragara-lhe a vida, perseguiu-o e ele, claro, não perdoava. Na sua linguagem superlativa e colorida de oposicionista radical – não era comunista, era apenas “do reviralho” –, apodava o “Botas” de Santa Comba de tudo quanto eram nomes depreciativos.

Um dia de verão de 1968, surgiu-nos visivelmente feliz: “Já sabem a novidade?! Dizem que o ‘Botas’ está com os pés para a cova! Caiu, ao que parece.”

A tragédia pessoal do ditador, naquele instante, não permitia, humanamente, que comungássemos abertamente da sua satisfação, se bem que, quer eu, quer o meu pai, sentíssemos que uma era de esperança podia abrir-se a partir dela.

Mas o nosso amigo, nessa noite, estava imparável. E continuou: “Mas, cá no fundo, estou triste!” Ao ouvir isto, invadiu-nos um sentimento de estranheza. Seria algum remorso

pelo gozo que o acidente de Salazar lhe dava?, pensei eu. Qual quê! Não era nada disso! “É que o bandido vai morrer na cama! Devia ter levado com uma bomba, com um tiro, por todo o mal que fez a tanta gente, pelas prisões, pelas torturas, pela miséria a que condenou este País! Mas não, lá está ele no hospital, rodeado daquela canalha política, cheio de médicos à volta. E vai acabar por morrer na cama! É uma grande injustiça!” Rimo-nos muito deste extremismo, com muita verdade pelo meio, que exorcizava uma vida de revolta.

Salazar ainda demoraria mais de um ano a morrer, mas não tenho nota de como esse amigo reagiu, na circunstância. Apenas sei que a alegria com que, anos mais tarde, recebeu o 25 de Abril iria ser rapidamente ultrapassada. Por questões no âmbito profissional, entrou em conflito com estruturas sindicais ou de trabalhadores e teve pesados dissabores. De feroz oposicionista passou a ser, em poucos meses, um afirmado direitista, embora, creio, sem a menor atividade partidária. A esquerda transformar-se-ia na sua *bête noire* e o seu espírito azedou muito com o avançar da idade. De muito divertido passou a sardónico, sarcástico e ácido: a sua intolerância mudara de sinal. Progressivamente, deixou de aparecer lá por casa e, embora sem um mínimo de acrimónia no relacionamento pessoal, afastou-se bastante. Os meus pais sentiram e lamentaram isso.

Um dia, ao tempo em que eu estava num Governo socialista, cruzei-me com ele num restaurante: “Então agora andas metido com esses gajos!” Ele tinha suficiente confiança comigo, a quem conhecia desde criança, para me dizer isso naquele tom. Eu não tive coragem, pela diferença de idades e pelo respeito que lhe devia, para lhe responder o que me apetecia. Sem exceção, toda a minha família que ele conhecia

desapareceu, entretanto. Ele também mudou há muito de cidade. Nunca mais o vi e, confesso, tenho alguma pena. Afinal, em comum, tivemos alguns anos de forte amizade e muita estima. E isso não é pouco. A ser vivo, o que duvido, será já muito idoso.

(12.4.2017)

CARTA AO ALVARITO

Pela voz amiga do Elísio, chegou-me há pouco, numa rua do Rio de Janeiro, a notícia de que havias partido para uma nova viagem. Por uma qualquer razão, tive vontade de te ter comigo, logo ali, para falarmos do muito que nos faltou dizer. Mas quem, como eu, sempre te conheceu o gosto eterno pela itinerância já não estranha mais esta tua partida. Só posso esperar que faças a viagem em serenidade e em paz.

Usei o Alvarito no título deste texto e tu estarás a perguntar-te porquê. De facto, nunca deixei de te chamar Álvaro, poupança que estava, pela intimidade de sempre, a necessidade de um ceremonioso Dr. Magalhães dos Santos. O “Alvarito” veio-me agora da forma carinhosa com que a minha Mãe, que irás encontrar pelas paragens desta tua nova viagem, sempre se te referia.

Desde há muito que me habituei à certeza de que tu e eu tínhamos precisamente a mesma idade, não obstante nos separem bastantes anos na aritmética cronológica. Alguns não perceberão isso, mas tu sabes bem ao que me refiro: à cumplicidade que tínhamos em tantas e tantas coisas, às ironias que partilhávamos, às historietas que trocávamos – em especial depois de, nos últimos anos, teres descoberto as virtudes do *e-mail*. Nunca te senti mais velho do que eu; pelo contrário, nos últimos anos via-te cada vez mais próximo da irrequietude adolescente, do gosto pelo chiste, no teu humor provocatório, na tua forma solta de encarar a vida e até as grandes partidas que ela às vezes te pregou.

Não me conheço sem te conhecer. Lembro-me de me falares da imagem do meu Pai, ainda solteiro, hóspede do teu, recém-chegado ao seu “exílio” vila-realense com a sólida amizade e as saudades de Viana a juntarem-nos, como se ainda estivessem no Américo ou no Café Bar (ninguém vai perceber isto, em Vila Real), mas agora já na tertúlia relojoeira do Salgueiro ou aos jantares em vossa casa, na Rua Direita.

Foi aí, da Capela Nova ao “Cabo da Bila”, que tu aprendeste a alimentar o intenso afeto por uma cidade que nem sempre te retribuiu como devia. Logo a ti, Álvaro, que tens no jardim da tua casa, em Oeiras, um velho candeeiro da Avenida Carvalho Araújo a iluminar-te as saudades da terra. Quando escreveste *A Rua Direita – Uma Janela sobre Vila Real*, o livro para que me pediste sugestões e sobre o qual trocámos tantos *e-mails*, percebi melhor que essa rua nunca saiu de dentro de ti, continuavas a morar nela, onde quer que estivesses no mundo. E lá ficarás a morar.

Por ocasião desta tua viagem, porque será que me lembro de tantas coisas, Álvaro?

Estou a ver-me entrar no jornal *A Capital*, em 1973, com o Zé Aguilar, ambos fardados de tropas por empréstimo, numa visita de estudo, e de recebermos de ti um sonoro: “Afinal, isto é só vila-realenses! E, então, o padre Henrique e o Bertelo não vieram?” Essa *A Capital* onde um tal Vicente Gil nos trazia um tipo de humor, saudável e limpo, que, às vezes, julgo ver renascer agora no Gato Fedorento.

Encontrámo-nos várias vezes pelo mundo, um mundo que tu palmilhaste como poucos, coletando notas e comparando vidas, com argúcia e graça. Um dia, demos de caras um com o outro, numa bancada de um estádio em Glasgow, cachecóis verdes à volta do pescoço, gelados pelo frio escocês e ainda mais pela derrota inglória do nosso Sporting contra o Celtic.

Por horas perdidas, em cidades diversas, jantávamos episódios do passado e bebíamos recordações mútuas, com a Gina, como tu dizias, sempre a gabar-se de ter sido tua explicanda de inglês. Em Oslo, lembro-me de inventariarmos figuras femininas da “Bila”, as quais, no nosso comum entender, se rendiam à virilidade das estatuetas do parque Vigeland. No meu carro, numa viagem entre Londres e Bruxelas, a caminho da Europália, tivemos que pedir-te para suspenderes a enxurrada de anedotas, para não morrermos de uma barrigada de riso.

Na política, ao longo de muitos anos, partilhávamos uma discordância quase abissal, que muito nos divertia. Nem por um segundo, porém, esse olhar diferente nos toldou a amizade, o entendimento e, o que é mais importante, a possibilidade de nos encontrarmos sempre no que era essencial – nos valores e no respeito pelos outros. Quando essa mesma política me tentou mais de perto, tive-te sempre a meu lado, no carinho das tuas crónicas semanais, com a amizade a apagar-te as naturais discordâncias. Ainda há meses, quase num dos teus últimos textos, me davas conselhos amigos na matéria.

As tuas viagens são sempre muito bem preparadas, estudadas ao detalhe, poupadinhas nos gastos – hábito teu com que, como sabes, o meu sentido esbanjador sempre embrirrou. Mas, reconheço, são viagens seguras, sabes ao que vais, confias no caminho e tens a certeza do que encontrarás. Do lugar onde te escrevo, estou a olhar o Cristo do Corcovado iluminado e, parafraseando o título das tuas crónicas, quero mandar-te um imenso e eterno abraço, do Brasil, com saudades...

Faz hoje precisamente 10 anos que publiquei este artigo no Notícias de Vila Real.

(28.4.2017)

O ARROZ DO PADRE

Ao ler, na imprensa de hoje, que um padre italiano, conluiado com a Mafia, desviava alimentação destinada a imigrantes, a expressão “arroz do padre” veio-me à memória.

Foi há mais de 60 anos, lá por Vila Real. Eu era muito miúdo, mas recordo bem uma conversa em torno de um arroz que um dia foi servido na casa onde então vivia com os meus pais e os meus avós. Louvava-se a qualidade ímpar de um arroz que estava a ser servido – de uma textura que nunca ninguém tinha experimentado até então (agora, depois de uma vida como “arrozeiro” militante, imagino que tivesse sido o primeiro arroz-agulha que nos fora dado a provar). À volta da mesa, as pessoas perguntaram-se de onde tinha surgido aquela maravilha. Foi chamada a criada (o termo “empregada” é bem mais tardio, nesse tempo em que também ainda não havia “colaboradores” nas empresas), inquirida sobre se aquela “especialidade” (um termo muito usado à época, para qualificar algo de muito bom) fora comprado no Mário Miranda ou no Sarreiro, tradicionais provedores alimentares da casa.

A senhora surpreendeu toda a gente – “Não, esse é arroz do padre” – e passou a explicar. Uma colega de uma casa vizinha alertara-a para o facto de, na sacristia de uma igreja da cidade (que não refiro, para evitar especulações dos vila-realenses com boa memória), vendia-se arroz ao quilo, que vinha depois naqueles cartuchos de papel grosso, acinzentado. “É muito

mais barato!”, esclarecia a criada, ufana com a poupança introduzida no rol das compras.

Arroz à venda numa sacristia era, no mínimo, um mistério, a que a sua extraordinária qualidade somava uma interrogação mais!

Horas depois, o enigma esclareceu-se: o tal padre estava a vender ao público, a granel, imagina-se que para crédito das contas da paróquia (numa versão otimista), arroz de origem americana que tinha chegado pela Caritas, para ser distribuído pelos pobres. O “desvio” era, para os adultos lá de casa, um tanto obsceno, por ali tendo “circulado” a “Sagrada Família” e onde existia um mealheiro de cartão, de cor azul-clara, distribuído pela paróquia, com a inscrição rimada “um tostão por dia para os pobres da freguesia”.

Não sei quantos quilos de “arroz do padre” tinham sido adquiridos, não tenho registo se o prazer em consumir aquela delícia compensou o remorso de estar dela a privar os seus naturais destinatários. Só sei que o conceito de “arroz do padre” passou a ser um *benchmark* referencial, quase inatingível, para qualificar um arroz excepcional.

Um dia, na Noruega, confrontado com um prato acompanhado de um belo “Uncle Ben’s” (um notável arroz americano), lembro-me de o meu pai suspirar: “É muito bom, mas nada que se compare com o arroz do padre...”

(17.5.2017)

NAMORO EM BRAGA

Como seria Braga no início do século XX? Onde viveria o meu avô materno, ido de Bornes de Aguiar, ao pé das Pedras Salgadas, que por lá fez o liceu, antes de se formar em Coimbra, em Direito, em 1911? Não me recordo de o ter ouvido alguma vez falar desses tempos de Braga.

(A verdade é que as perguntas que gostaríamos de fazer aos familiares mais velhos só nos surgem, irritantemente, muito depois de eles terem desaparecido.)

Ontem, andei pela Braga engalanada pelo S. João, de ruas alegres de gente, cheia de turistas estrangeiros deliciados com a “agressividade” risonha dos martelos de plástico, com as roupas enfarinhadas pelo açúcar das farturas, atordoados com os bombos e com as bandas de música em despiege. E deu-me para imaginar que festas, que bailes, que namoricos se fariam pela Braga antiga, do tempo do meu avô.

A questão que me coloquei não era totalmente inocente. Passo a explicar.

Há bem mais de duas décadas, um primo meu foi contactado por uma pessoa de Braga que, para sua imensa surpresa, lhe revelou ser nosso parente. O meu avô, nos seus últimos tempos de liceu e de faculdade, anos antes de casar, tivera um “caso” com uma senhora de Braga, de que haviam resultado duas filhas, as quais, para o resto das suas vidas, fariam a sua vida em Braga. Interessante foi saber, entretanto, que o meu avô, já após o seu casamento, em 1913, com a minha avó

(e com a presumível anuênciā desta), tentou trazer as crianças para junto de si, embora sem sucesso.

Não comunguei, por completo, a surpresa desse meu primo. Talvez por ser mais velho, recebera, em confidênciā, já há muitos anos, um zunzum sobre a existênciā de descendentes do meu avô que residiriam em Braga. Porque o assunto era tabu na famíliā, nunca tive a menor pista para o aprofundar. Até àquele telefonema.

To make a long story short, à época desse contacto só uma dessas duas filhas do meu avô era viva (faleceu, entretanto). A senhora ainda usava, ao peito, um medalhão com uma fotografia do meu avô quando jovem. Promoveu-se um alegre encontro familiar e, a partir daí, ganhámos novos primos – gente muito agradável, simpática, com quem por vezes nos encontramos.

Mas a pergunta fica, definitivamente, sem resposta: como terá sido o namoro do meu avô, lá por Braga, à volta de 1900?

(25.6.2017)

DIPLOMACIA FAMILIAR

Vi o cavalheiro surgir uma noite lá em casa, com ar grave. Foi recebido pelo meu avô e pela minha mãe. Era uma figura relativamente importante na hierarquia das personalidades de Vila Real, onde chefiava um departamento oficial. Eu devia ter 11 ou 12 anos e o facto de a conversa ter lugar à porta fechada fez-me pensar ser grave o assunto.

No fundo, a história era simples. O filho desse cavalheiro, um rapaz de vinte e poucos anos, havia “raptado” uma jovem de 17 anos, por quem estava apaixonado, cuja família, residente perto das Pedras Salgadas, tinha um vago parentesco com a nossa. O registo não podia ser mais clássico: a família da rapariga, por qualquer razão, não aceitava o rapaz (já assim era em Verona, ensina a literatura) e este, com a pressa fogosa dos dois a ajudar, forçou a decisão drástica.

A jovem tinha sido levada da casa “de boas famílias” em Vila Real, onde estava hospedada, durante a noite (nunca percebi por que razão estas coisas se fazem de noite, mas deve ser para magnificar o romantismo do ato). Estariam então em “parte incerta” (o futuro viria a revelar ser Lamego, a apenas escassas dezenas de quilómetros, em casa de parentes).

Nessa pequena cidade de província dos anos 60, o escândalo só não se tornou “viral” na má-língua dos cafés porque esse vocábulo se limitava então às suas tradicionais dimensões médicas. Mas, por uns dias, não se falava de outra coisa: “Então já sabes que o filho do doutor Fulano fugiu com uma aluna do Magistério Primário?”

Ele era um pouco mais velho, tinha historial de conquistas e, provavelmente por isso, o pai da pequena, um abastado proprietário rural, talvez temendo pelo destino da herança, fizera forte “contravapor” ao romance.

A visita nessa noite do pai do raptor destinava-se a pedir uma mediação por parte do meu avô. Conhecendo-o, divertido como ele era, deve ter-se deliciado com o enredo, pedindo à minha mãe para o “assessorar”.

Desconheço o teor da conversa havida, apenas constatei que, no dia seguinte, o meu avô e a minha mãe, não sei com que mandato nem garantias recebidas, lá partiram para uma conversa com o pai da raptada.

Ao progenitor, cujo nome não vem para o caso, sempre o ouvi designar lá em casa por “o Rendufe”. Tinha ficado naturalmente furibundo com o rapto da filha e, no seu consabido mau feitio, constava que tinha prometido mesmo dar “uns tiros de caçadeira definitivos nos dois”, para lavar a honra da família. Nisso era acompanhado pelo irmão da rapariga que, rezavam também as crónicas, andava munido de uma moca, que alardeava ser para “desfazer à paulada” o raptor. (Para sempre, sempre passou a ser designado na nossa família como “o da moca”...)

As condições de base para a negociação não se apresentavam, assim, muito favoráveis a um compromisso. Por uns dias, a boa vontade do meu avô e da minha mãe, sob o olhar distante e algo divertido do meu pai, mobilizou um curto *shuttle* entre a cercanias das Pedras Salgadas e uma moradia perto de um miradouro a que, em Vila Real, se chama a Meia Laranja. A minha memória mais impressiva dessa “operação” é uma hora de “seca” passada num carro, à porta desta última morada, aguardando uma das diligências nessa atividade de *go-betweens*. Tenho uma vaga ideia de ouvir falar de promessas

patrimoniais feitas pela família do raptor para apoio ao casal, como parte do possível entendimento.

O compromisso fez-se e, ao que parece, a minha mãe terá tido nisso um papel vital, no processo de convencimento dos pais da jovem. Lembro-me bem de os meus tios brincarem com ela, chamando-lhe a “diplomata” da família.

Aliás, o reconhecimento do sucesso do empreendimento foi tal que houve casamento, tendo a minha mãe e o meu avô servido de padrinhos. Não me recordo de ter ido à boda, mas lembro-me de os recém-casados passarem a ser visitas lá de casa.

Ele tinha um ar de galã nervoso, de boas maneiras, sempre de boquilha; se bem me lembro, um pouco dado aos álcoois, frequentador habitual da barra da Toca da Raposa. Ela era uma bela, roliça e *grown-up* adolescente, se a minha memória me não trai (e, nestas matérias, por qualquer razão, costuma ser fiel...). Um dia mudaram-se para o Porto e nunca mais ouvi falar deles.

Do episódio – que me veio à memória quando, há dias, passei frente à casa dos pais do raptor –, guardei para sempre as diligências “diplomáticas” da minha mãe, quiçá reveladoras de que essa qualidade humana é, porventura, de natureza hereditária.

(12.7.2017)

O SPRINT

Ela tinha aí mais um ano ou dois do que eu, então adolescente, mas parecia bem mais velha. Tinha uns olhos lindos de morrer e era “muito bem desenhada”. Não me ligou peva durante toda a conversa, em que ambos fomos quase sempre testemunhas silenciosas, mantendo um ar distante, de quem tinha manifestamente a cabeça noutro lugar.

Os pais, residentes em Santo Tirso, tinham ido visitar os meus, numa passagem por Vila Real. Eu e ela estávamos “por empréstimo” na sala, a decorar a ocasião social, fartos de histórias que não nos diziam respeito, chamando a elas pessoas de que só vagamente ouvíramos falar. Na inutilidade da nossa função decorativa, ela manteve-se sempre imune aos olhares concupiscentes que eu me recordo de lhe ter lançado. Foi uma hora perdida para ambos. Com pena minha, claro.

À noite, ouvi os meus pais comentarem, entre si, alguma coisa sobre a jovem, por rápidas conversas entre portas que o casal tinha tido com eles. A família andava muito preocupada com ela, pelos seus atos de rebeldia, pela falta de disciplina, por já “olhar para a sombra”, como então se qualificavam as raparigas que iam “saindo da casca”. Isso rimava bem com os sinais de ousadia contida que eu lera no seu olhar, muito embora eu tivesse sido tudo menos o usufrutuário dos seus potenciais desvios. A verdade é que eu nunca mais a veria, pelo que deixei de pensar nela.

Passaram umas semanas. Nesse tempo, eu lia uma imensidão de jornais desportivos. Acompanhava tudo o que se publicava sobre ciclismo, futebol, atletismo e hóquei em patins – as modalidades que então me interessavam. Um dos temas que, à época, dominava essa imprensa era a inesperada transferência do vencedor da Volta a Portugal do ano anterior, da equipa de ciclismo do Futebol Clube do Porto para a do Sporting.

Um dia, foi anunciado que a mudança se consumaria. O desportista apresentou-se no estádio José de Alvalade para envergar a gloriosa camisola do meu Sporting. Era a transferência do ano. O *Record*, à época tendencialmente verde-branco, trouxe uma grande reportagem sobre a chegada do novo integrante. A ilustrá-la, na primeira página, lá estava o ciclista “com a noiva”. Era ela!

Os pormenores souberam-se mais tarde: tinha havido uma “fuga” dramática de casa dos pais, com forte comoção familiar. Estava-se já em “contrarrelógio” para o casamento, por forma a concluir formalmente aquela difícil etapa da vida de ambos. No fim de contas, as coisas tinham algum sentido: ele, o vencedor da Volta, era um rapaz nascido em Santo Tirso, namorado da jovem, embora contra a vontade dos pais dela. A sua vitória, ao “sprint”, era justa, a “camisola amarela” era merecida, e era, aliás, da cor do sorriso com que fiquei ao ler o jornal...

Em tempo: dias depois deste post, escreveu-me o filho dessa senhora, cujo marido já morreu, dizendo ter mostrado o meu texto à sua mãe. Fiquei imensamente satisfeito! Este mundo da internet também proporciona inesperados, mas felizes, reencontros.

(19.7.2017)

ÀS VOLTAS COM UM NOME

Começou a Volta a Portugal em bicicleta. Olho o espetáculo na televisão com uma curiosidade limitada. Não conheço os ciclistas, hoje interessa-me muito pouco a prova, salvo as subidas à Senhora da Graça e à Estrela (mas nem sei se fazem parte da prova deste ano). Acompanho com bastante mais interesse o “Tour de France” do que a nossa Volta, confesso.

Mas nem sempre foi assim, como por aqui creio já ter dito. Na minha juventude, sabia de cor os segundos que separavam os dez primeiros classificados da “geral”, tinha os meus favoritos para os *sprinters* dos pontos, para os “heróis” da montanha, para a classificação por equipas.

Num ano da década de 60, uma fábrica de boinas de Viana do Castelo decidiu constituir uma equipa de ciclismo – a Cedemi. Nas minhas férias de agosto, eu passava regularmente junto à fábrica (existe agora, no mesmo espaço, o Café A Boina) e, naturalmente, não me era indiferente o destino desportivo da equipa da terra do meu pai, cidade a que me sentia afetivamente muito ligado.

Creio que no primeiro desses vários anos em que a Cedemi marcou presença na Volta, a sorte foi madrasta para a equipa. A certo passo, ficou reduzida a um único corredor – cujo nome, por mais que puxe pela cabeça e pelo Google, não consigo identificar. A sua classificação era já na casa das largas dezenas, pelo que a chegada ao fim da prova era, com toda a certeza, o ponto de honra almejado.

Uma das etapas da Volta desse ano acabava em Vila Real, vinda dos lados do Porto. A terrível subida do Marão, a partir de Amarante, tinha feito a seleção natural das hostes. Atingir Vila Real implicava, além disso, uma última subida, situada nas imediações das traseiras da Mocidade Portuguesa. Algumas dezenas de espectadores distribuíam-se pela então “Avenida Marginal” (hoje “Primeiro de Maio”), saudando o esforço dos atletas.

De súbito, vi surgir, isolado no infortúnio classificativo, quer na etapa quer na “geral”, o tal corredor da Cedemi. Com o entusiasmo filo-vianense que era o meu, à sua passagem soltei um “Força, ‘fulano’”. O homem, não obstante o cansaço, surpreendido por ver gritado o seu nome numa artéria da capital transmontana, onde provavelmente não esperava ser conhecido nem era expectável que a sua equipa tivesse fãs, quase abrandou a marcha, olhando-me com um esgar soridente e, presumivelmente, também grato.

Ao final da tarde, como sempre acontecia, os corredores, alojados nas pensões nas cercanias da Avenida Carvalho Araújo, vinham passear-se por ali, de chinelos de dedo, mobilizando a atenção dos curiosos. Nesse dia, com naturalidade, o meu pai procurou os seus conterrâneos vianenses, as pessoas que tinham a equipa a seu cargo. Eu acompanhei-o e, por minutos, assisti à breve conversa.

Num certo momento, juntou-se ao grupo o tal único ciclista da Cedemi ainda em prova. Foi apresentado ao meu pai e, olhando para mim, com um imenso sorriso, deixou no ar, cúmplice: “Nós já nos conhecemos!” Eu devo ter corado, com aquele momento de intimidade com o desportista residual da Cedemi a encher-me de orgulho.

Infelizmente, isso não foi suficiente para eu decorar o nome do homem.

(5.8.2017)

O CLUB E O SENHOR FERNANDO

Há dias, ao passar na Avenida Carvalho Araújo, em Vila Real, olhei as varandas, cheias de gente nova, com copos na mão, no edifício que alberga o Club (e que já teve por baixo o Café Club), e pus-me a pensar na cara de espanto que fariam os engravatados sócios do passado, se agora vissem a singular subversão que o espaço sofreu. (Há semanas, entrei no Taurino, em Viana, e pensei o mesmo).

O Club de Vila Real tem uma existência antiga. (Não confundir com o Sport Clube de Vila Real, dedicado a outras “artes”). Faz parte das instituições que, pela província, as elites locais organizavam no passado para convívio e lazer. Na cidade, era o contraponto social da União Artística, uma bela associação popular que, com sabedoria, tem sabido atravessar os tempos.

O Club está instalado entre duas artérias centrais da cidade. Tem uma bela entrada principal por uma escadaria de pedra e (pelo menos no passado) dispunha de uma saída para a avenida, cujo cheiro a cera fresca está na minha memória olfativa.

Os jogos de cartas (mesmo o jogo “pesado” e clandestino) acabaram, em especial a partir de certa altura, por ser a sua (ainda que inconfessada) atividade dominante, o que lhe prolongou a existência, mas corroeu em absoluto o prestígio, deixando de servir os propósitos que tinham levado à sua criação.

Mas períodos bem áureos houve em que, no Club, os bailes, as festas de Carnaval e outros eventos de sociedade

marcaram a vida da urbe. Tenho fotografias de mim por lá, com três ou quatro anos, mascarado de campino, no seu (mau) bilhar joguei horas a fio, ia ali ver televisão, numa sala de cadeiras alinhadas, quando a minha casa essa modernidade ainda não tinha chegado. E até lá fiz uma leitura dramática, pelo Teatro Universitário do Porto, de *O Homem da Flor na Boca*, de Pirandello.

Ia-se também ao Club pelos jornais, pelas assinaturas de revistas, porque o Club tinha então para consulta a *Science & Vie*, a *Flama*, as *Seleções*, etc. Mas não *A Bola*, o *Record* ou mesmo *O Norte Desportivo*, note-se! Embora os homens quase monopolizassem a atividade do Club, recordo períodos em que as mulheres dos sócios “abrilhantavam” algumas ocasiões.

Nesses tempos, quem tomava conta do Club era o senhor Fernando. Vivia no andar superior e geria o quotidiano da casa, providenciando cafés (imagino que álcoois) e renovando baralhos de cartas. Por décadas, conciliou os egos locais que por ali andavam, importâncias que se contrapunham, feitios que se chocavam. Deve ter estado presente em confrontos, até físicos, de que se sabe que o Club foi cenário.

O senhor Fernando, porém, foi sempre uma pessoa discreta, como se requer a quem tem de organizar um cenário de intensa passagem lúdica de cavalheiros e de outros tantos que tentavam passar por isso.

Na minha adolescência, o Club foi também um ponto de encontro noturno para os filhos dos sócios, em especial no verão. Mas isso não se fazia sem uma regular tensão com o senhor Fernando, que nos aturou muitos desacatos, que chegou a ter de queixar-se de nós à direção, a qual acomodava depois as coisas com uma conversa discreta connosco, sob a promessa de não fazer chegar o assunto aos nossos pais.

Porque me lembrei hoje do Club e do senhor Fernando?
Porque leio no Facebook que ele faz agora 90 anos, embora
estando longe de o parecer, como eu próprio tive ocasião de
lho dizer, há semanas.

Aqui fica o meu abraço amigo de parabéns ao meu amigo
senhor Fernando Pinto de Sousa e uma memória pessoal do
Club de que, por muito tempo, foi a alma.

(10.8.2017)

... E O PADRE MUDOU DE FREGUESIA

Ser padre, nos anos 60, em Vila Real, era uma condição que induzia algum prestígio e atenção social. A cidade, se bem me lembro, tinha então bastantes figuras religiosas. Porém, na hierarquia psicológica da urbe, havia padres mais reverenciados, ao lado de outros tidos como um pouco mais “ligeiros”, no apreço coletivo. Aquele a que me refiro estava no meio da “tabela”...

Era um homem bem-falante, de muito boa-figura, na casa dos quarenta anos. Juntava-se, pelos finais de tarde, a alguns profissionais públicos que, saídos dos empregos, em dias de bom tempo, se passeavam, até cerca da hora de jantar, com calma e à conversa, na *golden mile* que vai da Avenida Carvalho Araújo ao chamado “Cabo da Bila” (com “b”), onde o percurso se invertia.

O nosso homem, sempre rigorosamente de negro e de cabeção, foi ganhando espaço num desses grupos, constituído por figuras com algum relevo local. Tinha uma voz timbrada, conversa interessante, um cabelo negro sempre bem penteado. E um olhar muito perscrutante. Fixava as mulheres com quem se cruzava com um esgar insinuante, obrigando algumas a baixar os olhos, talvez despertando ideias noutras.

As histórias das suas “conquistas” começaram, entretanto, a surgir pela cidade. De início, eram apenas inconfirmados boatos. A partir de certa altura, porém, eram já densificadas por confirmações cruzadas, em especial pela

regularidade com que o seu carro era visto num lugar onde vivia uma senhora cujo marido tinha longas e convenientes ausências.

Alguns dos colegas de passeio do sacerdote começaram a sentir-se incomodados, durante esses percursos vespertinos, não tanto pelas aventuras extra-altar do homem, mas ao darem-se conta de estarem a ser comparsas dessas miradas insistentes, que tinham às vezes como alvo algumas senhoras conhecidas. E, aos poucos, certos companheiros foram-se afastando do grupo. Outros, menos sensíveis ou desatentos, permaneciam com ele nos passeios.

A meio do clássico percurso, o sacerdote forçava, com regularidade, uma pausa. Era em frente ao Café Excelsior, precisamente na sua esquina. Verdade seja que se tratava de um lugar “estratégico”. Dali se observava, em frente, toda a clássica e envidraçada Pastelaria Rosas. De um lado, estava uma paisagem comercial clássica, do Teixeira Pelado ao Santoalha, do Rafael ao Zeca Martins ou ao Euclides. Do outro, obtinha-se uma perspetiva soberba sobre toda a Rua Central, com a belíssima Capela Nova ao fundo.

Alguns dos companheiros dos passeios viriam, com o tempo, a concluir que não era necessariamente a vista da igreja da escola de Nasoni que motivava o sacerdote a suspender o *trottoir* coletivo. Era apenas o surgimento, numa varanda próxima, de uma das mais belas senhoras da cidade. À sua vista, o padre estacava sempre habilmente o grupo e passava alguns minutos a deitar olhares langorosos à dama. Esta acabava por se recolher, quando percebia estar a ser colocada sob a mirada concupiscente e pouco discreta da figura do clero.

A cena repetiu-se algumas vezes. Por debaixo da varanda, num estabelecimento comercial de que era proprietário, tra-

lhava o marido da senhora. Um dia, avisado pela esposa do incômodo regular que a esta era provocado, o homem saiu da loja, irrompeu pelo meio do grupo e espetou um par de valentes chapadas no padre sedutor, acompanhado de um sonoro: “Vá lá galar as beatas da sua freguesia, seu cretino!”

Os passeios entre a avenida e o “Cabo da Bila” passaram, a partir dessa tarde, a não ter assistência religiosa...

(15.8.2017)

UM FUTURO NEGRO

Às vezes, pergunto-me como terei iniciado a minha colaboração em *A Voz de Trás-os-Montes*, no final dos anos 60 (creio que em 1967). Lembro-me de ter começado por escrevinhar por lá uns textos sobre desporto, antes de ensaiar algumas coisas ridículamente rebuscadas sobre política interna, para, finalmente, me fixar nas questões internacionais.

Vila Real, por essa época, tinha três jornais. *A Voz de Trás-os-Montes* era o mais popular, com forte presença na comunidade expatriada, em especial no Brasil. Havia também *O Vilarealense*, uma folha sem imagens, com uma “mancha” a lembrar os jornais do início do século, numa linguagem adjetivada e algo gongórica, onde se anunciava que o senhor fulano de tal, “acompanhado da sua excelentíssima família, partiu para as praias do Minho no gozo de merecida vilegiatura anual”. E, finalmente, a *Ordem Nova*, propriedade do partido único, a União Nacional, jornal cujo nome denunciava a orientação oficiosa, mas que, por algum tempo, teve a esperança de criar uma página cultural que alargou simbolicamente a sua audiência. *O Vilarealense* e a *Ordem Nova* já desapareceram e o *VTM* está hoje num novo ciclo.

Foi o padre Henrique Maria dos Santos, diretor de *A Voz de Trás-os-Montes*, quem suscitou ou aceitou a minha colaboração (não me lembro se a sugestão foi dele ou se fui eu que o procurei, mas esta última hipótese é bem mais plausível). De quando em vez, e a partir de certa altura com forte regula-

ridade, eu enviava textos sobre temas internacionais (embora não tivesse então o menor interesse pela diplomacia) que, com grande gosto, via depois surgir impressos no periódico. Cheguei mesmo a ter uma “caixa” própria, em jeito de colunista “a sério”.

Vivia por essa altura em Lisboa. Numa ocasião, de passagem por Vila Real, o padre Henrique comentou, embora sem grande dramatismo, que alguns dos meus artigos eram “um pouco avançados”, expressão com que, à época, se designavam as derivas esquerdistas. De facto, eu notava que certos textos “não saíam”, mas isso não me impedia de insistir, tentando publicar o que me apetecia.

Um dia, o meu pai passava pela Rua Direita, a artéria central da Vila Real, quando foi abordado pelo capitão Medeiros, o censor da imprensa da cidade.

“Temos um problema com o seu filho!”

O meu pai, por um instante, temeu que fosse alguma coisa “política”, sendo o militar um dos “braços” do Regime na cidade. E, de facto, era, embora de escassa gravidade, felizmente.

“O seu rapaz anda a escrever umas coisas no jornal que já me causaram problemas. Eu tinha avisado o padre Henrique, mas agora vou ter de cortar todos os artigos que ele vier a escrever.”

O censor – ou melhor, o examinador, porque a “Comissão de Censura” tinha passado a ser designada “Exame Prévio”, na onomástica suavizante do marcelismo – disse ter sido “chamado à pedra” pelo facto de ter deixado passar, num texto, uma referência ao “filósofo da Europa oriental, Vladimir Ilyich Ulianov”. Ora o bom do Medeiros “já não se lembrava” [sic] que esse era o verdadeiro nome de Lenine e “Lisboa” tinha-o repreendido por isso.

“Mas o pior foi na semana passada!”

O meu pai estava divertido. E o Medeiros continuou a explicar: “O malandro do seu filho escreveu um artigo sobre a Rodésia. No fim, escreveu que, no seu entender, ‘a Rodésia vai ter um futuro negro’. Eu deixei publicar aquilo, convencido de que ele se estava a referir aos problemas do Ian Smith e ao provável agravamento da situação por lá. Até nem me pareceu mal visto! Só que o pessoal ‘lá de baixo’, de Lisboa, que é ‘fino como um alho’, percebeu que o que ele queria dizer é que a Rodésia vai acabar na mão dos pretos. Ora eu não posso continuar a ter problemas destes e já disse ao padre Henrique que, a partir de agora, os artigos do seu rapaz ‘não passam’. O senhor comprehende, não é?”

O meu pai sorriu e disse ao capitão Medeiros que o assunto, nem para ele nem com certeza para mim, tinha a menor importância. E o militar na reserva, feito censor no ativo, lá continuou o seu caminho. Só o 25 de Abril lhe iria retirar a avença.

(16.8.2017)

AS BOTAS DO BOMBEIRO

Foi um ritual de anos. O meu pai tinha descoberto que, na praça principal de Caminha, havia um sapateiro excepcional. Não fixei o nome do artesão, mas constava que, em todo o Alto Minho, ninguém fazia botas como ele.

Assim, desde que entrei para a escola primária e até meados do tempo de liceu, aí de dois em dois anos, nas férias de verão em Viana, dava-se uma saltada a Caminha para encomendar para mim umas botas “de pneu de avião”, que haveriam de me ajudar a atravessar os frígidos invernos transmontanos. Éramos conduzidos à loja, invariavelmente, pelo senhor Valença, um cavalheiro franzino e baixo, de chapéu, amigo caminhense do meu pai, que lhe ficara dos tempos em que chefiara a agência da Caixa Geral de Depósitos na vila.

Feita a encomenda, as botas chegariam pelo correio a tempo do início das aulas (nesse tempo sem surpresas, as aulas iniciavam-se invariavelmente no dia útil mais próximo de 1 de outubro). Era, aliás, de regra as botas serem ensebadas antes de usadas, creio que para tornar a pele mais flexível e para impedir a infiltração de humidade.

Na minha primeira visita à loja, aí com seis anos, fiquei impressionado com um reluzente capacete de bombeiro, colocado no topo de uma estante no fundo da loja. Era uma peça dourada, imponente. O dono da casa era, com toda a certeza, um “soldado da paz”, como os bombeiros eram então designados na linguagem simpática da imprensa.

Ora os bombeiros, lá por Vila Real, onde eu vivia, faziam parte da nossa mitologia. A cidade estava dividida, em matéria de afetividade, entre duas corporações de bombeiros voluntários: os da “Cruz Verde”, chamados os “bombeiros de cima”, e os da “Cruz Branca”, os “bombeiros de baixo”. Escrevi “dividida” porque, nesse tempo, cada vila-realense tinha uma ligação afetiva a uma das duas corporações. Eu era dos “de cima”!

Na minha cabeça de criança, esse maniqueísmo bombeiral estava bem enraizado. Não me devia passar pela cabeça que o modelo dual de Vila Real se não reproduzisse em toda a parte. Por isso, depois de tomadas as medidas do meu pé e escolhidas as necessárias especificações para as primeiras botas, à saída, perguntei ao meu pai: “Aquele senhor, cá em Caminha, é dos bombeiros de cima ou dos de baixo?”

(20.8.2017)

VERÃO QUENTE

Corria o *Verão Quente* de 1975. Ao final de um desses dias, uma manifestação católica, creio que em favor da liberdade religiosa, organizada por grupos de cidadãos, mas com apoio aberto de partidos como o CDS e o PPD, iria ter lugar nas ruas de Vila Real. Noutras cidades nortenhas, este tipo de iniciativas, que se sabia estarem infiltradas pelo ELP e pelo MDLP, tinham acabado por dar origem à destruição das sedes do PCP e do MDP-CDE, nalguns casos provocando feridos e até mortos. A cidade estava, assim, sob alguma tensão.

Passei pela livraria “Setentrião” (atual “Traga-Mundos”), de Otílio Figueiredo, médico prestigiado e figura grada da antiga Oposição democrática à ditadura, agora próximo do MDP-CDE, que me revelou a sua preocupação: “O meu amigo, que é militar, é que poderia tentar alguma coisa junto do Regimento de Infantaria 13.” Eu estava de férias em Vila Real, prestes a ser desmobilizado e a entrar para o MNE, em cujo concurso de admissão tinha sido aprovado. Na “tropa”, trabalhava então ainda no SDCI, uma estrutura “esquerdistas” que tratava da *intelligence* do Conselho da Revolução. A minha legitimidade institucional para intervir era nula, mas a irresponsabilidade foi superior à prudência.

Comecei por visitar os três partidos da esquerda. No PS, encontrei uma grande serenidade. Estando na linha da frente do combate anticomunista, os socialistas, embora não formalmente envolvidos na manifestação, nada temiam do seu

desenrolar. O MDP-CDE, que ocupava a casa que fora da União Nacional, perto da avenida central da cidade, era uma estrutura muito vulnerável. Detetei essa fragilidade na conversa com seus responsáveis. Fria serenidade dominava o ambiente no “centro de trabalho” do PCP, na estreita Rua da Misericórdia. As pessoas com quem por lá falei, caras novas para mim, revelavam determinação e vontade de resistir a qualquer assalto. À saída, numa confissão cúmplice ou de bravata, um deles disse-me: “Temos por aí umas caçadeiras de canos serrados, para o que der e vier!”

À tarde, desloquei-me ao quartel. Falei com o tenente-coronel Barros Adão, creio que, então, segundo-comandante, mas que chefiava a unidade. Conhecia-o da cidade, tinha uma boa relação com os meus pais, mas foi um pouco relutante em conceder-me o encontro. De facto, eu não me “enxergava”: ali estava eu, apenas alferes, a querer ser interlocutor de um oficial superior e a tentar “forçar-lhe a mão”. Mas eu devia pensar que, para grandes males, grandes remédios.

Adão não participara no 25 de Abril, mas tinha sido “cooptado”, pertencendo agora à ala militar conservadora. Era um homem de bem, com uma missão complicada. Fiz-lhe ver, dizendo ter sobre isso informações “seguras” de Lisboa (o que era falso!), que a probabilidade de virmos a ter atos de violência nessa noite era muito elevada, pelo que se justificava, na minha opinião, que fossem colocadas algumas forças militares nas ruas, pelo menos para proteger as sedes do PCP e do MDP-CDE. Não foi nada aberto à minha ideia, dizendo que era à PSP que competia essa segurança e que, não tendo recebido instruções superiores, nada faria no sentido daquilo que eu propunha. Sugerí-lhe então, em alternativa, que, à hora da manifestação, reforçasse os piquetes da Polícia Militar que, regularmente, se passeavam pela cidade, o que sempre

funcionaria como um subliminar fator de dissuasão. Sem entusiasmo, disse que ia pensar nisso. A certo ponto, para seu visível desagrado, concluí dizendo-lhe que, depois daquela minha diligência, se acaso viessem a ocorrer incidentes graves, que uma presença militar nas ruas seguramente evitaria, ele seria, de certo modo, corresponsabilizado pelo que, eventualmente, viesse a acontecer. E, num ambiente gélido, despedi-me dele e de um capitão que, silencioso, o acompanhava. Chegado a casa dos meus pais, telefonei a um quadro superior do MFA, em Lisboa, recomendando um telefonema imediato ao tenente-coronel Adão. Nunca soube se foi feito.

Para o que importa, a manifestação realizou-se sem incidentes (lembro-me da figura de Jorge Sá Borges, e talvez Vasco Graça Moura, nas primeiras linhas), a Polícia Militar foi visível pela cidade, as sedes dos partidos não foram atacadas e as tais caçadeiras do PCP, a existirem de facto, permaneceram guardadas. Quando os manifestantes entraram na Avenida Carvalho Araújo, eu estava encostado à parede do antigo Hotel Tocaio e ouvi, de alguns, acusações de “seu comuna!” e outras “meiguices” assim. Eu não era “comuna”, mas hoje percebo melhor o sentimento de quem me dirigia o epíteto. Tudo acabou em bem.

(27.8.2017)

DEZ ANOS DEPOIS

Passam hoje dez anos sobre a data de falecimento do meu pai. Quis estar em Vila Real neste dia. Sinto uma imensa serenidade ao lembrar a morte, aos 97 anos, de um homem que teve um casamento muito feliz, de mais de meio século, uma carreira profissional plenamente realizada, uma vida quase sem maleitas, em que fez grandes amigos sem criar um único inimigo, em que viajou por quase todos os lugares que quis conhecer, sem grande fortuna mas também sem problemas financeiros. Quantos me leem, pela presença frequente do meu pai em histórias que por aqui conto, já devem ter percebido a importância que ele teve na minha vida, uma vida em que tantas vezes discutimos sem nos zangarmos, em que confrontámos temperamentos que eram muito diferentes. Às vezes, ao citá-lo tanto, temo estar a cometer uma grande injustiça para com a memória da minha mãe, que desapareceu uns anos antes dele, a quem devo muito do que sou como pessoa, nos valores e até na atitude perante a vida, que muito mais se aproximava da minha. Este não é, contudo, um *post* nostálgico: não tenho ilusões, tenho plena consciência de que os meus pais não poderiam estar hoje comigo, em condições de eu os poder fruir. Pode parecer estranho, mas é uma grande alegria o sentimento que hoje sinto por ter tido o privilégio, como seu filho único que fui, de os ter tido como pais e de poder recordá-los assim, de uma forma serena e feliz. Para sempre.

(28.8.2017)

UM HOMEM NÃO CANTA A NORDESTE

Vila Real, nos anos 60, era uma cidade abafada. Praticamente não havia instituições com expressão cultural, a música era rara, exposições de valia não apareciam, o teatro sério era inexistente, conferências ou debates eram coisa não vista. Sobrava o cinema, onde se ia por rotina e quase sem critério.

Completado o liceu, aqueles da minha geração que tinham posses para isso abalavam para as universidades. Retornávamos nas férias, para tagarelarmos ao café na Gomes, ao bilhar do Excelsior ou da Pompeia, no bar do Tocaio. A “boîte” do Eurico Gama dava-nos a modernidade do jazz e do pop, pela noite dentro atenuávamos, nas francesinhas do Cabanelas, o vazio das noites mornas de conversa fiada. Mas tudo isso começava, para alguns de nós, a não chegar.

António Cabral surgiu-me então com a riqueza de um novo amigo mais velho. Conhecia-o à distância, como “explicador” de literatura, e seria a literatura a ligar a nossa nova relação. Não sei quem nos aproximou. Sei que me revelou imensa poesia, que me chamou a atenção para o neorrealismo que então estava em voga, escrita de um combate que tardava.

Nunca lhe devolvi um livro de poemas de José Afonso que me emprestou. Em noites de cavaqueira, de feroz especulação intelectual, com o então militar e cineasta António Faria (que será feito dele?), discutíamos horas perdidas, pela Rua Direita fora ou em algumas tascas de fecho tardio.

Era um homem de sorriso aberto, nervoso, gesto largo e um sentido agudo da vida, face à qual tinha já então claras hesitações existenciais, que mais tarde viria a enfrentar com imensa coragem, que só aumentou a admiração que por ele tinha. Era de ideias claras, era firme nelas, mas sempre o vi tolerante nos confrontos verbais. Na Vila Real desse tempo, para a minha geração, António Cabral era um oásis de frescura intelectual. E era um democrata, coisa rara no mercado de gentes frequentáveis da cidade.

A política viria a sedimentar mais as nossas identidades. Trabalhámos juntos no lançamento da aventura eleitoral de 1969, até que a Diocese o obrigou a afastar-se dessa fútil onda de esperança, que rolava em tempos adversos. Apesar do ridículo anátema, continuámos as nossas horas de debate pela noite, na sua casa da Rua das Pedrinhas.

Tempos mais tarde, ofertou-me, com uma bela dedicatória, o seu *Os Homens Cantam a Nordeste*, um livro onde estava todo o Douro que lhe corria nas veias, onde revisitou António Nobre com graça e força. Fui à aldeia de Cotorinho graças a um seu poema. Em Lisboa, fui seu episódico “advogado” junto da Sociedade Portuguesa de Autores, lutando, ironicamente, pelo direito ao seu nome literário, face a um homónimo monárquico do antanho.

Voltámos a ver-nos, brevemente, nos tempos fracos de Abril, a que se dedicou com a garra de quem acreditava. É que Abril foi e é apenas para os que acreditam.

Com os anos, com a mudança profunda na sua vida e com as muitas andanças da minha, perdi-me um pouco de António Cabral, com quem cruzava abraços nos nossos encontros episódicos em Vila Real. Sabia-o sempre dedicado às questões culturais, à recuperação da memória popular, por escritos ocasionais que dele lia.

Há pouco mais de um ano, perto da Nossa Senhora da Conceição, falámos pela última vez. Hesitei em dar-lhe, no momento, um livro que recém-publicara, temeroso que achasse a minha escrita seca e oficiosa, ele que era um cultor de palavras com imaginação e festa. Não sei se fiz mal.

Agora, pelo que me chega, há menos um homem a cantar a Nordeste.

Artigo publicado, há 10 anos, no Notícias de Vila Real.

(24.10.2017)

O SOLO DO COROLIANO

Ontem, soube que o meu velho amigo Coroliano Gonçalves Clemente está com problemas graves de saúde. O Coroliano, filho do senhor Clemente, polícia, era um dos meus companheiros de aventuras nos últimos anos do liceu em Vila Real.

Lembro-me de ele ser um garboso graduado da Mocidade Portuguesa, ramo de atividade pelo qual nunca fui tentado a enveredar. Estou a vê-lo, mangas da camisa verde arregaçadas, sobre as calças castanhas, botas de Vanguardista, com os galões de Comandante de Bandeira (categoria abaixo de Comandante de Falange e acima de Comandante de Castelo – algumas das hierarquias dessa associação onde eu nem sequer tive interesse de chegar a Chefe de Quina).

O Coroliano era um pouco mais velho do que eu e, contrariamente a mim, fez vida por Vila Real. Alto, sempre um pouco curvado, fomo-nos cruzando e dando abraços de reencontro, ao longo dos anos, nas minhas visitas à cidade, onde ele era bancário, ali ao lado da Sé. Mas já há muito que o não vejo.

Por essa primeira metade dos anos 60, nas aulas de Canto Coral, o Coroliano, o Edmundo, o Chico Abel e eu criámos um “núcleo” que se colocava estrategicamente no topo do auditório e que se dedicava a desenvolver um processo de desestabilização das aulas. O professor era uma figura pequena, de seu nome Mário Neves, a quem dávamos, sei lá bem porquê, o nome de “Quelhas”. Lembro-me de que o “Quelhas”, uma

figura pequena e lingrinhos, tinha uma *Isetta*, um patusco e minúsculo carro, cuja porta se abria pela frente. Por qualquer razão, o “*Quelhas*”, visivelmente, detestava-me, talvez porque eu teimasse em desinquietar as aulas e em rir à sua passagem. Fui expulso duas vezes das aulas do “*Quelhas*”.

Um dia, esse nosso “núcleo” aproveitou uma pausa na aula e testou uma breve canção que eu tinha aprendido com um amigo da família e que, há dias, ensaiávamos nos intervalos. Na altura eram muito vulgares, na televisão, os grupos, em especial americanos, que cantavam *a capela*, sem acompanhamento instrumental. Acho que nos inspirámos neles. A curta letra da canção que eu trouxera não era notável: “*O circo desceu à cidade/ numa tarde de imenso calor/ trazia focas e ursos/ e até um grande domador.*” Depois, separadas as palavras com ênfase, dizia-se: “*Mas/ a principal atraçāo/ era o rapaz do trapézio voador/ que num salto de grande emoçāo/ se estatelava com grande fragor.*” O Coroliano tinha-se especializado, entre o “grande emoção” e o “se estatelava”, a produzir, na madeira da bancada em frente dos nossos assentos, um “solo” de imitação de bateria, para criar “suspense”. O “*Quelhas*”, tomado de surpresa pela ousadia, tinha deixado prosseguir a cantoria, mas irritou-se com o “solo” do Coroliano, que levou à conta de gozação. E pô-lo “na rua”.

Foi o bom e o bonito! O pai do Coroliano, embora já aposentado da polícia, mantinha toda a “doçura” inerente à profissão e sabia-se que, logo que soubesse da expulsão do filho, ia ter uma reação irada. Foi necessário uma delegação de meninas ir implorar ao “*Quelhas*” que “limpassé” a falta ao Coroliano, caso contrário o senhor Clemente dar-lhe-ia “um enxerto de criar bicho” (espero que as novas gerações entendam isto). A diligência teve sucesso, o “*Quelhas*” recuou e, pasme-se, autorizou mesmo a que, na aula seguinte, repetíssemos a

“performance”, que recolheu fortes aplausos. Mas o historial do “quarteto” esgotou-se, para sempre, nesse minuto de glória.

O Coroliano, nesse dia legitimado pelo “*Quelhas*”, fez o seu “solo” manual na madeira com um garbo nunca visto. Não sei se ele ainda se lembra desse momento da nossa fátna glória, mas anoto-o aqui com um abraço de forte amizade, agora que a vida parece que lhe está a pregar uma partida, desta vez sem qualquer graça.

Em tempo: o Coroliano morreu pouco tempo depois. Sei que, antes, lhe foi lido este meu texto e que o apreciou. Fico contente.

(2.11.2017)

O LORGNON DO SENHOR LITO

Neste dia do ano em que, evocando outros tempos, me reúno às vezes em Vila Real com gente da minha geração, numa tradicional ceia do Primeiro de Dezembro, deu-me para contar uma história, também desses outros tempos, passada com dois amigos vila-realenses, antigos colegas de escola primária.

Foi em 1967, há precisamente 50 anos. Ao final de uma manhã, bateram à porta da casa do Porto onde eu tinha um quarto alugado, como estudante, na Rua Miguel Bombarda. O Olívio de Carvalho e o Domingos Lito tinham chegado no Cabanelas, o autocarro que ligava Vila Real ao mundo – através das curvas do Marão, com paragem no Príncipe, no Largo do Arquinho, em Amarante, e um cheiro a regueifas vendidas na camionete por uma senhora de bigode, à passagem por Paredes.

A deslocação tinha como finalidade proceder à operação de venda, por um preço que esperavam ir ser uma imensa “nota”, de um velhíssimo *lorgnon*, uns óculos manuais que teriam pertencido ao avô do Domingos, o senhor Lito, um histórico e abastado comerciante da cidade. O Olívio vinha coadjuvar tecnicamente a operação, com a sua consabida lábia e o olho para as antiguidades que, curiosamente, iria marcar muito do seu percurso profissional futuro.

De mim, a expedição apenas pretendia o que julgavam ser o meu conhecimento da cidade do Porto, das suas lojas mais credenciadas, onde o negócio pudesse vir a fazer-se com maior proveito. A porta onde tinham batido era, contudo, fraca: eu

não sabia rigorosamente nada de antiguidades, conhecia apenas as montras de alguns estabelecimentos comerciais do ramo. Lá lhes dei duas ou três dicas e fui vagamente para umas aulas, mais para cumprir calendário do que com qualquer outro propósito útil. (Nesse ano, eu haveria de concluir apenas mais uma cadeira do meu curso, mantendo o hábito estreado no ano anterior. Meses depois, desistiria dessa opção académica. É que, a ter continuado a esse ritmo unitário anual, julgo que estaria a acabar Engenharia Eletrotécnica mais ou menos por este ano...).

Combinámos encontrar-nos ao fim da tarde, no Estrela d’Ouro, um café na Rua da Fábrica onde eu fingia que estudava e bilharava bastante mais. A cara com que o par de conterrâneos fez a sua entrada no café não prenunciava a realização de um negócio estrondoso. O Domingos vinha murcho com o escasso encaixe de capital que fizera. Como teorizou o Olívio, havia no mercado das antiguidades portuenses um excesso de *lorgnons*, pelo que a verba recolhida ficara aquém das expetativas. Mesmo assim, se eu lhes pudesse dar guarida nessa noite, o dono da “massa” ofereceu-se para pagar uma jantarada e um copo, regressando a dupla à “Bila” no Cabanelas da manhã seguinte.

Com o meu colega de quarto ausente, ofereci-lhes a sua cama, imagino que com algumas ironias machistas sobre o modo de partilha do leito. E lá partimos para a noite do Porto, esse, sim, o verdadeiro curso que por ali eu andava a tirar...

Jantámos, muito bem, na Regaleira, no primeiro andar do Bonjardim. No final, generoso, o Domingos fez as contas: sobravam ainda algumas boas notas. Propus irmos beber um vermute (estava na moda) à Tentativa. Era cedo, o ambiente estava fraco, mas, mesmo assim, foi-nos difícil arrancar dali o Domingos, já embeijado por uma pequena que lhe esportulou

umas bebidas carotas. Dali, rumámos à Candeia, um pouso mais interessante na Rua do Almada, onde alguma regularidade me dava um acesso franqueado. O “strip” na cave estava prestes a começar e aí foi o Olívio que se distraiu e mandou vir umas garrafas de Magos a mais, a pedido de uma jovem oriunda do nosso império. Sem haver outros fundos disponíveis, lá teve o Domingos que pagar a despesa, o que provocou um rombo considerável no pecúlio que sobrava da venda do *lorgnon*. Se o álcool tinha arruinado a contabilidade do Domingos, também a tornava menos relevante no seu espírito, pelo que, “perdidos por cem”, ainda lhes fui mostrar as delícias baratuchas da Japonezinha, na praça da República. A carteira do Domingos já não dava, porém, para aventuras de monta, muito menos para um qualquer “follow up” romântico, pelo que restou aproveitar o histórico baile com que a noite fechava.

Regressámos, um tanto cabisbaixos e um pouco toldados, à casa onde eu vivia, onde o pé-ante-pé que pedi para o acesso discreto ao meu quarto se transformou, subitamente, num tropel que acordou a idosa dona da casa, que não deixaria mais tarde de me vir fazer observações críticas sobre o uso imoderado que às vezes eu fazia das instalações.

O pior seria o acordar, na realidade. Feitas as contas à luz crua do dia, o Domingos constatou ter ficado apenas com uns parcós trocos, como saldo da venda do *lorgnon*. E tive mesmo de ser eu a entrar com uma pequena ajuda para a compra dos bilhetes do Cabanelas, no regresso a casa do par de menos bem-sucedidos vendedores de ocasião.

O Olívio já se foi, o Domingos perdi-o de vista há muito. Lembrá-los neste dia de encontro geracional pareceu-me uma boa ideia.

(1.12.2017)

A COR DO FILIPE

O Filipe tinha uma figura pequena, magra, com um permanente e simpático sorriso de boa pessoa que era. Filho de um dos muitos irmãos do meu avô e, com um rancho de rebentos, ficara a viver em Bornes de Aguiar, dedicado à pequena agricultura.

Quando, pelos verões, na Páscoa ou fins-de-semana, o meu avô, no seu tropismo eterno pela terra onde nascera, regressava de Vila Real a Bornes, rara era a noite em que o Filipe não surgia pela Casa do Pereiro, para dois dedos de conversa com o “tio doutor”. Nos bancos da varanda à volta do pátio ou no escano da lareira, o Filipe atualizava então o meu avô sobre a vida da aldeia, desde as colheitas da Quinta da Pala, onde o Filipe vivia, a caminho de Eiriz, até às saídas para a tropa ou para a emigração, que iam deixando a aldeia cada vez mais cheia de velhos e viúvas de vivos.

Lembrei-me ontem do Filipe, o Filipe da Pala, como dizíamos. Isso acontece sempre que visito o cemitério de Bornes. Na sua campa, junto da qual sempre passo, com fotografia ligeiramente soridente, está a data da sua morte, que é precisamente a do meu casamento.

O Filipe tinha uma imensa paciência para mim, que, desde a infância, passava por Bornes curtas temporadas com os meus avós. Levava-me a passeios de conversa pelo Fundo de Vila ou pelo Porto, uma zona que ia dar ao Cruzeiro, no coração da aldeia, junto à capela.

Era no Cruzeiro que se situava uma das perdições do Filipe: a “venda” do Chico. Naquela casa, onde se vendia um pouco de tudo, propriedade de um outro primo, o Filipe passava de quando em vez, para beber uma “pinga” e ficar à conversa com a gente lá da aldeia. Às vezes, algum exagero nas doses ruborizava-lhe as faces, mas, que eu saiba, nunca se lhe alteravam os espíritos de forma dramática. Mas foi assim que, numa noute, chegou a casa do meu avô, no final de um jantar. Recordo-me tão bem!

O meu avô era um compulsivo inventor de cenas divertidas e, numa dessas noites, o seu sobrinho Filipe, de quem ele muito gostava, acabou por ser a vítima incauta de uma dessas partidas, que ficou para sempre na memória alegre da família.

Apelando ao conhecimento vinícola do Filipe, o meu avô pediu-lhe a opinião sobre um vinho tinto de que alguém lhe tinha oferecido um garrafão: “Ó Filipe, tu que sabes de vinhos é que me podias dizer o que é que achas desta ‘pinga’, que me trouxeram de Vila Pouca.” E encaminhou-se para um armário, adiantando já que o tal vinho lhe parecia “demasiado encorpado”. Mas o sobrinho é que ia dizer de sua justiça.

O Filipe que, àquela hora e naquela noite, já tinha ligeiramente mais do que a sua conta, ainda pretextou falta de conhecimentos para estar à altura da responsabilidade da tarefa que o tio Francisco lhe destinava, mas lá acabou por aceder a dar o seu parecer, não fosse serem postos em causa os seus créditos de alegado conhecedor. O meu avô trouxe-lhe então um copo cheio, que o Filipe começou por levantar e olhar à transparência de uma lâmpada, decretando: “Lá boa cor tem ele!”

Depois, inclinou o copo para beber e – surpresa das surpresas! – nada lhe entrou na boca. O copo continuava cheio, mas o seu conteúdo não deslizava. Pudera!, era geleia,

feita pela minha avó, que a distribuía por vários recipientes, entre os quais alguns copos sem pé! O Filipe, perplexo, olhava o copo, com os circunstantes ainda sem entenderem o que se estava a passar, com o meu avô a explodir de riso contido. Levemente toldado como estava, e não tendo ainda identificado o conteúdo do copo, saiu-lhe então uma frase que ficou nos nossos anais familiares: “Até hoje, nunca nenhum se me tinha negado!”

(3.12.2017)

A CICATRIZ

Como é sabido, a televisão foi, logo desde sua criação, em 1957, um instrumento importante da propaganda política do Estado Novo, em especial à medida que a sua cobertura se alargava pelo País. Basta lembrar o modo como Marcelo Caetano, a partir de setembro de 1968, usou esse veículo de influência para fazer as suas “conversas em família”.

Creio que, desde cedo, o Regime abriu espaço a que alguns jornalistas, oriundos dos órgãos que lhe eram mais fiéis, ali fizessem intervenções temáticas, fosse sobre política interna, fosse sobre temas internacionais. Muitos se lembrarão de Barradas de Oliveira, de João Coito ou de Dutra Faria. Alguns eram mais dotados do que outros para prestações televisivas, mas, verdade seja, quase todos os serventuários escolhidos para essas ações de propaganda tinham alguma qualidade intelectual.

Uma noite, em Vila Real, em data que não consigo precisar, mas que se situa nos anos 60, estávamos a ver televisão e a RTP “passava” Dutra Faria, que era então diretor da ANI, a agência de notícias pública, antecessora longínqua da Lusa. Desdobra-se, imagino, numa qualquer diatribe anticomunista ou contra os “terroristas” que operavam nas colónias.

Nas casas portuguesas, a televisão costumava ficar aberta desde que a programação se iniciava, às 19 horas, até terminar, antes da meia-noite. A noite, em família, era passada a ver televisão, fosse o que fosse que estivesse “a dar”. O meu pai

mostrava total indiferença face à palestra a que só não punha termo porque, havendo um só canal televisivo, o “zapping” era então um conceito desconhecido.

Num certo momento da charla, chamou a minha atenção:

“Já reparaste naquela cicatriz que o Dutra Faria tem sobre a sobrancelha direita?”

De facto, mesmo no preto-e-branco da imagem desses tempos, era óbvio que o homem tinha uma marca particular na pele.

“Eu assisti ao momento em que o Dutra Faria ‘ganhou’ aquela cicatriz. Foi há quase 40 anos...”

Olhei, com alguma surpresa, para o meu pai. Ele era o que se pode chamar um republicano “dos quatro costados”. Embora inserido na família vila-realense da minha mãe, parte dela conservadora, nunca escondera a ninguém o seu pendor oposicionista. Tinha-me levado pela mão a ver Humberto Delgado, em 1958, quando visitou Vila Real na campanha presidencial, e, em 1969, viria a apoiar com entusiasmo a minha participação na aventura eleitoral local, na CDE, contra o Regime, estando ele próprio impedido de fazê-lo pela sua qualidade de funcionário público. Mas, que eu soubesse, e precisamente por essa razão, nunca tinha participado em qualquer combate político, pelo que fiquei à espera da explicação. E ela veio.

“Julgo que foi em 1930, na ‘casa de pasto’ Liège*, que existe no alto do elevador da Bica, à esquerda de quem desce. Era um restaurante popular, de galegos, que os funcionários da Caixa Geral de Depósitos, como eu, então frequentavam. Um dia, no período do almoço, assisti a uma cena que me ficou na memória para sempre. Um grupo de ‘camisas azuis’ – os nacional-sindicalistas, dirigidos por Rolão Preto – começou, numa mesa, a dar vivas à contra-revolução e ao fascismo. Os tempos

políticos eram muito tensos. A ditadura estava em pleno e os nacional-sindicalistas andavam então numa grande euforia, julgando ser possível instituir em Portugal um modelo próximo do fascismo italiano. Pouco tempo depois, Salazar iria pôr um ponto final nesse radicalismo, obrigando o próprio Rolão Preto ao exílio. Os comensais das restantes mesas olhavam o ruidoso grupo, mas mantinham-se em silêncio. Dei-me então conta de que um homem que almoçava sozinho, que vim a saber depois que era nosso colega na Caixa, começou a agitar-se e, a certa altura, não se conteve e gritou: ‘Viva a Democracia!’ ou ‘Viva a República!’. Os nacional-sindicalistas, sentindo-se provocados, levantaram-se e cercaram a mesa do republicano. Este, ameaçado por todos os lados, pegou numa garrafa e enfrentou o grupo agressor. Na luta que se seguiu, um dos ‘camisas azuis’ foi atingido no sobrolho e começou a sangrar. Aproveitando a confusão, o republicano conseguiu fugir pela calçada da Bica abaixo. O ferido era o Dutra Faria, e o republicano chamava-se Carvalho Araújo. Tu sabes quem é...”

Claro que sim! Era o Carvalho Araújo, um homem que fora afastado da função pública pelo Estado Novo, por atividades oposicionistas, nos anos 30. Mais tarde, depois de uma vida difícil e tumultuosa, regressou a Vila Real, já nos anos 60. Muito radical e com algum mau feitio, acarretava consigo uma aura de resistente à ditadura que muito impressionava a nossa geração. Trabalhei com ele, ali mesmo, em Vila Real, na “batalha” oposicionista de 1969. Viria a ser reintegrado na função pública, por curto período, antes de ser aposentado, depois do 25 de Abril. E, curiosamente, viria a ser colocado, durante esses meses, sob as ordens do meu pai.

Nessa noite, fiquei a saber a quem se devia a (republicana e vila-realense) cicatriz que nunca mais abandonou o rosto de Dutra Faria.

A principal avenida de Vila Real chama-se Carvalho Araújo, herói da Marinha na primeira Guerra Mundial, ascendente familiar do nosso resistente local.

**A Casa Liège deixou de existir em 2019.*

(17.12.2017)

VOLTANDO À ALETRIA

O’Neill considerava-nos “o incrível país da minha tia, trémulo de bondade e de aletria”. Acompanho o poeta neste requebro melancólico e tenho para mim que a aletria do Natal faz parte da nossa identidade afetiva. Por isso, um ano depois, volto a falar nela.

Há uns anos, aqui por Vila Real, na altura das Festas, falhou a aletria. O túnel do nosso contentamento ainda não tinha sido construído e a neve ou o gelo não deixavam passar os camiões no Marão.

Foi o bom e o bonito! A cidade agitava-se, na Gomes e na esquina do Zézé trocavam-se boatos (“Parece que vem pela Régua...”, “Há a ideia de a trazer de Chaves...”), as cozinheiras desesperavam. O espetro de um Natal sem aletria pairou no horizonte. A meio da tarde do dia de Consoada, surgiu, finalmente, uma luz! De casa, recebi um telefonema, imagino que em voz baixa, de quem tinha obtido o santo e a senha de fonte A1, como se diz na tropa: “Passa pelo Minipreço! Dizem que já há aletria por lá. Traz três pacotes.” (Nesse tempo, eu “podia” frequentar outras lojas além do Pingo Doce...).

Entrei e logo estaquei: como é que era o aspeto da aletria? Só a conheço nas travessas, já amarelada pelos ovos, com a canela a pontuar, pronta a comer. (Isto de ter fama – e algum proveito, vá lá! – de gastrónomo e não saber estrelar um ovo acaba por não ser muito prestigiante). Embatucado pelo embaraço, perguntei a uma cliente se me podia ajudar. “É o

senhor embaixador, não é?” Era. Riu-se e lá me levou à aletria, na zona das massas. Cheguei a casa impante. Pela cidade, o drama tinha passado.

A aletria e os pudins, além da sopa dourada, dos sonhos e das rabanadas, fazem parte daquele tipo de coisas que, desde há vários anos, já são obtidos por impessoal *outsourcing*, embora sempre de “gente de confiança”, sem que o Mário Centeno se meta na transação. Mas nem sempre foi assim. Para além da obrigatoria aquisição dos imbatíveis pudins das irmãs Coelho, atrás da Sé, cuja recolha implicava uma condução cuidadosíssima na tarde da Consoada, houve sempre pessoas amigas da família que cuidavam em apaparicar-nos a glicose e os triglicéridos. Ainda aí estão hoje as fantásticas rabanadas da Alice, como o foram os deliciosos sonhos da Dona Auta ou o imbatível doce de chila e ovos da Mariazinha Rua.

Um Natal, cá por casa, mudou-se a origem da aletria. Quando o novo produto se provou, era dura, sensaborona, sem a menor graça, sem descolar da travessa, parecia ter “levado” cimento na receita. Nos anos seguintes, o tiro foi retificado e tudo voltou à normalidade que estas coisas devem ter.

Estivesse eu em Chaves e meteria cunhas para ter, neste Natal, a aletria que se serve no Aprígio. Comi lá, há semanas, uma das melhores aletrias que provei em toda a minha vida: solta sem ser aguada, doce sem ser enjoativa, com a textura certa abaixo do *al dente* e aquele gosto de boca final, onde o sabor da canela exterior se junta criativamente com o longínquo travo a limão. Grande aletria a do Aprígio!

(23.12.2017)

O ALTO DE ESPINHO

Há dois dias, na Gomes, alguém me disse que tinha vindo do Porto pelo Alto de Espinho. Invejei-o.

O Alto de Espinho é o cume da estrada do Marão que une Amarante a Vila Real. Quando, um dia, o Dr. Ladislau, um bracarense que foi meu excelente professor de Geografia no liceu, me falou pela primeira vez no Khyber Pass, esse lugar mágico da montanhosa fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, consagrado na mitologia da História e na tragédia da política, foi do Alto de Espinho que eu logo me lembrei. O Alto de Espinho é o Khyber Pass a que temos direito...

Se Trás-os-Montes fosse independente, os nossos guardas fronteiriços tinham casernas no Alto de Espinho. Antes da construção do IP4, que facilitou a vida e ofereceu a morte a muitos automobilistas, o Alto de Espinho era “a sério”. Por ali passava uma estrada estreita, marcada por uma placa a-preto-e-branco que separava os distritos de Vila Real e do Porto. A partir dali, qualquer que fosse o destino, era “sempre” a descer, pelo que o Alto de Espinho oferecia, a todos nós, uma sensação de “alívio”.

Para quem, como os vila-realenses, vinha pela terrível e belíssima estrada saída de Amarante – passando por Padronelo (onde se ia pelo pão), Larim, Ansiães e Eido (cuja placa de trânsito teve um dia de ser reduzida na sua dimensão lateral, para evitar acrescentos inconvenientes de uma letra...) –

–, a caminho da Pousada (das primeiras do País, hoje passada a patacos pelo grupo Pestana), depois de centenas de curvas, o Alto de Espinho deixava Vila Real “já ali”, a 18 km.

“Já chegaram ao Alto de Espinho”, dizia-se dos ciclistas, nas etapas que acabavam em Vila Real, na informação colhida na rádio. É que, do Alto de Espinho à cidade, era “um saltinho”, ele era a soleira de Vila Real.

No Alto de Espinho eram recebidas as autoridades que vinham “lá de baixo”, de Lisboa, os presidentes, os ministros e gente assim. Quando o Sport Clube de Vila Real obtinha uma das suas raras “performances” futebolísticas, ia-se ao Alto de Espinho receber a “caravana”. E, se a neve caía no Marão, lá iam as televisões filmar, sem imaginação, uns populares de gorro a atirarem bolas uns aos outros, entrevistando de caminho, nesse cenário, um garboso GNR de samarra oficial a recomendar prudência na condução, sempre com discurso de relatório-notícia.

Se o IP4 já tinha tirado grande parte do “charme” ao Alto de Espinho, o túnel do Marão foi o golpe de misericórdia nessa fronteira natural de Trás-os-Montes, para cá da qual os que cá estão criaram a ilusão poética de mandar alguma coisa.

Amanhã, prometo!, vou passar pelo Alto de Espinho.

(27.12.2017)

O LÓBI DAS MANGAS SOLTAS

Nestes dias que passo por Vila Real, não consegui ainda aferir se o famoso “lóbi das mangas soltas” continua a vigorar pelas ruas da cidade. O que é esse lóbi? O que o caractORIZA?

É um vício antigo, geracional, em que provavelmente algumas pessoas nunca repararam. Há por Vila Real, desde há muito, um bando de maduros, renovado pelas gerações, que nunca veste a samarra, a gabardine ou o sobretudo. Coloca essa peça de vestuário pelos ombros e passeia-se sempre dessa forma, faça frio ou chova. Se a temperatura desce, ou a água puxada a vento ameaça a integridade do resto do vestuário, o membro do lóbi tem por gesto reflexo cruzar à frente, com as mãos, a cobertura que traz aos ombros, assim se aventurando, inclinado, cosido às paredes, pelas ruas da urbe. Mas – nunca por nunca! – ele cederá a esse gesto de fraqueza que significaria vestir a peça, porque nunca dispensa o ar “négligé” que a prática de a colocar pelos ombros encerra. Talvez porque, à chegada ao café ou à tasca ou a casa, isso lhe permite, discri-
centemente, deixar cair o adereço sobre uma cadeira ou pendurá-lo num bengaleiro.

O meu querido e velho amigo Zé Araújo, também conhecido por “Foquita”, há muito desaparecido, era um dos mais visíveis cultores dessa arte. Jamais aquela samarra negra lhe foi vista vestida, mesmo nos dias em que o “alvo manto de neve” (“imaginativa” linguagem da imprensa local, repe-

tida a cada nevão, desde as calendas) cobria a sua Avenida Carvalho Araújo. Nunca cuidei em inquirir da razão de fundo desse hábito, mas não me admiraria se me retorquisse, com a ironia seca no esgar, que “não se deve dar muita confiança ao chiasco”.

(2.1.2018)

O BACALHAU DAS ELEIÇÕES

Alguns atos eleitorais partidários têm sido bons exemplos de como se deve combater a abstenção.

Ao que consta, para além do “voluntarismo” na inscrição de novos militantes, somado à “generosidade” do pagamento maciço de quotas, há por ali um mundo de empenhamento “cívico”, nomeadamente na “facilitação” dos transportes, que a democracia só pode agradecer.

Não se pense, porém, que há partidos inocentes no nosso mundo político. A luta pelo poder político tem fronteiras éticas bastante flexíveis...

A propósito disto, lembrei-me que, em casa do meu avô materno, sempre que se servia uma caldeirada de bacalhau, todos se referiam a esse prato como o “bacalhau das eleições”.

Nesse tempo, que era o da minha infância, eu mal sabia o que eram eleições – aliás, a exemplo da maioria dos portugueses, a quem a ditadura apenas prodigalizava uma espécie de “genéricos” falseados do verdadeiro sufrágio.

Mas, se assim era, por que diabo se falava no “bacalhau das eleições”?

Uns anos mais tarde, um tio esclareceu-me. Aparentemente, durante a Primeira República, a luta eleitoral em certas áreas de Trás-os-Montes passava pela atração para a mesa de voto, através da oferta de uma “bacalhauzada” em forma de caldeirada. Os escassos inscritos tinham assim um estímulo mais

para se deslocarem para exercer o seu direito cívico. Desde que votassem no candidato que oferecia o “bacalhau das eleições”, bem entendido!

À época, devia ser barato: não se dizia então que, “para quem é, bacalhau basta”?

(24.1.2018)

NOITES DA RÁDIO

Faço parte da geração dos “dias da rádio”. No meu caso, das noites. Na minha juventude, nos anos 60, em Vila Real, o Rádio Clube Português (muito menos, então, a Emissora Nacional, antecessora da RDP), a par de algumas rádios estrangeiras (Radio Caroline, Radio London, Radio Andorra) e da Renascença (em especial com a 23.^a hora), era uma companhia noturna regular, com os programas da madrugada, em especial o “Meia-Noite” e, mais tarde, o efémero “Europa”, de Vítor Espadinha, a trazerem a música que me fez crescer. (Na província não havia FM, apenas Onda Média e Onda Curta, pelo que não chegávamos ao lisboeta “Em Órbita”). Ah! e também ouvia, claro, a oposicionista Rádio Voz da Liberdade (de Argel), a Rádio Portugal Livre (de Bucareste), as emissões em português da Rádio Moscovo e o serviço português da BBC. Mas isso era outra “música”.

Em 1966, com a ousadia dos meus 18 anos, apresentei-me nos estúdios do Porto do RCP, onde pedi “emprego” sem salário, ao tempo em que fingia estudar Engenharia Eletrotécnica. O Alfredo Alvela, uma voz magnífica da rádio desses tempos, abriu-me então as portas do seu “Clube da Juventude”, onde realizei, durante alguns meses, o meu semanal “Tempo de Teatro” (eu era, então, membro do Teatro Universitário do Porto), com textos do João Guedes e um *jingle* com efeito de eco, feito no vão do elevador do prédio, numa ideia louca, creio que do Jaime Valverde, num fim de tarde no Café Santiago.

Numa madrugada, saído tarde do Rádio Clube com o Humberto Branco (um nome histórico da rádio portuense), lembro-me como se fosse hoje de um belo nascer-do-sol, a atravessar as janelas do Transmontano, que o Alvela teimava em qualificar como o único restaurante “ível” (onde se podia ir...) na noite portuense. Não era verdade: o “Ginjal” era uma alternativa possível. Às vezes, o destino final acabava também por ser “o outro lado da noite”, na “Candeia”, na “Japonesinha” ou na “Tentativa”. Grande Porto desse tempo!

Ainda no Porto, fiz locução, durante algum tempo, nos Emissores do Norte Reunidos, pelo final das tardes de sexta-feira, num programa a que chamámos “No espaço e no tempo”, um nome hoje ridículo, mas que ia muito bem com o ambiente da época.

Quando, em 1968, abandonei Engenharia e fui estudar (dessa vez, a sério) para Lisboa, o “bichinho” da rádio continuava a perseguir-me. Ainda nesse ano, fiz concurso para locução na Rádio Universidade. Lembro-me de duas das provas que me calharam em sorte: ler o texto “Desenha uma flor!”, de Almada Negreiros, e, durante dez minutos, sozinho num estúdio, inventar a reportagem de uma chegada dos Beatles ao aeroporto de Lisboa. Fui um dos escassos admitidos, nesse exame, precisamente há meio século.

A estação era propriedade da Mocidade Portuguesa, seguia uma linha oficiosa, mas, devo confessar, em abono da verdade, não terá sido uma razão essencialmente política aquela que me levou a afastar-me do que julgava ser uma vocação para a rádio. Tenho uma vaga ideia de me ter confrontado com um ambiente algo pesado e hierarquizado, em que nunca me senti bem, feito de gente que pouco tinha a ver com a “onda” académica mais agitada em que eu já andava envolvido por essa época. Mas, conhecendo-me, creio que também o facto de me

terem exigido que me submetesse a um estágio que ocorria nas sacrossantas manhãs de domingo terá pesado bastante e deverá ter sido a gota de água que fez travar o início da carreira radiofónica que chegou a estar nos meus horizontes.

Há males que vêm por bem!

(5.2.2018)

O HONÓRIO E “NÓS”

Há pouco, ao passar em frente à Casa Fernando Pessoa, em Campo de Ourique, lembrei-me dele, do Honório. Foi ao olhar uma fotografia do poeta, magro, traje escuro, bigode ralo, de óculos redondos e chapéu. Pareceu-me ali ver o Honório, essa figura do cenário da minha infância e juventude, lá por Vila Real.

Naquele tempo, não havia na cidade quem não conhecesse o Honório. De profissão, era contínuo na Escola do Magistério Primário. Ainda me lembro dele vestido de escuteiro, como me recordo de o ver lançar papagaios aos domingos, aproveitando o vento da “Marginal”, sobre o parque florestal.

Sejamos honestos: o Honório era aquilo que, com alguma crueldade, poderíamos qualificar de um “pobre-diabo”. Ninguém o levava muito a sério e era, muitas vezes, gozado pela rapaziada que, pelas ruas, lhe chamava o *X9*, por virtude de alguma similitude com uma personagem da espionagem ficcionada de então. O Honório reagia com expectáveis insultos e a vida continuava.

O Honório apareceu um dia casado, com nova morada em Folhadela. Numa excursão a Lisboa, ficou famosa uma coça que terá dado na mulher. A pobre senhora, entretanto, deixou viúvo o Honório e este envolveu-se numa questão de partilhas com os cunhados, que se arrastou pelos tribunais, por muito tempo sem decisão. O Honório reformou-se e passou a viver, creio, na Timpeira. Passeava-se com passo rápido, sempre com

um saco plástico na mão onde, dizia-se, carregaria os seus mais valiosos pertences.

Desde a infância, sempre tratei o Honório por tu. E ele a mim, claro. Com o meu afastamento da cidade, a partir dos anos 60, notei, da parte de algumas figuras da minha infância, colegas de escola primária ou não, socialmente mais afastadas de mim, uma crescente relutância em continuarem a assumir esse tratamento. Pela minha parte, insisti (e ainda insisto) que tudo se passe sempre nesse imutável registo. Era o que faltava que alguma coisa mudasse, nesse mundo que quero sempre igual!

Um dia, numas férias, indo sozinho ao volante, em Vila Real, vislumbrei o Honório aproximar-se da passadeira. Parei, abri o vidro e atirei-lhe um: “Olá, Honório. Estás bom?”

O Honório olhou para mim, e ainda mais para o *Mercedes* que eu conduzia e que o deve ter impressionado, e, com um largo sorriso, respondeu-me, assumindo uma prudência semântica, feita resguardo social, que nunca mais esqueci: “Estou ótimo! E vós, como ides?”

(12.2.2018)

A ASA DO LETRA

Entre nós, o aeromodelismo foi, por muitos anos, uma atividade com bastantes cultores. Mas não faço ideia como é que as coisas se passam nos dias de hoje. Em Vila Real, recordo-me de que os “furiosos” da construção desses pequenos aviões de madeira, forrados a papel muito fino, trabalhavam numa sala à esquerda de quem entrava no edifício da Mocidade Portuguesa, onde é hoje o Arquivo Distrital, ao fundo da rampa do Calvário.

O cheiro das longarinas de madeira de balsa, somado com o das colas, ainda vive arquivado na minha memória odorífera. Esse era um trabalho que implicava grande persistência e atenção. Recordo-me de os ver serrar a madeira com instrumentos muito delicados, com precisão milimétrica, tudo depois afinado com lixa e limas muito bem ordenadas, com as delicadas peças a serem depois preservadas com muito cuidado, para a montagem final, feita de encaixes rigorosos, com um total equilíbrio do modelo.

Por um tempo, até porque vivia nas imediações, também andei por lá, fiz uns ensaios, mas, rapidamente, desisti: a precisão, a paciência, o tempo, o cuidado necessário a este tipo de trabalho não “rimavam” com a minha proverbial e eterna inconstância. Tinha “mais que fazer”, nessas horas que teria de alocar àquela tarefa, para fazer qualquer coisa de jeito. Mas, devo confessar, senti sempre uma grande admiração por quantos se dedicavam ao aeromodelismo, com uma pena

eterna por não ser um deles. (Há duas outras atividades que lamento nunca ter tentado: radioamadorismo e encadernação – fica feita a confissão).

Um dia do final dos anos sessenta, embarquei na “carreira” do Cabanelas, em direção ao Porto, cuja universidade freqüentava. Já sentado, vi entrar um colega de liceu, o Letra, com um avançado avião na mão, fruto do seu trabalho de aeromodelismo, lá pela Mocidade. Ia, com toda a certeza, a caminho de uma competição. Os olhos de todos os passageiros convergiam na “aeronave”, de cores berrantes, que, com todo o cuidado, o Letra fez “voar” com a mão sobre os bancos, até chegar ao seu lugar. Os autocarros não eram, à época, muito confortáveis nem espaçosos, pelo que a tarefa do Letra, para garantir que o avião chegava incólume ao Porto, não se presumia fácil nem cómoda.

À época, as minhas relações pessoais com o Letra não eram as melhores. Num dia de neve, no pátio do liceu, ele tinha-me atirado uma bola de neve que me deixaria um olho negro, levando, da minha parte, a uma reação violenta, que acabou numa troca de socos. O episódio já fora há três ou quatro anos, mas tínhamos deixado de nos falar, mas, nem por isso, aquela aventura “aeronáutica” do Letra deixava de me ser simpática. Era, de facto, um belo aeromodelo!

Mais de três horas passaram, com as curvas do Marão de permeio, seguidas da paragem tradicional no Arquinho, em Amarante, para “meter alguma coisa”, no Príncipe. A trombuda mulher das regueifas, com o seu bigode de marca, fizera, entretanto, a sua rotineira passagem pelo corredor da camioneta, na venda à passagem em Valongo. Estávamos, finalmente, a chegar ao Porto. À entrada na garagem, à chegada à Batalha, ainda o autocarro não estava estacionado e já quase toda a gente se tinha levantado dos lugares, retirando as sacas e outros

pertences, morta por colocar um ponto final naquela longa e cansativa viagem.

Foi então que o pior acabou por acontecer: ao tirar uma saca, do espaço para bagagens sobre os bancos, completamente desastrado, passei uma secante à asa do avião do Letra, rompendo-a na carlinga e deixando-a pendente pelo papel vegetal a que estava colada. O Letra rugiu uma imprecação audível em toda a camioneta e o seu olhar fuzilou-me, com (compreensível) ódio, vendo talvez no meu gesto um desproporcionado desforço ao pretérito episódio da bola de neve.

Eu estava mais do que embaraçado. Tudo não passara de um infeliz azar. Balbuciei umas desculpas atrapalhadas, que era tudo o que me saía. Não tinha havido, da minha parte, a menor intenção no gesto descuidado que tivera. Isso não impediu que tivesse saído do autocarro debaixo de sobrolhos carregados de alguns passageiros, bem chocados com a minha indesculpável incúria. Imagino como reagiriam se soubessem do meu anterior conflito com o pobre aeromodelista!

Dele, do Letra, que muito provavelmente falhou o campeonato por minha causa, guardo uma última imagem: o seu ar desencantado, dentro da camioneta, através dos vidros, olhando o resto do avião pousado nas suas mãos.

Saí “de fininho” da garagem onde parava a camioneta do Cabanelas, rumei ao Lar Universitário onde me alojava e nunca mais na vida voltei a ver o Letra. E nunca lhe pedi suficientes desculpas. Mas o rebate de consciência ficou-me para sempre.

(6.3.2018)

O BRAGANÇA

Não era um homem muito simpático, diga-se. Vendia jornais, revistas, tabaco e meias-folhas de papel selado, nesta loja, no centro de Vila Real. Tinha uma empregada muito pequenina, faladora e agradável, que compensava, em atitude, o défice de comportamento afetivo do patrão.

Mas estou a ser um pouco injusto: o Bragança (o “senhor Bragança”, como eu, naturalmente, lhe chamava) tratava-me bem. Durante anos, fui o “menino”. Depois, já eu matulão, deixei por um tempo de ter designação. Com a ida para a universidade, passei a “senhor Costa”. E assim fiquei, que me lembre, até entrar no Governo. Uma tarde, numa visita a Vila Real, o Bragança recebeu-me com um raro sorriso rasgado: “Tenho aqui uma entrevista que o senhor doutor deu ao *Notícias*.” E mostrou-me duas folhas do *JN*, já com meses, que amavelmente guardara. O seu já então episódico cliente vinha nos jornais. E subira um furo mais na designação.

Na adolescência, comprava por lá, religiosamente, *A Bola*, então a minha bíblia desportiva trisseminal. No final dos anos 60, nas férias da universidade, o Bragança guardava-me, a cada semana, a *Vida Mundial* e um dos três exemplares do *Diário de Lisboa* do dia anterior que, ao final da manhã, chegavam à cidade e que eu ia logo devorar para o café. Mais tarde, reservava-me o *Expresso* e *O Jornal*.

Com o Fernando “Choco” e o Albertino “dos jornais”, muito antes do Pelinhos engraxador (e comunista) na avenida,

o Bragança era um dos grandes fornecedores de imprensa à cidade.

O local era também um lugar de tertúlia, como o eram a Farmácia Barreira, na Rua Direita, e a relojoaria do Salgueiro, na Rua Central. Nas conversas no Bragança lembro-me que preponderava o Dr. Elísio Neves, oftalmologista, bom amigo do meu pai, no triângulo do seu trânsito da Pompeia, o café em frente, para o consultório, sobre a Pastelaria Gomes.

Filho de um velho “chofer” de praça que recordo com o boné preto da profissão, o Bragança, e creio que parente de outro com o mesmo nome, que sempre estava elegante, de fato e gravata, era casado com uma senhora loira, com um ar muito arranjado, redonda de carnes, que mantinha uma loja de cabeleireiro de senhoras no piso superior, com entrada pela tabacaria. Estava longe de ser o cabeleireiro “top” da cidade, mas a localização era imbatível. O Bragança tinha fama de ser um homem rico, presumo que não pelos jornais que vendia, mas pelos edifícios de que era proprietário ou que herdara, alguns “na Marginal”.

Tenho ainda a imagem do Bragança e da mulher, ambos de costas muito direitas, de braço dado, a caminharem, a passo lento, ao final da tarde, com as lojas a fechar e as luzes a abrir, pelas ruas já quase desertas da cidade, a caminho de casa, cruzando-se comigo, a sair do bilhar do Excelsior e a dizer-lhe: “Boa-noite, senhor Bragança.”

Porque é que agora me lembrei disto? Passei pela tabacaria do Bragança, ontem à tarde. Está fechada, num estado deplorável, aliás não muito diferente de imensas outras casas no centro histórico de Vila Real. É um ambiente algo desolador, mas bem comum a muitas terras portuguesas.

Verdade seja que, nos últimos anos, já depois de o próprio Bragança ter desaparecido da circulação, o interior da loja, que

noutros tempos fora ordenada e era um espaço bastante decente, apresentava o aspetto de um verdadeiro caos: a imprensa amontoava-se no balcão e pelo chão. Algumas revistas velhas, amarelecidas, jaziam espalhadas a esmo pela indescritível montra.

O anúncio da morte a prazo da tabacaria começou a ser dado pelo caráter errático da sua abertura. Presumia-se que a loja estava aberta se, no exterior, surgia pendurada uma régua de madeira com molas, de onde pingavam algumas revistas já sebentas e datadas, incompráveis naquele estado.

Um dia, sei lá quando, a loja não abriu mais. A cidade nem se terá dado conta, outros locais de venda de jornais há muito a substituíam. Acabou “o Bragança”, a vida continuou.

Só a mim passou pela cabeça recordá-lo. Logo eu, que o não achava muito simpático. Mas é talvez, subliminarmente, a maneira de me penitenciar pela crueldade da minha memória. É, deve ser isso.

(26.3.2018)

PRIMOS EM DIA DE ALELUIA

Não tenho uma “teoria geral” sobre primos. Tenho primos de todos os “feitios”: os que me são muito próximos, que são quase os irmãos que não tive, os que vou vendo de quando em vez e, finalmente, aqueles que perco por muitos anos (“estás mais gordo, pá!”) em cujos abraços caio, a espaços muito longos, quase sempre em funerais ou em ocasiões um pouco menos funestas, como os casamentos.

Primos tive de quem, em certas fases da vida, estive bastante próximo e que, com o tempo, se foram afastando, quase sempre por nenhuma razão especial, apenas porque sim, porque a geografia da vida não ajudou. E o contrário também é verdade: há primos que “recuperei”, em tempos mais recentes, retomando um contacto que se tinha diluído ou nem sequer densificado muito no passado. E isso foi ótimo.

Apesar desta tipificação simples, não alimento nenhuma teoria geral sobre as “redes” de primos e, aqui entre nós, não fico muito impressionado quando vejo aquelas fotografias gigantescas de famílias, com tios e muitos primos, em jeito de encontro anual dos detentores do apelido. Eu, que não cultivo nem acho excessiva graça a esses momentos gregários de celebração, vivo muito confortável com o “modelo” de relação com os primos que tenho. E dou-me por feliz quando os encontro. E dou-me por triste quando os perco, mesmo que os já não visse há muito. Porque isso significa que os perdi para sempre.

Foi agora o caso. Chegou-me a notícia da morte do filho de uma prima direita da minha mãe. Tenho fotografias de infância com ele, no terraço da “casa das tias”, nas Pedras Salgadas, uma espécie de lugar de culto familiar. Eu ainda mal andava, ele teria um ano ou dois mais. Para a história oral da nossa família ficou uma frase que ele teria dito, guloso, procurando mobilizar a famosa doçaria caseira das tias, usando-me como pretexto: “Este menino crescia bem era com bolos.” Muitos anos mais tarde, completámos juntos o “5.º ano do liceu”, que ele veio fazer a Vila Real, depois de alguns percalços académicos, antes de eu começar a ter os meus. E divertimo-nos imenso! Devo-lhe, em meados dos anos 60, uma cuidada “introdução” à Rua dos Caldeireiros, no Porto, num fim de tarde com uma agenda impublicável. Depois, a vida levou-nos para destinos diferentes. E nunca mais, nem um simples funeral, nos juntou.

O meu primo que agora se foi tinha um irmão ligeiramente mais velho, um tipo magnífico, “conquistador” nato de pequenam, com uma vida errática e algo aventureira, que vim a reencontrar no Brasil, onde, por muitos anos, lutou duro pela existência e com quem, um dia, cruzei memórias de família, por horas perdidas, nas cadeiras da piscina do Copacabana Palace, no Rio, onde o tinha convidado para almoçar. Foi-se também da vida, há já alguns anos.

Resta agora uma irmã, quase da minha idade, que ontem me deu conta de mais esta tristeza que agora passa a acumular, a somar-se a outros lutos de outra natureza. A vida não tem sido nada fácil para ela.

Para tentar atenuar o peso destas horas, vou agora lembrar-lhe, a ela, uma pequena história. Eu tinha sete anos (sei isso com precisão, porque nesse dia me tinha sido oferecido, por antecipação, o livro da “segunda classe”). Ela, ao que julgo,

um ano menos. Tal como hoje, estávamos num sábado de Aleluia. Como à época ocorria, todos os sinos das igrejas de Vila Real tinham tocado em uníssono, logo pela manhã. O dia estava belíssimo e eu estava de cama, com uma maleitazeca qualquer, preso em casa. Os meus pais e os pais dessa minha prima tinham saído por algum tempo e deixaram-na a brincar no meu quarto. A companhia dela não me agradava nada, sei lá bem porquê!, essas idades têm dessas coisas patetas. E foi então que a ela lhe deu, imaginem!, para cantar. Muito alto. E não se calou, não obstante os meus protestos. Até que a minha mãe regressou. Ela lembrava muitas vezes que, quando entrou em casa, ouviu logo um berro meu, vindo do quarto: “Tirem-me daqui esta Amália Rodrigues!”

Já não te deves lembrar, Bli! Imagino que, por estas horas de grande tristeza para ti, cantar é o que menos te apetecerá. Mas talvez te faça sorrir com esta memória carinhosa. Um beijo para ti.

(31.3.2018)

As PEDRAS, SEMPRE

O prazer que a minha mãe teria ao ver servir, na cafetaria do museu madrileno onde agora estou, uma garrafa de água das suas Pedras!

As Pedras Salgadas, as recordações da sua infância, as tias por lá, o chá no terraço, os hóspedes do Hotel Colonial, os piqueniques de família com retrato a preto-e-branco, a vinha pequena que o meu avô lhe ofereceu pelos anos, o pontapé inaugural do primeiro campo de futebol da terra, o parque, os jantares no Avelames, as tardes na Casa de Chá, os bailes no Chalet e no Casino, os cavalos nas Romanas, as horas do acontecimento que era a chegada do comboio da linha do Corgo, a fumegar as janelas e a trazer os parentes e os amigos, o deslumbrar do verão, com a loja de rendas do Flores, as “artes” da exposição sazonal no Botelho, lá na Pensão do Parque, os nomes de toda a gente que conhecia pelas ruas, casa a casa, como se dali não tivesse já saído há muitas décadas, as compras no Frutuoso, o café no Rogério, o Franco dos Correios (tinha uma bela filha, lembro-me bem!).

E, claro, o conforto do caminho eterno para Bornes! E, também, a igreja de São Martinho, o padre Domingos, os casamentos, os batizados e, ao lado, o cemitério, com muitos já por lá, as tristezas sem as quais as alegrias da vida, se calhar, não se apreciavam.

E, sempre, as águas, as fontes, a “Companhia”, que empregava meia aldeia, as garrafas que dela se recebiam, em caixas

grandes de madeira, testemunho do gosto imenso de fazer parte daquela terra única, daquele mundo simples e magnífico.

E, aqui em Madrid, aqui estão elas, as águas das Pedras, agora já sem o orgulho, no rótulo, de serem “radioativas”...

As Pedras, sempre!

(4.4.2018)

LA LYS

Na minha adolescência, todos os anos, pela primavera, no dia 9 de abril, uma cerimónia tinha lugar em frente à minha casa, em Vila Real. Com alguma tropa, pompa e autoridades, o monumento a Carvalho Araújo, um valente marinheiro vila-realense, embora nascido episodicamente no Porto, que havia sido morto por um bombardeamento da Marinha alemã, em 1918, quando o seu navio protegia um barco de passageiros em pleno Atlântico, era coberto de coroas de flores. Era assim que Vila Real honrava a memória de muitos transmontanos que, nessa que era a data da batalha de La Lys, tinham morrido pela pátria.

Nas vésperas, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra andava pelas casas e cafés a pedir alguma ajuda financeira, dando em troca uns pequenos capacetes verdes e pretos, com um alfinete, para colocar na lapela. A Legião Portuguesa, a partir de certa altura, passou a intervir nessa ação. (Lembro-me bem da indignação do meu pai: “Estes tipos da ‘Situação’ querem ficar com a História para eles.”)

No seio das figuras que faziam parte regular desta celebração anual, lembro-me bem de um velhote que se evidenciava pelo elevado número de medalhas que trazia ao peito. Havia também por ali alguns outros soldados da Guerra de 14/18, mas o mais medalhado destacava-se. Era Aníbal Augusto Milhais, dito o “soldado Milhões”, de Murça, que se distinguiu como ninguém pelo seu heroísmo naquela terrível

batalha na Flandres francesa. Era o único que possuía a Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito, a mais alta condecoração nacional. Morreu em 1970.

Hoje, 100 anos depois da batalha de La Lys, é justo recordá-lo.

(9.4.2018)

LAMAS DE OLO

“Isso é quase em Lamas de Olo!”, dizíamos, na minha adolescência, quando queríamos significar um sítio que, embora relativamente perto de Vila Real, se tornava imensamente longínquo pelo muito difícil acesso, através dos péssimos e lamacentos caminhos que então serviam as aldeias das redondezas. E não era mais do que uma dúzia de quilómetros a distância que separava a aldeia de Lamas de Olo da cidade de Vila Real.

Mas que mundo de diferenças! Em Lamas de Olo (e algumas outras “Lamas de Olo” havia por esse País fora), não havia um médico, uma farmácia, um comércio decente. Também não havia saneamento básico, nem água canalizada, nem tratamento de lixos. Uma agricultura pobre e o comércio de gado era tudo quanto mantinha aquela gente por ali, até que a guerra colonial ou a ousadia da migração lhe viesse chamar os homens.

Nenhum de nós, à época, se tinha alguma vez aventurado a ir a Lamas de Olo, pelo caminho do Alvão. Mas imaginávamos o que seria, para os habitantes da aldeia, a saga de vir à cidade – por questões burocráticas, de saúde ou para as feiras. Aquela vida miserável e primitiva, então com todas as casas de habitação cobertas de colmo, com os animais a viver por baixo, teria talvez “graça” para os etnólogos e para os cultores urbanos do Portugal “pobrezinho mas contente” que a ditadura mantinha.

Um professor primário que, de Vila Real, se deslocava regularmente a Lamas de Olo, falou-me muito da vida dessa gente. E disse-me da dificuldade de contar certas histórias às crianças de lá. Nesse tempo em que o único canal de televisão mal chegava a Vila Real e a “venda” da aldeia ainda não tinha um aparelho, era difícil fazer imaginar o que seria um comboio ou o mar – coisa que nenhuma delas tinha ainda visto e só podia adivinhar pelas imagens estáticas dos livros.

Parece que estamos a falar do século XIX, mas tudo isto se passava na segunda metade do século XX, já na transição dos anos 60 para 70, com os Beatles na moda e o homem na Lua.

Depois, um dia, foi o 25 de Abril.

Hoje, a aldeia tem turismo, dizem-me que perto há uma casa com belos petiscos. Passei por lá, há minutos, através de uma estrada aceitável de Mondim de Basto para Vila Real, pelo Alvão, com passagem por Lamas de Olo.

(22.4.2018)

Toca da Raposa

Terá sido inaugurado em junho de 1960. Para Vila Real, este espaço, que originalmente com tinha um balcão corrido do lado direito, de bancos altos, e, ao fundo, uma pequena sala de refeições, representou uma imensa novidade. Era um “snack-bar”, algo que, na realidade, correspondia a um restaurante – e esse era um tempo em que, na cidade, não havia nenhum! (O restaurante que se lhe seguiu foi a Churrasqueira, em frente à Pompeia. O saudoso e justamente afamado Espadeiro só seria inaugurado em 1969).

Por aquele tempo, em Vila Real, só havia pensões – Excel-sior, Mondego, Coutinho, Areias e poucas outras – e “casas de pasto”, neste caso inúmeras, quase sempre com portas de entrada “à Texas”, balcão com pipos por detrás, vinho ao copo e petiscos. Lembro (de memória rápida e muito, mesmo muitíssimo, longe de pretender exaustiva), o Alemão, a Cardoa, o Barracão, o Chaxoila, o 22, a Pépia, o Carrico, etc. Ah! E o Alcino, no Largo Luís de Camões, em frente ao tribunal, de que deixo uma história (muito pessoal) ligada à Toca da Raposa.

Um dia, o Zé Luis Carneiro (hoje médico nos EUA) e eu, aí nos nossos 14 ou 15 anos, lembrámo-nos de telefonar de minha casa para o Alcino, em nome do dono da Toca da Raposa (que a cidade sempre conheceu como o “António da Toca da Raposa”), pedindo para lhe mandar, com urgência, uma grade de vinho tinto. Não sei qual de nós foi a voz

do “António”, embora desconfie. Ao telefone, o “António” explicou então ao Alcino que tinha a casa cheia de gente chegada “do Porto” e que lhe tinha “falhado” o vinho.

Minutos depois, pela Avenida Carvalho Araújo abaixo (a tasca do Alcino e a Toca da Raposa ficavam exatamente nos extremos opostos, vivendo eu também por ali), avançaram dois empregados do Alcino, carregando a grade de vinho “pedida”. Nós, entretanto, andávamos a rondar a Toca da Raposa.

A certo passo, da porta, ouve-se, para dentro: “Ó senhor António, está aqui o vinho!” Intrigado, o António saiu de lá de dentro e interpelou os rapazes: “Vinho?! Que vinho? Não pedi vinho nenhum!” Eles lá explicaram que eram ordens do senhor Alcino, uma “encomenda do senhor António”.

Este decidiu tirar tudo a limpo e, de porta aberta, à nossa frente, passou a desenrolar-se então uma conversa telefónica, crescentemente pouco serena, entre o António e o Alcino. Eu nem tinha coragem de olhar para o Zé Luís, com a vontade de rir, perante a ira do António com o Alcino, seguramente confrontado com a teimosia deste, que devia estar a insistir em ter dele recebido o pedido do vinho. Pouco antes de a chamada ser desligada, ainda ouvimos o António berrar, no limite da fúria, que o Alcino devia meter o vinho dele num local físico que os limites de linguagem deste espaço me não permitem nomear.

E lá vimos os rapazes, igualmente furiosos, regressar carregados com aquele que (não) terá sido o último vinho encomendado pela Toca da Raposa à tasca do Alcino.

Era assim essa Vila Real dos anos 60, tempo de “partidas” simples que, com toda a certeza, tinham uma graça diretamente proporcional ao desagrado de quem as sofria. Mas

tudo já “prescreveu”, razão por que posso agora relatar isto, impune, escrevendo o que leram na esplanada da Toca da Raposa, ontem, num belo fim de tarde de verão. Mas bebi um fino, não pedi vinho...

(30.8.2018)

O CARRO DO GUERRA

Não sei há quantos anos morreu o Guerra Liberal. Era assim mesmo o nome desse amigo, um pouco mais velho do que todos nós, mas que nos acompanhava, com uma camaradagem excepcional, nas noites e madrugadas de Vila Real, nos verões dos anos 60. Era uma figura encantadora, disponível, amigo-do-seu-amigo, como então se dizia.

O Guerra, como lhe chamávamos, era proprietário de um carro grande, velhíssimo, um *Vauxhall* preto, de quatro portas, que vulgarmente estava estacionado em frente ao Hotel Tocaio, a dois passos da Pastelaria Gomes.

O carro estava sempre aberto e, recordo-me, em épocas de enchente na esplanada da Gomes, convertia-se numa espécie de “sala de estar” dos amigos do Guerra, mesmo sem ele. Grandes conversas lá tive!

Há duas aventuras (só conto duas, porque outras houve!) passadas com o carro do Guerra – porque o carro andava! – que nunca mais esquecerei. A primeira foi algo perigosa, a segunda foi divertidíssima.

Uma noite, houve uma ideia maluca, logo complementada por uma aposta. Tratava-se de conduzir o carro do Guerra até ao fundo da reta de Mateus, no alto do Bairro dos Prazeres, desligá-lo e deixá-lo deslizar por ali abaixo, praticamente sem “tocar no travão”, tentando que ele chegasse tão longe quanto possível, nesse trajeto, quase sempre a descer, do antigo “círcuito”. Íamos quatro lá dentro, com o Guerra a conduzir.

A operação era muito arriscada, porque se utilizava toda a estrada, na esperança (felizmente concretizada!) de que não surgisse ninguém em sentido contrário. Largado o carro, passada “na mecha” a curva da Araucária, em direção à garagem do Antoninho do Talho, junto à casa do Granjo, o *Vauxhall* preto fazia uma perigosa tangente na casa do chefe da estação, entrava, “com o balanço”, na pequena reta do colégio, descia para a ponte metálica e ia morrer algures no seu termo. A grande questão é se chegava à tasca da Cardoa ou não. Eu apostei que sim... e perdi cinco paus! Inconsciências!

Da segunda aventura, fui apenas observador, colocado com outros, discretamente à distância, na esquina do Patinhas. O Guerra tinha conseguido negociar com uns ciganos, a troco já não sei de quanto, a cedência de um pequeno burro. Já bem de madrugada, pelas quatro ou cinco da manhã, meteu-se o burro no carro, com a cabeça de fora, do lado do condutor. A operação foi concluída em frente ao Tocaio. Dentro do carro, deitado, com uma mão no volante e um pé no travão, ia um voluntário. O carro foi empurrado, fez uma curva para a direita na esquina do hotel e passou, bastante devagar, em frente à Polícia e à garagem S. Cristóvão. À porta da PSP, numa guarita que por ali havia, estava um cívico de capacente, que deve ter pensado ser uma “miragem” ver deslizar, sem ruído de motor, um carro “conduzido” por um burro... O homem ter-se-á assustado e entrou na esquadra (nós cocávamos, de longe), enquanto o carro deslizava pela estrada abaixo, desaparecendo no caminho em direção à ponte do Cabril.

Passado aí um quarto de hora, o *Vauxhall* desta vez bem a trabalhar, subiu o caminho inverso, conduzido pelo Guerra (que, entretanto, tinha ido pela Marechal Teixeira Rebelo ter com o carro às Florinhas da Neve, onde o cigano recebeu o

burro de volta). Na esquina da PSP, estavam o guarda e um colega. Mandaram parar a viatura. O primeiro guarda inquiriu: “Este carro não passou há bocadinho, aqui, com um burro?” O Guerra fez-se de ofendido: “Ó senhor guarda! Desculpe lá! Eu não lhe admito que me chame burro! Eu passei para baixo, há pouco, em ponto morto, mas não sou nenhum burro!”

Criou-se uma perplexidade entre os polícias, com o primeiro, desesperado, a teimar: “Mas eu vi um burro neste carro! Lá isso é que vi!” O Guerra insistia, dizia que, se continuasse a ser insultado, iria falar com o comandante no dia seguinte e coisas assim. E, com a cumplicidade implícita do segundo guarda, que já não “comprava” a história do seu colega, lá conseguiu seguir. Disse-nos, depois, que foi logo tomar banho: o carro ficou a cheirar a burro por semanas...

(2.9.2018)

LENTES

Aquele cidadão de Vila Real era um reacionário, um verdadeiro atraso de vida. Estávamos no século passado, depois de Abril. A cidade, muito graças à massa crítica proporcionada pela migração qualificada oriunda da África pós-colonial, tinha ali criado um Instituto Politécnico. Mas Vila Real queria mais, queria ter uma universidade. Alguns consideravam um exagero, outros achavam bem. Estes últimos tinham razão: é assim que hoje existe a excelente UTAD.

Num daqueles passeios, em andamento lento, que alguns cavalheiros da cidade, em grupo, costumavam fazer pela Rua Direita, num percurso que ia da União Artística (no inverno, apenas da esquina da Gomes) ao “Cabo da Bila”, um deles estugou o passo, a certa altura, e afirmou, solene: “Tenho muitas dúvidas de que seja possível haver por cá uma universidade. Mas não será por falta de professores!”

Os parceiros da tertúlia andante estranharam aquela última certeza. Então havia em Vila Real professores suficientes? Ele, apontando para a ourivesaria do Sílvio Teixeira, ali em frente, esclareceu: “Dos professores, encarregava-se ali o Sílvio!”

Para os caminhantes, subitamente estacados, o mistério adensava-se. O Sílvio, que se via através da montra por detrás do balcão, de barriga descaída, era uma figura curiosa da cidade, bonacheirão e *blagueur*, praticamente o único escriba de uma folha mensal, impressa a azul, quase clandestina, chamada *Jornal do Norte*. Mas que podia o Sílvio fazer para gerar professores para a novel universidade?

O nosso homem, sobranceiro, sorriu e explicou: “Mas então o Sílvio não é proprietário de uma fábrica de material para oculistas, que fica lá atrás da estação?” Os outros assentiram. Sim, era verdade, mas que tinha uma coisa a ver com a outra? Generoso, ele concluiu: “Ora essa! Assim, ‘lentes’ já temos!”

A frase ficou nos anais. Diz-se que tão altas foram as gargalhadas então ecoadas pelas paredes da rua que o Luís “Chinês”, não obstante ouvir mal, assomou alarmado à porta, por entre as camisolas e os cachecóis; o meu amigo Eduardo, “Cara-de-Reco”, como saudavelmente gozava quando assim lhe chamaravam, saiu disparado de detrás dos livros e blocos, com o farto bigode a espiolhar; o Simões enfermeiro ter-se-á picado na agulha de uma injeção que tinha em curso numa nádega que polia à mão; o Lima encadernador veio à varanda, tresandando a colas, movido por um barulho que achou próximo das confusões da Legião Estrangeira, por onde andara em bons e menos etílicos tempos; e há mesmo quem jure que, no pátio traseiro da tasca do Agostinho, um qualquer calaceiro crónico, de “balde de três” à ilharga, assarapantado com o ruído, falhou uma malha que apontava na “sapa” metálica, numa aposta a bolos-de-bacalhau que até ali estava a ganhar sem espinhas, a qual acabou, imaginem!, por ir parar à Rua do Rossio, onde logo apontou ao chapéu pessoano que seguia, como sempre, na cabeça do Honório, logo num dia em que ele ia atrasado para a Escola Normal. Constou-me tudo isto ou, como se diz em Vila Real, “digo eu, ‘num’ sei!”.

Sem os “lentes” do Sílvio Teixeira, mas depois com outros a sério, a Universidade lá está, desde há muito, para orgulho da cidade.

(26.10.2018)

A ROSA DAS CASTANHAS

Quem é de Lisboa não entende isto, com certeza. Quem tem raízes na província percebe melhor estas coisas. Vou tentar explicar.

Para um “expatriado” de uma localidade de província, que acabou por ter como destino de vida outras paragens, o episódico regresso às origens acarreta, quase sempre, uma espécie de ronda de “capelinhas”, de pessoas e lugares. É um olá! que sublinha a manutenção do contacto, que preserva o vínculo essencial.

Vivo fora de Vila Real há mais de meio século. Em todas essas décadas, um regresso à cidade, por alguns dias, significa sempre um percurso de abraços, a familiares ou amigos, neste caso, por vezes, em casas comerciais. No passado, eram o Neves do Café Pompeia, o Carvalho da drogaria da Rua Direita (para não confundir com o irmão, que era proprietário de uma drogaria concorrente), o Zé “Foquita” da Galeria d’Artes, o Eduardo da papelaria, o Chico Alonso da casa de modas Real, o Fernando “Choco” da tabacaria, o Joaquim Mesquita da farmácia, o Dr. Otílio da livraria Setentrião, o João Nascimento oculista, entre vários outros. Algumas pessoas vão mudando, os locais também. Nos tempos atuais, as pessoas e os locais são diferentes, mas o hábito mantém-se. Com imenso gosto, diga-se.

Hoje à tarde, chegado de Lisboa, ao passear pela cidade, neste inverno de S. Martinho, apeteceu-me comer castanhas

assadas. Qual quê! Já não há castanhas assadas à venda, em nenhum lugar de Vila Real. Em vésperas de uma festa onde elas são fundamentais, senti essa falta. E foi então que me lembrei da Rosa das Castanhas.

A Rosa era empregada em minha casa quando nasci. Ficou amiga eterna da minha família. Tinha uma pequena casa comercial perto do Largo de S. Pedro e, em toda a sua vida, sempre me lembro de passar por lá, quando ia a Vila Real, para cumprimentá-la. A partir de certa altura, quando me sabia na cidade, tinha por hábito mandar-me a casa salpicões, chouriços e alheiras. Para travar estes acessos regulares de escusada generosidade, passei a visitá-la apenas no último dia das minhas passagens pela cidade, avisando-a de que partiria de seguida, o que a deixava desolada. Grande Rosa!

A Rosa, que morreu há já uns bons anos, tinha uma conhecida conflitualidade com uma cesteira que operava na esquina em frente. Às vezes, passando ali perto, “por dá cá aquela palha”, era possível ouvir as duas senhoras num curioso “diálogo” indireto, nunca falando uma para a outra, mas ambas clamando, em voz bem alta, para serem ouvidas do outro lado, coisas frequentemente pouco amáveis, de que eram mutuamente destinatárias. Parecia um teatro...

Ah! E a Rosa vendia castanhas, pelo que era conhecida, na cidade, como a Rosa das Castanhas. E a verdade é que, amanhã, dia de S. Martinho, não há em Vila Real onde comprá-las, quentes e boas. Essa é que é essa! Também por isso, mas não só por isso, vou sentir falta da Rosa das Castanhas.

(10.11.2018)

JOÃO LADISLAU

O João Ladislau devia ser três ou quatro anos mais velho do que eu.

Quando, ainda durante a minha escola primária, nessa Vila Real dos anos 50, coincidimos a viver no mesmo prédio, em andares contíguos, essa (então relevante) diferença de idades fez com que o nosso tratamento, estranhamente, se tivesse fixado num “você”, coisa que nunca mais se perderia.

O João que então conheci era um obsessivo fazedor de coisas, um incansável e imaginativo empreendedor de iniciativas, a um ritmo e com um empenhamento que surpreendia e causava admiração no miúdo que eu era.

Na cave da nossa casa comum, na Rua Alexandre Herculano, ele instalou um dia uma espécie de ringue de hóquei em campo, na realidade em cimento rugoso, que mais tarde viria a deslocar para o quintal, onde me recordo terem-se feito épicas partidas. Numa árvore que por lá havia, construiu uma elaborada casota de madeira, com um frágil “elevador” puxado a cordas, de cuja inauguração fui a infeliz cobaia.

O ciclismo era outro dos seus *hobbies*. Vejo-o a passear, de costas muito direitas, boné de pala, com ar grave, numa bicicleta que, lá por casa, “afinava”, horas a fio. Da sua fértil imaginação saiu a organização, numa manhã de domingo, de uma histórica “volta ao circuito” em bicicleta, que reuniu uma dúzia de participantes, com várias metas “volantes” nesses apenas sete quilómetros. Ele próprio, aferida a ordem de

chegada a cada meta, ia logo instalar adiante outra, enquanto os concorrentes descansavam. Uma coisa nunca vista!

A mais surpreendente iniciativa do João Ladislau foi, porém, uma célebre viagem pelas tubagens dos esgotos para águas pluviais, acabados de instalar, na nova avenida chamada então de “Marginal”, hoje chamada “Primeiro de Maio”. De vela na mão, um grupo que ele dirigia e eu integrei, à revelia óbvia dos meus pais, percorreu largas dezenas de metros através dessa obra recém-inaugurada, entretendo-nos a lançar impropérios quando, junto das aberturas para a rua, ouvíamos passar um transeunte, que ficava siderado com essas vozes vindas do além. Um dos mais conhecidos advogados da cidade de Vila Real deve lembrar-se bem dessa aventura...

Um dia, a minha família mudou de endereço. Deixei de encontrar com regularidade o João até que, uma noite, fui dar com ele, sempre com a sua consabida capacidade organizativa, como operativo *manager* de um grupo musical de amigos comuns.

E sei lá quantas outras coisas ele terá depois feito, numa vida a que, a partir de certa altura, perdi por completo o rastro.

O João Ladislau morreu hoje, dizem-me agora. Tinha-me cruzado com ele, há meses, numa esquina da cidade, sempre no passo apressado que era o seu, com o sorriso largo e o abraço com que sempre selávamos essa nossa relação tão antiga e que, no entanto, persistia marcada pelo bizarro “você”.

Envio um beijo de pesar à sua irmã, Mercedes, a minha primeira namorada de infância.

(25.11.2018)

O TEMPO PASSA PARA TODOS

Foi, há pouco, no “Cabo da Bila”. Dirigiu-se-me com simpatia, a desejar Boas-Festas. “Ainda lá trabalha?”, perguntei-lhe, referindo-me à loja comercial onde era empregado e sempre o conheci. “Não, doutor, reformei-me. O tempo passa para todos, não é?” É verdade, às vezes esqueço-me disso.

Há quantos anos conheço este homem? Uma imensidão. Das muitas figuras do comércio de Vila Real, ele tinha, desde novo, uma característica interessante, que o meu pai um dia me fez notar: falava como se fosse o dono da loja. “Não, desse modelo não tenho. Mas, se quiser, posso pedir para o Porto e depois mando-lhe lá a casa.” Tudo sempre com uma grande gentileza, a mesma que o fazia sair de trás da montra, para me cumprimentar, sempre que me vislumbrava, nas minhas vindas à cidade. A loja por lá continua, ainda com o mesmo dono, mas agora já sem o nosso homem.

Depois deste encontro, continuei o meu passeio pela Rua Direita, aquela que foi a mais importante rua comercial de Vila Real e que hoje, sábado antes do Natal, era um quase deserto de gente e de lojas abertas. Nada de novo, afinal!

Cheguei à Capela Nova e olhei uma outra loja. Desde há muitos anos que passava por lá para dar um abraço ao Nené, o proprietário, amigo de infância, lançando-lhe o bem

vila-realense “Comué, Nené?”. Isso acabou. Disseram-me na Gomes (onde tudo se sabe) que o Nené se reformou. Se, agora pelo Natal, o vier a encontrar por aí, vai, com certeza, dizer-me: “O tempo passa para todos, não é?”

(22.12.2018)

O NORTE E A DIPLOMACIA

Era a minha primeira viagem a Portugal, desde que estava como embaixador em França, no primeiro semestre de 2009. Estava na sala da classe executiva da TAP do aeroporto de Orly, em Paris, e, a certo ponto, perguntei à simpática senhora que dirigia o espaço se não era já hora do meu voo. Sossegou-me, dizendo que ainda tinha muito tempo e que, quando fosse a hora, me chamaria.

Minutos depois, com um vago pressentimento, levantei-me e fui ver o quadro eletrónico na parede: o voo já estava em *dernier appel*. Agarrei nas minhas coisas e, de forma apressada, encaminhei-me para a porta.

A senhora da TAP interrompeu-me:

“Mas olhe que ainda tem muito tempo! Ainda não chamaram para o embarque.”

“Essa agora! Está ali bem claro, no voo para o Porto, que já é a última chamada.”

“Ah! mas vai para o Porto!? É que os embaixadores portugueses vão sempre para Lisboa...”

A senhora ficou a saber que a regra tinha exceções: também há embaixadores do Norte.

(19.12.2018)

O CHÁ DO DOUTOR ANDRADE

Não me lembro do seu primeiro nome. De família, era Sales de Andrade. Para nós, durante muitos anos, era apenas o doutor Andrade. Embora mais novo, era um grande amigo do meu avô, com quem tinha uma relação que vinha dos tempos comuns na magistratura. Visitava-nos em Vila Real, algumas vezes ao ano.

O doutor Andrade era de origem indiana, vivia em Lisboa, vestia-se com uma elegância britânica e conduzia uma bela *Citroën*, modelo “arrastadeira”, junto à qual figuro, impante, em algumas fotografias de infância. Era um homem muito educado, marcando alguma distância, com quem o meu pai me contava ter tido um dia uma conversa muito interessante, com ele muito traumatizado psicologicamente, depois da entrada violenta das tropas indianas no Estado da Índia, no início dos anos 60.

Não obstante ter mais alguns anos, o doutor Andrade terá andado a fazer “rapapé” a uma tia minha, irmã da minha mãe, que parece que nunca lhe ligou peva. Essa desilusão não impediu que se mantivesse sempre próximo da nossa família, com a qual, em vários anos, vinha passar o Natal e o Ano Novo. No que me toca, tenho dele na memória os presentes que me trazia e a sua maneira de falar, com um sotaque, à época, estranho para mim.

Como indiano que era, o doutor Andrade gostava muito de chá. Não tenho ideia qual era o tipo de chá que, à época,

era servido lá por casa, mas imagino que não fosse de uma particular qualidade.

Um dia, uma empregada trouxe um chá pedido pelo doutor Andrade. Ele tomou-o, em silêncio. A minha mãe contava sempre que, olhando-o, teve um pressentimento de que a qualidade do chá talvez não estivesse à altura de quem era originário do Industão, zona riquíssima no produto. E perguntou-lhe. O doutor Andrade, com a confiança que a amizade que tinha com a nossa família permitia, foi sincero: “Não está mau de todo!”, o que, apesar de tudo, sossegou a minha progenitora. Mas apenas por um segundo, porque ele logo acrescentou: “Já tomei chá bem pior!”

Há pouco, ao beber um magnífico Royal Blend, *the mother of all teas*, da minha “colheita” anual nas prateleiras do Fortnum & Mason, olhando a paisagem de fundo de Vila Real, um cenário natural idêntico àquele que se desfrutava da sala de estar do meu avô, onde o doutor Andrade se sentava nesses anos 50 e 60 do século que já lá vai, perguntei-me se o chá que agora estava a tomar estaria, finalmente, à altura da exigência do doutor Andrade, o nosso simpático visitante solitário dos Natais e das festas de Fim de Ano, em outros tempos.

E não tive a certeza, mas poder afirmar não ter certezas é o arrogante privilégio da idade da sabedoria. E por aqui me fico.

(31.12.2018)

MISTÉRIOS DE VILA REAL

Foi já no ano passado, isto é, ontem, junto à porta da Farmácia Baptista, na Rua Direita, em Vila Real. Chegou ao pé de mim um homem de cara fechada, nervoso, de idade incerta. Estávamos, talvez não por acaso, ao lado do mais misterioso relógio da cidade, que praticamente ninguém conhece, na parte lateral da Capela Nova. Um relógio sem ponteiros mas que também não pode ser de sol, porque o sol ali não bate e que, dessa forma, para nada serve. Só em Vila Real há relógios sem tempo.

O nosso homem, que eu nunca tinha visto, olhou para os lados antes de me atirar, acusador, com voz cava: “Porque é que nunca escreveu sobre o túnel da Gomes?” Fiquei siderado. O túnel da Gomes? Eu nunca tinha ouvido falar que a Gomes tivesse um túnel! Para onde é que esse túnel da Gomes conduz? “Para a Gomes!”, respondeu-me. Mau, mestre! O tipo só podia estar a gozar comigo. Da Gomes para a Gomes? “Sim”, diz o homem, já irritado, “da Gomes ‘velha’ para a Gomes ‘nova’!”

A Pastelaria Gomes tem, de facto, dois edifícios. Um mais “antigo”, onde foi criada, e outro mais “recente” (mas já com quase 70 anos), do outro lado do Largo do Pelourinho. Que estivessem ligados por um túnel, era uma completa novidade para mim.

O meu interlocutor decidiu ser pedagógico. Explicou-me que o túnel teria sido criado, originalmente, para facilitar o transporte, em perfeitas condições de temperatura, dos dois

produtos mais marcantes do fabrico da casa: os covilhetes e a bola de carne. Um dia – “já alguém se perguntou porquê?”, intrigou-me ele –, esse tráfego terá sido interrompido e, desde então, essas preciosidades, faça chuva, sol ou neve, atravessam, em tabuleiros cobertos, da Gomes “velha” para a “nova”. “É uma desgraça, virem assim sujeitos ao clima do dia!”, clamou, apelando talvez à minha consciência gastronómica. “Já se perguntou por que não usam o túnel? Valia a pena perguntar...”

Embora curioso, eu tentava apressar a conversa, até porque vi que se aproximavam uns amigos – o Lelo Sampaio, o Albertino Ribeiro e o Agostinho Rodrigues – e que o nosso homem não devia estar disposto a partilhar as suas confidências. “Pergunte ao Elísio, que ele sabe tudo!”, referindo-se ao Elísio Neves, o insuperável “vila-realógrafo” (se há ulissipógrafos...) que, de facto, tudo sabe sobre Vila Real. “Ele que lhe conte a confusão que foi quando descobriram o túnel, quando o pelourinho regressou ao largo. Até meteu polícia! Abafaram tudo! Pergunte-lhe!” Na verdade, o pelourinho, que dera o nome ao largo, havia sido deslocado para outro local por algumas décadas, tendo aí retornado, creio, nos anos 90.

O sujeito fez menção de ir-se embora, deixando-me todas as dúvidas sobre a história do túnel. À despedida, com a samarra pelos ombros (homem que é homem, em Vila Real, não veste a samarra, coloca-a sobre os ombros, displicente), deixou-me com a seguinte mensagem: “E amanhã, não se esqueça, é dia um!” Claro que eu não me esquecia, mas ele precisou: “De abril, claro!” E abalou.

Os meus amigos aproximaram-se. Perguntei-lhes se conheciam o homem que, entretanto, tinha desaparecido pela Rua Central. “Que homem?”, foi o que ouvi deles.

(1.1.2019)

A GUINADA

Fiquei com a impressão de que o carro, vindo lá do fundo, na minha direção, tinha acelerado um pouco, quando o condutor me viu. Eu ia a caminhar pela berma e, por um instante, tive um sobressalto e refugiei-me na parte lateral, mais interior, da avenida que acompanha, em baixo, o Jardim da Carreira. Patetice minha! O condutor ia apenas aproveitar a momentânea e muito rara ocasião em que por ali não havia uma fila de automóveis para ganhar algum tempo. Mas a minha reação também era compreensível, no subconsciente da minha memória urbana.

É que, há muitos anos, por ali mesmo, teve lugar um estranho episódio. Uma senhora caminhava pelo mesmo passeio em que eu hoje ia quando, de súbito, numa inesperada guinada, um automóvel galgou a margem da avenida, que então até era um pouco mais larga, e a abalroou, por pouco não a esmagando contra o muro. Um desagradável acidente? Sim e não. Com a passagem das horas, veio a constatar-se a estranha “coincidência” de a condutora do veículo “desgovernado” ser mulher de um conhecido industrial de Vila Real, que toda a gente sabia (pelos vistos, também a própria mulher...) que andava “metido” com a senhora que seguia pelo passeio. Foi o que se pode chamar uma guinada de ciúme...

(2.1.2019)

A PRIMA DE OLHOS VERDES

É uma história de família. Da minha família, originária de Bornes de Aguiar.

Era uma vez uma mãe que tinha dois filhos. Viviam em Lisboa. E havia uma sobrinha, filha de uma irmã, bonita, de olhos verdes. Ambos os filhos gostavam da prima. A mãe decidiu, porque era muito decidida e ai de quem lhe fizesse frente, que havia de ser o filho mais novo a casar com a prima de olhos verdes. Só que o filho mais novo, que era o “ai-jesus!” da mãe, viria a morrer, bem jovem, de forma trágica. A família nunca se recompôs do choque. A mãe e o pai, com o filho mais velho, mudaram-se para uma casa em frente ao cemitério, onde, todos os dias, até morrerem, era visitado o jazigo onde haviam depositado o filho querido.

Havia o outro filho, claro. E havia a prima. Que gostavam um do outro. Tinham um namoro escondido, um tabu na família, de que a mãe talvez suspeitasse, mas que nunca, em vida dela, se iria transformar em casamento. Foram décadas, acredititem! A mãe, um dia, já bem depois do pai, desapareceu. Os primos, superado o obstáculo, consagrando uma espécie de usucapião romântico, já passada a meia centena de anos de cada um, casaram logo de seguida, claro.

Foram felizes? Quero crer que sim, embora uma felicidade bem tardia. Ele morreu, há cerca de três anos. Ela seguiu ontem para o cemitério, já perto dos 80 anos, fechando de vez os seus belos olhos verdes.

Nesta tarde chuvosa e espessa, como sempre achei que devem ser os dias dos enterros, deixámo-la lá, no jazigo que havia sido feito expressamente para o primo com quem nunca casaria. Ali mesmo já estavam, desde há muito, os seus sogros, os quais, aliás, nunca chegaram a sê-lo. E também o marido, o primo com quem casou. Esta acabará por ser a primeira noite em que toda a família, finalmente, se reúne. Em paz.

(8.3.2019)

AQUI HAVIA UMA CURVA

Foi Ilse Losa, uma escritora que merecia ser revisitada, quem um dia escreveu um pequeno livro intitulado *Aqui Havia Uma Casa*, a propósito de um refugiado da guerra, como ela era, que regressou à sua terra natal, devastada pelo segundo conflito mundial.

Lembrei-me disso agora, sentado na esplanada da Tosta Fina das *boxes* (só quem é de Vila Real sabe o que isto é e que também há a Tosta Fina-“sede”, a da Senhora da Conceição), a ver os carros passar na Avenida Aureliano Barrigas, uma artéria que mais não é que um heterónimo local da Estrada Nacional n.º 2.

Por ali há hoje uma leve curva, mas, no passado, era bastante diferente: era então muito acentuada, francamente perigosa. A abordagem a esse ponto da estrada, que era estreita, tinha de fazer-se com grande prudência e, claro, sem ultrapassagens.

Essa curva era então parte do “círculo”, o que também tem a ver com as *boxes* e com Aureliano Barrigas, um fundador do desporto automóvel local, porque, em Vila Real, “isto anda tudo ligado”, como escreveu o jornalista e poeta Eduardo Guerra Carneiro, que, não por acaso, também era de Vila Real. E, para “compor o ramalhete”, é também por aqui perto que, quando venho a Vila Real, eu próprio “moro”.

Numa noite, que recordo quente, do início dos anos 60, a cidade foi abalada pela notícia: naquela curva, perto da hora do jantar, dois amigos, José Loureiro e António Guedes, duas

figuras da cidade bem conhecidas, numa disputa de velocidade, muito típica numa terra onde o circuito foi sempre um chamariz para ousadias de acelerador ao fundo, haviam sido vitimadas num acidente de um automóvel em que seguiam, numa ultrapassagem imprudente, abalroando outra viatura. Não eram uns miúdos: eram homens feitos, casados, com família.

Tenho ainda na memória a consternação que atravessou toda a gente, chocada com a brutalidade do acidente do carro conduzido por José Loureiro, o “filho do Loureiro”, como os nada íntimos, como eu era, chamávamos ao condutor. Os funerais das vítimas marcaram a história da Vila Real de então.

Há meses, ao rever o magnífico *Il Sorpasso*, por cá *A Ultrapassagem*, de Dino Risi, um filme italiano de 1962, onde dois amigos, representados por Vittorio Gassman e Jean-Louis Trintignant, têm um trágico desastre numa ultrapassagem, lembrei-me do acidente do “filho do Loureiro”. Em que ano terá sido este último?

Agora, nesta tarde de extraordinário sol primaveril, com a Gomes fechada, sentei-me por esta esplanada a testar a bola de carne (uma eterna “competição” tradicional vila-realense, em que a Gomes costuma ter a medalha de ouro, mas em que, ao almoço de hoje, a que é produzida pela Alice, para consumo caseiro nas refeições no Lameirão, não lhe ficou nada atrás) e lembrei-me de que aqui havia uma curva.

(25.3.2019)

ÊÇA E VILA REAL

Na escolha de uns textos para um determinado fim, surgiu-me hoje este conhecido texto de Eça de Queiroz, incluído em *Singularidades de uma Rapariga Loira*. É a maior elegia que conheço às mulheres da minha terra, de Vila Real (que o escritor coloca, contudo, no Minho...). Aqui deixo esse extrato:

A minha curiosidade começou à ceia, quando eu desfazia o peito de uma galinha afogada em arroz branco, com fatias escarlates de paio – e a criada, uma gorda e cheia de sardas, fazia espumar o vinho verde no copo, fazendo-o cair de alto de uma caneca vidrada: o homem estava defronte de mim, comendo tranquilamente a sua geleia: perguntei-lhe, com a boca cheia, o meu guardanapo de linho de Guimarães suspenso nos dedos – se ele era de Vila Real.

“Vivo lá. Há muitos anos”, disse-me ele.

“Terra de mulheres bonitas, segundo me consta”, disse eu.

O homem calou-se.

“Hein?”, tornei.

O homem contraiu-se num silêncio saliente. Até aí estivera alegre, rindo dilatadamente, loquaz, e cheio de bonomia. Mas então imobilizou o seu sorriso fino.

Compreendi que tinha tocado a carne viva de uma lembrança. Havia de certo no destino daquele velho uma mulher. Aí estava o seu melodrama ou a sua farsa, porque inconscientemente estabele-

ci-me na ideia de que o facto, o caso daquele homem, deveria ser grotesco, e exalar escárnio.

De sorte que lhe disse:

“A mim têm-me afirmado que as mulheres de Vila Real são as mais bonitas do Minho. Para olhos pretos Guimarães, para corpos Santo Aleixo, para tranças os Arcos: é lá que se vêem os cabelos claros cor de trigo.”

O homem estava calado, comendo, com os olhos baixos.

“Para cinturas finas Viana, para boas peles Amarante – e para isto tudo Vila Real. Eu tenho um amigo que veio casar a Vila Real. Talvez conheça. O Peixoto, um alto, de barba loira, bacharel.”

“O Peixoto, sim”, disse-me ele, olhando gravemente para mim.

“Veio casar a Vila Real como antigamente se ia casar à Andaluzia – questão de arranjar a fina-flor da perfeição. À sua saúde!”

Eu evidentemente constrangia-o, porque se ergueu, foi à janela com um passo pesado, e eu reparei então nos seus grossos sapatos de casimira com sola forte e atilhos de coiro. E saiu.

(3.4.2019)

O CARVALHO DA DROGARIA

No meu tempo, em Vila Real, as duas principais drogarias da cidade eram propriedade de dois irmãos, de apelido Carvalho. As voltas da vida tinham-nos afastado. Os feitios também. Um era uma figura de perfil discreto, que recordo de chapéu na cabeça e um porte sereno: era “o senhor Carvalho da drogaria”. O outro era uma personalidade que tinha tudo de oposto: bigode ao vento, brincalhão, *blagueur* de verbo e riso fáceis: era “o Carvalho da drogaria”. A cidade era cruel. Mas não havia que enganar!

Eu devia ter aí uns 13 ou 14 anos quando comecei a “parar” na loja do “Carvalho da drogaria”. Era na rampa de S. Pedro, perto de minha casa. Pelas tardes de férias, com a cidade a ferver de calor e tédio, enquanto ele “aviava” quem por ali aparecesse, eu ficava, da parte de fora do balcão, à conversa, sei lá bem sobre quê. O Carvalho – para mim, o “senhor Carvalho”, dando-me ele a “importância” de sempre me tratar por “senhor Costa” – era levado da breca com as criadas (era assim que se dizia, claro) que as patroas mandavam por lá buscar água oxigenada ou bicarbonato de sódio ou pedra-pomes. Cheio de rapapés, elogiava-lhes o penteado ou a blusa sob o avental branco ou o que lhe viesse à gana. Às mais inocentes, sob um pretexto qualquer, convencia-as a irem “lá dentro”, à zona mais íntima da loja, onde era certo e sabido que lhes mostrava umas certas revistas trazidas por amigos de França. Era então ouvi-las: “Ó senhor Carvalho! Que indecente!” E de lá saíam,

coradas, cheias de risadinhas nervosas, com o Carvalho, lúbrico, a lançar-lhes: “Volte sempre, menina Odete! Ainda não viu nada!” E acrescentava, para mim, afiando o bigode: “Jeitosa, esta pequena! Não acha, senhor Costa?” Eu devia achar, ao que me lembro desses tempos de inquietas descobertas.

O Carvalho mudou um dia a sua drogaria para a Rua Direita, então a artéria comercial mais importante da cidade. Eu já não vivia em Vila Real. Por muito tempo, aquele continuou a ser um ponto de passagem obrigatório nas minhas idas pela cidade. Como eu o tinha apanhado, um dia, na Régua, num *tête-à-tête* romântico num café, provocava-o: “Tem ido muito à Régua, senhor Carvalho?” Ele soltava uma gargalhada, comprometido, mas sempre livre, na vida de solteirão que levava. “O senhor Costa sabe-a toda, oh! se sabe!”, respondia-me ele.

E assim nos fomos dando, até que um dia notei que a drogaria tinha fechado. Informei-me e soube que o Carvalho tinha zarpado para Barcelos, sua terra de origem, reformando-se das drogas. Num telejornal dos “anos da brasa”, vi então, uma noite, o meu amigo Carvalho como porta-voz de uma manifestação sei lá bem sobre quê. Já deve ter morrido há muito.

Há dias, dei comigo a dizer, na minha casa em Lisboa: “Acho que devíamos mudar o Carvalho da drogaria de parede.” Ao leitor, a frase pode soar estranha. Em minha casa, não. O “Carvalho da drogaria” é o nome simplificado que o óleo de Gracinda Candeias ganhou depois de o meu pai, um dia, entrando na sala de jantar da casa onde eu vivia, em Londres, ter dito: “Este vosso quadro faz-me sempre lembrar o Carvalho da drogaria.” Parece que era o bigode do Carvalho que ele identificava naquela pintura. E assim ficou para sempre. Mas ainda não houve consenso para a saída do “Carvalho da drogaria” daquela parede.

(14.5.2019)

AS FLORES E O MONDRÕES

Nos meus tempos de Vila Real, algumas ruas da cidade atapetavam-se de flores, creio que pela Páscoa. Não faço ideia se o hábito se mantém. Ao que lembro, duas artérias disputavam então o título das mais bonitas passadeiras de flores: a Rua Avelino Patena e a Rua Alexandre Herculano. Tenho a “glória”, que julgo única, de ter nascido e vivido na primeira e de ter depois passado alguns anos na segunda.

Os desenhos da Rua Alexandre Herculano eram da autoria do senhor Lima, proprietário do Café Imperial, na Rua Direita. Os desenhos das passadeiras do Lima, dizia-se, eram dificilmente batíveis. A mão artística da família Claro, recordo, orientava a execução da passadeira da Rua Avelino Patena, a sua grande competidora.

Nem imaginam com que “raiva” de infância, no dia da procissão, eu assistia à passagem do bispo de Vila Real, dom António Valente da Fonseca, pisando aquela “obra de arte” que tanto trabalho tinha dado a fazer. Não lhe perdoava!

Para a composição das passadeiras, ia-se, na semana anterior, pelos montes, em busca de flores. Bem industriado pelo senhor Lima, um grupo de senhoras avançava de carro para zonas rurais onde se sabia ser possível colher as cores das pétalas desejadas pelo “designer”.

Quem então as conduzia era o Mondrões, um motorista reformado cuja contribuição para o empreendimento era manobrar um grande automóvel emprestado à organização.

Era um homem baixo, encolhido sobre si mesmo, com um boné castanho. Vivia num baixo da nossa rua, entre o Benites da sapataria e o Marques do liceu.

O Mondrões era homem de poucas falas, resmungão, pouco aberto a aceitar comentários sobre o modo como dirigia a viatura. Durante as noites em que, no Ninho (uma instituição de educação de crianças pobres, também lá na nossa rua, dirigida pela Lurdinhas do Ninho) se fazia a separação das flores, as senhoras relatavam então, entre gargalhadas, episódios proporcionados pela condução do Mondrões durante essas expedições rurais. Ao que parece, o seu modo peculiar de conduzir proporcionava momentos de incómoda emoção, fruto do estado de quase permanente embriaguez em que o homem andava. Mas a história foi-lhe justa: não há nota de qualquer acidente ocorrido, pelo menos nessas jornadas floridas.

Quase em frente ao Ninho ficava o Morrinha, um tasco que recordo dirigido por um cavalheiro que mancava muito de um pé, tutelado por uma autoritária mãe (o que a gente guarda do passado!). O Morrinha foi, talvez, o último lugar de Vila Real onde ainda se podiam comprar rebuçados de “meio tostão”. (Em teoria, e pela taxa oficial de conversão euro-escudo, um euro daria para comprar 4.008,964 rebuçados de meio tostão).

Um dia, no Morrinha, terá sido proposto ao Mondrões que experimentasse um vinho branco cuja pipa acabara de chegar do produtor. Pedia-se a sua abalizada opinião sobre a nova “pinga”. O homem, porém, tinha acabado de emborcar uma dose idêntica de vinho tinto, pelo que, no seu estômago, terá sentido um ligeiro incômodo, como resultado da mistura dos dois líquidos. Acariciando o seu ventre proeminente, o motorista profissional teve então um “diálogo” com os dois vinhos,

que ficou nos anais da vizinhança: “Ou vos aguentais os dois aí dentro, ou vamos os três para o chão!”

Uma aliança etílica ligeiramente menos bem *réussie*, no meu almoço de hoje, e os campos floridos à beira das estradas da Cova da Beira levaram-me assim ao Mondrões, ao Morrinha, aos tapetes de flores, à Lurdinhas do Ninho, ao Lima do Café Imperial e até ao bispo que lhe pisava as obras de arte. É que isto é como as cerejas – umas levam às outras –, as quais, agora, por aqui, por onde ando por estes dias, já se comem bem boas!

(15.5.2019)

CINQUENTA ANOS

Era um dia de intenso calor. Tinha acabado de desembarcar na estação da Régua, vindo de Vila Real, pela velha linha do Corgo. Aguardava o comboio que, a chegar de Barca d'Alva, me levaria ao Porto. Aí apanharia a ligação para Lisboa, onde deveria chegar depois de uma viagem de cerca de 10 horas.

Era assim o Portugal de 1970. “A rádio está a anunciar que morreu o Salazar”, disse-me um amigo que tinha ido tentar apanhar, na tabacaria, o *Diário de Lisboa* do dia anterior, que não tinha chegado a Vila Real. Embora sob censura, a leitura do *Lisboa* era então, para muitos de nós, “obrigatória”.

Recordo-me bem de não ter tido qualquer sentimento particular perante a notícia. Salazar tinha morrido politicamente quase dois anos antes, em setembro de 1968, quando adoecera e fora substituído por Marcelo Caetano. Desde então, a decadência física do antigo ditador havia sido exposta algumas vezes à mórbida curiosidade pública, com estranhas aparições cuja mediatização quase parecia destinada a sublinhar o deperecimento político do próprio salazarismo. Alguns, mais bem informados, conheciam o episódio caricato da entrevista ao *L'Aurore*, que revelava a existência de um cenário de ilusão em S. Bento, que dava a Salazar a ideia de que ainda era chefe do Governo, com a participação teatral de alguns ministros. Agora, a tragicomédia chegara ao fim.

No que aos portugueses verdadeiramente interessava, o “caetanismo” mostrara, nesse período, ter atingido o seu limite

da credibilidade, em termos de abertura política. Uma crise académica séria atravessara o País.

As chamadas “eleições” de 1969 haviam constituído uma enorme farsa, a política colonial mostrava-se, definitivamente, como o eixo cristalizador de um Regime em que a repressão e a censura se acentuavam de novo. Sá Carneiro e a “Ala Liberal” iam perdendo as esperanças nas virtudes da propalada “primavera política”.

Menos de quatro anos depois daquele dia da morte física de Salazar, os militares de 1974, diferentes dos que, depois de 1926, o haviam erigido em ditador, iriam pôr termo ao que restava do salazarismo.

Desde então, Salazar transformou-se numa simples curiosidade histórica. Reivindicado hoje por patéticos saudosistas, talvez venha a propósito lembrar que, a única vez que se sujeitou a sufrágio – e foi eleito –, havia sido durante a vilipendiada Primeira República.

Hoje, o *Expresso* anuncia que vão fazer um museu a Salazar em Santa Comba Dão, perto do Vimieiro, onde nasceu. Que isso faça bom proveito aos tristes admiradores de um Regime que censurou, perseguiu, prendeu, torturou e matou, durante décadas, para quantos não sabem ou não querem saber. As “fake news” bem podem tentar transformá-lo num santo, mas a verdade ninguém a pode apagar da História.

Alguém poder hoje fazer um mostruário público sobre essa sinistra personagem é um gesto de tolerância que a democracia se pode dar ao luxo de permitir.

(27.7.2019)

A TERRA COMO META

Não tenho uma percepção concreta da relação afetiva que o País tem, nos dias de hoje, com o seu ciclismo. Fico com a sensação de que a maioria dos portugueses apenas acorda para a modalidade quando, nas televisões, surge a estival Volta a Portugal (este ano, patrocinada por um banco espanhol, não visitando nem o Alentejo nem o Algarve!), que já não há grandes ídolos, mas apenas uma meia dúzia de nomes mais conhecidos, renovados de tempos em tempos, só muito poucos com presença internacional medianamente significativa. Mas o facto de nunca mais se ter repetido um fenómeno como Joaquim Agostinho não deve deixar de ser um fator desmotivador.

Sempre achei, aliás, irónico que, por alguns anos, o mais popular ciclista português de uma nova geração, Cândido Barbosa, nunca tivesse obtido uma vitória na Volta a Portugal. Não deixava, apesar disso, de ser um campeão da simpatia, tal como em França sucedeu com Raymond Poulidor. É o charme que os “losers” sempre têm...

A desaparição, por alguns anos, dos clubes de futebol mais conhecidos no papel de promotores da modalidade, simultânea com a entrada de empresas e marcas estrangeiras no nome das equipas, terá retirado muita da rivalidade que alimentou o velho ciclismo. Não sei, contudo, se isso foi uma coisa boa ou má.

Valha a verdade, porém, que um dos grandes duelos históricos do nosso ciclismo ocorreu entre Alves Barbosa e Ribeiro

da Silva, apoiados então, respetivamente, pelos modestos Sangalhos e Académico do Porto. Mas as camisolas do Benfica, Porto e Sporting (aqui por ordem puramente alfabética, claro...) foram a chave de décadas de entusiasmo nacional pelo ciclismo. Os mais velhos (que não eu...) recordavam a rivalidade Benfica-Sporting entre José Maria Nicolau e Alfredo Trindade, com o último a cunhar uma frase magnífica, numa das suas vitórias: “Finalmente, limpámos o sebo à gajada do Benfica” (anteontem, bem gostava de poder ter dito isso...).

Na minha juventude, a passagem da Volta por Vila Real era um momento de grande emoção, em especial quando por lá terminava uma etapa. Nessa época, lembro-me de acompanhar pelos jornais desportivos, ao segundo, a evolução da classificação geral. Vivia-se então a Volta com entusiasmo.

Pela rádio ficava a saber-se, a certa altura, que “já chegaram ao Alto de Espinho!”, pelo que imaginávamos a descida rápida que antecedia a curta subida da ponte do Cabril para a meta na cidade, quase sempre situada no chamado circuito, nas traseiras da minha casa.

Desmontadas essas metas onde, horas antes, nos apinháramos para ver a chegada da caravana suada, o “espetáculo” passava então para a Avenida Carvalho Araújo, convertida num parque caótico de “carros de apoio”, cheios de rodas com um reluzir metálico, de veículos da organização com papelada colada, os passeios subvertidos por hordas de estranhos, de identificação pendurada ao peito, o que lhes conferia uma dignidade mítica. De chanatos arejados, numa mais do que duvidosa elegância, cheirando aos óleos da massagem pós-competição, os nossos “heróis” passeavam-se, impantes, ou jaziam refastelados em cadeiras de esplanadas, da Gomes ao Camposana, passando pela Brasileira. Às vezes, víamo-los confraternizar com os jornalistas “da Volta”. É que ali estavam,

à nossa vista, o Aurélio Márcio, o Carlos Miranda, o Artur Agostinho, o Amadeu José de Freitas, o Manuel Dias, o Nuno Brás – nossos “íntimos” de *A Bola*, do *Record*, de *O Mundo Desportivo*, d’*O Norte Desportivo* ou da Emissora. Depois, todos recolhiam às pensões Excelsior, Mondego, Coutinho ou Areias – salvo as equipas ricas, que se permitiam os luxos do único hotel, o Tocaio.

Como espetáculo de rua, tenho a consciência de que o ciclismo continua ainda a ser uma festa para as terras por onde passa. Há uma merecida admiração por esses homens que, no tempo mais quente do ano, passam horas a sofrer. Uma luta que se passa à nossa escala, porque há que ter em atenção que a Volta a Portugal está a anos-luz de importância das suas grandes congéneres europeias – a espanhola, a italiana e a francesa. De qualquer forma, conseguir subir à Senhora da Graça ou à Torre continua a ser uma proeza impressionante e até comovente.

A minha cidade, Vila Real, deu ao ciclismo português um nome importante: Delmino Pereira. Porém, na minha infância, havia por lá um outro ciclista, Firmino Claudino, o qual, durante alguns anos, alinhou em Voltas a Portugal, sem que, no entanto, tenha deixado a menor marca de vitórias. Recordo-me bem da sua figura, dono de uma loja de bicicletas e, com bastante mais êxito do que no ciclismo, do seu estatuto de um dos melhores bilharistas nas mesas do Café Excelsior.

Firmino Claudino não nascera em Vila Real, mas sim nas Pedras Salgadas. Numa Volta nos anos 60, que teve uma etapa que aí finalizou, mantengo viva, na minha memória de miúdo por ali em férias, a sua imagem, num final da tarde, impante de orgulho, a passear-se de braço dado com Alves Barbosa, numa assumida e ostensiva revelação de proximidade com

aquela que era, à época, a grande estrela do ciclismo português. Essa terá sido, seguramente, a sua maior vitória ciclística...

Anos mais tarde, a caravana da Volta voltou a atravessar as Pedras Salgadas. Reza a lenda, mas não consigo confirmá-la, que Firmino Claudino, que ia no pelotão, nessa passagem pela sua terra natal, decidiu desistir por lá. Seria a etapa final da sua última Volta. Ter a própria terra por meta não deixa de ser bonito.

(6.8.2019)

O *MALHO*

Desde que me conheço que me vejo rodeado de dicionários. O meu pai, em Vila Real, tinha dicionários de tudo e mais alguma coisa, de diversos franceses do século XIX (do Grégoire e os Vapereau ao excelente *Dictionnaire de la Politique*, de Block) aos clássicos Cândido de Figueiredo e Torrinha, passando pelos Lellos (ilustrados ou não). No meio dessa inumerável coleção, havia lá por casa dicionários espanhóis, ingleses, muitos de tradução entre línguas (algumas que nunca falei) e outros cuja utilidade prática verdadeiramente nunca descortinei.

Com toda a certeza por via dessa saudável influência, desde cedo comecei a ter os meus próprios dicionários. Lembro-me que ganhei o meu primeiro “Porto Editora” num concurso de cruzadismo e que foi a (depois) minha mulher quem me ofereceu, há bem mais de 50 anos, um fac-símile do “Littré”. Aprendi a andar com eles sempre à mão (até nos carros!), espalhados por todas as mesas onde trabalhei (e continuo a fazê-lo, porque ainda não acredito nos “on-line” e, muito menos, em alguns imbecis corretores ortográficos).

Tenho dicionários um pouco de tudo: de verbos, de sinónimos, etimológicos, onomásticos, de provérbios e incontáveis volumes temáticos (muitos em inglês, francês e espanhol), para além dos óbvios Larousse e Michaelis. Trouxe, do Brasil, o Aurélio (o “Aurelião”), o Houaiss e, claro, o Caldas Aulete. Também tenho as dezenas de volumes da Encyclopaedia Britanica e a Luso-Brasileira (mas não a da Verbo, com

a qual, desde sempre, embirrei), com as respetivas atualizações (até que o bom senso e a falta de espaço me levaram a parar). E tantos, tantos outros dicionários, encyclopédias e quejandos.

Mas toda esta conversa vem a propósito do “Malho”. Na minha família o “Malho” designa os 12 volumes do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Morais Silva, na sua 10.^a edição, que o meu pai assinara em fascículos durante mais de uma década.

Desde miúdo que me habituei a consultá-lo, para ajudar o meu pai e o meu avô nos exercícios de palavras cruzadas, nas noites antigas, em que a televisão nos não monopolizava. Quando a dúvida se instalava sobre um determinado significado, o meu pai dizia, em jeito de desempate definitivo: “Vamos ao Malho.” E eu, impante, encarregava-me com ardor dessa tarefa – de um modo que me levou mesmo a saber de cor (até hoje!) as palavras iniciais e finais de cada um dos volumes, inscritas nas lombadas. O “Malho”*, na sua bela encadernação de couro com ferros dourados, continua a ser o dicionário-rei da minha casa, por mais novos dicionários de língua portuguesa que por aí apareçam – mas que eu não deixo nunca de comprar, sempre...

Mas o (agora) meu “Malho” remete para uma historieta curiosa. O meu pai havia mandado encadernar os primeiros seis volumes do “Malho” ao senhor Morais (homónimo do autor do dicionário), um dos escassos (mas o melhor dos) encadernadores de Vila Real. Saiu “obra asseada”, porque o artesão era excelente, embora um tanto lento, como é vício da profissão.

Uns anos mais tarde, acabada que foi a publicação da totalidade dos fascículos, o meu pai informou o senhor Morais de que estavam prontos para ser encadernados os restantes seis volumes. E aí surgiu uma surpresa desagradável: o homem disse que já não se dedicava a trabalhos tão elaborados, que há muito

havia deixado de utilizar os “ferros” da anterior encadernação e, pedindo embora muita desculpa, informou que não podia levar a cabo a tarefa. O meu pai ficou desolado. Que poderia fazer? A obra ficaria incompleta e não conhecia ninguém capaz de substituir o Morais. Estávamos nos anos 60 e recordo-me bem do desgosto com que o meu pai falava do assunto em casa.

Na tertúlia diária da Pastelaria Gomes, curiosamente a escassos metros da (então) loja do senhor Morais, o meu pai contou um dia o seu problema a um grupo de amigos. Desse cenáculo fazia parte o comandante da PSP de Vila Real, que logo se prontificou a ajudar: “Não se preocupe. O meu amigo vem comigo ao Morais e o assunto resolve-se já.” E lá partiram, o meu pai e o comandante da PSP, rumo ao encadernador.

A cena que se segue é edificante e bem reveladora dos tempos de então:

“Ó Morais, então o meu amigo não quer acabar a obra que começou?”

“Sabe, senhor comandante, já me deixei desses trabalhos mais pesados. Agora estou mais nas revistas e nas encadernações simples.”

“Essa agora! Ao iniciar uma obra, um profissional compromete-se a acabá-la. Isso é uma falta grave, ó Morais. Olhe que pode vir a ter problemas...”

E, perante o espanto (e o deliciado constrangimento) do meu pai, e graças a este método de (pouco subliminar) convicção, o Morais lá acedeu a acabar o trabalho. Dizia-me o meu pai que ele acabou por se vingar... no preço. Mas o “Malho” ficou completo.

* Na pág. 422 do VI volume, lá está a definição de Malho como “coisa certa, infalível”.

(14.8.2019)

O PAPEL SELADO

Naquele declinar da tarde, vi Délio Machado assomar a uma das portas da Gomes, a pastelaria de Vila Real onde, a todas as horas desses dias, abancávamos em morna conspiração política.

Estávamos em outubro de 1969, há precisamente 50 anos. Desde agosto, organizávamos no distrito a candidatura oposicionista às eleições para a Assembleia Nacional.

Délio Machado era uma figura importante da luta oposicionista local, uma espécie de lugar-tenente de Otílio Figueiredo, o médico que era a grande referência democrática na cidade. Aproximou-se da mesa e disse-me: “O Dr. Otílio quer fazer uma reunião urgente connosco.”

O trajeto era curto. O escritório da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Vila Real ficava num terceiro andar, que nos fora cedido gratuitamente, no mesmo prédio da pastelaria.

À subida da escada (o elevador nunca funcionou), a cada patamar, lá os víamos em frente, encostados “casualmente” à parede da Brasileira – os pides ou os bufos que informavam os pides de quem entrava no antro oposicionista. Nós sabíamos quem eles eram, eles sabiam que nós sabíamos quem eles eram e tudo assim funcionava naquela pequena e abafada cidade de província.

Entrámos na sala, onde Otílio Figueiredo nos aguardava. Ficámos aí umas seis pessoas, basicamente o “núcleo duro” da CDE. Havia mais uma presença, um velho oposicionista de

uma vila próxima, que tratava por tu Otílio Figueiredo, gente de toda a confiança, daqueles que já tinham “feito o Delgado”, um ou outro, mesmo “o Norton”. Pessoas que, sem falta, reapareciam quando era necessário reapelar às hostes contra o Regime.

Otílio Figueiredo deu-nos conta de que Sottomayor Cardia, da estrutura da CDE de Lisboa, nos perguntava se podíamos dar o nosso apoio a uma determinada posição comum, que se pretendia tão alargada nacionalmente quanto possível. A delicadeza do tema não tornava a decisão fácil.

A discussão começou. A certo passo, o velho democrata, um tanto inopinadamente, dado que não tinha funções na organização, decidiu intervir. Fê-lo um pouco fora do tom geral da conversa e, essencialmente, sem o menor sentido construtivo para a decisão que tínhamos de tomar, com relativa urgência. Espraiou-se em considerações e nunca mais se calava. Nós olhávamos para os relógios, com o fim da tarde e a hora-limite para a resposta a aproximarem-se.

Vi Otílio Figueiredo começar a perder a paciência, a ficar nervoso, em silêncio. Sabedores da relação entre os dois, nenhum de nós ousava interromper a litania do velho democrata.

Num certo momento, Otílio olhou fixamente para ele, com ar sério, e perguntou-lhe: “Olha lá! Tu sabes a que horas fecha o Bragança?” O Bragança era uma tabacaria que se via ao longe, a umas dezenas de metros. O outro, surpreendido, respondeu, sem certeza: “Lá para as sete e meia, creio eu.”

“Ainda temos algum tempo! Tu fazias-nos era um grande favor se, enquanto nós resolvemos aqui este assunto, fosses ali ao Bragança comprar já meia folha de papel selado para um requerimento urgente, de que já me tinha esquecido!” O homem, sentindo-se útil, respondeu “Vou já!”, levantou-se

e, prestimoso, saiu porta fora. Deve ter deduzido que íamos requerer algo importante ao governador civil.

Fechada a porta, saído o homem do “reviralho”, Délio Machado, interpretando a nossa curiosidade coletiva, inquiriu de Otílio Figueiredo: “O requerimento é sobre quê?” O bigode do Dr. Otílio sorriu, ao responder: “Sobre nada! Não há requerimento nenhum. Mas assim ganhamos algum tempo para tomar uma decisão, sem a presença daquele chato!”

Terá sido nesse momento que eu percebi, realmente, que o velho “reviralhismo” deixara de ter a menor importância na luta da Oposição à ditadura.

(10.10.2019)

O CHICO PANÇA

O Chico era um pouco mais velho do que eu. No liceu, a diferença de idades era um fator decisivo na formação dos círculos de amigos. O Chico, contudo, simpatizava comigo e, com os anos, fui-me aproximando daquele tipo divertido, que morava na Rua Central e namorava então com a Astride, filha da dona Judite, senhora que tinha trazido meia Vila Real ao mundo, eu incluído.

O namoro com a Astride, que foi coisa séria, acabou por não durar, como é da lei da vida, e cada um foi para seu lado.

O Chico, diga-se, era homem para afivelar, por vezes, um ar carrancudo. Era temível nas sessões de pancadaria, por exemplo, quando uma qualquer excursão, vinda de Chaves ou de algures (mas, em especial, de Chaves, claro), desaguava na avenida algum pessoal atrevido, que se metia com as pequenas da “Bila”. Aí, o Chico passava-se!

Mas havia nele um outro Chico, também “gentleman”, de um outro modo. Ainda o estou a ver, elegantíssimo, cabelo brilhante, vestido de presidente da Academia, de capa e batina, faixa ao peito, nos efe-erre-ás gritados dos degraus da Capela Nova.

Ah! Já me ia esquecendo! Ao Chico, toda a gente chamava Chico *“Pança”*, por razões mais do que óbvias de avantajamento abdominal. Mas sempre nas suas costas, claro! É que constava que ele ia aos arames com a designação, coisa que nunca corri o risco de testar, não fosse dali voar um bufardo dos antigos.

Quando fui para a tropa, em Mafra, dei um dia de caras, num corredor do quartel, com o Chico, que ali era oficial. Demos os abraços da praxe, como se estivéssemos na esquina da Gomes. Ele tinha, entretanto, “metido o chico”, que é como quem diz, no jargão da época, tinha saído de miliciano para o quadro profissional. E logo fomos, creio que nessa mesma noite, fazer um jantar, a recordar o Bertelo, o padre Henrique e a Cardoa, ao “Frederico”, um restaurante em frente ao convento, então tido pelo melhor bife da região.

Depois, com os anos, perdi o Chico *“Pança”*, Martins de seu nome, de vista. Para sempre. Falavam-me que estava na GNR. Nunca tive a sorte de o encontrar nas tertúlias onde alguns vila-realenses, em que às vezes me incluo, se emborram de nostalgia e de histórias de outras eras. Há muito que o sabia doente. Agora, dizem-me que o Chico morreu. Deixo-lhe aqui o abraço possível, do tamanho do (velho) Circuito, que, lá por Vila Real, era, no nosso tempo, a medida de todas as coisas e o espaço por onde, em noites cálidas, circulavam em conversas muitos dos nossos sonhos.

(12.10.2019)

O CHOCO E A ESCADA

“O menino quer que, amanhã, lhe guarde o *Expresso*? É que se esgota!”

A frase, dita pelo Fernando “Choco”, naquele quiosque improvisado junto ao mercado de Vila Real, traduzia, simultaneamente, a escassez de exemplares dos semanários que chegavam a Vila Real e o carinho, vindo da infância, com que, pelo “senhor Fernando”, sempre me habituei a ser tratado. Noto que o “menino”, à época, era já um quarentão tardio.

De onde terá nascido o nome de “Choco”, associado ao Fernando, que era Cardoso de apelido? Sempre me perguntei, sem resposta e, claro, sem nunca ousar tratá-lo como tal.

Comecei por conhecê-lo numa “venda” que tinha na antiga descida do Pioledo para a Rua de Santo António. Mais tarde, abriria uma minúscula mas muito popular loja de jornais e tabacaria na Rua Central, entre o Salgueiro relojoeiro e o Lousada da tipografia.

Por esse tempo, muito sob a mão da sua mulher, manteve uma bela casa de petiscos na Rua das Pedrinhas, em cuja cave, para onde se entrava por um alçapão, me recordo de ter estado em grandes tainadas.

Finalmente, creio que acabou a vender jornais e revistas, na loja junto ao mercado, de que fui fiel cliente quando passava pela cidade.

O Fernando “Choco” pode ter feito tudo isso e muito mais na vida, recordando-o a cidade na sua moto, com uma

caixa atrás, com que ia buscar os “rolos dos jornais” ao comboio, para nos alimentar a sede das notícias de Lisboa.

Porém, se houve um amor definitivo na vida do Fernando, esse foi o Sport Clube de Vila Real. Aí fez tudo: de guarda do campo a roupeiro, de massagista a (creio, mas posso estar enganado) adjunto de treinador. Há imensas fotografias de equipas do Sport Clube em que surge o Fernando “Choco”, em algumas delas, ao que recordo, de boina basca.

Por que me lembrei hoje do Fernando “Choco”? Porque, ao rever fotografias guardadas, descobri uma que tirei, uma noite, há uns anos, à escada de pedra que une o Campo do Calvário, onde o Sport Clube jogou por décadas, e o Jardim da Carreira.

Mas o que é que o “Choco” tem a ver com a escada? Tudo. Por muito tempo, eu vi aquele homem, durante os jogos de futebol, a ter de descer (e, depois, subir) aquela imensa escada, sempre que o Cesteiro, o Castanheira, o Bibelino ou qualquer outro alvinegro davam um pontapé esquinado que fazia a bola sair por alto, pelo lado do peão, a caminho do jardim.

Ao miúdo que eu então era, impressionava imenso ver aquele homem nessa tarefa humilde, essencial, mas nada gloriosa, de ir buscar a bola “lá baixo”, ao meio dos namorados entretidos a arrulhar pelas tardes domingueiras do Jardim da Carreira.

Agora que o Sport Clube faz 100 anos, que tal homenagear a memória de um dos seus mais dedicados servidores?

(18.10.2019)

TRAUMA FERROVIÁRIO

Ontem, no final chuvoso e já frio da tarde do Porto, ao aguardar em Campanhã o comboio que me havia de trazer de volta a Lisboa, surgiu-me à memória o tempo da infância em que as estações de caminho de ferro constituíam, para mim, um fator de ansiedade e alguma angústia.

As viagens em família faziam-se a partir de Vila Real, onde vivíamos. Íamos ao Porto, frequentemente a Viana do Castelo e, apenas raramente, a Lisboa. Os meus pais, durante anos, não tinham automóvel, pelo que se viajava quase sempre de comboio: de Vila Real à Régua, na velha linha do Corgo, dali até ao Porto, de onde se derivava para os restantes destinos. Ao todo, na vida, o meu Portugal ferroviário, salvo duas idas no *Sud Express* a caminho de Paris, um salto, numa tarde, a Cascais e umas viagens na linha de Sintra, esgota-se praticamente aí.

O meu pai era funcionário público, nesse tempo dos anos 50 em que a profissão não admitia o menor laxismo ou “balda”. Viajávamos nos fins de semana ou “queimando” um dia das férias do meu pai, que as contava ciosamente, para poder estar o máximo possível de tempo possível com a minha velha avó, que vivia em Viana.

Era muita a gente que também viajava nesses dias. O meu pai fazia questão de nos comprar “primeira classe”, mas, mesmo assim, as carruagens iam quase sempre apinhadas e os lugares sentados escasseavam.

Conseguir a proeza de não perder a ligação dos diversos comboios era complicado, nesses períodos confusos e de enchentes de Natal, Páscoa ou “férias grandes”. Às vezes, ficava-se bastante tempo nas estações da Régua ou do Porto, num mundo de barulho e apitos, com o fumo e o vapor das máquinas a encherem o ambiente, sem lugares nas salas de espera, sentados nas malas que eram, então, de uma útil dureza, a ver passar gente em correrias.

Esse ambiente agitado e de pressa contida, sempre com o cuidado com as bagagens, tinha duas faces contrastantes: por um lado, o sentido, quase cosmopolita, do “glamour” de uma viagem (particularmente para quem, como eu, vinha de Vila Real); por outro, a noção, algo inquietante, de que não se conhecia ninguém à nossa volta, o receio face ao que era estranho.

Absorvido pela tensão que me rodeava, fazia minhas o que achava serem as preocupações maiores do meu pai, que via a mirar constantemente o relógio e uns horários artesanais em papel quadriculado, que sempre elaborava de véspera e que trazia cuidadosamente dactilografados (partidas a vermelho, chegadas a azul, lembro bem), tentando perceber se o acesso à linha do Minho se faria na estação de origem ou se já só íamos a tempo de “apanhar a ligação em Ermesinde”.

Por muito tempo, posso hoje confessar, a própria palavra Ermesinde fazia soar em mim uma ideia de correria, de risco de perder um comboio, da angústia de poder ficar em terra. Há meia dúzia de anos, acreditem, parei uma tarde o carro em frente à estação de Ermesinde e passeei-me por ali com calma, como que a tentar esconjurar esses demónios de infância.

De outra vez, fiz exatamente o mesmo na estação do Tamel. Onde é o Tamel? É uma estação recôndita, perto de Barcelos, na linha do Minho, que tem, logo ao lado, um túnel. Ora eu,

desde miúdo, odeio túneis ferroviários. Nada causava maior temor à criança que eu era do que entrar naqueles buracos negros, numa época em que o fumo das máquinas a carvão se entranhava no ar que se respirava nas carruagens, onde, durante a travessia, só sobrevivia uma escassíssima luz lúgubre que me deixava em imenso sobressalto.

Mas porquê o Tamel, em particular? Porque um dia, era eu um pirralho já não sei com que idade, o comboio em que íamos para Viana estacou, sabe-se lá porquê, no meio do túnel do Tamel. E por ali ficou uns minutos que me terão parecido horas, com a minha mãe a colocar-me um lenço para eu poder respirar melhor. Várias vezes, ouvi os meus pais evocarem esse episódio, com uma estranha naturalidade, sem, pelos vistos, terem medido o efeito que em mim isso provocou.

Os comboios nunca me sossegaram! Nem os TGV europeus, nem os Amtrak americanos me fizeram reconciliar com aquelas memórias algo traumáticas de infância – embora o leitor já deva ter notado que anda por aqui, por este texto, muito exagero de estilo, para dar alguma cor à banalidade da vida. Mas uma estação de caminho de ferro continua a ser, para mim, o início de uma viagem algo angustiada, que não deixa de ser irónica para comigo mesmo, àquele meu passado. Não há nada a fazer! Ou melhor, há: é ir de automóvel!

(7.11.2019)

A PRETO E BRANCO

Nos anos 60, em Vila Real, a récita do Primeiro de Dezembro reunia, no Cineteatro Avenida, os estudantes do Liceu e as suas famílias. Os alunos da Escola Industrial e Comercial, da Escola do Magistério Primário e do Colégio da Boavista não integravam então a “Academia”, por razões que o espírito do tempo explicava.

No liceu, havia então um estudante com grande talento teatral: José Viana.

Há muito que perdi de vista o Zé Viana, filho de um dentista que era nosso professor de ginástica, que sei que chegou a fazer incursões no teatro profissional e, se bem me lembro (mas posso estar a lembrar-me mal), trabalhava na TAP. Na vida lisboeta, cruzámo-nos um par de vezes, há já muitos anos.

Numa dessas récitas, logo no início dos anos 60, o Zé Viana apresentou um monólogo que era, creio, da sua autoria. O texto era bem simples: “O branco e o preto”. Toda a arte estava na entoação dada àquelas palavras que, quase por 10 minutos, ele conseguia ir transformando. É impossível explicar, sem suporte fonético, essa modulação inteligente, sublinhando cada vocábulo de forma diferente, “enchendo” um ou “esvaziando” outro, de forma interrogativa ou admirativa, em sonoridades imensamente criativas. Aquela “performance” ficou-me no ouvido para sempre. (Alguém, da Vila Real desse tempo, se lembra disto?)

Contudo, aquela prestação, se bem que original na forma, disse-me muito pouco em termos de conteúdo. Nessa noite, o meu pai, chegado a casa, comentou para a minha mãe: “Foi muito corajoso, o filho do Viana” (em Vila Real era-se “filho” de alguém até ter vida profissional própria e, mesmo assim...). Eu não percebi bem, mas aquilo ficou-me no ouvido.

Foi uns tempos mais tarde que somei dois-e-dois: pensando que aquela glosa teatral, em torno das palavras “preto” e “branco”, era feita numa época em que eclodira a primeira guerra colonial, em que as referências aos “turras” (fórmula popular para “terroristas”, como eram qualificados os guerrilheiros independentistas) estavam por todas as conversas, o atrevimento do Zé Viana era digno de imensa admiração. É que os tempos não iam fáceis para as relações entre pretos e brancos, nos dias da ida para Angola, “rapidamente e em força”.

(Em tempo: há coisas do diabo! Tinha eu acabado de escrever isto quando alguém me informou, de Vila Real, que o José Vasconcelos Viana tinha, na semana anterior, feito uma visita à cidade, onde não ia há décadas.)

(13.11.2019)

O ARBÓREO

Disseram-me, há dias, que tinha morrido. O nome não vem ao caso. Mas logo me surgiu à memória a última conversa que tive com ele, há uns bons anos, numa rua de Vila Real, por esta altura do Natal.

Eu vinha dos lados da Gomes, pastelaria que é o lugar geométrico da cidade de quantos ali são do meu tempo. Avisstei-o e tive, já perceberão porquê, uma reação de imediata precaução. É que estava perante um conhecido praticante da chamada conversa “arbórea”.

Tenho o assunto, de há muito, bem estudado. A conversa “arbórea” é um estilo de expressão oral que se caracteriza por uma deriva temática obsessiva e recorrente, sem pausas, que segue como os ramos de uma árvore, de onde surgem novas ramificações, as quais, por sua vez, se subdividem, quase sem fim. Fala de um assunto, passa a outro e é como as cerejas...

Lembro-me de que o meu interlocutor não desiludiu:

“Então, disseram-me que já saiu de Paris. Deixou-se de embaixadas, não é? Era tempo! Bela cidade, Paris! Sabe que tenho lá uma prima, que trabalha num banco. Nunca a encontrou? É de Justes, está casada com o Meireles, você é capaz de conhecer, é um homem da Régua que esteve num gabinete num Governo do Soares. Você é amigo do Soares, não é? Como é que ele está de saúde? Tenho grande admiração por esse homem. Desde os tempos da Oposição ao Salazar. Isso é que foram anos difíceis! Na Oposição, trabalhei muito

com o doutor Otílio, um grande democrata cá de Vila Real. Conheceu-o, não? Dizem que o filho dele faz agora um vinho muito bom, numa quinta que tem lá para o Douro. Por falar em Douro: você, que anda lá por Lisboa, sabe o que é que se passa com a Casa do Douro? É que não se percebe nada daquelas confusões! É como na política! Você acha que o Passos Coelho se aguenta? Olhel! Ainda ontem estive com o pai dele, uma joia de pessoa, não desfazendo..."

Um "arbóreo" raramente fecha o discurso; o mais das vezes, prossegue na sua imparável viagem pelas palavras, sem limites nem contenção. Só raros "arbóreos", no delírio quase intravável do seu curso verbal, regressam ao princípio de conversa.

Naquela tarde, com o frio do Marão a apertar, na esquina entre o ourives e o Euclides (só um vila-realense sabe o que é isto), em frente ao Santoalha e ao antigo Rafael (já houve por ali um sinaleiro!), apenas o surgimento oportuno de outro conhecido me salvou. E o "arbóreo" lá desandou, em direção ao que, noutros tempos, foram o Zeca Martins e o Teixeira Pelado. E eu zarpei pelo passeio do Gralheira e das Sete Cariças, que já se fazia tarde...

Mas isto já parece conversa de "arbóreo"! Boas-Festas para todos!

(18.12.2019)

HIPOCONDRIÁCO, ME CONFESSO

Abro a janela do meu quarto, aqui por Vila Real, e, em letras garrafais, vejo escrito o meu nome, o nome da minha família. É uma farmácia de familiares, aberta todos os dias, a uns escassos metros, que, desde há meses, passei a ter por vizinha.

Hipocondríaco como sou, este é um sonho de vida finalmente realizado. Neste aspetto, sei que convoco aqui a inveja do presidente da República, também ele sempre pronto a opinar sobre medicamentos. Tal como ele, sempre que necessário, “receito” medicamentos, com elevado critério, a quem se queixa de alguma coisa e tem o bom senso de seguir os meus conselhos.

(Um dia, recordo-me, cheguei mesmo a dar dicas farmacopédicas a um médico amigo, que olhou para mim com uma cara espantada. Em defesa, perguntei-lhe: “Nunca mandaste bitaies sobre política internacional? Tenho o mesmo direito...”.)

Tenho, contudo, uma vantagem sobre o mais alto magistrado da Nação: ele não se pode gabar de ter uma farmácia tão “à mão de semear” como a que eu tenho por aqui. Essa é que é essa!

Mas nem tudo são alegrias. O cerceamento progressivo das liberdades privadas, que alguns confundem com modernidade, matou-me, neste domínio, pequenos prazeres, dos quais, há décadas, podia usufruir. Eram tempos em que vivia

no estrangeiro e, passando por Vila Real, visitava aquilo que foi a outra encarnação geográfica deste mesmo estabelecimento.

Vou fazer uma confissão, porque o eventual cúmulo de delitos já prescreveu para os presumíveis réus envolvidos: eu aproveitava o que sabia serem as horas mortas de venda da farmácia e, com a cumplicidade de um empregado, amigo e complacente, permitia-me o discreto acesso às prateleiras “lá de dentro”. Mas, antes, tinha de ter a prévia certeza de que a “dona da casa” estava fora, porque nunca, com ela presente, eu teria a “lata” de usar daquela liberalidade.

Ultrapassando as dificuldades de aquisição que ia tendo na estranha, onde havia essa picuinhice permanente que era a necessidade de receitas médicas para certos produtos, atulhava-me então de “uma coisa que está a sair muito para o estômago”, ou de “um antibioticozinho que dá para quase tudo”, ou de “um xarope de que dizem maravilhas” e muitas outras novas e velhas mezinhas para as várias maleitas potenciais de que poderia vir a sofrer nesses destinos para onde me tinham mandado para bem da pátria. Apenas “coisas para o sono ou desse género” me estavam vedadas, sendo essa a “red line” deontológica do meu cúmplice.

Era então um deleite poder passear por aquelas prateleiras, adquirindo as novidades e reforçando os “clássicos”. Não é impunemente, sem este rico saldo de experiências, que se acaba uma vida profissional nas delícias do retalho...

Tomava tudo aquilo que comprava? Nem pensar! Quantas dezenas de caixas de medicamentos, que me custaram bons milhares escudos (era esse tempo!), não acabaram por ir, intocadas, para o lixo – tanto mais que faço parte do grupo de ingênuos, como sabe quem me conhece, que é incapaz de tomar um medicamento nem um minuto que seja depois do

final do mês em que ele expira o seu prazo indicativo de validade.

Esta é também uma característica do hipocondríaco “profissional”, o qual, para ser verdadeiramente feliz, tem de ter uma doençazita de vez em quando, sem o que deslegitimaria a sua mania. E eu, para minha “felicidade”, lá vou tendo algumas.

Tenho agora, como disse, a nova farmácia aqui ao lado. É uma sensação confortável, podem crer. Mas, nos dias de hoje, ela passou a ter para mim zonas inexpugnáveis, travadas por um balcão por onde rodam umas jovens senhoras de sorriso simpático, que só vaga e progressivamente me vão reconhecendo, mas que, imagino, serão escassamente sensíveis a eu poder vir a tirar qualquer vantagem da circunstância de o meu nome coincidir com o da casa onde trabalham. Não me estou a ver, nos dias que correm, a ser autorizado a abrir aqueles “tesouros” que são as gavetas brancas da botica (usam-se muito, vejo eu, guloso, à distância, umas inclinadas), podendo escolher “o que me der na veneta”, seduzido pela exaltante literatura das bulas. Foram grandes tempos! Saudades do “doutor” Lourenço!

A liberdade já não é o que era!

(22.12.2019)

GRANDE CORGO

Vejo-o farto, da minha varanda. É nestes dias que o Corgo se enche de brios e mostra que, quando pode e quer, se transforma no grande rio que é. Nem sempre é assim? Pois não, mas a culpa é da nascente, lá para Vila Pouca, que lhe é avara quase o ano todo, somada depois aos litros que lhe tiram em Zimão ou Tourencinho. Por estas horas, até o afluente Cabril, que lhe alimenta quanto pode o ego aquático, deve andar impante! O Douro, onde o Corgo desagua por fim em todo o seu esplendor, que se acautele! Ah! E depois não nos venham a culpar pelas cheias na Régua ou em Miragaia! Um grande rio é assim mesmo, não pode fugir ao grandioso do seu destino...

(22.12.2019)

A BICA DA CONSOADA

Tinha fama de comunista, o que, no tempo da “outra senhora”, prenunciava vida problemática e sugeria cautelas na aproximação pessoal. O Lima afivelava, por regra, uma cara zangada com o mundo, que exibia à porta do café de que era proprietário, o Imperial, no fundo da Rua Direita de Vila Real.

Na sociologia empírica que me habituei a fazer de cada um dos cafés da minha cidade natal, nunca consegui definir uma tipologia dos frequentadores do Imperial. As mesas pareciam-me sempre vazias e rumorava-se que isso se devia ao facto de o Lima ter erupções de feitio que o levavam, algumas vezes, a fáceis atritos com a clientela.

Em contraste com este perfil iracundo, o Lima era um refinado artista. Na memória da cidade, ficou a sua direção de uma histórica Marcha Luminosa, em 1956. Mas, mais do que isso, ficou a sua arte no desenho das passadeiras de flores que, por muito tempo, ornamentavam, numa data religiosa do ano, a rua onde eu vivia. Recordo bem a reverência com que as senhoras encarregadas da coleta das flores recebiam as instruções detalhadas do Lima, no tocante à cor desejável das pétalas, a serem colocadas nos vincos deixados no serrim pelos moldes de madeira, cuja execução ele próprio acompanhava num carpinteiro na rampa de S. Pedro.

Mas a glória maior do Lima era a noite de Consoada. Por muitos anos, o Imperial foi o único local aberto, nessa noite,

na cidade, onde se podia tomar uma bica ou comprar tabaco. Nessas horas, o café regurgitava de clientes – só homens, claro – oriundos de todos os bairros. Ainda estou a ver ali o Lima, de sobretudo cinzento, ao fundo da sala, apreciando o movimento confortável da máquina registadora. O Imperial não tinha aquecimento, aquilo era um mar de samarras, debaixo de uma fumarada imensa. O balcão não tinha mãos a medir, com os *Macieira 5 estrelas* a encherem (mas só até à linha vermelha) uns balões de vidro já foscos do uso. Ironicamente, essa era a noite da seca vingança do Lima.

Vingança que passava a um estádio superior de perfídia quando se constatava que o Lima fechava as portas do café meia hora antes da Missa do Galo, ali ao lado, em S. Pedro. E isso obrigava quantos usavam o Imperial para queimar tempo a terem de ficar na rua, a bater as botas e os dentes de frio, a menos que quisessem ir fazer companhia às beatas que sempre chegavam cedo, para marcar lugar antes da homilia do padre Abel. O Lima não devia ser herege, talvez nem sequer fosse comunista. Ele era, apenas, de uma cidade diferente.

(25.12.2019)

UM PESO NA CONSCIÊNCIA

A imagem está ali bem à minha frente, numa fotografia de grupo da família, comigo com um ar enfadado e um imenso penso na cabeça. Terei, no máximo, uns três anos. O penso cobria uma ferida proveniente de uma queda numa escada, episódio de que ainda tenho uma vaga recordação, tal deve ter sido o traumatismo.

Reza a crónica familiar que, comigo a verter sangue e, imagino!, num imenso berreiro, terei sido levado para a vizinha Farmácia Baptista (fechou, de vez, há semanas, dizem-me agora), na Rua Direita, em Vila Real. Na botica em cujo balcão fui observado, terão chegado à conclusão de que o ferimento tinha uma dignidade que obrigava a uma ida à Clínica da Boavista, a umas escassas centenas de metros de distância.

Contaram-me que fui aí atendido pelo Dr. Durão que, apiedado de mim (ou para não me ouvir gritar ainda mais), não recorreu a pôr pontos no lanho, talvez a razão pela qual ainda hoje a cicatriz tem a visível dimensão que tem.

Regressado a casa, os meus pais terão, então, notado que eu mantinha, teimosamente, um dos punhos sempre fechado. Curiosos, forçaram-me a abri-lo. E lá estava ele, na minha mão: a mais pequena das unidades de um estojo de madeira com os pesos que se usavam nas balanças com dois braços. Pelos vistos, eu achara graça ao objeto e surripiara o pequeno peso do balcão da farmácia, enquanto era

observado, levara-o para a clínica, por entre toda a berraria, e ainda o mantinha ciosamente comigo no fim desse atribulado dia.

Na manhã seguinte ao evento, uma “criada” foi à Farmácia Baptista devolver o peso “que o menino, por distração, tinha levado na véspera”.

Por muitos anos, sempre que olhava o senhor Barreira, uma conhecida pessoa da cidade que geria aquela farmácia, sentia um (pequeno) peso na consciência.

(27.12.2019)

A MARIA

Não faço ideia da idade que ela possa ter. Mas já deve ter bastante. É uma mulher magra, de cara sofrida, desdentada, de cabelos ralos, que há muito vejo passar, curvada, num passo hesitante, em trajes de evidente pobreza, pelas ruas de Vila Real. Cola-se a algumas paredes, à espera de poder ter a sorte de um gesto franco de alguém. Anda, há anos, “a pedir”. Desconheço que tenha algo para fazer, talvez alguns recados. Não posso sequer imaginar onde vive.

Habituei-me a ver a minha mãe, que desapareceu há quase duas décadas, a dar uma esmola à Maria, sempre que a encontrava. Nos Natais, ela ia mesmo lá a casa, tocava à campainha e havia um sensível reforço daquilo que levava de volta.

Desde então, quando me cruzo com a Maria pelas ruas da cidade, para honrar a atitude que era a da minha mãe, dou-lhe sempre “alguma coisa” – que já passou, há muito, de moedas para papel sonante. A Maria, mal me vê, aproxima-se logo, com a esperança segura e um esgar que passa por sorriso.

Por estes dias, ainda não vi a Maria. Alguém me disse que ela anda por aí, mas não a encontrei. Custar-me-ia muito regressar a Lisboa sem lhe dar “alguma coisa”, em especial pelo Natal. Não sinto estar a ser generoso, apenas obrigado a respeitar uma saudável generosidade que herdei.

(31.12.2019)

TER GARRAFA

“Quer a sua garrafa?”, perguntou-me, ontem, o dono do restaurante, quando eu escolhia o que ia almoçar.

“Tens garrafa aqui?”, inquiriu um amigo, espantado, que estava sentado na minha mesa.

Estávamos em Vila Real. A garrafa era de vinho. Era a metade que tinha ficado do meu almoço do dia anterior, também por ali. A pergunta do meu amigo, contudo, trazia água no bico, comportando uma ironia que se ligava a tempos noturnos antigos, que ele também partilhara, lá por Lisboa.

“Ter garrafa”, há muitos anos, era um estatuto em alguns bares. As garrafas a que o conceito se referia eram de “whisky”. Os “habitues” “tinham garrafa”, com o seu nome manuscrito no rótulo. Compravam-na ao próprio bar, a um preço bastante mais elevado do que o preço do mercado, mas, ainda assim, compensando face ao somatório de todas as doses individuais de uma garrafa.

Mas o importante, nesta história de “ter garrafa”, era o estatuto: “Ó Meireles, passa-me aí a garrafa do senhor engenheiro”, pedia o empregado das mesas ao Meireles ou a qualquer outro Meireles que estivesse por detrás do balcão. Isto era dito em voz bem alta, com o “senhor engenheiro”, cujo nome nem sequer necessitava de ser explicitado, a ser o alvo dos olhares circundantes. Por essa simples frase, ficava-se a perceber que o “senhor engenheiro” era um cliente regular da casa,

porque só esses podiam “ter garrafa”. Nos “bares de piquenas”, a posse de uma garrafa dava um sainete das arábias.

No Procópio, o único bar onde “tive garrafa”, ainda no longínquo consulado do Juvenal, um dos mais históricos “barmen” de Lisboa e para sempre um bom amigo, a coreografia era bem mais discreta, nunca com vozes alteadas para a plateia. Verdade seja que o Procópio nunca foi um “bar de piquenas”, muito longe disso! No meu caso, era apenas uma maneira de poupar algum dinheiro, nesses tempos em que os meus triglicéridos não se ressentiam dos excessos. Mas, ao que me recordo, acabei por só ter por ali uma única garrafa, que rapidamente se foi...

Ontem, por coincidência, à saída do restaurante, calhou passar perto da casa onde viveu o Antoninho do Talho, um abastado industrial de Vila Real, com interesses que iam muito para além das carnes, mas que também as incluíam, bem como aos respetivos pecados. Na minha juventude, a sua imagem de “bon vivant” era prestigiada por um rumor nunca confirmado: “O Antoninho do Talho tem garrafa no Pasapoga!”, sendo este, ao tempo, o “cabaret” mais famoso de Madrid.

É tarde para testar se isso tinha fundamento, se acaso o facto interessasse para alguma coisa, salvo para ilustrar esta historieta.

(4.1.2020)

O SPORT CLUBE

Gosto muito de futebol, desde que me conheço. O meu pai levava-me, em miúdo, ao campo do Calvário, onde o Sport Clube de Vila Real – o clube mais antigo de Trás-os-Montes, que, em 2020, festeja o seu centenário – disputava então, em regra, a segunda divisão, antes de o destino o ter feito cair, inexoravelmente, para a terceira e, depois, para os distritais.

Ficou famosa, ali pelo Calvário, uma frase lançada, um dia, por um adepto, muito entusiasmado mas pouco realista, quando, a dez minutos do fim de um jogo, até então teimosamente empatado, a nossa equipa marcou finalmente um golo: “Vamos à dúzia!”

Na minha infância e juventude, as vitórias do “Sport Clube” (como se dizia em minha casa) animavam a cidade, em especial se fossem sobre o Chaves, à época o seu grande rival. Qualquer feito notório do clube era festejado com receção no Alto de Espinho, o ponto mais elevado da estrada que liga Vila Real a Amarante. Autoridades e “forças vivas” iam receber os jogadores e diretores, imagino que com cerimónia posterior nos “Paços do Concelho”, com direito a discursatas gongóricas.

Na cidade, os adeptos do Benfica eram dominantes. Depois, vinha o Sporting, com o Porto então num distante terceiro lugar, em matéria de fãs. Esses eram os dias em que a liderança no futebol português se decidia no “derby” de Lisboa. *A Bola* e *o Record* dominavam em vendas, com *O Norte*

Desportivo, do infatigável Alves Teixeira, a defender as então muito minoritárias cores das Antas.

O meu pai levou-me cedo para o Sporting e por aí fiquei, sempre com imenso gosto e orgulho, por muito que a posterior carreira do clube pudesse apontar noutro sentido.

Fui sempre um medíocre praticante de futebol, desde a escola primária. Tinha a “mania” que era defesa lateral direito, mas algumas experiências, ainda em Vila Real e, mais tarde, quando estudava no Porto, fizeram-me constatar a minha inabilidade. Outras jogatinas, já na tropa, confirmaram essa minha percepção. Terminei cedo a minha “carreira”...

Continuo a gostar imenso de ver futebol, um espetáculo desportivo que acho sem par. Sou, contudo, um feroz adepto de sofá, raramente de bancada. Porém, sempre que ponho em causa a minha comodidade e decido ir a um estádio, apanho um banho de alegria e de vida. Ainda estive no velho Wembley, no Parc des Princes e em algumas outras “catedrais”, mas nunca me perdoarei por ter perdido a oportunidade de ir ao Maracaná. Admito que é na televisão que se consegue “ler” melhor um jogo, mas não há nada melhor do que entrar no ambiente de um estádio cheio, para sentir o verdadeiro futebol!

Nos dias de hoje, o meu Sport Clube de Vila Real já não joga no campo do Calvário, cujo pórtico modernista de entrada foi desenhado por um tio meu. Por alguns anos, os meus pais viveram num andar que dava sobre esse campo de futebol. De uma ampla varanda, era possível ver quase 90% (ia a escrever “do relvado”, mas era um campo pelado!) do terreno.

Um dia, há já muitos anos, estando de visita a Vila Real, ia haver por ali um qualquer jogo, creio que de juniores. Ao ver sair com pompa, do balneário, a equipa de arbitragem, dei-

-me conta de que o árbitro era meu amigo de infância, uma pessoa que, desde sempre, ia encontrando pelas ruas da cidade. Ele olhou para a varanda, viu-me e acenámos um para o outro. Foi um mar de olhos virados para cima, para tentar perceber quem é que o “senhor árbitro” (como o jogo ainda não tinha começado, ainda era tratado com esse respeito...) estava a saudar!

São assim as cidades pequenas, que nos trazem grandes memórias.

(16.1.2020)

A TIA BENEDITA

A tia Benedita morreu há mais de 100 anos. Era irmã do meu avô materno. Não tenho por aqui os canhenos da família para ver a idade exata com que se foi, mas, pelas fotografias que andam lá por casa, em Vila Real, teria vinte e poucos anos.

Era bonita e solteira. Tinha uma figura esguia, muito elegante, “modiglianiana”, que se vê em imagens de piqueniques de família, sempre com um ar melancólico, numa postura que, em criança, tinha o condão de me irritar, por me parecer um pouco snobe. Não me perguntem porquê, mas sempre achei que a tia Benedita devia ter uma voz rouca. Desenhava muito bem. Sou feliz proprietário de dois belos desenhos a carvão, com perspetivas do parque das Pedras Salgadas.

A tia Benedita morreu em 1918, com a “pneumónica” ou “gripe espanhola”, como também por cá ficou conhecida. Na minha família materna, o vírus dizimou então cinco pessoas.

Impressionou-me sempre muito a história que se contava na minha família de que o seu caixão saiu da Casa do Pereiro, em Bornes de Aguiar, onde vivia com os irmãos e com a minha bisavó, através da janela do quarto onde morreu. Porquê? Para que a minha bisavó, muito abalada que ainda estava pela morte, precisamente na véspera, de um irmão, não se desse conta de que tinha acabado também de perder, horas depois, aquela que era a sua filha mais querida.

As pandemias acabam ao final de algum tempo. Até lá, infelizmente para muitos, a sua sorte está a ser a mesma que a minha tia Benedita teve na “pneumónica”.

(15.3.2020)

O CAMINHO DE MOSS

A rua, que depois passa a estrada, chamava-se, e chama-se, Mosseveien. Significa, literalmente, caminho de Moss, em norueguês, sendo que Moss é uma localidade a sul de Oslo.

Estávamos na Noruega, em 1981. Eu conduzia o meu carro. Comigo ia o vila-realense Álvaro Magalhães dos Santos que, desde há muito, tinha migrado para Lisboa, ali de visita. Quando lhe disse que estávamos no caminho de Moss, esse meu amigo reagiu: “Quem não devia gostar desta estrada era o Behra!” As nossas “respetivas” ficaram a olhar para nós, sem perceber. Nós sorrimos, crípticos.

Em 1958, Stirling Moss venceu o circuito internacional de Vila Real. Jean Behra ficou no segundo lugar no pódio.

Moss era uma estrela da Fórmula Um, sendo que a história da competição automóvel o consagrou como o grande campeão que nunca conseguiu ter um título mundial. Behra, comparado com ele, como “corredor de automóveis”, estava a grande distância.

As “corridas” de Vila Real, por esse tempo, trazendo à cidade algumas figuras relevantes do automobilismo mundial, não contavam para qualquer prova. Eram apenas exibições, embora magníficas.

Só muitos anos mais tarde vim a saber que esse resultado, em 1958, tinha sido combinado, que a vitória de Moss sobre Behra já estava decidida à partida. Senti-me frustrado. Não sei se cheguei a comentar isso com o Álvaro, que já se foi há muito.

Stirling Moss morreu hoje, aos 90 anos. Behra morreu, num acidente numa prova, em 1959, no ano seguinte à sua presença em Vila Real.

(12.4.2020)

A ASPIRINA DO JORGE

“Ainda não sou médico, mas já posso receitar Aspirinas!”

Num final de tarde de 1967, o meu amigo Albano Tamegão, com quem partilhava um quarto de estudantes no Porto, preocupado com um febrão que me apoquentava os dias, decidiu pedir a um colega mais velho, do curso de Medicina que ambos frequentavam, para ir “consultar-me” lá a casa.

O “quase-médico” era o Jorge Ginja. Todos éramos integrantes do Teatro Universitário do Porto, onde passávamos as horas livres dos nossos dias, num ambiente de camaradagem cultural que ajudava a compor uma vida de estudante que começava nas diferentes escolas universitárias que frequentávamos e que acabava no mundo que existia no fundo daquele esconso corredor, entalado entre a GNR e o que era, então, a Faculdade de Letras, antes ou depois passando, quase obrigatoriamente, pelas mesas do Piolho, onde nos cruzávamos com o pessoal do Orfeão e do Coral.

O Jorge lá me “receitou” a Aspirina e estou vivo. Não é o caso dele, que acabo de saber que morreu na terra onde eu nasci, em Vila Real.

Um dia, há já muitos anos, no guarda-vento da Gomes, dei de caras com o Jorge Ginja. “O que é que andas a fazer pela minha terra?”, perguntei-lhe. Desde esses anos no Porto, em que fizéramos digressões teatrais pelo País, de Coimbra à Covilhã, passando por Amarante e Vila Real, tinha-lhe perdido o rastro. O Jorge, com aquele sorriso nervoso que era sempre o

seu, disse-me: “Trabalho cá. Agora vivo em Vila Real.” Fiquei contente.

Depois, com os anos, assisti a o Jorge transformar-se num “vila-realense” adotivo. Não apenas como médico, mas também como figura da nossa Cultura, que passou a representar no Norte. Ligavam-me a ele, como logo entendi, algumas cumplicidades políticas, embora ele viesse de raízes ideológicas que se tinham mantido, até bem mais tarde do que eu, num terreno radical. Alguém, um dia, me disse, numa caraterização política que me agrada, que o Jorge Ginja era uma “voz grossa”. Era isso mesmo! E ainda bem!

Recordo-me do abraço forte que me deu, creio que em 2013, numa tarde pardacenta, no fundo da avenida, numa manifestação contra o vírus que então se chamava “Troika”. “Fico muito contente por te ver por aqui”, disse-me, talvez porque achasse menos curial que um embaixador reformado se juntasse àquele repúdio público à indecência política.

O Jorge Ginja era um puro, um homem com o sentimento à flor da pele. Um bom sentimento. Vou sentir falta dele – das mesas da Gomes ao balcão da Tosta Fina, passando pelos almoços no Lameirão, onde nos vimos pela última vez. Fico com a sensação de que nunca falámos tanto como talvez devêssemos ter falado, caro Jorge! Mas a tua Aspirina curou-me. Para sempre!

(11.5.2020)

AS SEVEIROS

Há tempos, passei por aquela casa, de traça modernista, a caminho do Pioledo, nas traseiras do Colégio de São José, lá por Vila Real, perto do Núcleo do (meu) Sporting, e lembrei-me delas, das Seveiros.

Quem eram as Seveiros? Não sei, nunca as vi, mas a minha memória de infância guardou para sempre esse plural, algo majestático e misterioso, que designava umas senhoras (imagine que fosse mais do que uma) que eram, à época, as “modistas” mais qualificadas da cidade. “Mandou fazer o vestido nas Seveiros”, dizia-se em Vila Real, como selo de qualidade garantida.

(Vale a pena dizer que, para os homens, os alfaiates “a sério” eram, então, o Batalha e o Pontes. Este último caprichava mesmo em anunciar os seus méritos nos altifalantes do Campo do Calvário, no intervalo do jogos, ou nas noites de passeio das famílias na avenida, com duas quadras que ficaram na memória local: “Se quer um fato perfeito/ de acabamento ideal/ tê-lo-á, mas se for feito/ no Pontes, Vila Real” ou “Se deseja no trajar/ ser modelo em Trás-os-Montes/ seus fatos mande talhar/ pelas hábeis mãos do Pontes.” Não sei quem foi o poeta, mas reconheçamos que era “inspirado”, como então se dizia.)

Nesse tempo, nas cidades, havia as “costureiras” e havia as “modistas”. Lembro-me que as primeiras iam “lá a casa”. Todos os anos, ficavam um dia ou dois, a subir ou descer bainhas, a

fazer pequenos arranjos. Já às modistas eram as senhoras que se deslocavam, levando às vezes na mão um modelo tirado da *Modas & Bordados*, outras vezes com uma página rasgada da *Flama* ou de alguma revista brasileira.

De uma cena que, sei lá porquê, ligo sempre ao final das tardes de sextas-feiras, me recordo bastante bem: as Seveiros enviam a minha casa o produto do seu trabalho pelas mãos de uma miúda, com um tabuleiro coberto com um pano de linho, tendo no fundo uma nota manuscrita com os seus honorários, sem o IVA que o Dr. Cadilhe inventou e que o Dr. Centeno não dispensa. Lembro-me da miúda porquê? Porque tinha mais ou menos a minha idade e uns olhos que perdi de vista, mas não de memória.

Voltando ao princípio: “as Seveiros” é um grande nome! Posso estar enganado, mas estou convicto de que, se o Eça tivesse “apanhado” o nome das Seveiros, tê-lo-ia usado num qualquer enredo de província.

(4.5.2020)

ALMA DE ATEU

Há dias, a propósito da dignidade inteligente com que a hierarquia religiosa lusitana geriu o 13 de Maio em Fátima, em tempo de pandemia, a contrastar com o que parecia ser um exercício de ginástica rítmica na Alameda, deixei claro, num escrito, que fazia essa homenagem na minha qualidade de ateu.

Logo houve quem reagisse, dizendo que o termo era muito “desagradável”. Alguns disseram que usar “agnóstico”, embora não sendo sinónimo, seria talvez menos agressivo.

Ao longo dos anos, criei a firme impressão de que os crentes das várias religiões exigem, para si e para aquilo em que acreditam, um maior respeito do que aquele que estão dispostos a conceder aos que o não são.

Ora eu, que sou ateu, requeiro para esta minha forma de estar na vida exatamente a mesma consideração que tenho por quem segue uma religião, seja ela qual for. Não aceito a menor superioridade moral de ninguém, só porque acredita em algo que a mim nada me diz.

Sou ateu desde que me conheço. A minha mãe era católica, embora apenas escassamente praticante. O meu pai, embora viesse de uma família com forte pendor anticlerical, era claramente um agnóstico, com um grande respeito pelas referências católicas: em toda a sua vida, que foi muito longa, sempre o vi tirar o chapéu quando passava em frente a uma igreja ou a um cemitério.

Os meus pais casaram pela Igreja e sempre existiram, lá por casa, símbolos religiosos. Batizaram-me, ato a que, como verifico pelas fotografias, fui já a pé, com mais de dois anos. Ao que o meu pai dizia, entre a brincadeira e o sério, terá sido a água gélida do batismo, que o bom do padre Domingos (que batizou, casou e fez o funeral de muitos dos meus familiares) usou na igreja de São Martinho, que me provocou uma pneumonia, que me ia levando desta para melhor (não extraiam da frase de estilo nenhuma ilação religiosa, por favor). Foi esse o meu último, embora involuntário, cruzamento pessoal com as liturgias católicas.

Um dos grandes mistérios da minha vida foi sempre perceber a razão pela qual nunca fiz a primeira comunhão. Tenho uma ideia muito vaga de ter andado na “doutrina” de uma tal dona Maria Vilar, uma senhora pequenina que oficiava num primeiro andar da Rua Direita, lá por Vila Real, onde recordo haver uns pequenos bancos, uns mochos, onde nos sentávamos, e vagamente recordo que, em coro, repetíamos orações. Um contemporâneo a quem falei há tempos do assunto contrariou-me: ali aprendia-se a tabuada, não as orações. Não seria “dois em um”?

Algo se terá passado – talvez uma nova maleita, porque tenho ideia de ser então muito enfermiço – que levou a que eu não fizesse parte do grupo dos miúdos da minha idade que, nesse ano, fizeram a primeira comunhão.

Provavelmente, tendo faltado nesse ano, na vez seguinte já não fui chamado em grupo ao exercício. Mas, sem dúvida, isso também demonstra alguma falta de empenhamento familiar na minha aculturação religiosa, o que, segundo conversas mais tarde ouvidas lá em casa, teria sido para não contrariar o “menino”, filho único e muito voluntarioso, que se terá mostrado refratário a cumprir tal dever. A ser assim, com assinalável êxito, pelos vistos.

De uma coisa tenho quase a certeza: terei sido a única criança dessa geração vila-realense que não “fez” a primeira comunhão. Mas a religião era, para mim, uma coisa alheia? Em casa, lembro-me vagamente de ter aprendido a “Ave-Maria” e o “Pai-Nosso”, mas nunca cheguei a decorar a “Salvé, Rainha”. Ah! E também me diziam que nunca me soube benzer, trocando sempre a sinalética, numa dislexia que, pelos vistos, tinha uma antidoutrina por detrás.

Contudo, a questão da existência de Deus não deixou naturalmente de se me colocar, a mim e a outros da minha geração. Recordo-me de um “teste”, arriscado e que só nos dias de hoje tenho como divertido, que, bem miúdos, fizemos, uma noite: caminhámos, de braços abertos para nos equilibrar, sobre a antiga pérgola que existia no miradouro atrás do cemitério.

Lá do alto, olhando o despenhadeiro que ia dar ao Cabril, insultámos Deus, com palavras fortes, desafiando-o a matar-nos, se acaso existisse. Como não matou e nós nos safámos, logo ali ficou bem provada a sua inexistência. Pelo menos, o meu velho amigo Olívio fez parte comigo desse ousado desafio ao poder celestial, aliás bem-sucedido, sob o olhar próximo e sombrio dos mortos do cemitério de S. Dinis.

(Nós, à época, não tínhamos lido, n’A *Capital* do Eça, a cena coimbrã em que o Damião “deu cinco minutos a Deus para que o fulminasse, e, passados os cinco minutos num grande silêncio do Céu, atirar desdenhosamente o cebolão de prata para a algibeira, dizendo com tédio: “Está superabundantemente provado que não há nada lá no Céu.”)

Não sei se os outros comparsas dessas minhas aventuras de infância acabaram ateus. Eu, que já o era, mantive-me como tal, até hoje.

Por isso, embora não faça o menor proselitismo do ateísmo, exijo sempre para esta minha forma de estar na vida

um respeito idêntico àquele que vou tendo pelos meus amigos crentes e pelas liturgias que lhes são próximas, a algumas das quais os acompanho, quando a vida, ou a morte, tal exigem.

(15.5.2020)

“ANGOLA É NOSSA!”

Há uma imagem que me marcou: um final de tarde, ou uma noite, em frente ao edifício do Governo Civil de Vila Real, com gente a discursar da varanda central. Eu tinha pouco menos de 13 anos e recordo-me de que fui ali com o meu pai. Era uma manifestação de repúdio pela tomada da então chamada Índia portuguesa, pelas tropas invasoras da União Indiana, ocorrida dias antes. Os discursos eram inflamados e, de entre os oradores, recordo-me do Dr. Carlos Sanches, professor liceal e, ao que creio, presidente da Junta Distrital. O meu pai também ali estava no meio da multidão, solidário com a forte rejeição do País perante a ação violenta que “nos tinha roubado” o Estado da Índia.

Poucos meses eram passados, ainda nesse mesmo ano de 1961, e guardo a imagem de ter visto marchar pela cidade, desde o Regimento de Infantaria 13 até à estação de caminho-de-ferro, o primeiro contingente que dali partia para Angola em “missão de soberania”, como então se dizia. Tinham uma farda de caqui bege, com um boné de pala da mesma cor. A cidade aplaudia-os. Provavelmente, também o fiz.

O País tinha ficado visivelmente chocado com as imagens, abundantemente mostradas, de corpos de “brancos, pretos e mulatos” chacinados à catana, no Norte de Angola, durante os ataques da UPA. Pela rádio, diariamente, chegavam-nos relatos, em tom épico de reportagem patriótica, através

de uma voz inconfundível que descrevia essas atrocidades. “De Angola, Ferreira da Costa”, era assim que terminavam essas reportagens na Emissora Nacional.

Em minha casa, havia unanimidade: desde o meu avô, que eu sentia como apaniguado de Salazar, de quem fora “condiscípulo” em Coimbra, até ao meu pai e aos seus cunhados, filhos desse avô, que detestavam o ditador. “Angola é nossa” era, então, a palavra de ordem indiscutível.

Faço estas notas para sublinhar algo que, às vezes, tem sido esquecido: nesse tempo, podia ser-se ferozmente anti-salazarista e, no entanto, ser-se a favor da manutenção das “possessões portuguesas no Ultramar”.

Era o caso do meu pai, apoiante de Humberto Delgado, que ficou deliciado com a tomada do *Santa Maria* por Henrique Galvão, que teve forte pena de que Botelho Moniz não tivesse conseguido derrubar Salazar, e que viria a lastimar que o posterior “golpe de Beja” se tivesse gorado. E que, no entanto, ficou indignado com a invasão do Estado da Índia e apoiou a reação militar portuguesa às “ações terroristas” em Angola.

Passados que foram esses primeiros tempos de choque, que foi muito genuíno, a captação emocional do País em favor da “guerra do Ultramar” começou a declinar. Não me recordo de mais nenhum ato de empenhamento “ultramarista” significativo, lá por Vila Real, embora os deva ter havido, promovidos pelos apoiantes do Regime. O início da mobilização militar dos civis, num ambiente político onde a aceitação da exaltação nacionalista já tinha tido melhores dias, viria a tornar a causa da guerra pouco popular em Portugal.

Mas voltemos um pouco atrás. Como é sabido, o republicanismo português havia sido, desde a sua origem, fortemente “colonialista”, tendo a palavra, aliás, uma conotação muito positiva no seu discurso.

Da crise do Ultimatum à entrada na Grande Guerra, a questão do “Portugal pluricontinental”, por muito tempo, esteve no centro da doutrina republicana e, depois do 28 de Maio de 1926, nunca dividiu as forças oposicionistas da linha que prevalecia na “Situacão” consagrada pela ditadura.

Vale a pena lembrar que, no final dos anos 40, a unidade das forças oposicionistas fez-se à volta de Norton de Matos, um general que se orgulhava de ser um criativo “colonialista”, tendo no seu orgulhoso currículo o Governo de Angola. E, menos de uma década depois, essa mesma Oposição juntou-se para apoiar Humberto Delgado, um general dissidente do salazarismo, que havia defendido desde a primeira hora, e a quem, à época, ninguém tinha ouvido uma palavra de contestação da política colonial do Regime.

Só nessa segunda metade dos anos 50, com o surto de independências de antigas colónias europeias e, em especial, depois da Conferência de Bandung, em 1955, que se reuniu em torno dos novos países descolonizados, o PCP, seguindo a linha da URSS, passou a defender o direito à independência dos povos coloniais. Seria, aliás, a primeira força da Oposição a fazê-lo. Porém, logo a partir de então, a linha anticolonial tornou-se rapidamente maioritária no seio da Oposição à ditadura, em especial na extrema-esquerda de orientação pró-chinesa, alargando-se depois aos meios católicos radicais, onde começou a germinar um discurso pela “paz” que viria a tornar-se muito popular.

Lembro-me, contudo, de que, na Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Vila Real, ainda em 1969, que tinha uma natureza “catch all” de todos quantos se opunham ao Estado Novo, o tema era ainda bastante divisivo. O facto de um dos nossos candidatos ter afirmado que queria “manteer o Ultramar português”, num discurso num comício,

levou-me, uma noite, a provocar uma “crise” na CDE de Vila Real.

Quase até ao 25 de Abril, subsistiu, na vida política portuguesa, um setor oposicionista mais conservador, em torno do chamado Diretório da Ação Democrato-Social, que sempre se recusou a subscrever a postura anticolonialista do resto da Oposição. Após o 25 de Abril, esse setor viria a aderir, quase em bloco, ao então PPD.

Apeteceu-me deixar hoje, aqui, esta nota memorialística dos tempos em que também eu cantei o “Angola é nossa!” Ninguém é perfeito!

Em tempo. Depois de escrito este texto, aprendi, pela mão vila-realógrafa do Elísio Neves, algo de que nunca suspeitara. Há dois hinos “patrióticos” com o nome de “Angola é nossa”, com letras e músicas diferentes. Aquele que conheço de cor, por tê-lo aprendido no início do conflito angolano, tem uma letra da autoria do vila-realense Álvaro Magalhães dos Santos e música do padre Ângelo Minhava, prolífico autor musical, a quem se deve o hino da cidade.

(16.5.2020)

O PASSADO FICOU LÁ

Há uns meses, lá por Vila Real, numa arrumação de férias, surgiu, creio que de dentro de uma mala, um maço de cartas atado com uma fita. Aberta uma delas, constatei que ali se juntava correspondência entre o meu pai e a minha mãe.

Como o namoro entre ambos teve lugar, durante pouco mais de um ano, em Vila Real, onde ambos então viviam, presumi que a correspondência fosse da época em que o meu pai, durante um tempo que também não terá sido muito longo, esteve destacado a trabalhar em Monção. Nesse período, a minha mãe tinha continuado a viver em casa dos seus pais, em Vila Real. Por isso, as cartas trocadas entre ambos eram já de depois de casados. Imagino mesmo que, em algumas delas, se falará da gravidez que deu origem a quem escreve este texto.

Escrevi “imagino” porque não consegui passar das primeiras linhas da carta que abri. Como filho único, senti que continuar nessa leitura era pura bisbilhotice, era um abuso de intimidade, a cujo luxo me não podia dar.

E não imaginam como eu gostaria de poder conhecer o que os meus pais diziam sobre as famílias de ambos, de ler notas de como viam o seu futuro, podendo agora confrontá-lo com o que, de facto, ele acabou por ser, de perceber como era, afinal, a sua vida comum nesse final dos anos 40, do que então pensavam e os preocupava, das dificuldades que eventualmente enfrentavam, enfim, do seu mútuo olhar sobre o seu mundo. Como eu nasci estando o meu pai ainda em Monção,

e como a minha mãe escrevia bastante bem, imagino que deva haver belas descrições, embora enviesadas pela afetividade, sobre o seu “rebento”. Como é que eu “seria”, na visão da minha mãe?

Tenho uma grande curiosidade, mas, apesar disso, não vou ler as cartas. Os meus pais já morreram há bastante tempo. Não preciso de “aprender” mais nada sobre eles. O passado ficou lá.

(18.5.2020)

UMA VARANDA

Tenho à minha frente a fotografia de uma varanda. Conheço esta varanda há tanto tempo quanto me conheço a mim. Lembro-me de correr por ela, quando o soalho era ainda de madeira, preocupando os mais velhos, pelo risco de poder cair pelas escadas de pedra. Ser, então, neto único, sobrinho único e filho único era um privilégio que nem lhes digo! Por ali adubei depois os “blues” da adolescência, tocando (pessimamente) viola, como baladeiro de trazer por casa. Nas décadas seguintes, foram centenas as horas de leitura e conversa, naquelas e noutras cadeiras que por ali foram estando, em verões que tenho por felizes. Na memória, ficou-me para sempre o chiar dos carros de bois que subiam do Fundo de Vila para o Cruzeiro. E, em especial, o quase-silêncio das muitas madrugadas em que ali fiquei a pensar “na morte da bezerra” (não, não havia mosquitos!), ouvindo a água que corria pelo rego lateral da rua, no calendário de distribuição da rega pelos terrenos da aldeia. Ah! E lembro-me bem das imprecações íntimas contra as *Zundapp*, as *Famel* e as *Pachancho* que, ao longe, vindas das Pedras ou de Eiriz, me rompiam a quietude. Na imagem que tenho à frente, não se vê ninguém? Pois olhem que, para mim, esta varanda está cheia de uma multidão de gente: avós, pais, tios, primos e amigos.

(21.6.2020)

DUAS PESSOAS

Falamos do final dos anos 50 do século passado.

A primeira pessoa. Recordo-me de lhe chamar senhora Gilberta. Na realidade, o nome dela era Maria, mas era conhecida por Gilberta, por ser a “Maria do Gilberto”, sendo que o Gilberto era o marido (ou seria o pai?). Morava depois dos Quatro Caminhos, lá para São Mamede. Vinha a nossa casa, em Vila Real, algumas vezes por semana, para trabalhos mais pesados, complementando aqueles que a “criada de dentro” fazia.

A Gilberta, recordo-me, tinha buço e um cabelo muito preto, apanhado atrás. Andava com um passo rápido.

A segunda pessoa. Convenhamos, para o que aqui conto, que se chamava Laurentino*. Era meu colega de escola primária. O Laurentino era mais alto do que a maioria de nós, e o professor, o Pena, tomou-o de ponta, sendo objeto das regulares reguadas nas mãos que, com evidente sadismo, ele nos distribuía com abundância.

Um dia, foi anunciado que um subsecretário de Estado da Educação ia visitar a nossa escola – que se chamava Escola Conde de Ferreira, o nome de alguém que tinha feito fortuna no tráfico de escravos e que, talvez para se redimir, tinha oferecido algumas dezenas de edifícios idênticos pelo País.

Para a visita do governante, foi pedido que os alunos tivessem uma bata. Nenhum de nós tinha bata. Os meus pais mandaram fazer uma para mim. Foi usada um dia, só nesse

dia, apenas para o subsecretário nos ver, no breve minuto que passou na sala, connosco de braço estendido em saudação dita romana (outros diriam fascista). Nunca mais a usámos.

O Laurentino não esteve presente nesse dia. Os pais não tinham dinheiro para lhe mandar fazer uma bata. Aliás, não tinham dinheiro para muitas outras coisas.

Quer o aqui chamado Laurentino, quer a Gilberta andavam, o ano todo, descalços. Fizesse sol ou neve, que às vezes também fazia, lá por Vila Real. Não me recordo dos pés do Laurentino, mas lembro-me bem de notar que a parte dos pés da Gilberta que andava em contacto com o chão tinha adquirido uma espécie de espessura que funcionava como uma segunda pele.

Esta é uma conversa desagradável? Imagino que seja. Mas essa era a realidade do País da forte pobreza de alguns. O salazarismo era isso. Era desagradável.

* *Nome alterado.*

(23.6.2020)

FIM DO DIA

Sempre apreciei os dias de verão em que, depois do jantar, sentadas em cadeiras confortáveis, as pessoas têm conversas sem agenda, com a luz a desaparecer, numa varanda ou numa sala de janelas largas. O dia ainda lá estava quando se sentaram e vai desaparecendo, quase sem darem por isso, até entrarem numa quase-escuridão.

Na casa das minhas tias, nas Pedras Salgadas, no belo terraço arredondado com cadeirões de verga ou de madeira, com largos braços, guardo a imagem dos mais velhos a porem a conversa em dia, comentando os casos da vida.

Na varanda que torneia o pátio da casa dos meus avós maternos, não muito longe, em Bornes, com as pessoas no escano ou nas muitas cadeiras que por lá havia, formava-se um cenáculo de belas conversas, com gente da família ou amigos a juntarem-se, vindas de outras casas, a quem era oferecido um cálice de “vinho fino”.

Eram também assim as noites em Viana do Castelo, nas férias grandes, em torno da minha avó paterna, na casa do Largo Vasco da Gama, com os filhos no ritual da visita diária. Recordo-me que a claridade declinava, quase subitamente, e, se alguém, inesperadamente, entrasse na sala, ficaria com a ideia de que todos tinham para ali ido às escuras.

Esse é o segredo desses momentos. Se uma luz se acende, e cedo ou tarde isso acontece, toda a magia de penumbra desaparece. As conversas já não voltam a ser as mesmas.

(5.7.2020)

ONDE ANDA A TROVOADA?

“Anda cá! Chega aqui!”

Encostado ao muro de pedra da varanda da Casa do Pereiro, em Bornes de Aguiar, do lado do caminho, o meu tio Fernando, o mais novo dos irmãos da minha mãe, disse-me para olhar para o céu, onde raiava uma tempestade das antigas, com uma caloraça, soprada a vento, que, agora imagino, devia anunciar uma chuvada forte para dali a pouco.

Conto isto hoje, com toda a ciência e calma, mas, nessa altura, nos meus seis ou sete anos, estava completamente acagaçado com o ribombar dos trovões, com receio de que um daqueles raios acabasse por se despenhar sobre a casa dos meus avós, nesse início de noite de verão, depois do jantar.

Até a empregada lá de casa eu tinha visto a remoer orações a Santa Bárbara, prenúncio certo de que as coisas poderiam descambar para o torto. Em noites parecidas, na minha casa lá por Vila Real, havia assistido a tudo entrar no breu, com as luzes a irem abaixo, às vezes com estrondo, uma vela a surgir e alguém, mais jeitoso, a ir colocar um filamento metálico no fusível. Nada que sossegasse minimamente uma criança, filho único, nada dada a riscos, temente ao escuro e ao desconhecido! Ao lado do meu tio, contudo, sentia-me protegido, ao ver a sua coragem para enfrentar os elementos, própria, penso hoje, de quem teve a infância no campo.

“Vais aprender a que distância está a trovoada.” Achei aquilo estranho. A trovoada andava por ali, saltitava, via-

-se, mas era um pouco etérea essa ideia de onde ela “estava”.

“Já viste que entre o instante em que vês o relâmpago, a luz, e o momento em que ouves o trovão, o ruído, passa um certo tempo?” De facto, notara isso, mas nunca ligara muito, eu que nunca tive uma grande curiosidade pelas coisas da natureza.

Ele explicou-me, então: “A luz anda mais rápido do que o som. O raio é praticamente instantâneo. O som é mais ‘preguiçoso’, anda a 330 metros por segundo. O que é que são 330 metros? Olha, é aí do Fundo de Vila até à estrada para Vila Real. Quer dizer: por cada três segundos que o som demora a chegar, isso significa que a trovoada está a um quilómetro, que é três vezes essa distância. Agora, olha e ouve-a bem!”

E lá fiquei eu a contar pelos dedos, num ritmo que equipei a segundos, o tempo que me demorou a ouvir o som correspondente ao raio seguinte que vira no céu. E recebi uma lição de geografia rural: se fosse a dois quilómetros, em linha, a trovoada andaria aí por Rebordochão ou por Vila Meá, se passassem cinco ou seis segundos já estava em Vila Pouca ou, se fosse para norte, depois de Sabroso, ia a caminho do Reigaz e de Oura.

Esta noite, sob a fortíssima trovoada que desabou sobre Lisboa, lá estive eu a fazer as minhas contas, trocando o Beato por Eiriz, Odivelas por Nuzedo, Algés por Soutelinho, a outra banda pelo Bragado. E lembrei-me que devo isso ao meu tio Fernando.

“Mas isso serve-te para alguma coisa?”, perguntará um cético, munido de alguma *app* que, se calhar, já foi criada para essas medições. Não sei, ou melhor, sei: sei que, entre saber ou não saber coisas, prefiro saber. Que se há-de fazer? Feitios!

(21.7.2020)

O *AVANTE!* E TRÁS-OS-MONTES

Nunca como este ano a Festa do *Avante!* se tornou tão polémica. Tendo o debate começado por boas razões, de ordem sanitária, logo se percebeu que o argumento acabou utilizado como arma de arremesso por quantos diabolizam o PCP.

E se, na primeira questão, alguma razão se poderia reconhecer aos contestatários da festa na Atalaia, já o peditório anticomunista subsequente tresanda a áreas políticas insalubres.

Tendo um grande respeito pela luta dos comunistas contra a ditadura marcelo-salazarista, estive na primeira Festa do *Avante!*, realizada na FIL, em Lisboa, em 1976. Depois, em 1978, voltei à festa, já então no Jamor. E, finalmente, em 1986, a uma outra edição, na Ajuda. Nunca estive no local onde o evento agora tem lugar, na Atalaia.

Mas a que propósito surge o título do artigo?, perguntará o leitor. Por três razões.

Da festa no Jamor, guardo na memória uma cena passada no “stand” transmontano onde, naturalmente, fiz questão de ir jantar. Encontrei então por lá um velho colega de escola primária, de Vila Real, que eu sabia ser responsável do PCP local. Surpreendido com a minha presença, e suspeitando-me – e bem! – como mero “turista político”, fez-me a pergunta: “Vieste cá à festa por vir ou vieste porque devias vir?” Saiu-me esta resposta: “Olha!, vim porque me apeteceu. E, tu, foste obrigado?” Não me recordo do que me respondeu.

A segunda nota transmontana prende-se com o pão da excelente padeira de Mirandela, de seu nome Seramota, que, ao que sei, todos os anos assegura uma presença comercial militante na festa comunista. No ano passado, quando, por esta altura do ano, passei por Mirandela para me abastecer do seu produto, fui informado de que a senhora estava de serviço na Atalaia.

A Festa do *Avante!* tem ainda uma interessante nota final, bem ligada a Trás-os-Montes, terra onde as ideias comunistas nunca tiveram um acolhimento eleitoral por aí além. Foi em Tuizelo, no distrito de Bragança, que os comunistas portugueses descortinaram a dança popular que, desde os anos 80, abre e fecha os seus comícios e tempos de antena, a *Carvalhesa*. A música acabou por se transformar num verdadeiro segundo hino do PCP, muito pela mão de Ruben de Carvalho, uma simpática e dialogante figura, que há mais de um ano saiu da cena da vida e que, por muito tempo, foi a principal cara da Festa do *Avante!* – e não escrevo “alma” por razões óbvias.

Todos os anos, a Festa do *Avante!* termina com toda a gente a dançar a *Carvalhesa*. Só podemos esperar que, neste ano de pandemia, o façam em total segurança.

(2.9.2020)

EU E O INFINITO

Eu não teria mais de quatro anos. Na saleta da “casa das tias”, irmãs da minha avó que viviam nas Pedras Salgadas, alguém analisava, em pormenor, fotografias antigas, com a ajuda de uma lupa.

O meu tio Fernando tinha-me mostrado, minutos antes, no terraço, como era possível incendiar um jornal com a lupa, posta ao sol. Eu estava fascinado com o instrumento, mas ninguém me deixava usá-lo, com medo de que eu o partisse.

“Posso ir com a lupa à cozinha? É só para ver uma coisa”, pedi eu, imagino que sem grande esperança. E tinha razão: ninguém permitia que eu tocassem na lupa.

A minha mãe, que sempre recordava esta história, dizia que me viram então desaparecer lá para dentro e, instantes depois, surgir com uma lata de fermento Royal na mão. “Quero ver esta lata com a lupa, para saber quantas latas lá estão.”

Passado um instante de perplexidade coletiva, todos compreenderam. O que eu pretendia era descobrir o mistério do rótulo, onde surge representada uma outra lata que, por sua vez, traz a imagem de outra, e por aí adiante.

“Ah! Queres descobrir o infinito?”, disse o meu pai. “Aqui na lata, ele acaba cedo, mas, se se colocar um espelho em frente ao outro, pode-se ir muito mais longe.”

O que ele foi dizer! Nunca tinha ouvido falar do infinito, mas logo esqueci a lupa, não descansando enquanto não se

montou ali uma operação com dois espelhos paralelos. Para eu ver o infinito. E vi, claro.

Do que nos lembramos quando num restaurante, como hoje me aconteceu, a conta chega numa lata de fermento Royal!

(24.9.2020)

AS MENINAS DA RAMPA

Quem se lembra? Era a meio da rampa do Calvário, lá por Vila Real, nos tempos em que o fluxo de trânsito era outro.

Os instrutores de condução levavam por ali os instruidos a aprender a fazer “inversão de marcha” – tal como os ensinavam a estacionar entre as árvores, a caminho da Meia Laranja. Os carros eram sempre uns Volkswagen “carocha”, com dois volantes.

Era então uma delícia ver os atrapalhados alunos a fazer “ponto de embraiagem”, para a frente e para trás, com as mudanças “a arranhar”, fortes gemedeiras do motor, freqüentemente a “ir-se abaixo”.

Lembro-me de meninas de pescoço esticado para os retrovisores, bem agarradas ao volante, afogueadas e coradas, pelo esforço que lhes era exigido, somado à “vergonha” pelos nossos olhares e ditos atrevidos. Elas apressadas pelo embaraço, nós sem termos nada para fazer na cidade chata de então.

E recordo-me bem do olhar feroz do senhor Miguel do Bazar, de cotovelo de fora da janela da porta do carro, a ouvir o Olívio “das bicicletas” recomendar, da comodidade gozona do passeio: “Ó menina! Meta bem a primeira!”

(12.11.2020)

A CIDADE E A ALCATIFA

Nem me perguntem para que é que eu queria um pedaço de alcatifa, em Luanda. A verdade é que, tendo sido obrigado, por falta de casa, a ir ocupar um pequeno apartamento que, na altura da independência de Angola, tinha sido acabado por um “pato-bravo” a “mata-cavalos”, com torneiras cimentadas à parede (sem nenhuma canalização por detrás, é verdade!), havia nele partes da sala com um “soalho” de cimento, que só um pedaço de alcatifa disfarçaria. Mas onde comprá-la, nessa Luanda sitiada pela guerra civil, quase sem lojas, no início dos anos 80?

O chanceler da embaixada, Novais Ferreira, que conhecia os escaninhos de Luanda como os dedos das suas mãos, disse-me que, em tempos não muito distantes, um determinado comerciante português tinha tido alcatifas. Não custava nada passar por lá, embora fosse ínfima a esperança de que ainda houvesse algo à venda.

Mas eu, que estava farto daquela nódoa na minha sala, que lhe dava um ar de terraço, nem quis ouvir outra coisa. E partimos para a loja do tal português, Lousada de seu nome, situada num edifício relativamente novo da zona baixa da cidade, na rua paralela à Marginal, a Avenida 4 de Fevereiro.

Era uma sala comprida, com escassíssimos produtos, a maioria dos quais com ar de ali estarem, não para consumo, mas “para encher montra”, como então por ali se dizia muito.

Ao fundo, estava um homem na casa dos 60 anos, refastelado numa cadeira, em frente a uma mesa de vidro. Era o tal Lousada, disse-me, em voz baixa, o Novais Ferreira.

O Lousada falava, num tom bem audível e que era para o ser, para uma pessoa que entretanto ia saindo, cruzando-se connosco, dizendo: “Ó homem! Nem as pense! Alcatifa? Por estes tempos, o meu amigo não encontra um metro que seja de alcatifa em Angola, de Cabinda ao Cunene! Tire daí o sentido!”

Que raio de coincidência! Olhei para o meu companheiro de diligência, disposto a acabar logo com a aventura. O Novais Ferreira continuava, contudo, a avançar pela sala, até que chegámos junto do homem. Apresentou-me como um dos diplomatas da embaixada, chegado a Luanda há uns meses. O Lousada não pareceu muito impressionado: estendeu-me a mão, mas não se levantou.

Nesse instante, vislumbrei, debaixo do vidro da mesa, uma fotografia. Era do próprio Lousada, com duas crianças pela mão. Atrás, na imagem, estava a estátua de Carvalho Araújo, na avenida com o mesmo nome, em Vila Real. Arrisquei: “O senhor Lousada tem alguma coisa a ver com Vila Real? É que eu sou de Vila Real.”

O Lousada abriu-se num sorriso, levantou o corpo, que então vi ser pequeno mas pesado, da cadeira onde até aí se tinha mantido sentado, deu a volta à mesa e veio dar-me um abraço. “Eu sou de...” e disse-me um nome de uma localidade do distrito que tanto podia ser Justes como Alijó, ou Murça ou outra por ali; tenho boa memória, mas nem tanto! Voltei a atirar ao alvo: “Por caso, não é parente do senhor Lousada, da tipografia da Rua Central?” Algo me sugeriu essa hipótese.

O sorriso do homem aumentou. Era, era de facto irmão daquela figura muito pequena, casado com uma senhora do

mesmo porte, que, desde a minha infância, eu via passear, de costas muito estendidas, pela ruas da cidade. Pelos vistos, não eram uma família que se distinguisse pelo grande porte físico. Talvez mesmo pelo inverso.

Com a Minerva, o Vilarealense e o Agostinho da Travessa, a indústria do Lousada fazia parte do quarteto de tipografias locais. Tinha porta aberta entre a tabacaria do Fernando “Choco” e a sapataria do Julinho, em frente à casa fotográfica do Marius e aos eletrodomésticos do irmão deste, o Dionísio. Inundei o Lousada de Luanda com estes pormenores, para adensar a confiança e a cumplicidade regionalista.

No final deste reconhecimento mútuo, embora ainda sem a menor esperança, adiantei: “Indo agora ao que me trouxe aqui, senhor Lousada: ando à procura de uns metros de alcatifa, mas, pelo que lhe ouvi dizer ao cliente que ia a sair, não há hipóteses, não é?”

O Lousada olhou para mim, sempre soridente, pôs-me a mão no braço e disse: “Não faça caso! De que cor quer a alcatifa?”

(14.11.2020)

O Sousa

O Sousa não gostava de mim. Notava-se, à léguia, há muito. O Sousa era, julgo, o contínuo mais velho do liceu. Não tinha o estilo futebolístico do Rocha, nem o ar desengonçado do Marques, nem o jeito comercial do Carminé. Mas cabia-lhe essa função inigualável de prestígio que era a gestão da entrada principal do liceu. Essa era uma zona que, por definição, nos era quase interdita, reservada aos trânsito dos professores ou para o cerimonioso acesso à secretaria, onde, atrás do balcão, nos olhava, com ar severo, o senhor Agarez.

Contudo, num certo ano, por algum tempo, creio que por virtude de obras de construção de uma das alas do edifício, a entrada de todos os alunos passou a ser feita por esse átrio central, o tal que cabia ao Sousa controlar. (O Alfredo Branco, de bata branca, nesse Primeiro de Dezembro, cantou, no palco do Teatro Avenida, para a posteridade: “*A entrada prò liceul/ desta linda capital/ já é feita como dantes/ pela porta principal./ Por causa das confusões/ p’ra evitar mais maçadas/ à entrada para o átrio/ está o código das estradas*”). Eu tinha, confesso que por vício antigo, a mania de chatear o Sousa. Não me perguntam porquê! Nem como! Inventava coisas para o atazarar.

Um dia, caiu neve na cidade. Como, ao que me dizem, hoje aconteceu. (Nesses tempos, nevava mais em Vila Real, acho eu). Desde a avenida, já desde o pelourinho (que, à época, estava em frente à Câmara, para quem não saiba), todos chegámos ao liceu, nessa manhã, a atirar bolas de neve uns aos

outros. Nesse dia, sei lá bem porquê, entrei no átrio com uma bola de neve na mão. E, da porta grande da entrada, por sobre a cabeça de quem estava no átrio, lancei essa bola de neve, em percurso circular, jogando com a lei de Newton. E ela foi aterrar onde? Num olho do Sousa. Esquerdo? Direito? Tenho boa memória, mas nem tanto! Quase seis décadas depois, ainda me pergunto: terá sido de propósito? Era mesmo num olho do Sousa que eu queria acertar? Esquerdo? Direito? Não sei. Mas, se foi, a minha pontaria, há que reconhecer, foi excelente, magnífica, única, certeira, impecável. Melhor era impossível, se acaso foi (foi?) deliberado. Mas, repito, ainda hoje não tenho a certeza e isso, como é óbvio, absolve-me, em absoluto, de quaisquer culpas. O Sousa, recordo, recuou, sob o impacto do pedaço de neve prensada saído da minha mão e, desestabilizado, foi visto a chocar contra uma daquelas vitrines envidraçadas nas quais, em manhãs de angústia, surgiam afixadas as nossa notas.

Eu, imagino agora!, intimamente impante pelo indispitável êxito do arremesso, mas ao mesmo tempo temeroso de ver consagrado em fúria o meu rigor de precisão no alvo, ter-me-ei esgueirado para dentro do liceu, a caminho das aulas, contando (creio!) que ninguém bufasse ao Sousa que fora eu o autor de tão apurado, porém genial, feito. Mas alguém disse, porque a cidade, como bem sabemos, nunca foi de total confiança!

E, ao final da tarde desse dia, no topo da escadas da minha casa, com quem é que eu deparei? Com a figura pesada e sombria do Sousa. A um oportunista “boa-tarde, senhor Sousa!”, não obtive réstia de resposta. Tive logo um mau pressentimento. E tinha razão. O Sousa tinha ido a minha casa, apurei logo por uma criada, para falar com o meu pai. E falou. Um quarto de hora mais tarde, lá levei eu um bufardo na cara,

dado pelo meu progenitor, como paga direta pela minha exce-
cional pontaria matinal. Era assim a lógica das coisas nesse
tempo. (E, valha a verdade, por muito que a pedagogia con-
temporânea me queira contrariar, essa bofetada não me trau-
matizou nada. Ou terá traumatizado? Por que razão lhes estou
a contar isto agora?) O Sousa, confirmava-se, não gostava de
mim. E eu, vou ser sincero, não gostava nada do Sousa. Pronto!
Estamos pagos!

(5.12.2020)

MEMÓRIA DO ÁLVARO

Hoje, lembrei-me de alguém de quem alguns leitores deste espaço ainda se recordarão: Álvaro Magalhães dos Santos. Morreu em 2007.

A política não é chamada para este espaço, mas acho que posso dizer que o Álvaro estava nos meus antípodas ideológicos. E, no entanto, ele não deixou de ser, até ao final da sua vida, um dos meus maiores amigos. Ainda hoje me faz falta.

Desde há muito que me tinha habituado à certeza de que eu e o Álvaro tínhamos precisamente a mesma idade, não obstante nos separarem bastantes anos na aritmética cronológica.

Alguns não perceberão isso, mas ele sabia: era a cumplicidade que tínhamos em tantas e tantas coisas, as ironias que partilhávamos, as historietas que trocávamos – em especial depois de, nos últimos anos, ele ter descoberto as virtudes do *e-mail*.

Nunca o senti mais velho do que eu; pelo contrário, nos últimos anos via-o cada vez mais próximo da irrequietude adolescente, do gosto pelo chiste, no humor provocatório, na sua forma solta de encarar a vida e até as grandes partidas que ela, às vezes, lhe pregou.

Em Vila Real, onde nasceu, filho de pai vianense como o meu, foi professor e dirigiu a casa da Mocidade Portuguesa, o que diz já alguma coisa. Licenciado em Germânicas, saltaria,

anos mais tarde, do ensino para a área da publicidade, onde foi um craque.

Andou depois pelo jornalismo, onde exerceu escrita humorística. Alguns se recordarão do “Vicente Gil”, que enchia uma página de *A Capital*. Escreveu n’*O Diabo* (“where else?”) e no *Correio da Manhã*, onde se especializou em imaginativos “balões”, com graças políticas nas fotografias.

Estou a ver-me, um dia, a entrar no jornal *A Capital*, algures em 1973, com o Zé Aguilar (que, no dia de hoje, infelizmente, por conjunturais razões de saúde, não poderá ler esta história), ambos fardados de tropas por empréstimo, numa visita de estudo, e de recebemos dele, que ali dirigia a publicidade, um sonoro: “Afinal, isto é só vila-realenses?! E, então, o padre Henrique e o Bertelo, não vieram?”

Encontrámo-nos várias vezes pelo mundo, um mundo que ele palmilhou como poucos, coletando notas e comparando vidas, com argúcia e graça.

Um dia, sem combinarmos, ao tempo em que eu vivia em Londres, demos de caras, um com o outro, numa bancada de um estádio em Glasgow, cachecóis verdes à volta do pescoço, gelados pelo frio escocês e, ainda mais, pela derrota inglória do nosso Sporting contra o Celtic.

Por horas perdidas, em cidades diversas de países vários, jantávamos episódios do passado e bebíamos recordações mútuas.

Em Oslo, lembro-me de inventariarmos figuras femininas da Bila, as quais, no nosso comum entender, se renderiam à virilidade das estatuetas do parque Vigeland.

No meu carro, numa viagem entre Londres e Bruxelas, a caminho da Europália, tivemos que pedir-lhe para suspender a enxurrada de anedotas, para não morrermos de uma barriada de riso.

O Álvaro era um contador de histórias notável. O seu repertório parecia inesgotável, com memória rara para anedotas, que contava com imensa graça.

Um dia, relatou-nos um episódio curiosíssimo, ocorrido em Londres.

Ele, que fora professor de inglês, tinha um gosto especial pelo mundo anglo-saxónico. Londres era a “sua” cidade e, quando por lá vivi, “asilou” algumas vezes na minha casa, como já o havia feito na Noruega. (Um parêntesis para dizer que o Álvaro era, muito provavelmente, o mais elaborado forreto que alguma vez conheci, como em outro dia relatarei.) Mas o episódio tinha sido bem antes desse tempo.

Álvaro comprara um dia, para um filho, no Hamleys, uns brinquedos, nas vésperas de um Natal. O Hamleys, para quem não saiba, é (julgo eu) o maior armazém do mundo de brinquedos.

À chegada ao hotel, deu-se conta de ter deixado o saco no táxi, como às vezes nos sucede. Não tendo referências do transporte, com o avião a partir horas depois, deu por perdida a compra, o que, conhecido o seu apego ao dinheiro, o deve ter deixado furibundo. Mas era a vida!

Uns anos mais tarde, também num táxi londrino, meteu conversa com um motorista e contou o episódio, que devia ser traumático para quem era tão cioso da sua bolsa. O homem perguntou-lhe se tinha recorrido ao serviço de *lost & found* dos táxis. O Álvaro retorquiu que não, porque partira quase de seguida para Portugal.

O taxista disse da existência, algures em East London, de um grande armazém onde eram recolhidos objetos deixados no *black cabs*. Quem sabe se o saco perdido do seu cliente não estaria por lá...

O Álvaro foi a matutar naquilo para o hotel. A compra não havia sido muito cara, mas a possibilidade de a recuperar ficou a borbulhar na sua cabeça. Ir de táxi ao tal armazém, era impensável: ficaria talvez mais caro do que o preço do brinquedo.

Decidiu, finalmente, ir de metro, não obstante nevar sobre Londres por esses dias. A jornada ia fazer-lhe perder uma tarde na National Gallery (onde a entrada era gratuita...), mas paciência!

Da saída do metro até ao tal armazém ainda foi um bom bocado, sob a neve que caía e o encharcado desagradável pelos passeios. Mas ele estava determinado. O armazém tinha um ar exteriormente algo decrépito.

Tocou a uma campainha, atendeu-o um rapaz com um ar de *punk* que lhe indicou um balcão, por detrás do qual havia uma quantidade impressionante de estantes, com caixas. Imaginou o mundo que por ali estaria. Esperou um bom bocado, até que lhe apareceu um tipo corcunda, de óculos muito graduados, com sotaque irlandês.

O Álvaro tinha-se munido da data em que, cerca de três anos antes, viajara no táxi no qual se esquecera da prenda para o filho. Com calma, mas com método, viu o homem procurar um de entre vários livros de registo, de formato longo, estendendo-o sobre o balcão. Notou que estava todo manuscrito, com várias indicações, do registo das viaturas à natureza dos objetos perdidos.

À indicação de que tinha sido num táxi entre Regent Street e Bayswater, onde o Álvaro estivera num hotel baratucço, como era seu timbre, o funcionário do armazém perguntou: “A que horas foi?” O Álvaro disse que tinha sido pouco depois das sete da tarde e viu o homem fazer um esperançoso sinal afirmativo com a cabeça, enquanto percorria com o dedo as

linhas do livro. “Disse-me que era um saco do Hamleys? Tinha um tom avermelhado?”

Não, não era possível! Tinha, de facto, um tom avermelhado! O homem, sempre sem expressão, voltou-lhe as costas e encaminhou-se para um dos longos corredores com prateleiras. O Álvaro ainda teve a tentação de olhar o registo que, aparentemente, mobilizara o homem, mas este havia tido o cuidado de colocar o livro longe da sua vista.

Passou-se aquilo que ele contou como uns longos minutos. No silêncio geral em que o armazém estava mergulhado, ouvia-se apenas o arrastar do que parecia ser uma escada de acesso às prateleiras, uns ruídos de afastamento de objetos. Finalmente, o homem surgiu, ao fundo. Trazia na mão uma caixa grande de cartão que pousou sobre o balcão.

O Álvaro estava radiante! O homem conferiu de novo o livro de registo e, voltando-se para o meu amigo, disse, sempre sem expressão: “Não está cá nada!”

Caiu das nuvens! “Mas, então, e essa caixa?” O homem, pela primeira vez, pareceu surpreendido. “Esta caixa? Ah! Não tem nada a ver consigo. Estava mal colocada e trouxe-a para corrigir o registo.”

Tanto esforço para nada! Intrigado, o Álvaro teve uma derradeira reação: “Mas porque é que me tinha dito que o saco era em tons de vermelho? Pensei que isso significasse que tinha aí registado isso!”

Pela primeira vez, o rosto seco do homem abriu-se um pouco, num esgar entre o sorriso e o que pareceu ser um tom de gozo: “Os sacos do Hamleys são sempre em tons de vermelho.”

O Álvaro levava um bom quarto de hora a contar este episódio, recheando-o de pormenores, de notas que nos faziam vivê-lo como se estivéssemos a participar da cena. Tenho pena de nunca mais o poder ouvir de novo.

Dedico esta historieta ao seu irmão Quim Zé, um homem de Vila Real “exilado” na Beira Litoral, a quem desejo o melhor Natal possível.

(13.12.2020)

VIDAS

Soube que morreu, há meses. A morte esteve sempre ligada à sua vida. Dirigia a mais reputada casa funerária da cidade. Era um homem de uma imensa delicadeza, o senhor Euclides.

Por quatro vezes, bem contadas, recordo bem, naquelas horas, fora do dia normal, em que, por regra, as tragédias familiares se consumam, tive com ele as curtas conversas telefónicas que sempre é necessário ter.

Em todas, sem exceção, recordo a sua serenidade, a sua atenção e, em especial, a disponibilidade imediata para nos libertar de tudo o que pudesse pesar sobre o momento, sempre penoso, que atravessávamos. “Não se preocupe. Vou já para aí. Eu trato de tudo.” E tratava, com discrição, educação, sem o menor alarde, com um profissionalismo exemplar.

Quando ia a Vila Real e passava junto da sua loja, e se acaso o vislumbrava no interior, sempre trajando entre o negro e o cinzento, entrava a cumprimentá-lo. Fazia-o com gosto, porque era a retribuição mínima que a sua sempre delicada atenção justificava.

Um dia, perto de um Natal, para lhe dar Boas-Festas, associei à sua porta, ali em frente ao Santoalha, ao lado da montra com figuras religiosas e anúncios de alguns mortos que o meu longo afastamento da cidade me faz já desconhecer.

Eu estava, ao tempo, embaixador em Paris e, ao ver-me, o senhor Euclides saiu de trás do balcão para me cumprimentar:

“Ainda hoje falei do senhor embaixador a um colega de Portalegre. Ele foi a França buscar um cadáver e queixou-se-me das demoras consulares por lá.”

Burocrático, tentando mostrar a utilidade da minha função, recordo-me de ter reagido: “Esteja à vontade, senhor Euclides! Quando lhe puder ser útil, é só dizer!”

Ao virar a esquina, olhando a montra do ourives e com o Bragança ainda com jornais, dei comigo a pensar: entra-se para uma carreira diplomática com o sonho de fazer parte de grandes negociações internacionais, para acabarmos a disponibilizar-nos para agilizar negócios da morte.

Enfim, é a vida!

(17.12.2020)

Foi-se o Zé Aguilar

O Zé era um pouco mais velho do que eu. Começou por morar, lá em Vila Real, na Miguel Bombarda, ao tempo em que eu vivia na Alexandre Herculano, no mesmo grande quarteirão. Com a Teresa e o Jorge (Jói), o Zé era filho do homónimo Dr. José Aguilar, advogado e escritor das horas vagas, fotógrafo de mérito, figura muito marcante da cidade, de quem o Zé terá herdado um pouco o tom de voz – e a profissão, claro.

A mim e ao Zé juntaram-nos as iniciativas lúdicas do João Ladislau que, na nossa juventude, inventava coisas levadas da breca. Organizámos uma volta ao circuito, em bicicleta, com várias metas: à medida que os atletas completavam os percursos, as metas eram desmontadas e iam para outro local, com os ciclistas a aguardar para partir de novo, de Sumol em punho. Com o Zé e o João fiz, de vela na mão, de gatas, o aventuroso percurso das canalizações, então ainda não inauguradas, claro, do novo saneamento da Marginal, insultando os passantes de dentro das gateiras.

A família do Zé mudou depois de casa, para o Diogo Cão, e víamo-nos menos. Mas ainda nos cruzámos bastante em noites do Club de Vila Real, onde o Zé era o terror do senhor Fernando, como autor de “partidas” memoráveis. Foi depois para a universidade, de onde um dia veio “doutor”, para a cidade, de início para secretário do Governo Civil.

Em 1969, comigo do lado da Oposição e ele do Regime, já marcelista, tivemos ferozes debates à mesa da Gomes, com

o João Bé do meu lado, na provocação às autoridades então dominantes. O Zé dizia que eu não conseguia discutir sem ter uma caneta na mão, que fazia rodar no vidro das antigas mesas da Gomes (digo antigas, porque me chegou que as atuais são de mármore). Daí em diante, para o resto da vida, não terá havido uma única vez em que o Zé me encontrasse sem que ele próprio não sacasse, de imediato, de uma caneta, rindo-se, preparando o prolongamento de uma suposta discussão. A verdade é que, depois desse tempo, nunca discutimos muito, embora continuássemos em polos oposto das ideias da política. Mas rimos sempre imenso.

Reencontrámo-nos, um dia, aos abraços, na tropa, em Lisboa, onde ambos fomos garbosos oficiais de Ação Psicológica. O Zé regressou, entretanto e em definitivo, a Vila Real. Eu mantive-me, para sempre, a viver fora. Víamo-nos nas férias, trocávamos histórias, graçolas, ressublinhávamos, quase sempre por provocação dele, as nossas continuadas diferenças.

Um dia, “contratei-o” como advogado, para um diferendo qualquer, com uma vizinhança incomodativa para a casa do meu pai: ganhámos. A última vez em que falámos, mais longamente, foi à mesa da Pompeia, num final de tarde, numa bela iniciativa do Elísio Neves. Soube então dos seus regulares encontros, pelo mundo, com o José Luís Carneiro, nosso colega de infância, em viagens e aventuras magníficas, que nos contou.

A pandemia, disseram-me há pouco, levou-nos agora o Zé, cuja luta contra o vírus eu ia acompanhando, nos últimos dias. Tenho qualquer coisa de fatídico, nos períodos de Natal, lá por Vila Real, no tocante à perda de amigos pessoais: foi nesse tempo que levámos a enterrar o Sérgio Moutinho, o José Araújo, o Manuel Fernandes, o Eduardo Lopes da Silva.

Agora, estando fora da cidade, não vou poder acompanhar o Zé até à sua última morada, como os jornalistas sem imaginação costumam descrever os funerais. Deixo ao Jói e a toda a restante família do meu velho amigo Zé Aguilar um abraço, raivoso de impotência e de imenso pesar.

(26.12.2020)

A VACINA

Em tempo de vacinas, lembrei-me desta historieta.

O nome não interessa. Era um homem simpático, uma daquelas figuras que, lá por Vila Real, faziam umas horas de trabalho na Mocidade Portuguesa. Na pior das hipóteses, por subordinação ideológica, na melhor, para acrescentar uns tostões ao seu salário. Alguns, contudo, deviam acumular.

Um dia, para uma das minhas idas à boleia pelo estrangeiro, necessitei de um saco alpino. Alguém me disse que poderia pedir um, de empréstimo, na Mocidade Portuguesa. Fui falar com o tal tipo que, com a maior disponibilidade, se prontificou a emprestar um saco. Combinei um encontro com ele no café Excelsior e dali fomos, depois do jantar, a pé, rua Direita adiante, até à Mocidade, onde hoje é o Arquivo Distrital.

Para encher conversa, pelo caminho, disse-lhe que tinha ido, nesse dia, apanhar a vacina contra a cólera, então exigida pela França a quem ia de Portugal. (Dias depois, chegado à fronteira, em Hendaye, fui obrigado a engolir dois comprimidos anticólera, porque os franceses deviam desconfiar dos nossos boletins de vacinas).

O nosso homem comentou: “Isso da vacina contra a cólera devia ser obrigatório para toda a gente. É que há cada vez mais malucos!”

No momento, não percebi e perguntei: “Mas o que têm os malucos a ver com a vacina?”

“Tudo! Ainda há dois dias apanharam um doido em Loredelo, a partir carros, aos berros, cheio de “cólera”. Se a vacina contra a cólera fosse dada a toda a gente, reduzia-se muito a ocupação dos manicómios. Mas deve ser cara!”

O nosso homem estava mesmo convencido de que a cólera tratada pela vacina equivalia à “cólera” que, às vezes, afeta o comportamento de alguns. E que o Regime, só por falta de dinheiro, é que não reduzia a “cólera” que andava pelo País. Por piedade, e também porque ainda não tinha o saco alpino na mão, guardei um prudente silêncio.

(27.12.2020)

A OUTRA CIDADE

Vamos chamar as coisas, que não as pessoas, pelos seus nomes.

Na minha juventude, lá por Vila Real, a homossexualidade masculina era um tema estranho de que, em absoluto, se não falava em família. Nos círculos adolescentes em que me movia, quase sem exceção, o assunto era abordado de forma “grossa”, contundente, como se houvesse a necessidade precaucionária de criar uma barreira agreste de palavras entre nós e esse (outro) mundo.

A homossexualidade feminina, essa, então, era um tabu: havia umas senhoras que viviam juntas, mas era tido como maldade daí deduzir que se tratava de algo mais do que uma conveniente amizade. E, às vezes, quem sabe, até podia ser o caso.

A cidade tinha então os seus “maricas”, conhecidos e “recenseados” pela voz pública. Eram poucos, uma dezena ou uma dúzia, quase todos identificados por ademanes no comportamento, alguma bizarria no vestuário e nos jeitos do andar, caricaturas que eliminavam quaisquer residuais dúvidas na sua catalogação.

Eram figuras tidas como tal nas conversas entre amigos (homens, sempre), objeto fácil para ditos em tom jocoso (às vezes, de forma semanticamente bem agressiva), pessoas que, em alguns casos (em especial se fossem mais pobres ou “distantes”, na coreografia física que apresentavam), se arriscavam

a ser brindadas com apartes pelas ruas, provindos da “coragem” de grupos machistas que se cruzavam com eles.

O “teste do algodão”, para consolidar qualquer rumor sobre alguém, era descortiná-lo em algum *trottoir* por perto do RI13, cuja fauna fardada se dizia fazer as suas delícias. A notícia corria, célere, cruel e o julgamento era definitivo.

Às vezes, se o visado tinha maior importância social, e eram menos evidentes os sinais exteriores da sua condição sexual, ele era incluído na classe mais equívoca dos “solteirões”, um estatuto que, na prática, os deixava à espera de melhor “prova”.

Nos dias de hoje, com a abertura da sociedade e com a saudável evolução das mentalidades a moldar-nos a atitude (falo também por mim), podemos melhor imaginar o que terá sido o drama de muitos homossexuais numa cidade com a matriz fechada de Vila Real dos anos 50 ou 60 (e quem diz Vila Real podia dizer Bragança, Leiria, Portalegre e urbes afins).

É que eles, na realidade, não deviam ser uma dezena ou uma dúzia! Quantos mais não haveria, escondidos, reprimidos, no sofrimento da clandestinidade da sua condição, a ter de ser superada por uma fachada de comportamento mais ou menos machista que, em alguns casos, pode ter mesmo forçado ao teatro de um casamento.

Vila Real, como o País em geral, em meia dúzia de décadas, cresceu imenso em transparência, em autorreconhecimento, em denúncia da hipocrisia. E, também por isso, cresceu em humanidade. As discriminações não desapareceram por completo, muitos preconceitos ainda persistem. Mas há um imenso mundo de diferenças. A liberdade também passou por aqui.

(31.12.2020)

MESAS PERDIDAS

Foi no início deste século. Tinha tido o cuidado de telefonar para aquele restaurante, nas cercanias de Vila Real, por terras por onde Camilo tinha andado, pedindo para terem preparado um determinado prato, para ser servido logo que chegássemos.

A pressa era justificada pelo facto do levarmos connosco uma pessoa muito idosa, cujo tempo de permanência à mesa queríamos encurtar, por razões de saúde. Explicámos isso mesmo. Foi-nos prometido que tudo seria feito como desejávamos.

Chegámos, naturalmente, à hora acordada. Era um domingo soalheiro, com uma luminosidade que entrava pelo envidraçado da sala, já com alguns clientes. A nossa mesa lá estava, indicada pelo empregado que nos recebia, que constatei ser a pessoa com quem eu havia combinado as coisas. Era, aliás, o único empregado visível no restaurante.

Notei-o, desde o início, um tanto tenso. O tempo foi passando e começámos a perceber que o pedido que eu tivera o cuidado antecipado de fazer afinal não estava pronto. Chamei o empregado e fiz notar o meu desagrado. Já não sei como, percebi que comungava do meu mal-estar, com uma atitude que revelava a sua impotência.

Não tinha passado um minuto quando, entre a sala e a cozinha, entre o empregado e um cavalheiro que dava ares de dono, se criou uma altercação ruidosa. Os nossos pedidos

estariam, ao que parece, no centro da polémica: o empregado havia-os transmitido, a tempo e horas, mas não fora dada sequência útil à sua indicação. Agora, era a sua cara, perante o cliente, que estava em causa. Daí a indignação pelo descaso que afetava a imagem profissional do seu serviço.

Os olhares das mesas convergiam para a troca de argumentos, a qual, na lógica habitual destas coisas, sabíamos que acabaria por ser resolvida a favor do patrão.

Naquele dia, porém, as coisas passaram-se de forma diferente. O incidente com o nosso pedido fora, aparentemente, a gota de água que fez transbordar o copo. Mas, com toda a certeza, haveria por ali muitas coisas acumuladas do passado. A voz do empregado foi subindo de tom, sem que o que dizia o seu interlocutor acabasse por prevalecer: “Sabe que mais? O senhor não sabe dirigir um restaurante! Estou farto! Vou-me embora!” – e a sala, incrédula, viu aquele que era o único empregado atirar o avental para um balcão e sair porta fora.

O patrão, desautorizado, de cara fechada, teve de tomar conta das mesas. Da cozinha, em emergência, avançou, para o ajudar, uma figura feminina, como último recurso. Já nem recordo como se comeu, embora tenha, na memória acumulada de todas as vezes em que por ali passei, a ideia de um declínio inexorável da oferta. Há restaurantes que passam, perdidos no tempo.

Devo ser um recordista mundial de cenas similares. Por duas vezes, ambas nos anos 70, assisti a episódios com idênticos contornos, uma vez num restaurante de Loures, outra, não muito longe, na Flamenga, junto a Santo António dos Cavaleiros, onde então vivia. Da segunda vez, houve mesmo pugilato à mistura, somando uma coreografia de espetáculo à refeição. Sem preço acrescido, diga-se.

Passaram alguns anos. Estava num grande jantar de aniversário, na sala do único hotel de Vila Real. Já tínhamos ouvido o Abreu ao piano e a refeição corria normalmente. A certo passo, o empregado que me servia perguntou-me, em tom baixo, com um sorriso: “Já não se lembra de mim, pois não?” Olhei para ele e, de facto, a cara nada me dizia. Ele adiantou: “Não está recordado de uma cena num restaurante, aqui perto da cidade, com o empregado a ir-se embora a meio de uma refeição?” Fez-se-me luz! Era ele! Ali estava, felizmente, com emprego! Fiquei com uma grande simpatia por aquele homem. Afinal, eu estivera na origem imediata de um capítulo marcante da sua vida.

(19.1.2020)

O EXCELSIOR E O CAFÉ DE TIMOR

No desaparecido Café Excelsior, em Vila Real, na parede por detrás do balcão, havia um caixilho que enquadrava uns dizeres, escritos sobre um papel bege: “O melhor café é o de Timor.”

Eu era miúdo e, por essa época, nem café bebia, mas via o meu pai e o meu avô serem servidos do produto pelo Manuel “Rato” ou por um outro empregado mais forte, com “pés de chumbo”, que era pousado naquelas mesas pequenas com tampo de mármore muito amarelado e raiado a verde, com açucareiros de metal com dupla tampa, connosco sentados numas cadeiras extraordinárias, em couro trabalhado, com as iniciais do café.

Timor era uma coisa distante, de que se falava muito pouco, uma terra no meio da Oceania, de onde não havia notícias. E, aprendi eu na vida, com assumida arrogância eurocêntrica, quando, do mundo “subdesenvolvido”, não há notícias, costuma ser bom sinal!

O Excelsior era um grande café de referência na nossa cidade.

Por aqui tenho falado dos seus bilhares – onde o Chico Menezes, o Olívio e o ciclista Firmino Claudino davam cartas – e da sua sala do dominó, onde, além do dito dominó, outras cartas também se jogavam.

(Hesito em referir, por pudor, a escada, a pique, para os sanitários, de onde, em tempos de calor, exalava um odor a

ácido úrico que alguém, com óbvio exagero, disse, um dia, que, abertas as janelas, “em dias regulares, enchia a sala das ‘permanentes’ das senhoras do Pimentel cabeleireiro, atingia o largo do Vilarealense e, em históricas rabanadas de vento, chegava a entrar pela Capela Nova e dava a volta à Misericórdia”...)

Creio nunca ter visto isso referido por escrito mas, nos anos 50, no Excelsior havia, por vezes, espetáculos, depois do jantar, com ilusionistas e outras figuras visitantes, dotadas para algumas artes. Pagava-se para assistir. Os espectadores eram, claro!, exclusivamente homens, porque as senhoras, nesse tempo, não iam aos cafés (a nenhum!) depois do jantar. Houve também por ali sessões de hipnotismo – eu vi! – e tenho na memória uma apresentação de um “fenómeno” que sabia 18 línguas (deve-nos ter baratinado, a nós que então sabíamos uma ou duas). Posso estar equivocado, mas nenhum outro café de Vila Real teve uma tão diversificada atividade artística.

Por que trago o Excelsior aqui, hoje? Porque, para fazer o meu café de balão, uma “mão amiga” ofereceu-me um belo café de Timor, que juntei a outro que, há pouco mais de um ano, eu próprio trouxe da Colômbia. Fizeram um lote excelente!

Em tempo:

O meu amigo Mário Fernandes Pinto, que é o curador da memória do saudoso “Excelsior”, lembrou, a propósito deste num comentário no Facebook, um folheto do café onde se lê e que aqui reproduzo, com a devida vénia:

*Bebi agora um café
que era mesmo um primor
e sabeis de onde é que é?
é o café de Timor*

*Este café só se toma
naquele café da esquina
onde vai depois que coma
toda a nossa gente fina*

*E nunca ficareis mal
pois que eu digo e não me calo
que o EXCELSIOR de que falo*

*é um CAFÉ ideal
e agora já não me ralo
pois também lá vou tomá-lo.*

(21.2.2021)

PALMAS A TOMAZ

“Queres ir à posse do presidente da República? Posso arranjar um convite para ti.”

A pergunta foi-me feita, de forma soridente e algo desafiante, durante um jantar em casa de família, em Lisboa, por um tio, casado com a irmã da minha mãe, deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Vila Real.

Estávamos em 1972. Américo Tomaz era o presidente em questão. Tratava-se da sua segunda recondução. Em 1958, em compita com Humberto Delgado, num ato eleitoral, por sufrágio direto universal, de que a História acolheu para sempre as flagrantes fraudes, Tomaz chegara à presidência.

O Regime havia aprendido bem as lições desse momento atribulado. E, para evitar sobressaltos democráticos, mudou a lei. O presidente deixou de ser eleito por sufrágio popular e passou a ser escolhido por um “colégio eleitoral” composto pelos deputados à Assembleia Nacional, pelos procuradores à Câmara Corporativa e por algumas figuras mais. O controlo do resultado do exercício ficava assim garantido. Já fora “reeleito” assim em 1965.

A saída de cena de Salazar e a entrada em funções de Marcelo Caetano não mudaram as regras do jogo. Por isso, não obstante alguma movimentação por parte da “Ala Liberal” de Francisco Sá Carneiro, para encontrar um candidato alternativo, Tomaz acabaria por ser “reeleito”, em 1972. O irrequieto deputado não tardaria a fartar-se da cinzenta

“primavera marcelista” e a resignar ao cargo, regressando ao Porto.

Ir ver a posse de Tomaz?! Tenho, em geral, uma visão muito lúdica das coisas. Ir à posse do presidente, seria um *must*. Creio que disse logo que sim.

Recordava-me da figura de Tomaz, numa deslocação a Vila Real, algures nos anos 60. Eu tinha subido para uma janela do edifício da Gomes para ver “o supremo magistrado da nação”, “o venerando chefe de Estado”, como a imprensa gongórica o designava, sem o menor entusiasmo, mas com alguma curiosidade. Ainda o estou a ver a surgir, da Avenida, entre a Gomes e a Brasileira, rodeado das figuras locais do Regime, com colegas meus, de capa e batina, escoltando a manifestação, que seguia, creio, para a Rua Direita.

Dois anos antes desse convite do meu tio, eu tinha estado bem ativo na campanha da CDE de Vila Real, que combatera a lista da União Nacional, de que o meu tio tinha sido o primeiro candidato. Mas as nossas relações eram, e foram-no até ao final da sua vida, excelentes. A política não nos dividia minimamente. Foi sempre um dos meus maiores amigos.

A família, à volta da mesa, estava imensamente divertida. Então o proclamado “esquerdisto”, que tinha andado nas lides do associativismo universitário (à época, era estudante-trabalhador, como funcionário bancário), sempre a clamar contra o Regime, não resistia a ir ser *voyeur* de um evento da “Situação”?! A verdade é que a minha curiosidade estava a suplantar, pelo desafio, a minha coerência. Achava deliciosamente divertida, e irresistível, a possibilidade de observar, de perto, aquele espetáculo de pompa e protocolo.

E assim, dias depois, de casaco (tenho impressão de que, à época, não usava fatos) e gravata, com o convite na mão, lá me apresentei na porta lateral de S. Bento, num dia de agosto de

1972. Acabei numa galeria alta, sentado ao lado de gente que, de todo, não conhecia. Apenas me recordo de estar bem de frente para a cena.

O espaço, como toda a Assembleia, estava apinhado. Todo o Regime, dos próceres aos turiferários (os dicionários alguma utilidade hão de ter!), estava ali reunido. A certa altura, Tomaz entrou na sala, com Marcelo e alguns maiorais do Regime, tudo de labita e condecorações.

As galerias, unânimes, levantaram-se e, por minutos, aplaudiram. Tal como o iriam fazer no termo dos discursos e das cenas formais que se seguiram, até ao final da cerimónia, de que deixo a única imagem que descobri, cheia de brumas (devem ser as tais “brumas da memória”!).

Deixo à imaginação fértil do leitor o que terei eu feito naquela situação, com toda a gente, à minha volta, a bater as mãos! Quem me tinha mandado a mim brincar com coisas sérias!

Há horas, ao assistir na televisão à cerimónia de posse, na recondução de Marcelo Rebelo de Sousa, lembrei-me – confesso que era uma cena que já quase tinha esquecido, e eu costumo esquecer poucas coisas – desse meu dia de imenso embaraço, há mais de meio século.

Porém, que fique claro: se, esta manhã, eu tivesse estado em S. Bento, teria aplaudido. Desta vez, convictamente.

(9.3.2021)

UM HOMEM SOLIDÁRIO

Do nosso terraço, naquele final dos anos cinquenta do século passado, via-se, ao longe, uma moradia branca a que eu ouvia chamar “a casa de saúde do doutor Otílio”. Que me conste, felizmente, nunca ninguém da família teve necessidade de lá ir parar.

“É ali que opera, todos os meses, vindo de Coimbra, o Bissaya”, também escutava, desde sempre, num registo que traduzia alguma admiração. Alguém vir, de fora, para operar doentes em Vila Real, naquela época, devia ser obra. E só com o tempo é que vim a saber que “o Bissaya”, Bissaya Barreto, era então um confidente muito próximo de Salazar.

Curiosamente, o doutor Otílio era conhecido como um declarado opositor do ditador. Porém, não obstante as discordâncias políticas que os separavam, sabia-se que os dois médicos eram bastante amigos. Como grande amigo de Otílio Figueiredo era também o meu tio Humberto de Carvalho, que, ao tempo, na cidade, era uma proeminente personalidade da “Situação”.

A primeira imagem que tenho da figura de Otílio Figueiredo é a de alguém que se passeava por Vila Real, muito esticado, cabeça levantada, com uma larga cabeleira, um “cabelo à poeta”, como então se dizia. Tinha um fáceis grave, como à época era de bom tom ser afivelado pelos cavalheiros com peso na urbe. Embora sem nunca o ter conhecido pessoalmente,

recordo que tinha dele uma ideia simpática, ao vê-lo com a sua bigodaça de estilo.

Dizia-se que, para além da profissão, se dedicava à escrita, coisa comum a médicos e a alguns advogados, um jeito muitas vezes trazido de Coimbra. Na minha família, unanimemente, “o Otílio” era visto como “um homem de bem”, politicamente “muito direito” (o que, na boca do meu pai, era altamente elogioso) e “muito boa pessoa”, como sempre ouvia dizer ao meu tio e seu grande amigo.

Otílio Figueiredo, como se disse, era uma personalidade destacada do “reviralho” local. E a sua família também. Lá por casa, comentava-se: “Os filhos do Otílio têm ideias avançadas!”, um qualificativo que, à época, dizia tudo. Um dia, imagino, ter-se-á registado o rumor (que, afinal, era uma certeza) de que um dos filhos do médico oposicionista, o Eurico, tinha ido para o estrangeiro, para fugir à PIDE.

Tinha pouco mais de 20 anos quando conheci pessoalmente Otílio Figueiredo. Num final de tarde de agosto de 1969, o meu amigo António Leite, numa mesa da Gomes, disse-me ter tido lugar, poucos dias antes, na sala de “explicações” da sua avó, a professora dona Dirceia, uma reunião preparatória da criação de uma lista oposicionista, para concorrer às eleições legislativas de outubro desse ano. O meu nome fora então mencionado para ser convidado a juntar-me ao grupo, tendo ele ficado encarregado de me contactar.

Eu era então um estudante universitário em férias. Meses antes, tinha tido o meu banho de iniciação política: a eleição da lista associativa de que eu fazia parte, numa posição modesta, tinha sido “não homologada” pelo Governo (não por minha causa, claro!). Depois disso, em Lisboa, tinha andado envolvido em algumas movimentações políticas, embora sem grande significado. Sem partido, eu era

então um radical, numa aprendizagem acelerada do marxismo.

Ironicamente, tinha acabado de passar férias em França com o meu tio Humberto de Carvalho, o tal homem local do Regime.

Antigo presidente da Câmara Municipal, esse meu tio tinha, nos últimos anos, regressado à sua vida de engenheiro. Porém, nesse ano de 1969, não tinha resistido ao apelo da “primavera marcelista” e preparava-se para ser o cabeça de lista da União Nacional ao ato eleitoral que se aproximava. Tinha-me falado nisso, em confidênciа, numa conversa em Biarritz, durante as férias. Ainda antes, e para poder acompanhá-lo, e porque eu estava na idade “da tropa”, tínhamos ido ver o governador civil, Torcato de Magalhães, que, sob a fiança da sua palavra, ordenou ao secretário do Governo Civil, o meu amigo José Aguilar, para emitir o documento que ia permitir a minha viagem.

Não obstante esse facto, decidi aceitar o convite transmitido pelo António Leite. Numa noite, no carro de Délio Machado, fui com ele à casa de Otílio Figueiredo.

Com grande simpatia, explicou-me o propósito da Comissão Democrática Eleitoral (CDE): ser uma frente unitária que congregasse todos os oposicionistas locais. Não o disse, mas eu entendi: do “reviralhismo” republicano tradicional, aos (poucos) comunistas que por ali havia, passando naturalmente por figuras próximas do grupo de Mário Soares, como era o próprio Délio Machado. E, somando a tudo isso, havia um velho amigo, a figura do João Bouquet, a grande alma organizativa da CDE. Ou melhor, da CDEVR, porque a sigla pretendia ser uma marca distintiva das CDE de Lisboa, Porto e Braga, bem mais radicais. O João era então, entre nós, um homem difícil de qualificar politicamente: era simplesmente a alegria revolucionária em pessoa.

Começou nessa noite uma bela aventura, sob a liderança de Otílio Figueiredo. Poucos dias depois, com ele e com Délio Machado, fiz parte do trio que foi fazer entrega ao governador civil da lista oposicionista do distrito, que tinha Otílio à cabeça. Ainda estou a ver a cara de espanto de Torcato de Magalhães, ao deparar comigo – a mesma pessoa que, menos de dois meses antes, ali tinha vindo com o líder da União Nacional pedir um passaporte... Nunca tive por ingênuo o gesto de Otílio Figueiredo e de Délio Machado ao convocarem-me para esta cena. E sempre registei o *fair play* do meu tio, ao aceitar, com naturalidade, que eu tivesse decidido ir por um caminho político diferente do seu.

Otílio Figueiredo era um líder incontestado, mesmo a nível distrital. Paciente, bem-humorado, aturava algumas ideias mais “avançadas” que eu propunha e que traduzia em textos enviados para a imprensa em nome da CDEVR, textos que, o mais das vezes, nos dias seguintes ao envio para publicação, víamos selvaticamente cortados pela censura.

As reuniões, naquele andar de topo do prédio da Gomes, eram sempre momentos políticos interessantes.

Para a pequena história divertida, ficou uma cena com um velho “reviralhista”, que acumulava com o facto de ser um insuportável chato, a quem Otílio, já exasperado, pediu, a certa altura: “Olha lá! Não te importavas de ir ali ao Bragança comprar meia folha de papel selado?” Perguntado, após a saída do homem, se estava a pensar fazer algum requerimento, fez um gesto de cansaço: “Nada disso! É que eu já o não conseguia aturar. E assim ganhamos uns minutos de sossego!”

Foram muitos os episódios que vivemos juntos, nessas semanas intensas e excitantes.

Numa noite, a decisão de nos associarmos, ou não, a uma posição coletiva da Oposição, a nível nacional, na resposta a

um telefonema de Lisboa, de Mário Sottomayor Cardia, obrigou a uma reunião de emergência, em casa de Otílio.

No auge da discussão – na qual ele procurava ser a bissetriz entre duas alas, sobre a questão colonial, representadas pelo meu radicalismo e pela moderação de Délio Machado –, tive um ataque de riso, sem o poder explicar: é que o bizarro e inenarrável pijama às riscas de Otílio de Figueiredo, que se tinha levantado da cama para moderar a decisão, me pareceu, num determinado momento, não “rimar” com a gravidade do tema. Não sei como me contive por entre as gargalhadas que travava.

Desse belo tempo de 1969, recordo, finalmente, aquela que terá sido a minha única, se bem que educada e respeitosa, altercação com Otílio Figueiredo.

Foi nas horas subsequentes ao comício oposicionista no Teatro Avenida. Furibundo com o facto de um dos membros da nossa lista eleitoral, no seu discurso, ter afirmado que “o Ultramar deve continuar a ser português”, apresentei a minha demissão e recusei-me a integrar a delegação da CDEVR a uma reunião da Oposição a nível nacional, que teria lugar horas depois.

Otílio Figueiredo achou despropositada a minha reação e disse-mo. Eu afirmei, com ênfase, que contestar a posição anticolonial era uma linha vermelha a que eu não podia associar-me. Demiti-me, assim, da CDEVR, a poucas horas da votação.

A nossa Oposição vila-realense não teve um resultado brilhante. Nenhum dos nossos candidatos foi eleito. Nada que nos surpreendesse muito. Assim ocorreria também em todo o País, onde, como em todos os arremedos de eleições que a Ditadura encenava, a Oposição não iria conseguir eleger ninguém.

Porque a política local era, então, algo de muito peculiar, deixo registado que, semanas depois do ato eleitoral, organizado pelo Rotary Club, teve lugar um jantar de homenagem conjunta a Otílio Figueiredo, o líder oposicionista derrotado, e ao meu tio Humberto de Carvalho, líder da lista eleita e futuro deputado. Dois amigos que nunca deixaram de se abraçar até ao fim das suas vidas.

No meu caso, a vida iria afastar-me bastante da cidade. E, por algum tempo, só casualmente voltei a cruzar-me com Otílio Figueiredo, com o qual mantinha um registo de mútua simpatia e amigo apreço.

Imediatamente após o 25 de Abril, integrei, com o meu pai, uma manifestação junto ao Regimento de Infantaria 13, de apoio à indicação de Otílio Figueiredo para governador civil de Vila Real. Não viria a sê-lo, porque a relação de forças partidárias na região começava a ser desfavorável àquilo que ele representava em termos de ideias.

Depois, por muito tempo, o “Setentrião”, a sua livraria no Cabo da Bila, passou a ser uma das minhas regulares “capelinhas” de romagem, nas visitas que fazia a Vila Real. Otílio era de uma grande simpatia e generosidade para comigo, visivelmente atento ao meu percurso profissional, refletindo sempre comigo sobre os tempos da política nacional, a que percebi estar sempre muito atento, embora não raramente dela refletisse algum desencanto.

Tenho saudades desse cidadão de exceção que foi Otílio Figueiredo. Foi uma figura distinta de profissional médico, um intelectual de mérito, um grande democrata e, acima de tudo, um homem solidário que soube estar à altura dos desafios dos tempos que lhe coube viver.

(20.3.2021)

AUTORRETRATO DAS MINHAS ESTANTES E TAMBÉM O DO RUI KNOPFLI

Há muito tempo que as minhas estantes de livros são um caos. Mas não um caos relativo, alguma desarrumação: é um caos que se aproxima muito de ser total.

Vou dar um exemplo elucidativo, para que não achem que estou a exagerar. Descobri hoje, aqui em Vila Real, o segundo volume de *O Homem sem Qualidades*, de Robert Musil. Em Lisboa, estão os dois outros volumes e – sei que não vão acreditar! – vivem em estantes opostas, a metros um do outro!

Não me perguntam por que é que isto acontece! Há muitos anos, há mais de vinte (juro!) que não tenho a menor paciência para arrumar livros, nomeadamente os que vou comprando (e compro bastantes). Antes disso, lembro-me que as coisas andavam mais ou menos arranjadas, por áreas temáticas. Creio que foi desde que me mudei para a casa onde vivo, em 1997, que se instalou este pandemónio na minha “biblioteca” (nem lhe ouso chamar isso!). Assumo isto sem o menor problema, talvez com a atenuante de ter transitado entre 14 casas diferentes e de que estamos a falar, entre coisas nas estantes e em caixotes, de à volta de oito ou nove mil livros. (Desde há uns anos, com bastantes deles já recolhidos na Biblioteca Municipal de Vila Real, para onde vai “andando”, ao ritmo dos meus humores, o meu espólio livresco).

Mas, ao longo de todos estes anos, nunca tentei, algum dia, pôr alguma ordem naquilo? Claro que sim. Imensas vezes!

Arregacei as mangas, deitei mãos à obra, por uma boa meia hora fiz pilhas de livros, que deviam ficar juntos, desarrumei salas e ocupei o soalho. Só que, num determinado instante (e isto aconteceu-me em bem mais de uma dezena de ocasiões), caiu-me nas mãos algo que me interessava ler logo. E, claro, zarpei para um sofá, onde me alapei para, aí por uma hora ou duas, ler esse livro, até que o acabei ou me cansei dele e o coloquei de parte. Depois, fui trabalhar (porque trabalho bastante, para que conste), ou fui ver a internet, dali passei a um programa de televisão, escrevi entretanto um *tweet* ou um texto para o blogue, agarrei num jornal ou numa revista. E, a certa altura, porque viver cansa, decidi ir deitar-me. E logo peguei outro livro da pilha que, na mesa de cabeceira, começa de novo a subir e a abeirar-se de um quadro que é o seu limite em altura. E fui dormir, coisa que também faço, por muito que alguns não acreditem. (Há um ano, no meu quarto, havia cento e tal livros, entre estantes e a mesa de cabeceira.) No dia seguinte ao início da “operação” de arrumação, em tom irónico, lá ouvi pela enésima vez: “Estas pilhas de livros era para tu arrumares, não era?” Era...

Na minha casa de Lisboa, nas zonas onde há livros, há apenas quatro áreas com uma ligeiríssima e tendencial homogeneidade: a poesia (sempre toda junta, honra, ainda sem explicação, aos poetas), coisas sobre o Brasil (mas há caixotes, em Vila Real, atulhados de livralhada brasileira, que já passou incólume por Paris), alguma coisa sobre a Europa de que às vezes necessito para escrever, ao lado de uma zona com alguns livros básicos de diplomacia, uma área de política de Espanha (mas também de alguma ficção de *habla castelhana*) e três prateleiras com Eça e coisas queirosianas, uma mania velha que tenho desde que me conheço leitor.

Fora isso, e à parte uma orgulhosa coleção (quase completa) de livros de José Vilhena, o caos é, verdadeiramente, total: ficção misturada com *current issues*, livros de turismo no meio de coisas sobre o *Brexit*, o colonialismo ou sei lá! Ah! Ia-me esquecendo: há uma zona de dicionários, essa relativamente homogénea.

Mas então, sensatamente, perguntarão: como é que eu descubro aquilo de que necessito? Muitas vezes não descubro, outras vezes lembro-me de que “é uma coisa em tons de azul que andava ali por aquele canto”. Isto é de doidos? É, sim senhor, mas é assim, a sério! (E vivo feliz assim, se querem saber!)

Na casa que tenho em Vila Real, é tudo mesmo muito pior. Não há, lado a lado, um único livro que tenha a ver com outro: é um *thriller* em inglês ao pé de uma coisa sobre o Douro, uma memória de um político francês junto com uma gramática, obras mais do que menores (tanto que me envergonho de dizer os autores) à beira de gigantes do pensamento político. Não tem graça nenhuma, podem crer!, mas não tenho, há muito, e tenho a impressão que nunca irei ter, a menor pachorra para um dia pôr ordem naquilo. No entanto, quer em Vila Real quer em Lisboa (mas esse pelouro não é meu), os livros de culinária estão cuidadosamente arrumados. Mas não me culpem disso, por favor!

Há minutos, passei por uma estante e apanhei a *Memória Consentida – 20 Anos de Poesia 1959/1979* do Rui Knopfli, que era conselheiro de imprensa na embaixada em Londres quando por lá passei nos anos 90 (eu passei por lá quatro anos e tal, ele esteve 18). E lembrei-me, para os compensar do texto chato (autoflagelante e, quiçá, francamente desqualificante) que acabam de ler, de lhes deixar este belo poema autorretrato do Rui. Onde, de certa maneira, está um pouco de nós:

*De português, tenho a nostalgia lírica de coisas passadistas,
de uma infância amortalhada entre loucos girassóis e folguedos,
a ardência árabe dos olhos, o pendor para os extremos:
da lágrima pronta à incandescência súbita das palavras contundentes,
do riso claro à angústia mais amarga.*

*De português, a costela macabra, a alma enquistada de fado,
resistente a todas as ablações de ordem cultural
e o saber que o tinto, melhor que o branco, há-de atestar a taça na ortodoxia
de certas virtualhas de consistência e paladar telúrico.*

*De português, o olhinho malandro, concupiscente e plurirracial,
lesto na mirada ao seio entrevisto, à nesga de perna, à fimbria de nádega,
a resposta certeira e lépida a dardejar nos lábios,
o prazer saboroso e enternecido da má-língua.*

*De suíço tenho, herdados de meu bisavô, um relógio de bolso antigo
e um vago, estranho nome.*

(20.04.2021)

MÃE

Alguém me fez notar, há tempos, algo que já me tinha ocorrido: naquilo que escrevo, refiro muitas vezes o meu pai e, muito raramente, a minha mãe.

É uma verdade. Posso presumir que isso se deva ao facto de o meu pai ter sido uma pessoa com uma postura mais singular, mais afirmativa, mais “vocal” (no sentido anglo-saxónico), às vezes até mais cortante, na linha da tradição familiar que vinha da ala da família que era a sua. Lembro-me dos qualificativos que ele dava a algumas tipologias de comportamento, que nos ajudavam tão bem a perceber logo como alguém era. Como sobreviveu, por uns anos, à minha mãe, tendemos a concentrar ainda mais nele, e nas suas atitudes e ditos, a nossa atenção.

Não me recordo de ouvir algo de similar à minha mãe, a qual, no entanto, não deixava de ser uma personalidade bem forte e com imensa influência no curso de “funcionamento” da família, muito em especial junto do meu pai. Por isso, porque era mais dado a utilizar essas expressões – “isso é muito dos Costas”, ria-se a minha mãe –, ficaram-me, do meu pai, essas “citações” que, às vezes, tendo a recriar no meu próprio estilo.

Dela, da minha mãe, ficaram-me coisas essenciais, atitudes eternas de vida, ternuras que guardo, coisas que nem se escrevem.

Hoje, dizem, é o dia das mães. Lembrei-me da minha, como me lembro todos os dias – e já lá vão 20 anos.

Deixo, como sua lembrança, e uma vez mais, este poema de Eugénio de Andrade que, quando o li, há alguns anos, me pareceu que lhe era dedicado:

*Não sei como vieste,
mas deve haver um caminho
para regressar da morte.*

*Estás sentada no jardim,
as mãos no regaço cheias de docura,
os olhos pousados nas últimas rosas
dos grandes e calmos dias de setembro.*

*Que música escutas tão atentamente
que não dás por mim?
Que bosque, ou rio, ou mar?
Ou é dentro de ti
que tudo canta ainda?*

*Queria falar contigo,
Dizer-te apenas que estou aqui,
mas tenho medo,
medo que toda a música cesse
e tu não possas mais olhar as rosas.
Medo de quebrar o fio
com que teces os dias sem memória.*

*Com que palavras
ou beijos ou lágrimas
se acordam os mortos sem os ferir,
sem os trazer a esta espuma negra
onde corpos e corpos se repetem,
parcimoniosamente, no meio de sombras?*

*Deixa-te estar assim,
ó cheia de doçura,
sentada, olhando as rosas,
e tão alheia
que nem dás por mim.*

(2.5.2021)

O SILENCIO DOS BORGES

Há pouco, li uma citação de Jorge Luis Borges: “No hables a menos que puedas mejorar el silencio.” E, ao ver o nome Borges associado à palavra silêncio, vieram-me à memória duas figuras que faziam parte do meu cenário de infância e juventude, em Vila Real: os “Borginhos”.

Eram dois irmãos, gémeos, franzinos, de estatura pequena, de uma família relevante na cidade. Ambos eram engenheiros técnicos, ambos trabalhavam na Junta Autónoma de Estradas.

Lembro-me deles sempre vestidos de escuro, muitas vezes pelos corredores do Club de Vila Real. Muito discretos e reservados, eram pessoas bastante consideradas. Eu, confesso, não distinguia um do outro. Como tinha uma parte da minha família na mesma área profissional dos “Borginhos”, falava-se bastante deles lá por casa. Sempre bem, diga-se.

Há tempos, dei-me conta de que um dos “Borginhos”, Filipe (o outro chamava-se José Manuel), tinha sido um excelente fotógrafo amador. Uma nota do Museu do Som e da Imagem da cidade dá-os a ambos envolvidos na “fundação do Sport Clube e do Circuito de Vila Real, dividiram o interesse pelo colecionismo, pelas artes, pela arquitetura, pela heráldica, pelos desportos motorizados”.

Ao que se dizia, o pai desses dois irmãos, o senhor Borges, era uma pessoa muito parcimoniosa nas palavras ou, para utilizar linguagem comum, um homem de poucas falas. O silêncio seria cultivado entre ele e os filhos, sendo frequentemente

vistos os três a passear pela cidade, sem falarem entre si. É talvez um mero mito, mas dele nasceu uma inocente historieta que sempre ouvi.

Um dia, na viragem entre os séculos XIX e XX, o senhor Borges e os seus dois filhos teriam ido passear para o Jardim da Carreira, então um muito frequentado local de lazer de Vila Real.

À entrada no portão, um dos “Borginhos” terá comentado: “Quer-me parecer que hoje vai chover!” Sem que esta afirmação tivesse desencadeado qualquer conversa, o trio terá continuado, silencioso, a percorrer as duas centenas de metros que vão até à fonte no fundo do jardim.

Lá chegados, o outro gémeo terá dito: “Não vai chover! Vai estar sol todo o dia.” A esta frase, que, no fundo, contestava a que o irmão tinha dito minutos antes, voltou a suceder-se um silêncio. Silêncio que se prolongou no regresso, até ao portão, que viriam a atravessar minutos mais tarde.

Terá sido então, nesse instante de chegada à rua, que o pai Borges terá dito: “Os meninos já sabem que eu não quero ouvir discussões entre vocês!” E, dado o raspanete, lá seguiram até casa. Em silêncio. No silêncio dos Borges.

(13.5.2021)

O MUNDO É MUITO PEQUENO

Não anotei o seu nome. O cidadão português que se aproximou de mim, numa pausa de um evento que teve lugar no palácio de S. Clemente, residência do cônsul-geral de Portugal no Rio, queria apenas dizer-me que tinha uma ligação à minha terra, Vila Real. Estávamos em 2006, ao tempo em que eu era embaixador no Brasil.

“Cheguei a viver uns meses na sua terra, senhor embaixador. Fui com o meu avô para lá.” Achei curiosa a referência e atentei no relato que ele me fazia.

Às vezes, para não desiludir os interlocutores, devo confessar que os embaixadores fingem interessar-se por histórias que os muitos cidadãos do seu País com quem se cruzam no estrangeiro lhes contam, nessas apressadas ocasiões públicas. Mas, neste caso, a minha atenção era muito genuína. E tinha a ver com as datas que ele me dizia. É que tínhamos coincidido na capital transmontana, teria eu então uns 14 ou 15 anos. A cidade era pequena, eu conhecia por ali toda a gente. Onde é que ele vivera?

Explicou-me que a estada da sua família, em Vila Real, fora relativamente curta, bem menor do que expectável. O seu avô, homem de muitas posses, transmontano residente no Brasil, tinha comprado uma casa muito interessante, no centro da cidade, e tinha tido o cuidado de mobilá-la com algum requinte. A isso fora ajudado por pessoas amigas, creio que do Porto. Decidira escolher para a casa excelentes móveis, objetos

de decoração, tapetes. A ideia seria firmar uma posição na cidade e, para isso, possuindo ele os meios, procurou garantir um apetrechamento adequado da habitação.

A vida, contudo, é sempre feita de surpresas. Escassos meses tinham decorrido desde a instalação em Vila Real e, por uma razão que creio que me explicou mas que esqueci, o seu avô, e com ele a família, haviam tido necessidade de regressar rapidamente ao Brasil. Em poucos meses, todo o esforço de montagem daquela magnífica casa se gorou. Coisas que tinham acabado de ser adquiridas acabaram por ser postas à venda, num prazo de tempo curto, a um preço, ao que se lembrava, abaixo do seu real valor. “Havia peças lindíssimas”, recordava-se o meu interlocutor, que, embora bem jovem à época, guardava uma memória impressiva da casa do seu avô.

Eu estava cada vez mais curioso com a história – e já perceberão porquê. “Diga-me uma coisa”, inquiri: “Onde ficava a casa do seu avô?” A explicação era pouco precisa, mas rapidamente entendi do que ele falava, quando me disse: “Era um primeiro andar, mesmo no centro da cidade, sobre uma loja comercial, junto a dois cafés.”

A certa altura, com a expressão da minha curiosidade a parecer já um pouco estranha ao meu interlocutor, perguntei-lhe: “Tem ideia de como eram os sofás da sala do seu avô?” O homem olhou para mim com um ar um pouco espantado, mas adiantou: “Claro que recordo! Eram em tons de verde, com desenhos florais em veludo.” Forcei a sorte: “E tem ideia de haver na casa um espelho grande, clássico, dourado?”

Neste ponto da conversa, o homem já esbugalhava os olhos. *To make a long story short*, posso concluir que lhe disse: “Se um dia tiver saudades desse espelho, se quiser sentar-se nesses belos sofás e quiser ver como ainda está bem conservada uma grande carpete, em tons verdes, de Beiriz, que atapetava essa

habitação do seu avô, eu convido-o a ir a minha casa, lá em Vila Real. Está lá tudo isso!”

O meu interlocutor estava entre o surpreendido e o como-vido. Eu expliquei: o período em que o seu avô tinha decidido desfazer-se do excelente recheio da sua casa em Vila Real coincidira, precisamente, com aquele em que tínhamos ido viver para a nova residência do gerente da Caixa Geral de Depósitos, cargo que o meu pai ocupava. O inesperado surgi-mento, à venda na cidade, de um magnífico conjunto de peças de mobiliário e decoração, em estado praticamente novo, a um bom preço, caíra “como sopa no mel” nos planos dos meus pais, ajudando-os a recheiar a imensa casa que então fomos ocupar. E eu era – e ainda sou, nos dias de hoje – o feliz herdeiro de todas essas peças.

O mundo é muito pequeno, como se vê!

(15.5.2021)

ADENDA

O texto que encerra este volume reproduz uma memória familiar publicada, numa edição limitada, para oferta a familiares e amigos, no Natal de 2016. Dada a sua natureza, entendi poder incluí-la no contexto desta publicação.

SAUDADES NOSSAS

Tinha um pequeno batente, nunca houve qualquer campainha. A porta era envidraçada, com portadas de madeira, idêntica às janelas que, na zona lateral, davam para uma estreita passagem exterior que levava à cozinha. Eu tinha por hábito anunciar a minha chegada de outra forma: batia nos vidros da porta ou na madeira adjacente. Instantes depois, um olhar inquisitivo de uma senhora idosa surgia por detrás dos vidros, logo transformado, à minha vista, num amplo e alegre sorriso. Foi assim durante anos. Bastantes, felizmente.

Isto passava-se na “casa das tias”, e as tias de que vou falar eram irmãs da minha avó materna. A casa era nas Pedras Salgadas, numa das esquinas do cruzamento que constitui o eixo daquela aldeia que agora já é vila. Mesmo em frente, em paralelo com a estrada, passava nesse tempo o comboio da linha do Corgo.

O comboio já acabou há muito, a casa ainda lá está, mas já não é a mesma. Quem hoje sobe para a igreja de S. Martinho, encontra-a na esquina do lado esquerdo. Noutros tempos, a casa – na realidade, um primeiro andar, com um estabelecimento comercial por baixo – era bordejada por um belo terraço de contorno curvo, com um muro caiado de branco, encimado por uma pérgula que cobria de plantas quase metade desse espaço. Nos verões, cadeiras de verga e madeira almofadada serviam de pouso e cenário a amenas conversas.

O terraço foi sempre imenso, mas apenas na minha memória: na realidade, ocupava uns escassos metros, tornados gigantescos pela minha pequenez de infância. Acedia-se a ele da rua por um pequeno portão vermelho, de madeira, seguido de um curto lanço de escadas. Passado este, à direita, havia o “barraco”, com porta também vermelha (ou seria castanha?), atulhado de coisas imprestáveis que, num vício comum nas aldeias, se guardam sempre, vá lá saber-se para quê.

Tenho fotografias minhas nesse terraço, em diversos tempos, de criança a adolescente, com várias pessoas da família, e por elas meço as idades de quem fui, entretanto, perdendo. Numas, vejo-me no chão, a brincar com um cão de borracha; noutras, estou ao colo ou ao lado de primos, tios, avós e pais. Até enfarpelado e de laço, portador de alianças num casamento feliz, surjo retratado por ali, de braço dado com uma prima que já não vejo há décadas. Daquele terraço, então imenso, olhava a mulher do alguidar dos tremoços que oficiava na esquina em frente e encantava-me com a coreografia das bandeiras da guarda da passagem de nível. Aquele terraço foi um dos meus cenários dos tempos da vida que tenho por muito bons.

Voltemos à porta. Era quase sempre uma das tias que nela nos acolhia. Mas, afinal, quantas e quem eram essas tias?, perguntar-se-á o leitor não iniciado. Vou tentar simplificar a resposta.

A família da minha avó materna e dessas suas irmãs era originária de uma localidade não muito longe dali, de Soutelinho do Monte, perto de Sabroso de Aguiar, na estrada para Chaves. Por lá nasceu a minha mãe, segundo rebento do

casamento da avó Olívia, irmã das tais tias, com o meu avô Francisco. Desse casamento, que teve lugar no virar da Monarquia para a República, iria resultar um total de cinco filhos – duas raparigas e três rapazes.

Em data que não consigo precisar, mas que se situa algures nos anos 20 do século passado, a casa e as propriedades de Soutelinho do Monte foram vendidas. Os meus avós, que ali tinham ficado a viver depois de casados, mudaram-se para a casa que o meu avô, entretanto, herdara da sua mãe, e minha bisavó, em Bornes de Aguiar, também a dois passos dali.

Como era muito comum à época, quer o meu avô, quer a minha avó tinham imensos irmãos. É sobre os irmãos e irmãs da minha avó que quero falar, porque é destes que fazem parte as tias que quero recordar neste texto.

O destino dos dez irmãos da minha avó foi distinto entre si. Dos irmãos, já só conheci um, o tio João, de que falarei adiante. Dos restantes, ouvi falar do tio Cândido, farmacêutico no Vidago (quem é da região diz “no Vidago”, quem não é diz “em Vidago”), do tio Armando, proprietário em Oura, às portas do Vidago, e do tio Acácio.

O tio Acácio era médico e foi diretor clínico das Termas das Pedras Salgadas e da companhia que as geria. Por algum tempo, foi governador civil de Vila Real. Vivia em Vila Meã, a caminho de Vila Pouca de Aguiar. Conheci bem a viúva, a tia Elvira, de forte personalidade e génio, que se revelou por vezes menos compatível com as cunhadas.

Com ele viveu, por algum tempo, uma irmã da minha avó, a tia Aninhas (Ana), que casou muito jovem e enviuvou cedo. Tendo-se depois apaixonado por um rapaz de Ribeira de Pena, numa ligação que, por qualquer razão, não terá agradado à família, sobre ela caiu uma espécie de “fatwa” familiar, só quebrada nos anos sessenta, quando um imenso piquenique

de reconciliação foi organizado por um dos irmãos da minha mãe, o tio Rogério, que, entretanto, tinha restabelecido a ligação com esse ramo da família. Lembro-me bem dessa alegre ocasião, em Ribeira de Pena, em que todas as irmãs então vivas caíram chorosas nos braços da tia Aninhos, pondo termo àquela ridícula separação. A tia Aninhos era uma senhora encantadora, que nos recebia com extrema generosidade e alegria e com cuja simpática descendência, em especial desde então, todos viemos a estabelecer uma forte e duradoura relação.

Tenho uma imagem fugaz de outra tia, de seu nome Palmira, também irmã da minha avó. Guardei dela uma cara sofrida e, muito em especial, tempos mais tarde, a evocação difusa do dia chuvoso da sua morte, nas Pedras Salgadas, na “casa das tias”, onde viera despedir-se da vida e da família. Foi num ambiente tenso e que imagino que deva ter sido difícil para a criança muito pequena que eu então era, mas a que os meus pais não terão podido poupar-me, nessa que, seguramente, foi a primeira vez que me confrontei com a ideia da morte de alguém.

Três outras tias – Tininha (Albertina), Helena e Maria – tinham ido viver para as Pedras Salgadas, nesses anos 20, depois da divisão das propriedades de Soutelinho do Monte. A data da chegada dessas três senhoras coincidiu com uma época áurea das termas. As Pedras, as suas águas medicinais, o seu parque, o hipismo e os seus muitos hotéis e pensões eram um sucesso, em especial entre maio e outubro, arrastando gente abastada de todo o País.

As três irmãs decidiram abrir um novo hotel. A casa em que ele foi criado ainda lá está, em frente à “casa das tias”, um interessante prédio com um terraço de colunas que, desde há muito, abriga serviços oficiais.

O Hotel Colonial, como foi chamado, não terá sido, de acordo com a história oral familiar, um empreendimento de grande sucesso. O conhecimento do negócio, por parte das tias, não foi suficiente. A sua extrema generosidade terá contribuído para esse fracasso: consta que muitos familiares e amigos, alguns vindos de longe, se iam acolhendo por lá, por temporadas, sem que isso se refletisse necessariamente a crédito na contabilidade da operação hoteleira. Um dia, foi declarada uma inevitável falência. O Colonial, como sempre o ouvi referir, foi vendido e, talvez com esse valor, foi adquirida, em frente, aquela que passou a ser a “casa das tias”.

Um episódio dessa aventura hoteleira ficou para sempre na nossa memória coletiva. Por alguns meses, durante a Guerra Civil de Espanha, um “rojo”, por indicação de alguém da família, obteve refúgio no Colonial. Durante o dia, permanecia dentro de um grande armário de parede, onde lhe eram servidas as refeições, só regressando ao quarto à noite. Não sendo essa geração da minha família materna conhecida por qualquer inclinação antifascista e, ao que julgo saber, não sendo de considerar a relevância da questão pecuniária, ficam por explicar, embora sendo desde logo de louvar, as razões que terão levado as minhas tias a tão arriscado gesto. A verdade é que, para sempre, Avelino Sola Castro, mais tarde um bem-sucedido empresário em Chaves, ficou um bom amigo de toda a nossa família.

Entretanto, ainda o Colonial funcionava, uma das três irmãs que o geria, a tia Maria, ter-se-á encantado com um oficial do Exército que por ali se hospedou. Casou com ele e foi viver para o Porto. Com o marido, o tio Óscar, a tia Maria regressava anualmente às Pedras Salgadas, para o que me recordo ser uma longa jornada estival, em casa das irmãs.

Resta ainda falar de uma outra tia, a tia Alcina, que desempenha também nesta história um papel central. Fora casada com um, para mim, misterioso Castro, figura que ornava uma moldura oval numa parede da sala, cavalheiro de fartos bigodes e que, ao que me recordo, era originário de Murça. Nunca percebi bem o que teria feito na vida esse tio, que já não conheci, mas rezavam as crónicas que a tia Alcina viveu com ele no Porto e, creio, em Lisboa. Depois da morte do Castro, sem filhos, a tia Alcina viria a regressar às Pedras Salgadas, indo viver com as duas irmãs que aí tinham ficado.

É esse trio de tias-avós – a tia Alcina, a tia Tininha e a tia Helena – que integra a minha mais viva memória de infância e adolescência. Não me conheço sem elas, tive-as por perto em todos os tempos, e a sua progressiva saída da paisagem da vida significou o meu confronto definitivo com uma espécie de fim da inocência, o acordar para o mundo das perdas irreversíveis que acabam por fazer parte do nosso crescimento.

Em certos anos, ainda na minha juventude, fui várias vezes passar alguns dias, em tempo de férias, às Pedras Salgadas, à casa das tias.

A primeira dessas experiências individuais, fora do controlo dos meus pais, com nove ou dez anos, ficou marcada pela minha queda accidental de um barco, no lago do parque das Pedras. Molhado que nem um pinto, refugiei-me no canavial, sem coragem de seguir naquele estado até à residência das minhas tias. Avisado o meu avô, ele negociou com um dos rapazes que faziam assistência ao jogo do “golfinho” o empréstimo do seu traje de trabalho. E o rapaz lá ficou, em cuecas, também no meio das canas, enquanto eu seguia para casa, pela

artéria central da aldeia, imagino que escondendo a cara, vestido com o macacão cinzento de serviço desses apanhabolas. Depois de um banho, sabe-se que as tias me esfregaram o corpo a álcool, não fosse a água do lago ter-me deixado impurezas na pele...

Em outros anos mais tarde, já adolescente, fui duas ou três vezes, em férias, passar uma semana por lá. Porém, como já tinha encetado o meu vício de ler pela madrugada dentro, as minhas manhãs de sono eram trágicas. O quarto que ocupava dava para a estrada nacional e para a linha férrea paralela, pelo que era invariavelmente acordado pelo trânsito da manhã, automóvel ou ferroviário, entre Vila Real e Chaves. Acrescia que, sob a casa, havia a “venda” do senhor Marçal, inquilino das tias, e, desde muito cedo, através do soalho, chegava a essa zona da casa uma perturbadora vozaria, acompanhada pelo odor dos eflúvios do vinho que se vendia ao balcão. E havia também os mosquitos que se infiltravam pelas frinchas das janelas e me arruinavam as leituras noturnas. A isso se somava, finalmente, um relógio na sala anexa, que me irritava os ouvidos, de hora a hora. Hoje, pensando bem, devem ter sido estas circunstâncias, inconformes com os meus incorrigíveis hábitos horários, que terão limitado uma maior frequência minha em férias na “casa das tias”.

Marcante na minha memória foi um dia em que, de surpresa, aportei à “casa das tias”, de mochila às costas. Tinha andado mais de um mês à boleia pela Europa, de Lisboa à Suécia. Numa tarde, em França, à saída de Bordéus, numa paragem do trânsito na velha N10, consegui boleia com o condutor de um táxi português. Ele ia para Ribeira de Pena, passava mesmo à porta da “casa das tias”! Até lhe fui útil, para o entreter com conversa, evitando o perigoso sono da noite, na estrada de Tordesilhas a Verín, por Puebla de Sanabria. Aguar-

dámos em Feces de Abajo a abertura da fronteira (é verdade: fechava à noite, como a “guerra” do Solnado) e, bem cedo, de manhã, bati àquela “santa” casa. Dessa vez, nem a barulheira da “venda” do Alcino nem os carros ou os comboios ou o relógio perturbaram uma dúzia de horas seguidas de sono, numa cama a sério, com que me desforrei de uma noite em branco e do bom cansaço acumulado da alegre jornada europeia.

Os quartos da casa das tias eram impressionantes de organização. Recordo a garrafa de água com copo a tapar que era regra na mesa de cabeceira, a bacia de louça com jarro e a toalha de linho, bem como, na casa de banho coletiva, os tapetes brancos ainda com os dizeres Hotel Colonial, a recordar uma experiência que, talvez por trauma, nunca as ouvi a elas abordar.

A frustrada experiência do Colonial não anulara, contudo, por completo a vocação hoteleira das tias. Por alguns anos, entre maio e outubro, dois ou três quartos da casa eram alugados a pessoas que ali chegavam por recomendação, que ficavam por períodos “a águas” e que, com o tempo, acabavam por converter-se em amigos da família. Os meios nunca foram muito fartos na vida modesta daquelas senhoras e, estou certo, esse contributo sazonal devia ser interessante para o seu orçamento.

As tias, essas três tias, eram bastante diferentes entre si.

A tia Alcina tinha um evidente ascendente sobre as outras duas, por ser a mais velha e quiçá (estas coisas não se pressentiam, ao tempo) por dar um contributo financeiro importante para a gestão da casa, fruto da herança de viuvez do Castro (ela e as irmãs referiam-se-lhe sempre como “o Castro”, pelo que

fiquei sem saber o primeiro nome desse meu tio). O seu caráter um pouco cerimonioso ungia-a de uma imagem de distinção. Era uma figura de modos requintados e voz pausada, levantava o dedo mindinho quando erguia a chávena de chá e dava ares de ter uma educação formal muito elaborada. Lia as *Seleções (do Reader's Digest)* e romances, de óculos na ponta do nariz. Um dia, contou-me que, quando se deslocava de comboio ao médico, a Vila Pouca de Aguiar, o chefe da estação fazia sempre questão de ir buscar um pequeno banco para a ajudar a subir à carroagem.

Das outras duas tias, a que sempre me foi mais próxima, sendo-o também da minha mãe, era a tia Tininha. Desde muito pequeno, era com ela que eu tinha as brincadeiras, é da sua constante companhia que rezam as minhas memórias mais antigas. Uma ida com ela ao Teatro Circo, em Vila Real, para uma longa-metragem infantil, antecedida pelo filme da coroação de Isabel II, comigo com cinco anos, é um desses momentos impressivos. Era uma mulher de uma suavidade extrema, incapaz de dizer uma palavra mais alta, com um sorriso bondoso que rimava com a sua maneira de ser. O meu pai, que tinha pelas minhas tias uma dedicação e uma amizade que iam muito para além do seu vínculo por afinidade, dizia que ela “viveu para ser útil e agradável aos outros”. E assim era. Adorava a minha mãe e todos os meus tios, como se fossem os filhos que não teve. Nunca entendi por que nunca casou. Nunca percebi também se era apenas uma brincadeira o rumor de que um galante e aventureiro irmão do meu avô, o tio Filipe, lhe tinha, em tempos, andado a “arrastar a asa”.

A outra tia era a Helena. Era uma figura com um toque muito particular, que às vezes parecia um pouco ausente, distante. Na cara trazia um sorriso que era um permanente esgar, com umas maçãs do rosto salientes e rosadas. Lembro-me

bem do cheiro do seu pó de arroz, o invariável “Maderas de Oriente”, com que vivia sempre muito empoada. Quando a casa passou a ter televisão, passava horas deliciadas em frente ao aparelho, “do hino de abertura à Meditação”, como ironizava o meu pai. Cozinhava lindamente e era seu um irrevogável “pelouro”: fazer o chá. Tinha o que se chama um “feitiozinho” e, não raramente, implicava com as irmãs. Mas, valha a verdade, aquela casa era um oásis de calma e bom entendimento.

Creio que, com o seu irmão e meu tio, Fernando, que as visitava com grande frequência, a minha mãe era talvez, em toda a família, a pessoa mais intimamente ligada às tias. Talvez por isso eu tenha herdado algo dessa sua muito forte relação. Por uma razão para a qual nunca obtive uma explicação muito concreta, a minha mãe fora, desde muito nova, criada na casa dessas senhoras, que distava pouco mais de um quilómetro da Casa do Pereiro, onde o meu avô Francisco e a minha avó Olívia, em Bornes de Aguiar, viviam com os restantes quatro filhos. Essa circunstância, contudo, não conduziu à mais leve distância entre ela, os pais e os irmãos e talvez tenha mesmo contribuído para que uma relação muito forte existisse entre os meus avós e aquelas minhas tias.

De facto, elas eram como um prolongamento natural dos meus avós, figuras presentes, a toda a hora e sem exceção, nas ocasiões que reuniam a família, como o demonstra a imensidão de fotografias de encontros e piqueniques em que todos sempre participavam.

O meu avô, que se licenciara em Direito em Coimbra no fim da Monarquia, decidiu desistir da carreira judicial que

iniciara, por não querer “circular” pelo País e por desejar ficar perto da sua terra de origem, Bornes. No final dos anos 30, foi viver para Vila Real, aí ocupando o cargo de Conservador do Registo Predial. Sempre que podia, “fugia” para a casa de Bornes, tomando o comboio da linha do Corgo para as Pedras Salgadas, em viagens em que me recordo de, algumas vezes, o ter acompanhado.

Desde sempre, criou-se o hábito de essas irmãs da minha avó passarem a ficar, por largos períodos, em Vila Real, naquilo que, nas casas onde por lá vivi, sempre se chamou “o quarto das tias”.

Iam para o Natal, em meados de dezembro, e só regressavam às Pedras com fevereiro à vista, depois do meu aniversário. Antes da Páscoa, voltavam a tomar o comboio até Vila Real e aí ficavam por cerca de um mês. Depois, insistiam em regressar às Pedras Salgadas, para o período termal.

Todas essas tias tinham uma adoração pelo meu avô, seu cunhado, que as tratava, coletivamente, pelo nome carinhoso de “as pequenas”, talvez justificado por alguma diferença de idade que entre eles existia. O meu avô Francisco, que tinha grande sentido de humor, era um patriarca que adorava ter a família à sua volta. E as “pequenas” eram parte desse cenário, com todas elas a tratarem-no, invariavelmente, por “Chiquinho”.

Uma noite, nos anos 50, depois de jantar, em Vila Real, saído para o Café Excelsior com o meu pai, como costumava fazer em muitas ocasiões, o meu avô decidiu improvisar uma falsa chamada telefónica para uma das tias, que, com a minha mãe e a minha avó, tinham ficado em casa. Fingindo a voz de um género que se tinha deslocado ao Brasil – e que era então presidente do município de Vila Real, casado com a única irmã da minha mãe, Benedita (a tia Zinha) –, criou uma falsa

chamada internacional, coisa muito rara à época, pedindo para falar com a tia Alcina, a mais velha das tias. Não se sabe como foi a conversa, só sei que, no regresso do meu avô a casa, a tia Alcina contava, deliciada, a conversa que tinha tido com o Humberto, esse genro do meu avô, tendo o que então disse ficado na memória divertida de todos nós: “Ó Chiquinho! Ouvia-se tão bem! Até parecia que era daqui!” A revelação do logro deixou a tia Alcina encavacada e a sala num riso que se prolongou nos dias seguintes, nesse tempo em que as coisas simples podiam ser interessantes.

O prazer do meu avô de brincar com a tia Alcina, talvez por ser a mais sénior das três, assumiu o ponto supremo quando, um dia, esta recebeu, durante uma estada em Vila Real, uma carta enviada das Pedras Salgadas, assinada pelo padre Domingos, o pároco da freguesia, convidando-a, “com outras três distintas senhoras das Pedras”, a integrar a procissão anual, carregando ao ombro um inédito “andor feminino”, já não sei com que santa ou santo.

Eu fora, dias antes, com o meu avô à tipografia do senhor Agostinho, na esquina da Rua das Pedrinhas, quase em frente à casa onde então vivíamos, para a impressão do papel timbrado “da Paróquia”. O meu avô tivera o cuidado de pedir a alguém, que entretanto se deslocava às Pedras, para enviar a carta de forma a poder ter o credibilizante carimbo dos correios local. Contava-me o meu pai que o embaraço da tia Alcina, quando abriu a carta e se confrontou com o “pedido”, foi imenso. Por um lado, não queria afrontar com uma recusa o “gesto simpático do senhor padre Domingos”, mas, por outro, a ideia bizarra de carregar um andor, tarefa até ali inédita para senhoras nas Pedras, deixava-a mais do que perplexa e dividida. O meu avô, com ar sério, apelava ao seu “sentido de responsabilidade, até para a imagem da família...”. A santa

senhora só sossegou quando, passadas muitas horas, lhe foi revelada a patranha.

É ainda a tia Alcina quem me oferece o título que dei a este texto. O único filho do meu avô que vivia fora de Vila Real, o tio Luís, tinha por hábito telefonar todas as noites, de Lisboa, ao pai. No final desses telefonemas, as tias, sentadas ali ao lado, queriam enviar ao “nosso Luizinho” o seu carinho e, representando as irmãs, a tia Alcina deixava sempre, alto, para que o meu avô se não esquecesse: “Saudades nossas!”

Até aos 13 anos vivi, com os meus pais, em casa dos meus avós. A vinda das tias era, para mim, um momento de satisfação e, como criança única a vaguear e a crescer pela casa, neto único por muitos anos, imagino-me privilegiado pelo ambiente afetivo que se criava à minha volta. As tias adoravam-me e eu retribuía-lhes. Um dia em que estava previsto o regresso delas às Pedras Salgadas, depois de um desses períodos em Vila Real, rezam as crónicas familiares que as deixei fechadas no quarto que ocupavam e saí com a chave para a rua. Terão perdido o comboio e imagino a imensa confusão que se deve ter criado. Eu teria quatro ou cinco anos, mas essa nota de carinho exagerado pelas tias ficou para sempre inscrita nas histórias da família.

Os meus avós morreram, entretanto, com escassa diferença de tempo. As tias continuaram a ir passar os Natais connosco, na casa dos meus pais, em Vila Real. E a minha forte relação afetiva com elas mantinha-se. Talvez porque então vivia mais longe, um qualquer regresso a Trás-os-Montes, mesmo que por escassos dias, levava à quase imediata questão por parte da minha mãe: “Quando vais às tias?” E eu ia, sem custo, a gosto,

pelo prazer de estar uma boa hora de conversa com aquelas senhoras, numa intimidade única, serena e carinhosa. Elas mostravam-me então, orgulhosas, a coleção dos postais que eu lhes enviara de todos os locais por onde viajava pelo mundo. Até muito tarde, até elas começarem a desaparecer, mantive o hábito dessa correspondência que, no fundo, sinalizava a sua permanente lembrança em mim.

Quando casei, as tias adotaram a minha mulher, que passou a devotar-lhes uma dedicação em tudo similar à minha. Na modéstia de meios que era a sua, ofereceram-nos, como prenda de casamento, uma pequena cafeteira que só fazia dois cafés, acompanhada de duas chávenas e de um comovente pedido de desculpas por não poderem ser mais generosas.

Um dia, levei-lhes, para uma tarde de convívio que ficou memorável, uma simpática tia da minha mulher que tinha uma idade próxima da delas, e por ali ficámos a ouvir desfiar conversas e memórias de mundos próximos, embora distantes. As tias eram de uma gentileza e de uma atenção sem par para os outros e recebiam todos os nossos amigos com imensa generosidade, como se da sua própria família se tratasse.

Volto, por uma última vez, à porta da “casa das tias”, nas Pedras. Eram a tia Tininha ou a tia Helena quem nos abria a porta. Nunca essa tarefa foi, que me recorde, da tia Alcina, que usufruía do seu estatuto etário.

Não se ficava na sala envidraçada de entrada, uma espécie de antecâmara que dava acesso à sala de estar. Esse era o lugar para receber alguém menos íntimo, pessoas da aldeia, a quem, pela certa, acabava por ser oferecido um cálice de “vinho fino”.

Por lá, havia uma estante que recordo ter *Almanaques Bertrand*, romances já sem capa e, sempre, exemplares antigos da *Modas & Bordados*, leitura regular lá de casa, a par da *Flama e das Seleções*. Numa das paredes, havia uma gravura, representando a sequência majestosa das palmeiras do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, talvez oferta de algum dos membros da família que tiveram o Brasil como destino de vida.

A sala adjacente, a “saleta”, era, na realidade, o centro da vida da casa. Tinha a inevitável mesa com braseira, por muitos anos a brasas e que, numa tarde de salto tecnológico, vi passar a elétrica. Havia um móvel com um imenso espelho, cobrindo grande parte da parede, o que dava profundidade à divisão. Além de um relógio de cuco e da fotografia do já referido Castro, por lá estava um retrato dos meus bisavôs, pais das tias e da minha avó.

Entrados para essa sala, sentados à volta da braseira, trocadas as primeiras histórias, um momento inevitável seguia-se, como ao dia se segue a noite: a vinda do chá. Discretamente, a tia Helena, minutos depois da nossa chegada, deslizava do banco almofadado junto à janela e encaminhava-se para a cozinha, para preparar a “chazada”, como eu jocosamente qualificava o momento. Quantas vezes, mal entrado na sala, as arreliava com um “hoje não quero chazada!”, pretextando com um almoço tardio ou algo que pudesse impedir essa rotina. Qual quê! O servir um chá era sagrado naquela casa, que vinha sempre com pão, marmelada (as tias faziam ótima marmelada!) e queijo flamengo. E eu, que afivelara por rabugice a inicial recusa da “chazada”, quase sempre acabava por me alambazar com um lanche completo.

A casa das tias era grande. Tinha um longo corredor, com quatro quartos, que partia da cozinha e desembocava na sala de jantar. A cozinha era um espaço com um cheiro inesque-

cível, confortável, um misto de mercearias e legumes. O chão do corredor rangia, no caminho para a sala de jantar. Aí, onde as refeições eram servidas num belo serviço que tinha vindo do Colonial, havia um relógio “de violão” entre duas varandas.

Para a sala de jantar, davam ainda mais dois quartos. Um deles era aquele em que eu tentava, debalde, dormir nas manhãs barulhentas de férias, o outro era conhecido como o “quarto do Óscar”. Era ocupado pela tia Maria e pelo seu marido, o tio Óscar, o tal militar que desencaminhara essa irmã mais nova, quando vinham do Porto para a vilegiatura anual. Nesse período, “o Óscar”, como era referido pelas cunhadas, ocupava o papel de homem da casa.

Sou suspeito ao falar do tio Óscar. Criei com ele, desde a minha infância até à sua morte, uma relação magnífica e dele recebia um tratamento ímpar. Com ele e com a tia Maria, passei férias na casa em que viviam no Porto, à Ramada Alta. Da sua janela, via passar o comboio para a Póvoa e, ao longe, vislumbrava o monumento da Boavista. O tio Óscar levava-me a passear de elétrico até à Foz, mostrava-me com cuidado a Baixa, sentava-me, junto aos seus camaradas “na reserva”, no Rivoli, e aos domingos eu acompanhava o casal aos almoços na messe da Batalha. O meu gosto pelo Porto começou aí.

O tio Óscar tinha, recordo, a coleção completa encadernada da revista oficiosa do Porto, *O Tripeiro*, lia *O Primeiro de Janeiro* e assinava a *Vida Mundial*, quando aquela publicação era, apenas, uma folha impressa sem imagens, com tradução de artigos publicados na imprensa estrangeira. Interessava-se por temas internacionais e despertou a minha curiosidade por

questões militares – ele que fora oficial em África, durante o primeiro conflito mundial. Era um homem com uma cultura de factos e eventos, a depreciativamente chamada cultura “de almanaque”, dado às vezes a conclusões simples sobre temas complexos. Conservador e julgo que salazarista, recordo-me de ter assistido à emergência de algumas contradições suaves, em conversas com o meu pai, que nunca escondia as suas convicções democráticas.

O tio Óscar, na imagem que dele guardo, era uma figura baixa, com proeminente barriga. Todos os anos, fazia uma varinha tirada de uma cana que cortava no parque das Pedras e ela acompanhava-o durante todo o resto das férias. Dava um passeio “higiénico” após cada refeição, pela avenida e pelo parque, em passo próximo do militar, com a minha tia ao lado e o chapéu na cabeça. Pela tarde, não dispensava uma sesta sob a pérgula do terraço da casa das tias. Eu invejava-lhe a disciplina de rotina que se autoimpunha e pensava que um dia, quando “fosse grande”, conseguiria essa capacidade de regrar a vida. Enganei-me redondamente: nunca consegui e, valha a verdade, nunca tentei. O tio Óscar era um homem bom, de gostos simples e de uma grande bonomia.

Conheci o tio João, irmão das tias, muito menos do que desejaria. Porquê? Porque era uma personalidade muito simpática, suave, um homem pesado, com uma maneira pausada de falar, muito marcada pelo inconfundível sotaque de Chaves, onde era secretário da Câmara Municipal e onde vivia há muito. Tinha um grande carinho por mim e dava-me uma atenção especial, num mundo de adultos onde, muitas vezes, eu era a única criança.

Vinha, em algumas épocas, em especial nas vindimas, passar semanas para uma bela casa que tinha à entrada de Bornes. Ia visitá-lo com os meus pais e tenho na memória os refrescos oferecidos pela sua mulher, a tia Tininha (não confundir com a homónima irmã da minha avó, de quem tenho falado), uma mulher culturalmente interessante e com uma forte personalidade, que parecia (mas só parecia) contrastar com o caráter mais sereno do marido.

O tio João era um caçador emérito e recordo, muito miúdo, a imagem de o ver embarcar numa camioneta, com outros parceiros, para uma jornada cinegética. Dizem-me que era um bom garfo, qualidade sempre estimável que, com o tempo, me faz apreciá-lo ainda mais.

Há uma história deliciosa, passada numa tarde, no terraço das tias. O tio João devia regressar a Chaves, ainda nesse dia. A certa altura, as “cancelas” fecharam-se e o comboio, vindo da Régua e de Vila Real, entrou, fumegante, na estação, com os apitos da praxe. Velho “habitue” daquele meio de transporte, o tio João, fiando-se na sua intuição do tempo, prolongou a conversa por um período para além do prudente. A certo passo, ofegante, entrou pelo portão um funcionário da CP: “Senhor Joãozinho, o senhor chefe da estação diz que o comboio está pronto para partir e pediu para o senhor se apressar.” O tio João (o “Joãozinho” é o diminutivo que, nas aldeias transmontanas, se dá a quem é querido por lá) lá se despediu e, nos seus vagares, desceu para a estação. Era assim a vida, por esses tempos.

Nos últimos anos da vida das tias, a sua existência pelas Pedras Salgadas manteve-se muito simples. Como destino

termal, as Pedras eram cada vez menos procuradas. Os hóspedes feitos amigos, que tinham chegado a dar alguma animação à casa, deixaram de aparecer. Com a morte sucessiva do meu avô e da minha avó, bem como do seu irmão João, em Chaves, elas passaram a ter como laço familiar, essencial e constante, a nossa família de Vila Real.

A minha mãe e o seu irmão, o meu tio Fernando, eram, como disse, as âncoras mais regulares dessa existência, mas valha a verdade que toda a família, de Chaves a Lisboa, as visitava com a frequência que a respetiva vida permitia.

A tia Maria, uns anos depois de enviuar, saiu do Porto e juntou-se às restantes três irmãs. O agora “quarteto” desenhou, por alguns anos, a nova paisagem humana da casa (“Do alto desta braseira, bem mais de três séculos nos contemplam”, napoleanizava o meu pai). As “senhoras”, como eram chamadas na aldeia, tinham frequentes visitas de figuras femininas das suas relações, muitas delas mais novas, o que induzia alguma animação às suas tardes – e aos seus chás (que eu passei a trazer-lhes da Twinings).

Um dia, chegou o 25 de Abril. A Revolução não era, com certeza, algo que as sossegasse, tanto mais que, na nossa família, acarretara algumas consequências pessoais menos agradáveis e, em outros casos, suscitara temores exagerados, que eu me divertia sempre em tentar amenizar.

Um dia de 1975, antes das eleições para a Assembleia Constituinte, numa “saltada” de Lisboa a Vila Real, fiz a minha visita habitual às tias, nas Pedras. Que me recorde, a política nunca havia sido tema de conversa entre nós. Mais por curiosidade do que por outra coisa, perguntei-lhes se já tinham decidido em que partido ou partidosencionavam votar, nas eleições que estavam à porta, de que tanto então se falava.

Com exceção da tia Maria, a mais nova, regressada pouco antes do Porto, que talvez votasse no PS, eu estava em absoluto convicto de que o CDS ou o então PPD seriam o destino normal dos votos das outras minhas tias. Talvez tivessem mesmo sido já “apalavradas” pelo prior da freguesia, o excelente e simpático padre Domingos, o homem que me batizara, que fizera casamentos e todos os funerais da nossa família. Embora ele fosse liberal noutros domínios, suspeitava que seguia a onda do clero nortenho que, à época, “diabolizava” fortemente a esquerda.

As tias mostraram-se muito hesitantes, julgo que chegaram a perguntar-me a minha opinião (eu ia votar no MES, mas não tinha coragem de as tentar convencer...), embora sem necessariamente prometerem seguir o que eu lhes dissesse, claro. Até que uma delas contou: “Esteve cá, há dias, a dona Albertina – que tu conheces! – e falou-nos das eleições, dos comunistas e coisas assim. Deu-nos um conselho...”

Fiquei imensamente curioso sobre qual teria sido o “conselho” da dona Albertina, uma senhora bastante mais nova, que tinha vivido até há pouco em Lisboa, que devia andar a fazer proselitismo conservador, pela certa. A minha curiosidade foi logo saciada: “Ela disse-nos que não se deve votar nos partidos que tenham ferramenta no emblema...”

Dei uma imensa gargalhada, lembrei-me da imensidão de foices e martelos que adornavam as imagens dos partidos, bem como de enxadas e rodas dentadas que ilustravam outras formações. O conservadorismo da dona Albertina, afinal, era muito moderado. Aliás, a senhora informara-as de que ia votar no “partido da máozinha”, do Mário Soares, que “parecia boa pessoa e que não gostava dos comunistas”. Nunca soube ao certo em quem votaram as minhas queridas tias. Essa era, aliás, a minha última preocupação.

Os anos foram passando. As quatro tias, uma a uma, foram desaparecendo. Eu vivia então longe, no estrangeiro, e da morte de cada uma ia tendo notícia pelos meus pais, sempre tardia, porque o dar com tempo as novidades desagradáveis faz parte dos hábitos da nossa família. Quando, numa visita às Pedras, voltava a bater no vidro daquela porta, sabia que faltaria mais alguém, pelo que os sorrisos que nos recebiam passaram a ser cada vez mais tristes. Eu fazia boa cara, dizia umas patetices, para animar os espíritos, entregava a lembrança que trazia, falava por algum tempo, bebia o chá da praxe, mas, em cada minuto que passava, ia-me invadindo uma insuperável nostalgia. Eram, são, as saudades nossas.

Francisco Seixas da Costa nasceu em Vila Real, em 1948, filho de mãe transmontana e pai minhoto, aí tendo vivido até meados dos anos 60 do século passado.

Este volume recolhe textos que, entre 2009 e 2021, escreveu no seu blogue “Duas ou Três Coisas”, nos quais a sua cidade natal surge como um pretexto próximo ou longínquo.

ISBN 978-989-33-2066-2



9 789893 320662